

Renato Monseff Perissinotto

FRAÇÕES DE CLASSE E HEGEMONIA NA PRIMEIRA
REPÚBLICA EM SÃO PAULO
(volume I)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Campinas, 1991

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão para o meu orientador, Décio Saes, que me deu ampla liberdade e estímulo para a realização deste trabalho. À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), à FUNCAMP (Fundação para o Desenvolvimento da Unicamp), à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior) e ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) sou grato pela ajuda financeira. Aos professores Armando Boito Júnior e Sérgio Silva agradeço por terem participado da banca de qualificação do projeto inicial com sugestões valiosas. Não poderia deixar de lembrar aqui o meu amigo Adriano Nervo Codato, que tornou esta tese legível. Como de praxe, os erros aqui cometidos são de minha inteira responsabilidade.

Às minhas três mulheres:
minha mãe, Chafia, minha
irmã, Paula, e meu amor,
Ana Carla.

Ao meu pai, Renato, in
memorian.

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	7
<i>Esclarecimentos teóricos</i>	12
- Frações autônomas de classe	12
- Burguesia nacional, interior e compradora	17
- Bloco no poder e hegemonia	19
- O capital cafeeiro	25
CAPÍTULO I - Lavoura e grande capital cafeeiro: frações autônomas e hegemonia no interior do bloco no poder da economia agro-exportadora	31
1- Lavoura e comissários	31
2- O grande capital cafeeiro e a lavoura	46
2.1- Origem, desenvolvimento e consolidação do grande capital cafeeiro	48
2.2- O grande capital cafeeiro: alguns membros e atividades	60
2.3- O conflito entre a lavoura e o grande capital: a diferenciação da classe dominante na economia agro-exportadora	65
3- A política econômica	83
3.1- A política monetária e cambial	83
3.1.1- O "Encilhamento" e a burguesia bancária	84
3.1.2- O Funding-Loan	96
3.1.3- O Movimento geral da taxa de câmbio e a tese tradicional	104
3.2- A primeira valorização do café	109
3.3- A segunda valorização do café	122
3.4- A terceira valorização do café	125
3.5- A defesa permanente	130
3.6- A questão do crédito agrícola	138

4- O grande capital cafeeiro e a lavoura como frações autônomas de classe	148
4.1- O grande capital cafeeiro como fração autônoma: aparecimento do Estado federativo e sua consolidação	149
4.1.1- O avanço paulista e a federação	149
4.1.2- O apoio do grande capital à República federativa: a conquista e a consolidação	158
4.1.3- As vantagens da federação para o grande capital	170
4.2- A lavoura como fração autônoma de classe	176
4.3- O "compromisso coronelista" como efeito pertinente do domínio do grande capital cafeeiro sobre a lavoura	185
Conclusão	200

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, sobre as classes dominantes na economia agro-exportadora durante o primeiro período republicano brasileiro (1889/1930), sofreu, ao longo de sua elaboração, algumas modificações. A principal delas se deu com relação à amplitude do objeto de estudo que o projeto inicial enfocava: as classes dominantes no Brasil. Ou melhor dizendo, o estudo da hegemonia que levasse em conta, de forma detalhada, todas as classes dominantes do país, ultrapassando as fronteiras da economia agro-exportadora. Após um contato mais aprofundado com a bibliografia pertinente, vimos claramente a impossibilidade de se analisar, no espaço reservado a uma tese de mestrado, as classes dominantes em todo o país. A bibliografia a ser lida, uma vez mantida a posição inicial, tornaria a pesquisa inviável. Tal dificuldade nos levou a concentrar a análise sobretudo em São Paulo, centro inquestionável da economia agro-exportadora.

Porém, não foi apenas esta dificuldade que nos forçou a reorientar a pesquisa. Uma de nossas hipóteses iniciais - a de que o grande capital cafeeiro mercantil-exportador constitui-se como fração hegemônica no período em questão - também nos obrigou a repensar o caminho inicial. A constatação de que essa classe não logra ter uma existência nacional na Primeira República foi um importante fator que

nos levou a esta decisão.

A inexistência dessa fração de classe a nível nacional era uma consequência natural do processo de concentração da economia agro-exportadora na região sudeste do País, sobretudo no estado de São Paulo, em função da alta especialização dessa economia na produção de café e do alijamento de outros produtos nacionais do mercado externo, como o açúcar e o algodão, antes da República, e a borracha a partir de 1910¹.

No entanto, mesmo com essa reorientação, tentamos não nos limitar exclusivamente à análise das classes dominantes no estado de São Paulo, procurando compreender a relação deste com os outros estados e o significado da mesma.

O primeiro capítulo deste trabalho dedica-se à análise das frações dominantes no âmbito da economia agro-exportadora. O interesse principal consiste em apontar a diferenciação do bloco no poder no interior desta economia, identificando *frações autônomas de classe* que mantêm entre si uma relação de subordinação. Procuraremos provar a existência de uma fração agrária ligada exclusivamente à propriedade da terra - a "lavoura" ou "fazendeiros" ou "produtores de café" -, por um lado, e, por outro, a

¹ A existência de "focos" de economia agro-exportadora como, por exemplo, o cacau na Bahia, não invalida nossa afirmação. Se a produção de cacau representava 2/3 da economia local, para a economia nacional ela representava apenas 2,5% da pauta de exportação. A crescente especialização da economia nacional na produção de café, a qual correspondia uma crescente monopolização pela economia agro-exportadora cafeeira das atenções do governo, explica porque muitas vezes a Bahia, isto é, as classes dominantes ligadas à produção e exportação de cacau, abandonadas pela política econômica do governo, entravam em conflito com São Paulo, apoiando outros candidatos à sucessão presidencial, como foi o caso da "Reação Republicana" em 1922.

existência de uma burguesia comercial urbana que subordina a atividade exclusivamente produtiva e é politicamente hegemônica.

O segundo capítulo dedica-se inteiramente à indústria. Nele procuramos mostrar que ela não é, no período em estudo, um mero apêndice da economia agro-exportadora, nem um simples investimento alternativo para o capital excedente dos grandes fazendeiros. Ao contrário, a atividade industrial dá origem a uma burguesia industrial consciente de seus interesses, ou melhor, consciente da especificidade dos seus interesses. Esta classe, apesar de sua subordinação econômica e política ao setor agro-exportador, mostra-se capaz de elaborar uma ideologia própria e de estabelecer formas de luta que melhor correspondam aos seus objetivos.

No capítulo terceiro faremos uma discussão sobre o regionalismo na Primeira República e, ao mesmo tempo, criticaremos o uso de termos generalizadores como "oligarquias regionais" e "burguesia cafeeira". Propomos, como Nelson Werneck Sodré (1967), entender o regionalismo, sobretudo, como a expressão de conflitos no interior do bloco no poder.

Além disso, embora concordando com a existência meramente regional da fração que consideramos hegemônica, observamos a presença de um discurso hegemônico universal, capaz de transformar, dentro de certos limites, os interesses dessa fração em interesse geral de todo o bloco no poder, fornecendo-lhe a base consensual para o exercício

da dominação. Insistimos na hegemonia de uma fração dominante, criticando, portanto, a idéia de hegemonia de uma região.

O quarto capítulo é dedicado à presença econômica e à força política do capital estrangeiro. Procuramos mostrar onde o capital estrangeiro se aloja preferencialmente no interior da economia nacional e como ele deriva, a partir das posições estratégicas que passa a ocupar, a sua força política e capacidade de intervenção nas decisões centrais acerca da nossa política econômica. O objetivo é afirmar a importância da análise desse capital para compreendermos as decisões dos governos federal e estadual. Ainda neste capítulo nos referimos à relação do capital estrangeiro com as frações internas da classe dominante e às imposições colocadas a elas por este mesmo capital.

A pertinência do estudo do bloco no poder da economia agro-exportadora durante a República Velha não nos parece difícil de explicar. E isso por duas razões.

A primeira delas consiste no fato de a tensão no interior da classe dominante ter uma expressão política privilegiada e ocupar uma posição também privilegiada na determinação do processo histórico do período. Como exemplo clássico temos as conturbadas eleições de Hermes da Fonseca (1910) e de Artur Bernardes (1922), além da própria Revolução de 30, onde a importância dessa tensão ficou bastante evidente, embora não seja, aí, a única componente do conflito. Como afirmou Boris Fausto, embora se referisse

apenas à década de 20:

o confronto do final dos anos 20 é um confronto intra-elites, tradicional na história brasileira. O jogo se decide no âmbito das forças dominantes envolvidas e a vitória dos novos grupos não corresponde à pura e simples liquidação dos derrotados e de sua fonte de poder (1988: 21).

A segunda razão reside na tentativa de se opor à tese ou ao pressuposto, bastante recorrente na historiografia do período, da homogeneidade e da coesão do bloco no poder da economia agro-exportadora em São Paulo. Trabalhos como o de Sérgio Silva (1976), Joseph Love (1982), Boris Fausto (1972) entre outros vão nessa direção. O mesmo Boris Fausto é quem diz:

É bastante conhecida a capacidade de articulação da burguesia do café que não foi simplesmente beneficiária da ação do Estado, mas forjou as instituições estatais e transformou-as no instrumento de seus interesses. Esta capacidade integradora se deve em grande parte à relativa indiferenciação de funções no interior da classe e o fato de que em São Paulo, outros setores - especificamente os industriais - se constituíram adaptados ao centro agrário-exportador. Provavelmente, a escassa articulação das diferenças internas da burguesia do café se deve a duas razões essenciais: primeira, a freqüente concentração de funções nos mesmos agentes econômicos que são a um tempo grandes fazendeiros, banqueiros e comissários. Segunda, a inexistência de uma pressão efetiva da massa de pequenos fazendeiros e meeiros, que poderia levar à formação de um grupo de produtores, oposto aos demais setores (1972: 05-06).

O uso do termo "burguesia cafeeira" ou "burguesia do café", que não nos revela nenhuma oposição, nenhuma diferenciação no interior dessa classe - na verdade, quando este termo é usado raramente se sabe de quem se está

falando, se do grande capital cafeeiro, se da lavoura ou dos comissários - é característico dessas teses "holísticas" ou "monistas" (Font, 1987, *passim*).

O nosso esforço vai, portanto, no sentido de mostrar as diferenciações existentes no interior do bloco no poder da economia agro-exportadora, apontando, como prova dessa diferenciação, os conflitos políticos e econômicos entre as frações dominantes. Em suma, pretende-se chamar a atenção para a complexidade do bloco no poder da economia agro-exportadora.

ESCLARECIMENTOS TEÓRICOS

FRAÇÕES AUTÔNOMAS DE CLASSE

Antes de entrarmos na análise concreta das classes dominantes em São Paulo, elucidaremos o instrumental teórico do qual partimos.

A própria preocupação de nossa pesquisa, isto é, entender as relações que se estabelecem no interior da classe dominante, já indica que não a consideramos como uma entidade homogênea, monolítica e, conseqüentemente, livre de conflitos e oposições internas. Ao contrário, identificamos dentro do termo geral "classe dominante" a existência de várias frações que a compõem.

Do ponto de vista do objetivo deste trabalho, interessa-nos saber como identificar no interior da classe

dominante a existência de *frações autônomas de classe*.

O primeiro passo, mas não o definitivo, seria tentar identificar a existência dessas frações de classe a partir da análise do processo social de produção (produção e circulação). A uma fração de classe corresponderia uma posição específica nesse processo: frações que se concentram na produção propriamente dita (industriais, lavradores), frações que se concentram no financiamento da produção (bancos) e frações que se concentram na comercialização da produção (capital comercial). Como diz Cruz:

capital dinheiro, capital produtivo e capital mercadoria são formas que assume sucessivamente o valor-capital em seu ciclo. A cada uma dessas formas corresponde um conjunto dado de funções que lhes são intrínsecas. Apenas pelo desempenho conjugado delas o capital garante a sua reprodução, é somente sob esta condição que ele existe como tal. Pois bem, é a presença autônoma dessas formas, com suas respectivas funções específicas, que serve de base à diferenciação do capital social em fração (Cruz, 1979: 30).

Assim, as simples formas produtiva, dinheiro e mercadoria do capital não nos revelam frações do mesmo. Essas formas, assumidas sucessivamente por um capital individual no seu movimento cíclico, só se transformam em frações do capital quando encaramos este último a partir de um novo prisma, isto é, como um todo, como capital social total. Deste ponto de vista, essas formas não são mais fases sucessivas de um capital individual, mas funções específicas de um grupo de capitalistas permanentemente dedicado a elas. Temos, então, por efeito da divisão social do trabalho, essas funções substantivadas, confiadas, permanentemente, a

uma categoria particular de capitalistas. A forma produtiva se transforma em capital produtivo, a forma mercadoria em capital comercial e a forma dinheiro em capital bancário, funções específicas do processo social de produção.

Mas esta identificação de uma fração autônoma de classe exclusivamente do ponto de vista do processo social de produção não é suficiente, visto que uma mesma fração de classe pode ter uma atividade econômica bastante diversificada. Isto quer dizer que uma determinada atividade dentro do processo social de produção pode não configurar uma fração de classe, mas apenas mais uma atividade de uma fração que ocupa múltiplas posições nesse processo. Por exemplo, a existência do grande capital cafeeiro na economia agro-exportadora leva a esse tipo de confusão na medida em que os seus membros se dedicam tanto à produção como ao financiamento e à comercialização do produto. Mas nem por isso essa fração de classe encerra em si todas as frações da economia agro-exportadora.

É certo que as classes se definem pelo lugar ocupado na divisão social do trabalho. Mas é certo também que o processo social de produção significa divisão em classes, e, por conseguinte, dominação e luta de classes. Desse modo, a análise da posição política e ideológica dos diferentes grupos sociais nessa luta é, efetivamente, requisito indispensável para a identificação e caracterização concreta das classes sociais.

Para detectarmos a existência dessas frações autônomas

as contribuições teóricas de Nicos Poulantzas (1968 (1986): 74 e segs.) são fundamentais.

Para esse o autor só é possível perceber a presença dessas frações na medida em que observamos se a existência econômica dessas classes ou frações se reflete em outros níveis - político e/ou ideológico - de uma formação social de maneira específica, isto é, através de "efeitos pertinentes". Se a existência de uma classe ou fração de classe se manifesta ao nível político (representação de classe, partidos, organização do regime político, etc.) ou ideológico (luta ideológica de classe) de *forma específica*, ela pode ser considerada como tendo uma existência autônoma, como sendo parte importante e determinante da luta política e ideológica, em suma, como uma força social². Nesse sentido, o conceito de fração autônoma de classe é fundamentalmente político, não podendo ser entendido exclusivamente do ponto de vista das relações econômicas.

Façamos duas observações sobre o que foi dito acima. A primeira é que, ao nos referirmos ao conceito de fração autônoma de classe não estamos imediatamente exigindo a presença, ao nível do político, de uma organização política própria. Ou seja, os partidos políticos não são a única forma pela qual a especificidade de uma fração se manifesta. O bonapartismo, por exemplo, deixa evidente que o efeito

² Poulantzas estabelece uma distinção entre classe ou fração distinta e classe ou fração autônoma. Contudo, diz ele, os critérios para definir classes distintas servem também para definir frações autônomas. Na verdade, as frações autônomas são o substrato de eventuais forças sociais ou classes distintas. Cf. Poulantzas, 1968 (1986), p.75, nota 28. Ver também p.76 e 82.

pertinente da existência dos camponeses parcelares ao nível do político não é nenhum partido político, mas sim o próprio bonapartismo (Poulantzas, 1968 (1986): 77).

A segunda observação reside no fato de que as classes não existem senão na luta de classes e que esse "elemento histórico e dinâmico" (Cardoso, 1973:) da análise poulantziana impede que o conceito de fração autônoma seja estático e atribuído *a priori* sem uma análise do processo histórico e da luta concreta entre as classes. Nesse processo, as frações que não são autônomas são suscetíveis de sê-lo e vice-versa. A condição de fração autônoma se dá de acordo com as conjunturas concretas, de acordo com o desenrolar da luta política entre as classes, com o desenvolvimento e o aprofundamento das contradições entre elas, e de acordo com o modo pelo qual essas contradições são atenuadas, resolvidas, reprimidas, etc.

De fato, as classes sociais só existem na luta de classes, em dimensão histórica e dinâmica. A constituição e mesmo a delimitação das classes, das frações, das camadas, das categorias só pode ser feita considerando-se essa perspectiva histórica da luta das classes (Poulantzas, 1974 (1978): 29).

Por exemplo, a constatação, na Primeira República, de uma burguesia industrial enquanto fração autônoma de classe, na medida em que se faz presente ao nível ideológico através de uma ideologia própria - o "protecionismo" - só é possível através da análise concreta da luta de classes, no desenrolar histórico. Não podemos afirmar ser a indústria a base de uma fração autônoma apenas pelo fato de existir uma

atividade econômica manufatureira. É na luta dessa fração com as outras, na sua oposição ao predomínio absoluto do setor exportador, na sua oposição ao imperialismo desenfreado que se percebe como ela se constitui, no decorrer do período, numa fração autônoma, consciente de seus interesses e com uma ideologia própria.

BURGUESIA NACIONAL, INTERIOR E COMPRADORA

O estudo da presença do capital estrangeiro no Brasil - de inegável importância - durante o primeiro período republicano, que será feito por nós no Capítulo IV, coloca-nos a necessidade de também definirmos as diversas frações da classe dominante em função das suas relações com esse capital.

Utilizando a relação com o capital estrangeiro como critério, podemos usar as definições fornecidas pelo mesmo autor acima citado (Idem, 1974(1978): 76-77), designando as frações da burguesia de um país como "burguesia nacional", "burguesia compradora" e "burguesia interior". Embora o autor formule esses conceitos para a análise das metrópoles imperialistas em meados dos anos 70, os critérios utilizados por ele, isto é, a existência ou não de uma base própria de acumulação e a relação de dependência ou não com o capital estrangeiro, nos permitem aplicá-los ao período em questão.

Por "burguesia nacional" entendemos, a partir de Poulantzas, a fração nativa, autóctone da burguesia que tem

uma base própria de acumulação, independente do capital estrangeiro. Na verdade, essa burguesia, em função dessa independência, estabelece um certo grau de oposição frente ao capital estrangeiro e se manifesta política e ideologicamente de forma autônoma em relação a este último. Essa oposição permite, em determinadas situações, posições antiimperialistas por parte da burguesia nacional.

A "burguesia compradora" se encontra numa posição oposta. É aquela fração da classe dominante cujos interesses estão inteiramente subordinados aos interesses do capital estrangeiro. Para acumular ela necessita associar-se a este último. Em função disso, ela se encontra econômica, política e ideologicamente ligada ao capital estrangeiro. Ela é o suporte, o agente intermediário desse capital. É ela que confere ao bloco no poder um caráter supra-nacional na medida em que garante, através de si, a presença e a influência política do capital estrangeiro nas decisões do Estado.

O conceito de "burguesia interior" ocupa um espaço intermediário entre os dois conceitos expostos acima. Ela possui uma base própria de acumulação que não é nem totalmente dependente nem totalmente independente do capital estrangeiro. Mantém com ele uma relação de dependência e de conflito, assumindo posições políticas e ideológicas dúbias. A industrialização retardatária e periférica nos dá um exemplo de burguesia interior. Dela surge uma burguesia industrial sob o predomínio do capital

estrangeiro, mas que tenta se proteger e se afirmar frente a esse capital.

Essas definições não identificam, a princípio, nenhuma fração de classe (industrial, bancária e comercial). O critério fundamental, repetimos, é a relação com o capital imperialista, relação esta que não é estática e previamente dada. Ao contrário, depende da formação social em questão, da posição que o país ocupa na economia mundial, isto é, na divisão internacional do trabalho, e conseqüentemente, da natureza da presença do capital estrangeiro em tal formação social (investimentos diretos, exportação de mercadorias ou exportação de capitais).

BLOCO NO PODER E HEGEMONIA

A nossa preocupação até o momento foi mostrar que a classe dominante não é uma entidade homogênea, livre de conflitos internos. No entanto, é preciso dizer que a classe dominante não é uma ficção, ou seja, a sua unidade existe de fato. Para compreendê-la é preciso que nos remetamos a sua relação com o Estado capitalista. É nessa relação que se constitui a unidade das classes e frações dominantes, isto é, do bloco no poder.

Para esclarecer o que significa o conceito de bloco no poder é preciso explicitar que numa formação social capitalista as classes dominantes apresentam-se, como vimos, de forma bastante fragmentada. Seja porque é fragmentado o

processo social de produção, seja porque existe, dentro de uma formação social concreta, a presença de classes dominantes de outros modos de produção.

O conceito de bloco no poder - que diz respeito exclusivamente ao conjunto das classes dominantes de uma formação social - refere-se à unidade dessas diversas frações de classe que têm entre si uma relação conflituosa. É a unidade resultante da ação do Estado capitalista que, através de seus aparelhos, através do jogo interno de suas instituições, confere organização às classes dominantes. O Estado capitalista está, assim, eivado de conflitos internos que são reflexos da luta no interior do bloco no poder no interior de seus aparelhos.

Contudo, o bloco no poder não pode ser entendido como uma fusão das classes e frações dominantes. A idéia de fusão indica, na verdade, uma totalidade composta de elementos equivalentes, o que, como vimos, não é o caso. A classe dominante se compõe de elementos que se opõem, que lutam entre si. O bloco no poder representa uma unidade, mas não uma unidade monolítica e homogênea. Ao contrário, uma unidade complexa e conflituosa, todavia com um elemento dominante. É este último que, por ser dominante, assegura a unidade do bloco no poder e se constitui na fração hegemônica.

No que se refere à prática política das classes dominantes, o conceito de hegemonia tem dois significados. O primeiro, originalmente elaborado por Gramsci, refere-se à

relação das classes dominantes com as classes dominadas. Ou seja, é o modo pelo qual os interesses particulares das classes dominantes se tornam representativos do interesse geral, do interesse de toda a Nação. Nesse sentido, a relação de dominação não é entendida apenas como dominação pela força. Nessa primeira acepção, o conceito de hegemonia atribui à dominação de classe uma função de direção que implica num consentimento por parte das classes dominadas. O processo de constituição da hegemonia é o processo de adesão das classes dominadas a um sistema de dominação. A nossa investigação, como parece claro, não vai nessa direção. Uma pesquisa com essa preocupação ultrapassaria de longe as intenções e o fôlego deste trabalho.

O segundo significado do conceito de hegemonia, não elaborado por Gramsci, refere-se

a um "bloco no poder", composto de várias classes e frações politicamente dominantes. Entre essas classes e frações dominantes, uma delas detém um papel dominante particular, o qual pode ser caracterizado como papel hegemônico. Neste segundo sentido, o conceito de hegemonia exprime a dominação particular de uma das classes ou frações dominantes em relação às outras classes ou frações dominantes de uma formação social capitalista (Poulantzas, 1968 (1986): 137).

Ou seja, o conceito de bloco no poder refere-se estritamente à luta política entre as classes dominantes e o conceito de hegemonia, tal qual elaborado por Poulantzas, à relação de subordinação que se estabelece entre elas.

Dito isto, qual é o critério que devemos utilizar para que possamos descobrir qual a fração que dentro do bloco no

poder é hegemônica? No interior deste é hegemônica aquela fração que prepondera politicamente sobre as demais, vale dizer, é aquela que consegue que seus interesses econômicos sejam satisfeitos em caráter prioritário pela política econômica do Estado³. Como diz Décio Saes:

no seio do bloco das classes dominantes uma classe ou fração prepondera politicamente sobre as demais, na medida em que seus interesses econômicos são satisfeitos em caráter prioritário. Essa preponderância política de uma classe ou fração no seio do bloco no poder é designada por Poulantzas através do termo hegemonia (Saes, 1989: 4).

O indicador da hegemonia não é, portanto, a preponderância econômica de uma fração sobre as demais, ou por outra, não é a maior participação na mais-valia global que a determina.

Conclui-se, então, que o conceito de hegemonia se refere ao nível do político, isto é, à luta política entre as classes, vale dizer, à preponderância política na *formulação da política econômica do Estado*.

Neste ponto da exposição torna-se necessário um esclarecimento importante com relação ao nosso trabalho.

³ Devemos perguntar também por que esse critério - a política econômica - deve ser privilegiado para detectar a hegemonia no interior do bloco no poder. Como vimos, a política econômica de Estado atende interesses fundamentais da classe dominante. Porém, a formulação de uma política econômica não significa apenas isso. Significa também que interesses fundamentais de uma fração da classe dominante são atendidos e interesses também fundamentais de outras frações não são. Assim, percebe-se que a formulação da política econômica de Estado é um campo de luta onde se decide questões centrais relativas aos interesses de classe, e a sua resultante reflete a relação de forças entre as frações dominantes. O Estado na Primeira República, tanto a nível federal como estadual, sobretudo em São Paulo, participava de forma ativa na gestão da economia, e, sem dúvida, a sua política econômica, ao mesmo tempo, contemplava e deixava de contemplar interesses fundamentais da classe dominante, revelando que fração de classe ocupava no interior do bloco no poder uma posição hegemônica e que fração ou frações ocupavam uma posição subordinada.

Referimo-nos poucas páginas atrás ao conceito de bloco no poder para que num segundo momento pudéssemos explicar o conceito de hegemonia no sentido que aqui nos interessa. Dissemos que o bloco no poder é a unidade da classe dominante realizada através e no interior dos aparelhos de Estado, sob a égide da fração hegemônica. Seria por demais interessante a análise do processo de constituição da hegemonia, ou seja, o processo de formulação da política econômica estatal, do comportamento dos aparelhos estatais, dos conflitos e pressões exercidas pela classe dominante no interior do Estado, durante esse processo. No entanto, a nossa pesquisa, além de ser originalmente bem menos ambiciosa, defrontou-se com a inexistência, em toda a bibliografia pesquisada, de referências substanciais a esse processo.

Contudo, isso não inutiliza o nosso esforço, qual seja, o de saber qual fração é a hegemônica, isto é, qual fração de classe, na luta entre as frações dominantes, logra impor a realização de seus interesses econômicos de modo prioritário. A resultante dessa luta, ou seja, a política econômica de Estado, nos revela qual fração logrou realizar prioritariamente os seus interesses.

Portanto, para detectar a fração hegemônica não é preciso analisar o processo, os meios pelos quais essa hegemonia constituiu-se (a luta política interna ao aparelho de Estado, a pressão das associações de classe e partidos políticos, lobbies, etc.), mas basta analisar a resultante

desse processo, isto é, a política econômica, e ver qual fração mais se beneficia de seu conteúdo. O nosso trabalho segue este caminho. A nossa preocupação restringe-se, no que se refere a esse problema, à constatação da hegemonia e não ao seu processo de constituição.

É importante dizer ainda, no que se refere à hegemonia, que esse conceito não se esgota na dimensão da luta política, ou seja, na luta para que uma fração sobreponha os seus interesses aos de outras frações. Esta sobreposição precisa ser legitimada e isso ocorre de duas maneiras. A primeira é garantindo os interesses mais gerais do bloco no poder, quais sejam, a reiteração da exploração econômica e da dominação política das classes dominadas. A segunda maneira é a capacidade que a fração hegemônica tem de transformar os seus interesses específicos em interesse geral das classes e frações dominantes, isto é, do bloco no poder. O conteúdo dessa "transmutação" dependerá sempre da formação social concreta em que a luta de classes se realiza. Dependerá, por exemplo, do que significa, para o resto do bloco no poder, as atividades da fração que se pretende hegemônica. No Brasil da Primeira República, a transformação do problema cafeeiro num problema nacional, por exemplo, é, sem dúvida nenhuma, um exemplo dessa "transmutação", sobre a qual nos deteremos no capítulo III, capaz de legitimar a hegemonia do grande capital cafeeiro.

Além disso, a hegemonia pressupõe, indubitavelmente, que se deve levar em conta os interesses e as tendências das

frações sobre as quais a hegemonia será exercida. Ou por outra, que a fração hegemônica faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Esta dimensão importante da hegemonia pode nos fazer entender os conflitos mais sérios no interior do bloco no poder no período em questão. No que se refere ao Brasil, a Revolução de 30 não pode ser entendida se não se apreender a importância desse aspecto da hegemonia.

O CAPITAL CAFEIEIRO

Para o estudo da diferenciação do bloco no poder da economia agro-exportadora, o conceito de "capital cafeeiro", elaborado por Sérgio Silva (1976), é fundamental, pois nos permite ver as diferenças entre as frações que compõem esse bloco, além de nos permitir entender os conflitos entre elas.

O capital cafeeiro encontrado na economia cafeeira paulista se divide, segundo o autor, em duas categorias: a do *grande capital cafeeiro* e a do *médio capital*. O primeiro se refere a um capital com base na produção de café, porém diversificado, agindo em outros setores da economia, ligados entre si e dependentes da economia cafeeira. Esse grande capital, embora diversificado, tem um caráter predominantemente mercantil e pode ser definido como uma burguesia comercial. É a camada superior da burguesia cafeeira. Já o *médio capital* define, sobretudo, uma fração de classe ligada ao capital produtivo agrário, isto é,

constitui-se de indivíduos que são apenas proprietários de terra. É a camada inferior da burguesia cafeeira.

Essa divisão, no entanto, ainda segundo o autor, não significa a separação entre capital comercial, de um lado, e o capital agrário, de outro, enquanto frações autônomas. Esta seria mais uma divisão analítica do que real. Isso porque na economia cafeeira da época, os maiores "produtores" de café, os maiores fazendeiros faziam parte da camada superior da burguesia cafeeira. As grandes plantações eram propriedades do grande capital. Assim, no interior da economia cafeeira, caracterizada por um grau ainda fraco de desenvolvimento capitalista,

essas diferentes funções são reunidas pelo capital cafeeiro e não diferem (pelo menos diretamente) frações de classe relativamente autônomas: não havia uma burguesia agrária cafeeira, uma burguesia comercial, etc., mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções (Silva, S., 1976: 60).

A definição e a caracterização do que é o grande capital cafeeiro é bastante elucidativa e importante para nós na medida em que nos permite detectar aquilo que o autor nega, vale dizer, a existência de frações autônomas de classe fora do âmbito do grande capital cafeeiro.

Para Sérgio Silva a única diversificação existente é a de funções no interior do grande capital. Não há, como vimos, frações autônomas mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções. A definição de grande capital nos permite ver a existência de frações de classe que não se encaixam nessa definição. Dizer que esta classe detém a

propriedade de grandes plantações não implica em dizer que todas as plantações estejam nas mãos do grande capital.

Foi entre a última década do século XIX e a Primeira Guerra Mundial que o grande capital cafeeiro se consolidou. Durante esse período, a expansão das estradas de ferro, o primeiro grande investimento dessa classe, se mostra pouco atrativa, o que levou os grandes fazendeiros a aprofundarem a sua participação em outros setores da economia como, por exemplo, o comércio de importação e exportação, os bancos, serviços urbanos, etc., ou seja, a buscarem a valorização de seu capital em investimentos cada vez mais diversos.

A acumulação vai, assim, depender cada vez mais diretamente das tarifas ferroviárias, das taxas de juros, das tarifas de energia, lucros comerciais e outros que, por sua vez, representam parte importante dos custos da lavoura, isto é, dos custos daqueles ligados exclusivamente à produção agrária.

É através dos conflitos gerados por esse fato que podemos perceber a existência de frações de classe que têm uma existência exterior ao grande capital cafeeiro. Por exemplo, sabemos de grandes proprietários ligados exclusivamente à produção (médio capital) em conflito com as diversas facetas do grande capital durante todo o período em questão. Reclamavam das tarifas, da especulação comercial, da falta de crédito, etc. Nesses conflitos, a lavoura não se comporta de forma passiva. Luta através de suas associações e tenta até criar um partido que represente exclusivamente os

interesses dos "produtores", como foi o caso do Partido da Lavoura na década de 1890. Será através da análise dos esquemas valorizadores, das tarifas ferroviárias, da política de crédito, do PRP, etc., que pretendemos comprovar essa diferenciação.

Finalmente, resta dizer porque prevalece no grande capital um caráter predominantemente mercantil. Dois fatores explicam essa predominância. O primeiro é o fraco desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil; o segundo, intimamente relacionado ao primeiro, é o lugar que o Brasil ocupava na divisão internacional do trabalho como mero exportador de bens primários.

Enquanto mero exportador de bens primários, a dinâmica da comercialização do excedente econômico extraído internamente e, portanto, a dinâmica da nossa acumulação de capital, residia e dependia do mercado externo. Isso fez com que o País se tornasse extremamente dependente daqueles que dominavam esse mercado e a comercialização do café. Assim, se o centro dinâmico da acumulação nacional estava na comercialização da sua produção agrícola no mercado mundial é certo que isso garantia e reforçava o predomínio do caráter mercantil do capital cafeeiro. Numa sociedade que não exporta porque produz mas produz com o intuito exclusivo de exportar, a necessidade de um setor comercial que viabilize o caminho a ser percorrido pelo produto, da

produção ao comércio externo, é fundamental⁴.

Passemos, então, ao corpo do trabalho onde procuraremos dar substância às afirmações e hipóteses feitas nesta breve introdução.

⁴ Sobre as informações a respeito do capital cafeeiro cf. Silva, S. 1976, p. 60-62; Vilarde, 1986, p. V-VI e Saes, 1986, p.98. Para ver o grande capital cafeeiro como um capital diversificado mas dependente do café ver Levi, 1974, onde se lê: "Não era (Antônio Prado) um fazendeiro ordinário unicamente preocupado com a obtenção de um bom preço em Santos. Antes disso, administrava um grande conglomerado, fornecendo crédito, dirigindo fazendas, administrando uma estrada de ferro cujos lucros dependiam em alto grau da produção cafeeira, e dependendo de importação de equipamentos para aparelhar suas indústrias recém-formadas" (p. 264).

CAPÍTULO I

LAVOURA E GRANDE CAPITAL CAFEIRO: FRAÇÕES AUTÔNOMAS
E HEGEMONIA NO INTERIOR DO BLOCO NO PODER DA ECONOMIA
AGRO-EXPORTADORA

O objetivo deste capítulo é, como já dissemos na Introdução, mostrar a existência da "lavoura"¹ e do grande capital cafeeiro como frações de classe diferentes e autônomas. Além disso, pretendemos demonstrar a posição subordinada que a "lavoura" ocupa, tanto nas relações econômicas como nas questões políticas.

No que se refere à relação entre lavoura e capital comercial, não sendo esta uma relação estática, sobretudo no que se refere ao último pólo da mesma, faremos um histórico inicial, começando pelos comissários.

1- LAVOURA E COMISSÁRIOS

A relação entre o produtor ou agricultor e o comissário, na sua grande maioria nacional, não se inicia com o advento da República. Fruto do caráter exportador e mercantil de nossa economia, o comissário aparece como peça fundamental à medida que a atividade agro-exportadora se desenvolve, constituindo-se, graças ao avanço do café, no pilar da economia nacional.

Numa sociedade que não exporta porque produz mas produz para exportar, a existência de um setor comercial que viabilize a comercialização do excedente agrícola é

¹ "Lavoura" era o termo usado na época para designar os fazendeiros ligados exclusivamente à terra, em oposição àqueles que moravam na cidade e tinham uma atividade econômica diversificada. A existência desse termo é indicativa da existência de uma fração da classe dominante ligada exclusivamente à propriedade da terra.

fundamental. A posição intermediária nesse caminho será ocupada pelo comissário.

Até por volta de 1896, o comissário será o único elo de ligação entre o agricultor e o exportador de café. Não agirá, entretanto, apenas como intermediário, no sentido de ser aquele que desloca o produto de um extremo ao outro do processo social de produção. Ele jogará um papel importante também no financiamento do custeio da produção. Será dessas duas atividades que o comissário derivará o seu poder sobre o agricultor, decidindo inclusive acerca de questões referentes à própria produção. A ascensão do comissariado e o detalhamento dessa relação é o que faremos a seguir.

No decênio de 1831-1840, o café já havia ultrapassado o açúcar como principal produto de exportação da nossa economia. Nesse período, ele passou a representar 43,3% do valor das exportações, ficando o açúcar com 24%, para em 1881 atingir 61,5% e o açúcar 9,9%. Esse avanço incontido do café foi feito com terra e dinheiro. Aquela, naturalmente disponível, este, jogando um papel fundamental na forma de crédito, uma vez que a plantação de café se tornava produtiva apenas no sexto ano após o plantio. Com o capital estrangeiro ocupando, de início, apenas a posição de exportador que comprava café nos portos, a peça fundamental para o financiamento da produção e de seu deslocamento era a casa comissária.

Com a expansão cada vez maior da lavoura cafeeira,

propiciada pelo avanço da demanda internacional, a propriedade rural afastou-se de sua posição autonomista e vinculou-se aos centros urbanos. A expansão das plantações e dos custos ligou os proprietários rurais às casas comissárias fornecedoras de crédito, através do qual garantiram a sua ascendência sobre o produtor.

A partir daí, o comissário acompanhará a perigração da lavoura cafeeira desde o seu ciclo fluminense até o período paulista, necessário que era o crédito para um investimento lucrativo a tão longo prazo, principalmente se levarmos em conta o sistema bancário precaríssimo do período.

Esse agente econômico ocupará duas funções bastante definidas na economia cafeeira. Como já dissemos, ele será o intermediário na venda do café ao exportador e será também o financiador da produção. É a partir da conjugação dessas duas atividades que se pode compreender a verdadeira natureza da relação do comissário com o agricultor.

Enquanto intermediário do café, isto é, enquanto representante dos fazendeiros frente aos exportadores, o comissário mantém com aquele uma relação amistosa, que se pauta pela convergência de interesses. Enquanto tal, a função do comissário é colocar nas mãos dos exportadores o café do fazendeiro, operação pela qual ele receberá 3% do preço conseguido na venda. A convergência de interesses reside no fato de tanto ao fazendeiro como ao comissário interessar a venda do café ao preço mais alto possível. Ao

fazendeiro caberá mais dinheiro, ao comissário uma comissão maior, isto é, mais significativo serão os 3% que lhe cabem.

No entanto, o aspecto harmonioso que nos aparece numa primeira abordagem dessa relação se desfaz quando o comissariado passa a exercer também funções bancárias, influenciando, a partir daí, na gerência dos negócios do produtor, ditando até mesmo a quantidade e a qualidade do café a ser plantado, além, é claro, da extorsão financeira realizada através dos juros sobre o crédito. Como diz Raimundo Faoro, o comissário, "senhor do crédito, será o senhor da safra, decretando a grandeza ou a ruína do fazendeiro" (Faoro, 1958 (1987): 412).

Como se dava a relação entre fazendeiro e comissário no que se refere ao fornecimento de crédito? Este era aberto ao fazendeiro com base na venda futura do café. Era, como já dissemos, esse crédito que permitia ao fazendeiro atender todas as necessidades relativas à formação da fazenda, à plantação, à colheita, etc. O comissário, por sua vez, cobrava pelo empréstimo de 12% a 18% de juros.

Estando o crédito baseado na colheita e na venda futuras, o fazendeiro se via sempre no perigo de correr séria dificuldades, já que o dinheiro consumido não trazia a certeza do lucro. Ao contrário, a posição do comissário era mais confortável, pois ele se encontrava sempre em crédito com o fazendeiro. Todos esses serviços (financiamento da produção, comercialização da safra) permitiam ao intermediário reter em suas mãos uma parcela do excedente

gerado na produção.

O crédito era o modo pelo qual o fazendeiro sustentava o capital comercial representado pelo comissário. Se a colheita não fosse suficiente para pagar a dívida, o saldo devedor era repassado para o ano seguinte, dando-se início a uma reprodução constante da posição de devedor por parte do fazendeiro e de credor por parte do comissário. Não era por outra razão que Barão Geraldo de Rezende, grande fazendeiro de café, afirmava:

só trabalho para os outros. O lavrador não ganha, o negociante com café enriquece! O primeiro tem muito trabalho e luta com mil dificuldades! O segundo aproveita-se do nosso suor para se divertir e fazer fortuna (apud, Martins, 1979 (1986): 78, nota 99).

Enquanto fornecedor de crédito o comissário deixava de ser, portanto, mero intermediário do fazendeiro. A safra deste último ficava totalmente nas mãos do primeiro e, embora o fazendeiro pudesse eventualmente tomar decisões acerca de sua propriedade, era o comissário quem de fato detinha o controle sobre a mesma, sobretudo enquanto houvesse um saldo a ser cobrado.

Portanto, quando se visualiza essa relação entre o comissário e o fazendeiro, aquele não pode ser mais encarado como o representante pessoal deste. Entre eles não há uma relação puramente complementar e harmoniosa, uma lealdade cuja recompensa residiria nos 3% do comissário. Ao contrário, aqui o comissário aparece como um comerciante que visa extorquir o máximo possível do fazendeiro, como

comerciante que vê na fazenda, isto é, na produção a possibilidade de fazer seu capital render mais de 12% ao ano. Dominando o crédito e, conseqüentemente, a safra, o comissário passa a deter o poder de gerir os investimentos, embora se eximisse da administração do processo produtivo. Vê-se que ele controla, então, os dois extremos do processo e, embora não corra os riscos que corre quem detém a propriedade, fica com grande parte da valorização ocorrida no processo produtivo, sob a forma de juros e comissões. Como conseqüência, a canalização de grande parte do excedente produzido na fazenda para as mãos do comissário era um obstáculo ao avanço da propriedade fundiária em direção a uma maior modernização, mantendo sua condição de atraso na medida em que impedia sua capitalização.

Na verdade, a dependência da lavoura em relação às casas comissárias era praticamente inescapável. Estas últimas se posicionavam frente à lavoura quase como oligopsônios comerciais e, sobretudo, financeiros. Frente às crescentes necessidades de dinheiro por parte da lavoura, devido à ascensão da produção cafeeira e à inexistência de um sistema bancário eficaz, os comissários apareciam como sendo a única fonte de crédito possível para os investimentos dispendiosos e de longo prazo de maturação, como era o caso do café, o que lhes possibilitava a cobrança de altas taxas de juros. Os lavradores dependiam também exclusivamente dos comissários para comercializarem a sua safra. Oferta fragmentada e casas comissárias relativamente

concentradas consistia numa situação confortável para estas últimas na determinação do preço e da comissão, embora tal esquema não se compare, nem de longe, ao perpetrado pelas casas exportadoras estrangeiras.

A inexistência de um sistema creditício eficaz e a ausência de qualquer ação governamental nesse sentido fez com que a lavoura, uma vez livre do capital comercial representado pelo traficante de escravos², caísse nas mãos dos comissários, monopolizadores da comercialização e do crédito, e por isso capazes de influir na produção.

Assim, o comércio ia se definindo como o setor responsável pelo funcionamento da economia e como o mais avançado e dinâmico das classes dominantes. Não era de se estranhar, portanto, a força política que a burguesia comercial, a princípio encarnada sobretudo pelos comissários, ia adquirindo. Prova dessa força são os obstáculos que ela derrubou e as fortalezas que ela construiu para a defesa de seus interesses. Os comissários tomaram consciência de sua importância e começaram a lutar para fazer valer seus interesses ao nível político. Pelo funcionamento da economia; a lavoura estava subordinada às casas comissárias. Era preciso, porém, garantias políticas dessa subordinação.

A lei hipotecária de 1864 foi o início desse processo.

² O tráfico negreiro garantia e influenciava a produção na fazenda. Garantia na medida em que era ele quem fornecia o elemento indispensável à produção escravista, isto é, o escravo. Influenciava na medida em que o escravo representava um adiantamento de capital. Era com base nesse adiantamento que ele regulava o grau de exploração do escravo. Nesse sentido, é a circulação (adiantamento de capital pelo fazendeiro ao traficante) regulando a produção. Cf. Martins, 1979 (1986), p.15 e seqs.

Mas aos comissários pouco interessava ter em suas mãos as fazendas dos agricultores insolventes. As principais casas comissárias - Teixeira Leite e Sobrinhos, Turquim Joppert e Cia., Faro e Irmão, Ortigão e Cia, Alves e Avelar -, organizadas no Centro da Lavoura e Comércio, exigiram do governo leis e medidas que garantissem os seus créditos. Em função de suas pressões obtiveram, em 1885, a lei das execuções civis e comerciais, instrumento eficaz para manter a tutela sobre o agricultor. A lavoura protestou mas não conseguiu tirar do crédito o seu caráter especulativo, nem muito menos tirá-lo do monopólio dos comissários.

No que se refere à relação entre comissários e fazendeiros, a tão propalada força política desses últimos era, pelo menos do modo como é freqüentemente encarado, mera ficção. Isso fica ainda mais claro quando se vê que o Estado jamais reprimiu, mas ao contrário, garantiu, durante a Primeira República, a subordinação dos fazendeiros ao capital comercial. Como diz Raimundo Faoro:

dois focos convergentes esmagam o chamado senhor territorial, dono das fazendas e de engenhos: a burguesia comercial e o governo, aquela pelo crédito e este pelo apoio às medidas de controle econômico do comissário (Faoro, 1958 (1987): 418).

A lavoura tentou reagir novamente por volta de 1895, período de auge dos comissários, reiterando suas críticas a estes últimos e reivindicando ajuda governamental à produção cafeeira. Nesse mesmo ano, uma comissão interna da Câmara dos Deputados encarregou-se de estudar uma proposta de monopólio federal das exportações. O objetivo, como se vê

claramente, era que o governo assumisse o papel dos comissários, eliminando, assim, a posição parasita deste último. Sob pressão dos próprios comissários nada resultou desse projeto.

Também o grande capital cafeeiro que, junto com as casas exportadoras estrangeiras, começa a ameaçar o poder dos comissários, indis põe-se com este quando propõe a criação de uma alfândega em São paulo para receber as mercadorias importadas³, sem que essas precisassem passar pela alfândega de Santos, cidade onde se concentrava o comissariado. O problema consistia justamente no fato de a alfândega de Santos ser controlada por comissários que veriam os seus lucros drasticamente reduzidos com essa ofensiva do grande capital cafeeiro, concentrado na cidade de São paulo. O caso ficou conhecido como o conflito entre a Associação Comercial de São Paulo e a Cia. Doca de Santos. O projeto, se fosse aprovado, seria posto em execução em 1896. A ação do comissariado santista impediu a sua realização.

Pensamos que, pelo que foi exposto até aqui, já é possível se perceber, claramente, a existência da lavoura enquanto uma atividade econômica, enquanto uma fração de classe independente, não absorvida pela fração mercantil. Não se deve pensar, pois, que a pessoa de um fazendeiro representava também, necessariamente, um comissário. Não há

³ No período em que dominava, o comissário, além de levar o café aos portos de exportação, exercia também a função de fornecedor de mercadorias importadas necessárias ao consumo dos fazendeiros. O seu permanente contato com o porto de Santos permitiu o exercício dessa função e o domínio da alfândega de Santos. O conflito com o grande capital cafeeiro revela que este último está agindo também no comércio importador, aprofundando a diversificação de suas atividades. Cf. J.S.Martins, 1979 (1986), p.78 e Sees, 1986, p.124.

dúvidas de que alguns fazendeiros abriram também casas comissárias, ou vice-versa, mas o número de fazendeiros que exerceram outras atividades além da lavoura parece ter sido bem pequeno⁴. Importa reter aqui que um comissário, seja ou não também fazendeiro, agia em relação à lavoura de forma a impor o seu caráter comercial. E, enquanto capital comercial, o que lhe interessava era sugar o máximo possível do excedente gerado na produção.

Além de identificarmos ao nível das relações econômicas uma fração agrária independente, ou melhor dizendo, separada do capital comercial e a ele subordinada, vemos que este último logia impor ao Estado decisões que o beneficiam e que prejudicam profundamente a lavoura, uma vez que reiteram a dependência e a subordinação desta ao comissariado. No período de auge das casa comissárias, a lavoura não conseguiu fazer com que o Estado tomasse medidas que a livrassem desse domínio. O monopólio oficial do grão e uma política de crédito agrícola nem sequer foram esboçadas.

Ao nosso ver, essa situação da lavoura frente ao capital comercial, representado aqui pelo comissário, já

⁴ "A estrutura do comércio de exportação do café, em São Paulo, era semelhante à que se formara no Rio de Janeiro: a) fazendeiro; b) comissário; c) ensacador; d) corretor e e) exportador, atividade em que predominava o capital forâneo, principalmente norte-americano. Eram poucos os fazendeiros que também exerciam as demais atividades, e a maior ocorrência de casos em que ele exercia mais de uma, se limitava até o serviço de comissariar os negócios cafeeiros, dado que o capital externo praticamente controlava a exportação de café." O período ao qual o autor se refere é o de 1896 - 1897. Cf. Cano, 1977 (1983), p.70 - 71. Sobre a crise de 1929 discutiam a Associação Comercial de São Paulo e a Sociedade Rural Brasileira. Esta dizia o seguinte: "os interesses da lavoura cafeeira paulista são antagônicos, neste caso, aos defendidos pela Associação... Nem vale afirmar que todos, ou quase todos (comissários) possuem fazendas de café, como diz a digna Associação Comercial de Santos. Diremos nós, que apenas pequena parte das lavouras de São Paulo pertence a comissários e que a maioria dos fazendeiros não são comissários." Citado por Prado, 1986, p. 145.

serviria para questionar profundamente as teses que afirmam ser os fazendeiros de café ou os "produtores de café" a fração hegemônica, isto é, a fração capaz de definir as políticas de Estado de acordo com os seus interesses prioritários.⁵

Contudo, o comissariado não permaneceu assim poderoso por muito tempo. Um fator que contribuiu para o seu enfraquecimento enquanto fornecedor de crédito foi a abolição da escravatura. Com a libertação dos escravos, em 1888, o volume de recursos necessários ao custeio da fazenda cresceu face à presença do trabalho assalariado. Ao comissário tornou-se necessária uma quantidade maior de recursos para atender a esses crescentes gastos. Esse problema passou a dificultar a sua ação, pois esse volume de recursos nem sempre lhe era acessível.

Outro fator foi a crise dos preços externos do café, em 1896, que também os atingiu duramente. Os comissários se viram impossibilitados de executarem os seus créditos em virtude da insolvência dos fazendeiros. Consequentemente, viram-se transformados em proprietários de fazendas devido ao recebimento de propriedades hipotecadas. É preciso lembrar que essa crise se prolongou até o ano de 1906, quando se deu a primeira valorização, desferindo um duro golpe sobre o sistema pessoal de crédito dominado pelos comissários.

A esses fatores somava-se a nova forma de

⁵ Os exemplos mais conhecidos dessa posição são os livros clássicos de Sodré, 1967, Furtado, 1971 (1972) e Carone, 1970 (1972).

comercialização adotada pelas casas exportadoras, nacionais e estrangeiras, que em meados da década de 90 passaram a mandar os seus próprios agentes para comprar o café diretamente dos fazendeiros no interior, deslocando o comissário da posição de intermediário entre o produtor e o exportador. Para esse fato contribuiu enormemente o avanço das estradas de ferro, cujo percurso ligava diretamente o interior cafeeiro à capital do estado e à Santos, onde se encontravam a maioria das casas exportadoras. À medida em que a estrada de ferro ia passando, as casas comissárias locais iam perdendo força ⁶.

Nessa luta os comissários eram atacados de dois lados: pelo grande capital cafeeiro e pelas casas estrangeiras⁷.

A concorrência do grande capital cafeeiro foi fortemente sentida pelos comissários através da criação dos Armazéns Gerais - regulamentados em 1903 - que estocavam o café comprado no interior e tiravam-no do controle das casas comissárias. A criação desses armazéns, que somente o grande capital tinha condições financeiras de sustentar, foi fortemente criticada pelo comissariado santista.

Não só através dos Armazéns Gerais, mas também através das casas exportadoras o grande capital abalou o poder do comissariado. A Cia. Central Paulista, fundada em meados da década de 80, cuja sucessora, nos anos 90, foi a Cia. Prado Chaves, assumiu posição importantíssima na comercialização do café e na valorização do produto. É certo que a

⁶ Cf. Mello e Saes, 1985.

⁷ Cf. Saes, 1986, p. 126 e segs.

exportação de café era dominada por casas estrangeiras, mas isso em nada aliviava a decadência do comissariado. Muito pelo contrário. É o que nos revela um artigo de Augusto da Silva Telles, ao comentar medidas que visavam resolver a crise cafeeira, em 1901:

satisfatórias que fossem essas medidas todas (capital fácil e abundante, propaganda do café brasileiro no exterior, redução dos fretes ferroviários, diminuição dos direitos de exportação, braços para o trabalho agrícola) - e salutaras seriam por certo, uma vez tomadas com o preciso critério - conduziriam a nossa grande indústria a uma relativa bonança, é possível; concorreriam todas para colocar a lavoura em condições de poder resistir, sem perecer, à depreciação das cotações de mercado. Longe, porém, estão de oferecer a indispensável resistência à grande crise que nos assoberba... As medidas que comumente são reclamadas concorrerão só e exclusivamente para o benefício do elemento invasor e absorvente (apud, Saes, 1981 b: 245).

A descrença de Silva Telles explica-se, sobretudo, pelo fato de ele mesmo ser comissário. O "elemento invasor e absorvente", como se percebe, é o capital estrangeiro, representado pelas casas exportadoras, que vinham progressivamente expulsando os comissários do comércio de café.

No entanto, a superação dos comissários pelas casas exportadoras nacionais e estrangeiras não significou o desaparecimento completo dos mesmos. Eles permaneceram atuando na economia cafeeira graças à eterna fragilidade, ou mesmo ausência, do sistema creditício dessa economia. Lapa (1983 (1987):98) nos informa que, dada a inexistência de crédito agrícola, os comissários puderam manter as sua

funções de banqueiros até a crise de 1929, apesar de ter ocorrido um certo crescimento do sistema bancário.

Na verdade, a expansão do sistema bancário durante a Primeira República limitou-se à operações urbanas. Os grandes bancos nacionais, sediados em São Paulo, estavam nas mãos do grande capital cafeeiro, e concediam crédito apenas aos seus membros. Os bancos estrangeiros em época de crise comercial eram os que menos auxiliavam a produção nacional, preferindo especular com o câmbio.

As freqüentes dificuldades de crédito faziam sempre surgir novas propostas para resolvê-las. O Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola de São Paulo (1909) foi uma das tentativas mais vigorosas que, no entanto, já nasceu desacreditada pelos lavradores. E isto porque o crédito por ele concedido era baseado na hipoteca das terras, as quais eram avaliadas quase sempre em apenas 1/3 de seu valor real. Além desse, vários outros bancos de custeio rural surgiram estimulados pela Sociedade Incorporadora de Bancos de Custeio Rural, com sede São Paulo.

Em 1911, existiam 36 bancos desse tipo, na sua maioria com caráter corporativo, isto é, que permitiam apenas aos seus acionistas pedir e receber empréstimos. O crédito era concedido com base nos frutos pendentes da colheita como garantia. Eram bancos de pequena dimensão - capital com 100 contos de réis, com apenas 25 a 40 contos realizados em

1911⁸. Desses bancos poucos vestígios podem ser encontrados já em 1920. O Banco de Crédito Hipotecário, por exemplo, não vingou e foi encampado pelo estado de São Paulo em 1926⁹. A lavoura, isto é, o fazendeiro de café do interior, apesar das tentativas, permanecia desprotegido.

Se nos anos noventa podemos encontrar grande número de pequenos bancos no interior (Industrial Amparense, União de São Carlos, Norte de São Paulo, de Piracicaba, de Ribeirão Preto, de Araraquara, etc.), após os anos de crise do início do século apenas dois mantêm-se durante toda a Primeira República: Melhoramentos de Jau e Popular de Guaratinguetá. No decorrer do período em foco, outros pequenos bancos surgem para desaparecer logo em seguida: é o caso do Banco Campineiro (1906), Regional de Mococa e dos bancos de custeio rural. Sua participação no conjunto dos negócios bancários do Estado sempre foi pequena de modo a alcançar em conjunto apenas 1% a 2% do total de depósitos do sistema de crédito (Mello e Saes, 1985: 336).

Por essas razões, durante a República Velha as queixas da lavoura com relação à ausência de crédito e à ausência de uma política creditícia eficaz eram constantes¹⁰. Tal deficiência reiterava a posição subordinada da lavoura e foi responsável também pela sobrevivência de algumas casas comissárias. Love (1982: 309) nos informa que nos congressos agrícolas de 1913 e 1914 - portanto num período já bem posterior ao auge dos comissários -, foi discutida a criação das cooperativas de crédito. Neles prevaleceu a opinião de

⁸ Um mil-réis escrevia-se 1\$000. A moeda divisionária era o "real" (no plural, "réis"), mil dos quais constituíam o mil-réis. Duzentos réis, portanto, se escreviam \$200. Usava-se o "conto" ao falar em grandes importâncias em dinheiro. Equivalia a mil mil-réis. Um conto de réis escrevia-se 1:000\$000. Cf. Warren Dean, 1971, p. 07.

⁹ Cf. Saes, 1986, p. 182 e seqs.

¹⁰ Voltaremos à análise da ausência constante de uma política oficial de crédito agrícola e das reclamações sistemáticas da lavoura quando formos analisar a questão creditícia no item 3, número 3.6 deste capítulo, referente à política econômica.

que elas não seriam eficazes em São Paulo, devido a magnitude do investimento exigido pelos empreendimentos cafeeiros dentro do Estado. Além disso, argumentava-se que tais cooperativas não vingariam visto que o sistema de crédito estava por demais vinculado às casas comissárias.

Durante a sua decadência, os comissários assistiram, desde a década de 1870, com o avanço das ferrovias, a ascensão do grande capital cafeeiro. Um capital produtor, porém diversificado, predominantemente mercantil, mas modernizador. A ele caberá a posição de vanguarda econômica da sociedade agro-exportadora.

2- O GRANDE CAPITAL CAFEIEIRO E A LAVOURA

O desenvolvimento da economia cafeeira, já antes da República, tornou necessário o crescimento de um setor de infra-estrutura que pudesse viabilizá-la. Aliás, sem o desenvolvimento paralelo desse setor a economia cafeeira não teria chegado onde chegou.

É na esteira dessa complexificação da economia do café que surgirá o grande capital cafeeiro. "O desenvolvimento da economia cafeeira é o desenvolvimento do capital cafeeiro" (Silva, S., 1976: 59). Para comercializar e financiar uma produção em constante crescimento tornava-se necessário a existência de um sistema comercial relativamente avançado, formado por casas comerciais e uma rede bancária relativamente sólidas. Paralelamente, a formação de um setor

de serviços urbanos vai se aprofundando à medida em que as cidades vão ocupando uma posição central na economia cafeeira. Além disso, a expansão das plantações de café chega a um ponto que só pode prosseguir se acompanhada da expansão das ferrovias. A expansão das estradas de ferro e a expansão das plantações são fatores intimamente interligados. Será nesses diversos novos ramos abertos pelo desenvolvimento cafeeiro que o grande capital se desenvolverá. Como vimos, essa nova classe tem a sua base na produção de café, mas, assim como a economia cafeeira, ela ultrapassa de longe os limites da produção. Os seus líderes são aqueles que dirigem a marcha para o oeste paulista e que, no entanto, não se limitam a organizar e dirigir as plantações. Aos poucos, isto é, na medida em que sua atividade se diversifica, vão se afastando das tarefas ligadas à gestão direta das fazendas, vão se estabelecendo nos grandes centros, sobretudo na capital, visto que, como comerciantes, banqueiros e diretores de companhias ferroviárias, não podiam ausentar-se demoradamente dos centros dos negócios cafeeiros.

O grande capital cafeeiro se resume a um número muito reduzido de famílias. A análise dos principais membros de algumas companhias ou bancos revela, com uma repetição monótona, quase sempre os mesmos nomes: os Silva Prado, Souza Queirós, Vergueiro, Souza Aranha, Paes de Barros, Melo de Oliveira, Pacheco Jordão, Queirós Telles e outros.

Representante por excelência do grande capital

cafeeiro é o famosíssimo Conselheiro Antonio Prado, cuja atividade individual, e também de sua família, será usada por nós como exemplo paradigmático dessa classe.

É claro que o grande capital cafeeiro, resultado e causa do avanço da economia de exportação, não surgiu do nada. O seu desenvolvimento e a sua diversificação têm uma história que, na verdade, começa mesmo antes do café adquirir toda a sua importância. A história de sua origem, desenvolvimento e consolidação será brevemente narrada a seguir.

2.1- ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO GRANDE CAPITAL CAFEIEIRO.

O seu desenvolvimento se explica por um processo de acumulação de capital que ocorreu previamente ao predomínio da lavoura exportadora cafeeira. Esse processo de origem nos remete à São Paulo do início do século XIX que, com a recuperação de sua autonomia administrativa, com o incremento da lavoura açucareira, com o escoamento dos produtos pelo porto de Santos por força da lei e com o comércio de animais bastante ativo se firmava como cidade mercantil, como grande centro comercial.

Desde a época colonial até esse período o que prevaleceu em São Paulo foi a riqueza dos homens de negócio e mercadores de animais e escravos. Foram eles os responsáveis pelo processo de acumulação de riqueza anterior

ao propiciado pela lavoura cafeeira de exportação, foram eles que deram origem ao grande fazendeiro com capital suficiente para diversificar seus investimentos à medida em que a economia cafeeira se tornava mais complexa. Como diz Sérgio Buarque de Holanda, "o tropeiro é o sucessor direto do sertanista e precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro (apud, Mello, 1985: 48).

Assim, os autores²¹ que analisam esse processo de origem do grande capital cafeeiro ou, como é mais comumente chamado, dos "grandes fazendeiros", concordam com relação ao fato de que eles extraíram suas forças e sua capacidade de investimento de sua dupla origem: rural e mercantil.

A origem mercantil não se pauta apenas na comercialização de animais de carga, de gado e de escravos, mas também na comercialização do açúcar. Aliás, a origem rural dessa classe social se encontra na lavoura canavieira. Vários grandes fazendeiros tiveram semelhantes processos de formação de riqueza. Antes de cafeicultores, os Silva Prado, Queirós Telles, Pereira Queirós, Vergueiro e outros eram proprietários de terra na região noroeste da Capital (Campinas e Jundiaí), e expandiram suas propriedades na fase de exportação de açúcar da economia paulista.

As atividades rural e mercantil já eram operadas conjuntamente. Tanto a comercialização de animais como a comercialização do açúcar propiciaram rentabilidade

²¹ Para o estudo desse processo histórico de origem e desenvolvimento do grande capital cafeeiro confira o excelente livro de Zélia Cardoso de Mello (1985) e o clássico de Pierre Menbeig (1984).

suficiente para que mais tarde fosse possível patrocinar a expansão cafeeira. O rural e o mercantil estão, pois, presentes no embrião do grande capital cafeeiro, isto é, a lavoura açucareira e o comércio de açúcar, animais e escravos estão na origem da maioria dos indivíduos que se tornaram, mais tarde, membros dessa classe social. Nas palavras de Mombeig:

em século e meio de cultura cafeeira, malgrado algumas pausas bruscas, a euforia comercial contribuiu para a formação de fortunas muito sólidas... Alguns eram mesmo comerciantes enriquecidos, que tinham passado a empreender uma agricultura essencialmente comercial... Outras fortunas tinham resultado do comércio de mulas, nas feiras de Sorocaba, ou então no de escravos entre os estados do norte e os do sul. Eram solidários comércio e agricultura de exportação e tinham assegurado a formação de uma classe rica, aristocracia do dinheiro, que os imperadores Pedro I e Pedro II enobreceram generosamente e que tomava parte ativa na política brasileira (Mombeig, 1984: 96).

Entre 1880 e 1910, quando o café já se encontra plenamente em solo paulista, o grande capital cafeeiro já está consolidado como uma classe de grandes fazendeiros com investimentos ultrapassando os limites das fazendas, dirigindo-se para importantes sociedades bancárias e ferroviárias, além de deter altos postos na administração pública. Avançava a chamada "grande burguesia paulista". O grande capital cafeeiro era também o elemento pioneiro do avanço geográfico da economia agro-exportadora. Foi ele quem desbravou novas terras necessárias à sua expansão, ocupando

e civilizando as fronteiras de São Paulo ¹².

Esse processo de diversificação se revela, como demonstrou Zélia C. de Mello (1985: 93 e segs.), através da modificação na formação dos ativos que compunham as fortunas dos membros do grande capital cafeeiro. Da predominância da forma tradicional de riqueza, isto é, os escravos, o portfólio dos membros dessa classe passa a ser dominado por formas mais modernas, como valores mobiliários, em especial ações e terra.

Até 1850 os ativos que constituíam o grosso da riqueza dos fazendeiros são, sem dúvida, em ordem decrescente, escravos, dívidas ativas (dinheiro em haver) e imóveis. Em 1871, ocorre a primeira mudança importante nessa composição. O predomínio de dívidas ativas e dos imóveis se dá junto com um declínio acentuado da participação dos escravos - de 27,55% para 18,94% . E mais: a participação dos escravos é decrescente conforme vai passando dos menos ricos para os mais ricos, mostrando o avanço de novas relações de trabalho nas grandes fazendas e a importância dos novos investimentos para os grandes fazendeiros.

Nos anos 70 os valores mobiliários passaram a se

¹² Exemplos desses elementos pioneiros são os membros do grande capital cafeeiro ligados às famílias Toledo Piza e Prado. No que se refere à primeira, Joaquim de Toledo Piza, em 1869, completou os desbravamentos da zona de Jaú. Partiu, em 1891, para o sertão de Coroados e lá plantou os primeiros pés de café. Com a construção da ferrovia de Bauru ao Mato Grosso, fundou a cidade de Albuquerque Lins. Em 1923, ele já possuía 1 milhão de pés de café. Para completar, fundou uma casa de exportação em Santos. Os Prado partiram da zona de Limeira e Araras em direção à terra roxa de Ribeirão Preto. O Barão de Iguape (o terceiro Antonio Prado) foi comerciante de mulas em São Paulo, Bahia e Goiás. Martinho Prado, seu filho, plantou cana em Campo Alto, Engenho Velho e em Araras, isto é, no ponto extremo do povoamento. Em 1887, Martinico, filho de Martinho, descobriu a terra roxa de Ribeirão Preto, e organizou lá várias fazendas. Cf. Monbeig, 1984, p. 140-141.

destacar como parcela de riqueza dessa classe . Aliás, entre os menos ricos prevaleciam imóveis e dívidas ativas, enquanto entre os mais ricos as ações passavam a se destacar. Já entre 1861-1870 as ações prevalecem no item "valores mobiliários", tendência que se acentua nos anos 70 e também nos anos 80.

Este processo de transformação na composição dos ativos mais importantes revela a ascensão de formas de riquezas mais modernas à medida em que se torna mais diversificada e complexa a economia cafeeira.

O fim do tráfico de escravos, a expansão das plantações, a imigração, a superação do transporte por animais pelas ferrovias, o crescimento de cidades como Santos e São Paulo enquanto centros comerciais, tudo isso aponta para uma nova sociedade, mais dinâmica e mais complexa. O grande capital cafeeiro é, ao mesmo tempo, resultado e causa desse processo. Resultado no sentido de ter crescido e se diversificado graças às condições e possibilidades (internas e externas) oferecidas por essa economia. A diversificação dos investimentos é inseparável da diversificação da economia e da sua natureza cada vez mais complexa. E causa no sentido de que essa nova sociedade encontrou no grande capital cafeeiro o realizador, aquele que tinha condições de levar a cabo as tarefas necessárias a essas transformações. A acumulação de capital prévia, enquanto comerciante de animais, plantador e mercador de açúcar, possibilitou ao grande capital cumprir o seu papel.

Do comércio de animais e escravos, da lavoura e comércio açucareiros à lavoura e comércio cafeeiros, os membros da fração de classe que se consolida como o grande capital cafeeiro realizaram um investimento que é, sem dúvida, um dos acontecimentos mais importantes do século XIX, qual seja, as ferrovias.

No início da década de 70, as condições favoráveis do mercado externo incentivaram a expansão das plantações de café. Esta expansão colocou de forma dramática o problema do transporte do café até o porto de Santos.

À medida em que ela ocorria, os centros produtores iam se interiorizando e, conseqüentemente, afastando-se do litoral e do ponto de embarque. O aumento da distância encarecia cada vez mais o transporte da carga até o porto. O encarecimento se dava não apenas pelo preço da viagem do interior a Santos, mas também pelas condições extremamente precárias em que o transporte se dava. Transportando em lombo de animais, perdia-se muito café pela demora da chegada e pela exposição do produto à chuva e ao sol. Tudo isso onerava em demasia a saca de café, ameaçando o avanço da economia cafeeira. Como informa Flávio Saes,

o desenvolvimento da agricultura cafeeira em torno de Campinas e mesmo além coloca uma dupla dificuldade: era preciso vencer mais de 200 Km em tropas de mula e era preciso que o porto de Santos fosse equipado para a manutenção de uma tonelagem crescente. Um viajante alemão, Tschudi, notou, em 1860, que era impossível plantar além de Rio Claro pois a distância a vencer era muito grande. Alguns anos antes, em 1855, um governador do Estado calculou que 500 mil arrobas de gêneros exportáveis permaneciam no lugar de produção por causa do custo muito alto do transporte (Saes,

1981a: 39).

Percebe-se, então, a interação entre ferrovias e expansão cafeeira: o avanço do café em direção ao oeste paulista demanda a ferrovia que, por sua vez só se viabiliza, isto é, só se torna lucrativa em face da expansão cafeeira, visto que esta proporciona a mercadoria a ser transportada.

A primeira ferrovia a ocupar um lugar central na economia cafeeira foi a Santos-Jundiaí. Ela teve as suas obras iniciadas em 1856 e foi concluída em 1867. Superou o obstáculo natural constituído pela Serra do Mar, facilitando enormemente a ligação com o porto de Santos. Permaneceu durante todo o período como propriedade inglesa (São Paulo Railway).

As outras estradas de ferro que surgiram e se desenvolveram em função do avanço da economia cafeeira, ou seja, cujo desenvolvimento obedeceu às necessidades dessa economia, foram a Paulista, inaugurada em 1872, a Mojiana e a Sorocabana, ambas inauguradas em 1875. O desenvolvimento e o traçado dessas ferrovias não obedeceram a um plano sistemático. Ao contrário, ele foi decidido segundo os interesses dos administradores, produtores e comerciantes de café. Concessões eram dadas ou negadas em função desses interesses¹³.

Essas três ferrovias foram iniciativas do capital

¹³ Para essa questão do traçado das ferrovias e exemplos detalhados ver Flávio Saes, 1981a, p. 54-67.

inglês, contudo foram incorporadas pelo capital nacional e permaneceram, durante todo o período, sobre controle nacional, público ou privado. Sem dúvida alguma, um investimento desse porte exigia uma quantidade de capital que os grandes fazendeiros paulistas eram capazes de mobilizar para dar continuidade à construção dessas.

Como foi possível ao capital nacional investir e dar continuidade a elas? Antes de tudo, não podemos esquecer o sistema de garantia de juros que possibilitou a sua implantação. Esse sistema vigorou até o início do século XX e foi ele que garantiu, durante esse período, a implantação e expansão das ferrovias paulistas. A garantia de juros assegurava a isenção de impostos sobre os produtos importados necessários para a construção, zonas de cinco léguas (30 Km) nas laterais dos trilhos para uso exclusivo das ferrovias e garantia governamental de 5 a 7% de juros sobre o capital investido, assegurando a rentabilidade da empresa. Ou seja, caso a renda líquida da ferrovia não fosse o suficiente para distribuir dividendos de 7% ao ano, o governo completaria o faltante.

Mas, além disso, como foi possível aos brasileiros reunirem capital suficiente para movimentar um investimento dessa envergadura? É certo que o capital para essas empresas veio dos grandes fazendeiros-comerciantes, cujo enriquecimento crescente derivava das condições excepcionais do mercado cafeeiro nos anos 70 do século XIX.

É certo que essa década vivenciou um forte sobressalto

que foi a grande depressão internacional de 1873. Porém, dois fatores amorteceram bastante seus efeitos sobre os produtores e comerciantes de café brasileiros. O primeiro deles foi a quebra de produção de Java, que possibilitou ao Brasil ampliar o seu mercado. Assim, a lucratividade do café aumentou na medida em que ampliamos o nosso mercado. O segundo deles foi o declínio da taxa de câmbio permitindo uma compensação parcial da queda dos preços externos aos produtores de café.

Desse modo podemos perceber que, no seu conjunto, a década de 1870 reuniu condições favoráveis à produção e comercialização do café, o que permitiu, por sua vez, um acúmulo de capital no setor cafeeiro passível de ser transferido para as ferrovias. A década de 1870 nos revela, portanto, o avanço da diversificação do capital originário da produção cafeeira em direção às ferrovias, ou mais precisamente, o desenvolvimento daquela fração de classe que chamamos de grande capital cafeeiro.

Outra consequência das ferrovias, além da viabilização da expansão da economia cafeeira, foi fazer com que o capital de São Paulo se transformasse no centro residencial de vários fazendeiros de café. Esses elementos da vida econômica e social do interior abandonavam as suas localidades e elegiam a Capital como residência e centro de negócios. Assim, São Paulo não era apenas a cidade onde se morava, mas era o centro urbano que, em decorrência da vinda dos membros do grande capital, transformava-se em centro de

atividades comerciais e financeiras, com a existência, além do comércio a varejo, de grandes casas de importação e exportação e bancos, nacionais e estrangeiros.

É preciso dizer que também essas atividades comerciais e financeiras se concentraram nas mãos de um reduzido número de indivíduos que eram, na verdade, os membros que controlavam as ferrovias. As casas de exportação e os bancos revelam também o avanço da diversificação do grande capital cafeeiro.

A ferrovia foi, como vimos, o primeiro grande investimento do grande capital. Um investimento natural frente às necessidades de expansão da economia cafeeira. Porém, o período conhecido como "Encilhamento" (1890-1892) vem forçar novos investimentos, uma vez que a política inflacionista da época onerou demasiadamente o setor ferroviário.

A inflação e a desvalorização cambial provocaram o encarecimento das importações de onde o sistema ferroviário adquiria os seus meios de produção; e implicaram também num aumento imediato das despesas com combustíveis e lubrificantes trazidos do exterior. Entre 1889 e 1893, os custos dos produtos importados usados nas ferrovias aumentaram em 136%. Além disso, o aumento em mil-réis dos juros e amortizações dos empréstimos externos contraídos pelas ferrovias e o aumento dos salários também inibiram a atividade ferroviária. Devido a essa conjuntura pouco favorável à expansão das estradas de ferro, o capital

cafeeiro migrou com intensidade para outras atividades, diversificando-se ainda mais. Como diz Joseph Love,

this owner of fazendas, banks, factories, and export operations was seeking to maximize profits when coffee prices were peaking, while hedging against losses with a diversified portfolio (Love, 1989: 129).

Isso não quer dizer que antes o grande capital não tivesse investido em bancos, casas comerciais e setores de serviço público. Mas, sem dúvida, foi na década de 90 que se acentuou o investimento nesses setores.

Além dessa situação pouco propícia para o investimento ferroviário, é preciso lembrar que no começo da República a nova legislação sobre sociedades anônimas - que permitia, entre outras coisas, organizar sociedades sem autorização do governo - estimulou a formação de novas associações. Somou-se a isso a reforma bancária do início dos anos 90 que estimulou a emissão regional, criando uma situação de crédito fácil que representou grande estímulo aos negócios da época.

Entre 1892 e 1893, uma grande quantidade de bancos apareceu no estado de São Paulo. Embora grande parte deles não sobrevivesse até 1895 e à crise de 1901, alguns permaneceram. Porém, os dois bancos mais importantes do estado de São Paulo - o Banco do Comércio e da Indústria e o Banco de São Paulo -, ambos fundados em 1889, eram claramente controlados pelo grande capital cafeeiro.

O início da década de 90 presenciou também o avanço dessa classe sobre o comércio importador. Nesse caso, a

característica predominante era a constituição de sociedades marcada pela união de um indivíduo, já ligado ao comércio importador, geralmente estrangeiro, com o grande capital cafeeiro. Exemplos nessa área são: a Cia. Mecânica e Importadora, Cia. Arens, Cia. Machardy, Cia. Lupton e Cia. Importadora Paulista.

Na Cia. Mecânica e Importadora, Augusto Souza Queirós era presidente e Alexandre Siciliano gerente. Os herdeiros de Martinho da Silva Prado, pessoas da família Souza Queirós, Elias Pacheco Chaves e Carlos Pais de Barros eram acionistas em 1892. Todos ligados às ferrovias e sabidamente membros do grande capital. Na Cia. Arens aparecem A. Pádua Sales, José Paulino Nogueira, Pedro Souza Aranha e F.A. Queirós Telles. Na Cia. Machardy, o grande capital é representado pelo Barão de Ataliba Nogueira e Gabriel Dias da Silva; na Cia. Lupton, Antonio Rodovalho e outros; na Cia Paulista, J.B. Mello de Oliveira se associava a H. Robertson e Joseph W.Mee.

O grande capital cafeeiro investiu também, já antes de década de 90, no comércio de exportação de café. Na década de 80, como vimos, foi fundada a Cia. Central Paulista que, em 1887, deu a origem à bastante conhecida Cia. Prado Chaves.

Ainda antes de 1890, o grande capital investiu no setor de serviços urbanos. A Cia. Carris de Ferro de São Paulo era, em 1882, dirigida por Francisco de Paula Mayrink, ligado à Sorocabana e pelo indefectível Antonio Prado; a

Cia. Cantareira e Esgotos, em São Paulo, era dirigida por Rafael Pais de Barros e Antonio Rodovalho; além de muitas outras companhias no interior do Estado associadas ao grande capital cafeeiro.

Também no setor industrial, embora em número bem mais reduzido, encontra-se a presença do grande capital cafeeiro. Exemplos nessa área temos a Vidraria Santa Maria de Antonio Prado e Elias Pacheco Jordão; Fábrica de Tecidos Votorantim, a Fábrica de Calçados União, ligadas ao Banco União de São Paulo, cujo presidente era Antonio de Lacerda Franco; a Fábrica de Cimento Rodovalho e a Cia. Melhoramentos (cal, cerâmica e papel) de Antonio Rodovalho.

A nossa intenção aqui não é abordar tal diversificação exaustivamente, mas tão somente apontar a sua existência ¹⁴, e com isso mostrar uma fração de classe distinta dos comissários - um capital exclusivamente comercial (Saes, 1986: 87) - e da lavoura - um capital exclusivamente produtivo.

2.2- O GRANDE CAPITAL CAFEIEIRO: ALGUNS MEMBROS E ATIVIDADES

No intuito de nos colocarmos mais perto desse grande capital cafeeiro, achamos interessante listar alguns nomes daqueles que são membros dessa fração da classe dominante,

¹⁴ Para ver essa diversificação bem mais detalhadamente, cf. Saes, 1986. Para o avanço do grande capital nos serviços urbanos veja as páginas 80-83. No setor bancário, até 1889, as páginas 84-87, no mesmo setor, a partir de 1889, veja as páginas 103-108. No comércio importador, as páginas 108-109 e na indústria a página 109.

além de identificarmos as suas atividades. Este último aspecto nos permitirá ver claramente como eles se diferenciam dos comissários e da lavoura. O exemplo maior será a família Prado.

Rafael Pais de Barros. Vereador liberal e mais tarde republicano. Membro da diretoria da sociedade Imperial de Imigração, Sociedade Promotora de Imigração juntamente com Martinho da Silva Prado e Nicolau Souza Queirós. Fazia parte da Cia. Cantareira e Esgotos, em São Paulo. Possuía fazendas em Piraçununga (mais de 600 alqueires) com 1 086 117 pés de café. Possuía ações da Cia. Mogiana, Ituana e Estrada de Ferro São Paulo-Rio de Janeiro. Sócio da casa de comissão de café e de algodão Amaral Rocha e Cia. As suas receitas provinham, sobretudo, de juros de dívidas ativas, dividendos de ações, vendas de café, participação em fábricas e casas de exportação. Era irmão de Francisco Pais de Barros e primo de Luís Antonio de Souza Queirós, também membros do grande capital.

Fernão de Souza Queirós. Era fazendeiro em Ribeirão Preto, Campinas e São João da Boa Vista (Paraná). Nas duas primeiras a extensão das terras era de mil alqueires, com 682 448 pés de café. Era acionista da Cia. Paulista, Banco Comércio e Indústria e Mojiana. Suas receitas eram provenientes de dividendos e das vendas de café. Era filho de V.de Souza Queirós, um dos maiores acionistas da

Paulista, e sobrinho de Luís Antonio de Souza Queirós.

Joaquim Egídio de Souza Aranha (Marquês de Três Rios). Liberal, depois republicano, e imigrantista. Grande acionista e diretor da Cia. Paulista, vice-presidente do Banco do Comércio e Indústria, diretor e grande acionista da Mogiana, Ituana, Central do Brasil, Banco de Campinas, Iluminação Pública de Campinas, Banco de Crédito Real de São Paulo. Era sócio comandatário da Casa Bancária da Província de São Paulo (Nielsen e Cia.). Possuía também fazendas em Campinas e Rio Claro com 4 250 alqueires e mais de 1 100 000 pés de café.

Grabiél Dias da Silva. Deputado em 1891, foi diretor da Cia. Industrial Paulista (fósforo, tipografia e tecidos), da Cia. Tapeçaria e Móveis Santa Maria, do Banco dos Lavradores e acionista da Cia. Industrial Rodovalho.

Na verdade, poderíamos arrolar aqui mais alguns nomes - Rodolfo Miranda, A. Diedricksen, Jorge Tibiriçá, Joaquim Lopes Chaves, João Alves Rubião, Olavo Egídio de Souza Aranha, Cardoso de Melo, etc. - que nos revelariam essas mesmas condições, ou seja, indivíduos com atividades econômicas bastante diversificadas. Percebemos também que, como já disse Flávio Saes, a análise das principais sociedades mercantis (casas comerciais, bancos, ferrovias) revela um relacionamento muito estreito entre os vários

membros do grande capital cafeeiro. As companhias Paulista e Mogiana e o Banco do Comércio e Indústria são os exemplos mais claros dessa coesão.

O maior exemplo dessas famílias representantes do grande capital são os Prado, unanimemente citados pela bibliografia do período. Uma família que tem na atividade agrícola o seu ponto de apoio e origem, mas que vai, progressivamente, personificando interesses urbanos.

A primeira fonte de capital dos Prado foi a terra. Na década de 50 do século passado, Martinho Prado, marido de Veridiana, transformou a fazenda "Campo Alto" em fazenda de café. Em 1864, foi adquirida a segunda fazenda, "Santa Cruz". No fim da década de 60, os filhos de Martinho assumiram o controle das fazendas. Em 1868, Antônio Prado recebeu a fazenda "Santa Veridiana" e Martinico passou a gerir a "Campo Alto". Em 1885, Martinico adquiriu a fazenda "Guatapará", em Ribeirão Preto. Em 1889, os Prado (Martinho, Martinico e Antonio) adquiriram a fazenda "São Martinho", na mesma cidade, que se transformou na segunda maior plantação de café do país.

A família Prado investiu também no setor bancário. O Barão de Iguape, o terceiro Antonio Prado, e outros membros da família possuíam 226 ações das mil inicialmente subscritas pelo ramo paulista do Banco do Brasil. Em 1858, quase metade das ações do banco estava em poder dos Prado.

Em janeiro de 1890, Antonio Prado - o Conselheiro, filho de Veridiana e Martinho - abriu o Banco do Comércio e

Indústria de São Paulo, o qual dirigiu até 1920 e que se tornou a arma fiscal do conglomerado familiar. Para se ter uma idéia da força que a participação em bancos deu aos Prado, vale dizer que, até 1887, o total de ativos de oitos bancos que operavam nas cidades de São Paulo, Campinas e Santos era de apenas 91 mil contos. Os Prado detinham sozinhos, na mesma época, 100 mil contos. Eles contavam, portanto, com uma enorme capacidade de autofinanciamento, assim como outros membros do grande capital, situação que nem de longe era vivida pelos fazendeiros do interior, ligados exclusivamente à atividade produtiva.

A participação dos Prado, especialmente Antonio, nas ferrovias, sobretudo na Cia. Paulista, é bastante conhecida e se deu junto com outros membros do grande capital: Elias Fausto Pacheco Jordão, primo de Antonio, Luís Tavares Alves Pereira, sogro de Martinho Prado Neto e outros tantos. A forte presença dos Prado no comando de ferrovias assegurou-lhes políticas ferroviárias favoráveis aos seus interesses.

Outro setor no qual os Prado foram importantes foi a exportação de café. Em meados da década de 80, Martinho, Antonio e Martinico Prado fundaram a Companhia Central Paulista. Em 15 de novembro de 1887, a Central Paulista foi reorganizada e transformou-se na Prado Chaves e Cia., com o capital inicial de 500 contos. Elias Antonio Pacheco e Chaves e Elias Fausto Pacheco Jordão juntaram-se à companhia como sócios. O capital da Prado Chaves, na década de 90, elevou-se a quatro mil contos, com outros parentes

participando da sua administração.

A princípio, a Cia. Prado Chaves realizava as exportações de café para várias famílias interrelacionadas: os Prado, os Chaves, os Monteiro de Barros, Conceição e Portella. Dirigida por Paulo Prado, filho de Antonio, por Plínio, filho de Martinico, por João Machado Portella e Ernesto Ramos, ela tornou-se a mais importante casa de exportação de café de propriedade brasileira. De início, participava com uma insignificante quota de exportação de café no porto de Santos. Porém, em 1912-1913, alcançou uma participação de 16,82% do total das exportações realizadas no porto. Em 1908 e 1923, a Prado Chaves fundou subsidiárias em Londres, Hamburgo e Estocolmo¹⁵.

As fazendas, ferrovias, sociedades de imigração, bancos, casas de exportação revelam uma fração de classe que não pode ser definida exclusivamente como fazendeiros. Ao contrário, o grande capital cafeeiro, extremamente diversificado, e justamente por isso, mantinha relações pouco harmoniosas, até mesmo conflituosas, com o capital especificamente produtivo. É essa relação conflituosa, ao nível das atividades diferenciadas dessas duas frações de classe, que abordaremos a seguir.

2.3- O CONFLITO ENTRE A LAVOURA E O GRANDE CAPITAL. A

¹⁵ Todas as informações sobre a família Prado contidas acima foram retiradas do livro de Levi, 1974. O autor analisa o seu desenvolvimento exaustivamente, das origens, entre 1700 e 1840, passando pela família no Segundo Império, até a República. Sobre as terras da família ver da página 160 à 168; sobre os bancos, página 160 e também páginas 248-249; sobre a Cia. Prado Chaves ver as páginas 254-255. Confira também Mombeig, 1984, p. 140-141.

DIFERENCIAÇÃO DA CLASSE DOMINANTE NA ECONOMIA
AGRO-EXPORTADORA.

O conflito entre o grande capital cafeeiro urbano e a lavoura, isto é, os fazendeiros do interior revela-se através de um dos principais investimentos do grande capital: a atividade ferroviária. Havia ainda, entre 1850 e 1890, uma relação harmoniosa entre esses dois setores que residia numa dependência recíproca: a lavoura só poderia avançar servindo-se das estradas de ferro e estas só seriam rentáveis na medida em que a lavoura expandisse e fornecesse às ferrovias as mercadorias a serem transportadas. Portanto, a única preocupação inicial das ferrovias era relativa à produção da lavoura, pois o volume de café transportado era a variável definidora da rentabilidade da empresa.

Porém, a década de 1890 marcará o rompimento dessa relação. Antes de tudo, é preciso lembrar que as ferrovias, sendo um investimento do grande capital, procuravam, como é natural, tornar-se o mais rentável possível. Ou seja, a medida em que elas passaram a delinear claramente os seus próprios interesses elas entram em conflito com a lavoura. E isso se deu porque o transporte ferroviário se constituiu em custo crescente para a lavoura cafeeira. Para se ter uma idéia, basta lembrar que, se em 1890 o frete ferroviário representava 10,39% do valor do café entrado em Santos, em 1905, passou a representar 34,93% desse valor.

O aumento do custo do café causado pelo frete

ferroviário nos leva ao cerne da questão: o conflito em torno da tarifa ferroviária, aprofundado pelo problema da taxa cambial.

O início da década de 90 marcou o aparecimento desse conflito, cuja essência da discordância residia na violenta queda da taxa de câmbio verificada a partir dos primeiros anos da República.

O declínio do valor da moeda nacional, em função da política inflacionária do período do Encilhamento, implicou, como vimos, no aumento violento do custo dos importados. Com a dependência que as ferrovias tinham desses produtos (equipamento e combustíveis), elas viram o seu custo operacional elevar-se bruscamente. E não apenas isso. O movimento da taxa de câmbio relacionava-se com o processo inflacionário interno, fazendo com que outro elemento básico do custo operacional das ferrovias - o total dos salários pago ao pessoal - também se elevasse. Somava-se a isso o encarecimento dos empréstimos em moeda estrangeira feitos pelas ferrovias. Percebe-se, então, a estreita relação existente entre o declínio cambial e o aumento das despesas das ferrovias.

Para piorar a situação, a sua receita das não cresceu correspondentemente, visto que as tarifas eram mantidas em termos monetários e fixos. Surgiu daí o ponto central do conflito. Para as ferrovias, a elevação das tarifas apresentava-se como condição básica para manter-se a rentabilidade das empresas em níveis compensadores. Para a

lavoura, a situação era confortável, pois a queda cambial nesse período aumentava ainda mais a renda dos fazendeiros em mil-réis, sobretudo num período em que os preços externos do café estavam em alta. A elevação tarifária significaria queda nos seus lucros.

Para tentar resolver esse problema, instituiu-se, em 1893, sob pressão do declínio cambial, a tarifa móvel, isto é, o reajuste automático das tarifas de acordo com a taxa de câmbio vigente. A tarifa móvel tinha como base o câmbio de 20 dinheiros por mil-réis. A cada 1 dinheiro a menos na taxa de câmbio as ferrovias estavam autorizadas a aumentar as suas tarifas em 5%. O aumento máximo permitido era de 40%, ou seja, até o limite do câmbio de 12 dinheiros. Segundo Flávio Saes (1981a,p.123), a adoção da tarifa móvel veio de fato atender às reais necessidades das ferrovias, cujos lucros não seriam mantidos em época de desvalorização do câmbio sem que houvesse um aumento das tarifas.

A difícil situação das ferrovias no início dos 90 mudou no governo Campos Sales (1898-1902). Esse governo, com sua política contencionista e deflacionista, elevou a taxa de câmbio, deixando as ferrovias numa situação mais confortável. É o que revela o relatório da Cia. Paulista de 1900:

para o corrente ano de 1900, é de se esperar resultado financeiro ainda melhor. É que não só a safra de café parece não ser inferior à última colheita, como, já em virtude da alta de seu preço em relação à miserável cotação que caíra, já pela melhora da situação cambial, a importação deve desenvolver-se, ao mesmo tempo que, por outro lado, os encargos da dívida externa serão menores,

bastando que se mantenha a atual taxa de câmbio de 9 5/16 para que o serviço dos juros de empréstimo de 1892 custe 500:000\$000 menos do que custou no ano passado (apud, Saes, 1981a: 132).

Para a lavoura, porém, a situação beirava o desespero. Segundo Franceschina Vilaro (1986: 59), a crise cafeeira do período 1895-1906 levou o preço da saca de café de 100\$, em 1893, para 25\$, em 1903, enquanto as ferrovias cobravam os mesmos preços pelos fretes. A queda dos preços internacionais, a valorização cambial e a manutenção das tarifas, tudo somado, nos permite imaginar a difícil situação em que se encontravam aqueles ligados exclusivamente à produção agrária exportadora.

Ao que tudo indica, esse problema deve ter permanecido por todo o primeiro período republicano. Ainda em 1915, Alfredo Ellis, representante dos interesses da lavoura, continuava apontando como sendo uma das grandes dificuldades enfrentadas pela lavoura a alta percentagem ocupada pelo frete ferroviário no valor da arroba de café. No preço de 6 mil réis a arroba, dizia ele, só o frete ferroviário absorvia um mil-réis (Carone, 1969 (1973): 146)¹⁶.

O que esse conflito nos revela é, na verdade, o conflito entre a lavoura e os interesses do grande capital cafeeiro. Este último, embora tivesse uma dimensão produtiva no setor agrário exportador, ocupava posições privilegiadas

¹⁶ A garantia de juros para construção e operação de ferrovias deve também ter funcionado como elemento de conflito entre a lavoura e o capital cafeeiro, além de evidenciar a maior força política deste último. Enquanto a lavoura vivia as mais sérias dificuldades, sem crédito, pagando altos fretes, a garantia de juros funcionava como um mecanismo estatal de redistribuição de renda, em detrimento da lavoura e a favor do grande capital cafeeiro.

em outros investimentos. Essa diversificação fazia com que a valorização cambial não o prejudicasse tanto, pois outras inversões, como as ferrovias, garantiam sua rentabilidade. Nem mesmo a queda dos preços internacionais do café colocava os membros do grande capital em apuros, pois, como vimos, enquanto proprietários de bancos eles garantiam acesso ao crédito em termos pessoais, tendo, por isso, maior resistência à queda dos preços e podendo esperar melhores condições para a venda do produto. A partir daí entende-se porque, apesar de também serem fazendeiros, os membros do grande capital apregoassem claramente a adoção de medidas tarifárias que ignoravam a crise da lavoura, visando manter alta a rentabilidade no setor ferroviário (Saes, 1986: 163).

O problema do crédito, acima citado, que será mais detalhadamente analisado no item seguinte, estava intimamente ligado ao problema da especulação comercial. Se esta permaneceu durante todo o período, foi porque não houve jamais uma política de crédito agrícola eficaz que livrasse a lavoura da tutela comercial. Embora não exaustivamente, será este conflito que veremos a seguir.

Na leitura da bibliografia sobre o período fica bastante claro que a razão do aumento da fragilidade dos fazendeiros face ao jogo especulativo era, sem dúvida, a precária organização bancária nacional, que os deixava com reduzida capacidade para sustentar a produção e a comercialização do café.

Dois fatores interligados colocavam a lavoura numa

situação subordinada: a falta de crédito de longo prazo e o monopólio da comercialização e dos estoques de café pelas grandes casas exportadoras, nacionais e estrangeiras.

Muitas vezes, o lavrador se via encurralado, sem recursos financeiros devido à falta de crédito de longo prazo. Nessa situação, ele era forçado a vender a sua safra imediatamente após a colheita. Sem crédito e, portanto, sem condições de estocar o café, os fazendeiros não podiam manter o produto longe do mercado por muito tempo, a fim de forçar uma alta das cotações.

Além da necessidade de vender a safra imediatamente para não correr o risco de perdê-la, os fazendeiros se viam também pressionados pelos enormes estoques em mãos dos exportadores, cujo monopólio e manipulação dava a eles o poder de pressionar para baixo o preço do café.

A ausência de crédito reforçava e garantia a atuação dos oligopsônios comerciais frente à oferta fragmentada do café. Houvesse uma política de crédito agrícola, que garantisse a armazenagem do café, sob controle dos fazendeiros, estes últimos não seriam tão indefesos frente à especulação comercial. isto quer dizer que a ausência de uma política de crédito agrícola eficaz garantia o domínio do capital comercial sobre os fazendeiros. Na impossibilidade de armazenarem o café, em época de colheita, o produto ia imediatamente para o porto, fato que, junto com os estoques já existentes, empurrava o preço para baixo. Os exportadores compravam o café nessa época (a colheita se dava entre março

e agosto) e o vendiam durante o período de carência do produto, no qual o café atingia altos preços, auferindo, assim, enormes lucros em detrimento dos produtores. É o que denunciava o *Diário Popular*, em 1900:

como é que alguns lavradores poderão deixar de vender seu café a entregar, recebendo parte adiantado, embora tenha boa opinião sobre o futuro do gênero, se ele já está sem saldo ou crédito numa casa comissária, sem um banco ou capitalista que lhe forneça o necessário ao fim do mês para pagar os seus colonos, sem uma casa comercial que lhe mande os gêneros de primeira necessidade para o sustento do pessoal? Sem um desses recursos e sem dinheiro em caixa, não tem outro meio a lançar mão; lá vai a safra barato (apud, Saes, 1981b: 251).

É inegável, portanto, que esse desamparo no qual vivia o fazendeiro colocava-o nas mãos do capital comercial, dando a este último poderes para determinar o preço do café ao nível mais baixo possível, apropriando-se da maior parte do excedente produzida pelos fazendeiros. É inegável também que o problema do crédito não recebeu nenhuma solução final durante o período, o que não deve ser visto como mero descuido por parte dos governantes, mas como uma indicação da força política do capital comercial.

O grande capital cafeeiro, como vimos, tinha uma rentabilidade muito maior que a lavoura. Os seus lucros originavam-se, sobretudo, da monopolização do comércio e do transporte, operando enquanto oligopsônios e impondo preços aos produtores. Não eram tão sensíveis às variações dos preços, visto que esses variavam principalmente em detrimento dos fazendeiros. Além disso, sabemos que os

membros do grande capital eram igualmente banqueiros e exportadores. Enquanto exportadores, não raro aliados ao capital estrangeiro, também participavam dos lucros advindos da especulação comercial. Enquanto banqueiros, tinham uma grande capacidade financeira, tendo acesso pessoal ao crédito. Não estavam, pois, submetidos à especulação comercial. Não havia, portanto, razões para o grande capital pleitear uma séria política de crédito agrícola. Ao contrário, interessava-lhes manter sob domínio a esfera da produção agrícola e o controle da comercialização do café¹⁷.

Como exemplo clássico dessa luta constante da lavoura, e frequentemente inglória, contra a ausência de crédito e a política ortodoxa do governo Campos Sales, temos a tentativa de formação daquele que ficou conhecido como o "Partido da Lavoura". O partido deveria ter a função de representar politicamente os fazendeiros e lutar contra os frete ferroviários abusivos, a ausência de crédito e a especulação comercial.

Entre 1895 e 1903, por exemplo, foi constante no congresso a presença de projetos de criação de bancos para

¹⁷ Voltaremos de forma mais detalhada à questão do crédito agrícola no item sobre a política econômica e seus beneficiários. Aqui nos interessa apenas apontar a sua existência como mais um exemplo e prova da diferenciação da classe dominante ligada à economia agro-exportadora, isto é, da diferença de interesses entre aqueles que estão ligados exclusivamente à produção e aqueles que ocupam várias posições no processo social de produção.

Sobre as casas exportadoras na especulação comercial, é bem verdade que eram na sua maioria estrangeiras, porém, duas grandes casas nacionais eram importantes no ramo: a Barbosa e Cia., com exportação de 839 971 sacas e, a maior delas, a Prado Chaves, com exportação de 3 370 864 sacas. Lembre-se que através da Prado Chaves várias famílias do grande capital se relacionavam no negócio exportador de café. Entre 1895 e 1907, das 70 casas exportadoras que atuavam no comércio cafeeiro, vinte eram brasileiras.

auxílio à lavoura. Não conseguindo aprovar tais leis, os lavradores se uniram, em março de 1899, para reforçar a sua representação política, tida como ineficaz, no Centro da Lavoura do Estado.

O movimento que levou à proposta da criação do Partido da Lavoura originara-se no período do governo Campos Sales (1898/1902), cuja política econômica, adicionada a uma queda internacional dos preços do café, deixou a lavoura numa situação desesperadora.

Percebendo que a crise da lavoura era uma das maiores ameaças ao domínio do PRP, pois esta constituía-se no grande contingente eleitoral do partido¹⁸, Campos Sales, a partir de uma proposta inicial de Alberto Sarmiento (deputado estadual e lavrador), agilizou a criação de um movimento associativista, a partir do Clube da Lavoura de Campinas. Faziam parte dele Antonio Prado, Francisco de Paula Queiróz e Moraes Sales, todos escolhidos por Campos Sales. Contava, portanto, com a presença de membros do grande capital cafeeiro. A partir daí, organizou-se, em junho de 1896, a Sociedade dos Agricultores Paulistas.

Embora a SAP tenha nascido denunciando a falta de crédito agrícola, prometendo promover por todos os meios a sua organização, logo se percebe que suas posições não repercutiam junto aos interesses da lavoura. As suas opiniões estavam, na verdade, mais próximas das medidas contencionistas tomadas por Campos Sales, extremamente

¹⁸ Dos 102 803 eleitores, 3,35% eram empregados públicos, 5,13% operários, 10,12% artistas, 12,6% comerciantes e 53,86% agricultores. Cf. Casalecchi, 1987, p. 89.

prejudiciais aos lavradores. Estes percebiam que o movimento associativista não estava dando frutos. A SAP aparecia claramente, e o era de fato, como uma associação criada de cima para baixo, por Campos Sales, com a sua direção escolhida também pelo Presidente da República. A finalidade real da Associação era apenas angariar apoio político ao Presidente.

Com vistas a impedir a predominância das idéias de Joaquim Murinho, Ministro da Fazenda, os lavradores se uniram para reforçar a sua representação política no Centro da Lavoura do Estado. A proposta central desse encontro, que se deu em março de 1899, era a formação de um Partido da Lavoura formado a partir dos Clubes da Lavoura que vinham surgindo em todo o interior do estado de São Paulo. Os Clubes da Lavoura, dominados pelos fazendeiros do interior, pleiteavam a direção do Centro da Lavoura que, por sua vez, era dirigido pelo grande capital. A reunião pautou-se pela discussão se o Centro deveria ou não ter representação política e foi proposto que apenas aos associados dos Clubes das cidades do interior fosse permitido associar-se ao Centro e eleger diretores. A proposta de criação do "Partido da Lavoura" era, assim, uma atitude que visava claramente defender os interesses dos fazendeiros do interior contra aqueles que, além da própria fazenda, tinham interesses urbanos: o grande capital cafeeiro. Portanto, o Partido da Lavoura revela claramente uma cisão entre a lavoura, o Estado (leia-se o PRP - Partido Republicano Paulista), e os

interesses urbanos do grande capital.

Além da questão da representação política mais eficaz dos lavradores, o Partido da Lavoura colocava como questão também prioritária a recuperação da autonomia municipal, constituindo-se, por esta reivindicação, numa das mais graves ameaças ao domínio do PRP¹⁹. A idéia era buscar a livre manifestação dos municípios, sempre subjugados pelos diretórios governistas.

Frente a essa ameaça, o PRP fez violenta crítica à formação do Partido da Lavoura, ameaçando com o abandono e retaliações aos seus participantes por parte do poder regional. Martinho Prado, membro do grande capital, pediu o fim imediato da cisão e o apoio às medidas oficiais frente à crise do café (retração do crédito, recolhimento do papel-moeda, imposto-ouro, etc.).

O desfecho da crise representou a saída tradicional das cisões internas à classe dominante na economia agro-exportadora: os fazendeiros preferiram "confiar" no governo a se opor a ele. Eles sabiam do perigo de uma posição oposicionista intransigente. Apesar da crise, os fazendeiros, solváveis e não solváveis, não abandonaram o governo, isto é, o PRP, e não aderiram ao Partido da Lavoura. Este esvaziou-se e não conseguiu ir adiante.

Essa crise deixou claro o descontentamento da lavoura com relação ao PRP. Ficava evidente que este último não era

¹⁹ O estudo do PRP (Partido Republicano Paulista) será feito mais adiante e revelará a posição subordinada da lavoura também no interior do partido. Por ora basta destacar a não autonomia do município como mais um indício da fraqueza política dos fazendeiros, isto é, daqueles ligados exclusivamente à esfera da produção agrária.

o representante ideal dos seus interesses maiores. Ao contrário, as suas posições parecem trazer aflição aos lavradores do interior. Por outro lado, parece que o PRP representava de modo privilegiado os interesses do grande capital cafeeiro.

Parece possível apontar a diferenciação existente entre a lavoura e o grande capital também através das inúmeras associações de classe surgidas no primeiro período republicano. Embora , não raro com objetivos formais semelhantes, elas estavam sempre em conflito. Como diz Joseph Love:

apesar do decantado poder dos fazendeiros, o que se se depreende da história das associações que se organizam não é uma imagem de uma frente sólida, mas a frequente competição ou aliança de entidades paralelas. Aparentemente, a principal clivagem dava-se entre aqueles cuja única ou principal atividade era a agricultura e os que tinham investimento de monta também em outros negócios, como exportação, comércio, indústria e bancos (Love, 1982: 307).

Segundo as palavras do autor, fica claro que a diversidade de associações de classe era, na verdade, um efeito pertinente²⁰ das diferentes posições ocupadas no processo social de produção pela lavoura e pelo grande

²⁰ Como dissemos na Introdução, efeito pertinente é a forma específica que uma classe ou fração se manifesta ao nível político e/ou ideológico de uma determinada formação social. Se as associações de classe não eram organizações propriamente políticas é certo que elas não se limitavam às questões econômicas, tecendo críticas ao PRP ou defendendo-o. Além disso, num regime de partido dominante, como era o caso do PRP em São Paulo, a atividade política das associações era ainda mais importante, pois era uma das formas de se manifestar o descontentamento com relação à política oficial.

capital²¹. Assim como o Partido da Lavoura não existiria se não houvesse uma fração da classe dominante ligada exclusivamente à atividade agrária, não existiria também essa diversidade de associações.

A Sociedade dos Agricultores Paulistas (SAP), criada em junho de 1896, já citada, foi, como se viu, uma associação criada de cima para baixo, imposta aos fazendeiros, com vistas a angariar apoio político às medidas impopulares do governo Campos Sales. Tinha na sua direção membros do grande capital como Antonio Prado e Francisco de Paula Queiróz. A lavoura não tardou a perceber que esta associação não representava seus interesses e dela afastou-se, tentando formar o Partido da Lavoura.

Em 1902, a continuação da crise cafeeira levou à criação da Sociedade Paulista de Agricultura (SPA). A SPA foi organizada dentro da própria Secretaria Estadual de Agricultura, sob liderança de alguns dos mais prestigiados plantadores e comissários de café. Segundo Love (1982: 308), a participação desses dois grupos na SPA nos leva a pensar que possivelmente a sua criação tenha sido uma reação contra o controle pelas casas exportadoras estrangeiras do comércio internacional do café e contra a manipulação dos preços por

²¹ "Por outro lado, no que diz respeito a conflitos entre os produtores de um mesmo estado, é significativo o aparecimento em São Paulo, em um período de 13 anos, de três diferentes associações de plantadores de café, revelando a grande dificuldade de se agregar a cafeicultura em torno de um só órgão representativo... A principal clivagem entre os cafeicultores se dava entre o grupo de plantadores - que incluía pequenos lavradores e grandes magnatas do café, cuja característica comum era o fato de estarem voltados fundamentalmente para a lavoura, e o grupo de fazendeiros que também possuíam grandes investimentos em outros setores da economia, como bancos, comércio, exportação ou indústria." Cf. Martins Filho, 1981, p.70.

parte dos exportadores.

As principais reivindicações dos líderes da SPA eram a concessão de crédito e o fim do imposto de exportação, além da concessão de pequenos lotes aos imigrantes de modo a fixá-los nas vizinhanças das grandes plantações, garantindo, assim, força de trabalho permanentemente disponível²².

No início de 1903, o Congresso Nacional e o Presidente Rodrigues Alves, em resposta ao pedido da SNA (Sociedade Nacional de Agricultura, criada em 1897), autorizou a criação dos sindicatos agrícolas. A partir deles foi organizada a União dos Lavradores (UL).

A UL não se limitava a demandar ajuda governamental. Ela ia além da SPA, solicitando a revogação da lei estadual de 1902 que impedia o plantio de mais cafeeiros. Essa posição da UL sugere, segundo Love (1982: 308-309), que esta entidade representava os fazendeiros menos poderosos. Porém, e isso é significativo da fraqueza da lavoura, a UL não sobreviveu, em parte devido à falta de apoio dos fazendeiros mais importantes, vinculados à SPA. Aliás, é importante colocar em relevo a ligação da SPA com alguns membros do grande capital. Foi a esta Associação que Alexandre Siciliano, grande fazendeiro e comerciante, apresentou, em 1903, seu plano de valorização do café, no qual, como veremos, prevalecia os interesses mercantis. No governo de

²² A reivindicação de concessão de pequenos lotes de terra para fixar os imigrantes nas vizinhanças da fazenda evidencia o caráter pré-capitalista da relação entre os fazendeiros e os colonos da fazenda. Sem dúvida, a escassez de mão-de-obra era um dos fatores que contribuía para a não formação de um mercado de trabalho tipicamente capitalista. Numa situação de escassez de mão-de-obra, fixar o trabalhador à terra implicava um certo controle sobre este, impedindo a sua mobilidade.

Jorge Tibiriçá, outro membro do grande capital, a SPA passou a ter o controle virtual da política cafeeira. Em 1908, a Associação começou a receber um subsídio estatal e em 1909 conseguiu a restauração do Ministério da Agricultura, no ócio desde o início da República, cujo dirigente foi Cândido Mendes, cafeicultor paulista e membro da mesma SPA. Quem o sucedeu foi Rodolfo Miranda, também membro do grande capital cafeeiro.

Outra entidade claramente vinculada ao grande capital foi a Sociedade Rural Brasileira (SRB). A crise do comércio internacional causada pela primeira guerra mundial, assim como as mudanças na pauta de importações dos aliados, deram origem a SRB, em 1919. Um dos seus fundadores foi Artur Diedrcksen, da firma Teodor Wille, membro do grande capital cafeeiro ligado aos empreendimentos estrangeiros. Diedrcksen era fazendeiro, construtor de estradas, investidor e tinha negócios com Olavo Egídio de Souza Aranha, Elói Chaves, Cardoso de Melo Neto e Martiniano Rodrigues Alves. Os principais presidentes da SRB foram Paulo de Moraes de Barros e H. de Souza Queirós, cujas famílias já descrevemos como representantes do grande capital²³.

²³ A SRB permaneceu ainda depois da Revolução de 1930, onde podemos encontrar um conflito entre essa entidade e a Comissão Para a Organização da Lavoura que, em 22 de agosto de 1931, reúne-se em Ribeirão Preto para criticar o crédito fornecido pelos bancos comerciais e que asfixiavam a lavoura com juros altos e prazos curtos. A SRB fez críticas a essa Comissão e a sua ligação com o interventor João Alberto, lembrando que os "verdadeiros" representantes da lavoura eram Whitaker, Numa de Oliveira e Tadeu Nogueira, membros da Sociedade. Em dezembro de 1931, a oposição organizada pela SRB obteve maioria nas eleições do Instituto do Café e a Federação das Associações dos Lavradores de São Paulo (a antiga Comissão) entrou em decadência, sofrendo violentos ataques da imprensa, até que alguns de seus representantes perdessem o mandato. Mesmo depois de 1930 a força de uma entidade representativa do grande capital permaneceu significativa, assim como os seus conflitos com a lavoura. Cf. Fausto, 1972, p. 56-57.

A Liga Agrícola Brasileira (LAB), fundada em 1921, era bastante diferente, tanto da SPA como da SRB. Lutava por reivindicações que se identificavam claramente com os interesses da lavoura. Reivindicava a instauração de um imposto territorial razoável, porém exigia a extinção do imposto de exportação, pois sabia que este pesava sobretudo sobre os fazendeiros.

Em suma, a Liga Agrícola Brasileira pendia para o "pequeno fazendeiro", que se opunha a magnatas e especuladores, proprietários de terras não produtivas (Love, 1982: 311).

Nessa luta para transformar o imposto de exportação em imposto territorial, um dos grandes "barões do café", Carlos Leôncio Magalhães, atacou seus defensores através da SRB, afirmando que, em última análise, era o consumidor do café que pagava o imposto sobre exportação via aumento do preço no varejo. Com resultado dessa pressão, o presidente do Estado, Washington Luís, abandonou o projeto de transformar o imposto territorial em fonte significativa de recursos.

Das três associações (LAB, SRB e SPA), a LAB era a que se mostrava menos satisfeita com as políticas do governo e mais ligada à lavoura. Foi ela que, no final de 1929, assumiu a luta por um maior combate do Instituto do Café em favor dos lavradores, então afastados das funções deliberativas do Instituto (Love, 1982: 307-312).

Podemos perceber, portanto, que o conflito em torno das tarifas ferroviárias e da questão do crédito, que a tentativa de formar o Partido da Lavoura e a existência de

diversas associações de classe revelam uma diversificação no interior das classes e frações dominantes diretamente ligadas à economia agro-exportadora cafeeira.

Uma vez constatada essa diversificação podemos questionar o uso de termos generalizadores como, por exemplo, "burguesia cafeeira" (Fausto, 1972 e 1985; Cano, 1977 (1983); e outros) que não levam em consideração, ou pelo menos desprezam, a diferenciação existente no interior do bloco no poder ligado à economia agro-exportadora. Na verdade, quando tais termos são utilizados não temos certeza sobre quem se está falando, se dos fazendeiros ligados exclusivamente à produção ou àqueles ligados ao grande capital.

Pelo que pudemos observar até aqui, fica claro que o grande capital não é a única classe dominante da economia agro-exportadora, o que equivale a dizer que nem todos aqueles que estavam ligados a produção de café eram, ao mesmo tempo, diretores de ferrovias, exportadores e banqueiros. Ao contrário, o grande capital cafeeiro limitava-se a um círculo muito reduzido de famílias.

É claro que os autores acima citados não ignoram essa diferenciação. Contudo, ao nosso ver, não são rigorosos quando utilizam expressões como "burguesia cafeeira", misturando neste termo todos aqueles ligados ao café e que mantêm diferenças fundamentais entre si.

Como tentamos mostrar rapidamente, a lavoura ocupou nos conflitos aqui descritos uma posição subordinada, no

sentido de jamais conseguir revertê-los em seu favor. Tal fato gerou, durante o período, reclamações intermináveis. A lavoura tentou enfrentar as casas exportadoras através da criação da LAB em 1921; tentou enfrentar a questão do crédito com o Partido da Lavoura; incentivou o aparecimento de defensores das suas causas - como Américo Werneck que, em 1907, revoltou-se contra o esquecimento do homem do campo, reivindicando a sua proteção -; tudo isso funcionando como resistência ao predomínio dos interesses urbanos na política republicana.

A nós interessa perceber que esses conflitos e reivindicações da lavoura revelam não só a diferenciação existente no interior da economia agro-exportadora, mas também a posição privilegiada, ou melhor dizendo, *hegemônica* do grande capital cafeeiro, o que ficará comprovado pela análise da política econômica do período.

3- A POLÍTICA ECONÔMICA

Como já dissemos na Introdução deste trabalho, a análise da política econômica é, do nosso ponto de vista, o instrumento privilegiado para *detectarmos* a hegemonia de uma fração de classe. É o que faremos a seguir, analisando alguns dos seus aspectos que ocuparam lugar chave no período em questão.

3.1- A POLÍTICA MONETÁRIA E CAMBIAL

3.1.1- O "ENCILHAMENTO" E A BURGUESIA BANCÁRIA

A taxa cambial no primeiro período republicano constituiu-se no foco principal das preocupações da lavoura exportadora. As reivindicações dessa classe com relação ao câmbio eram constantes e baseavam-se no seguinte: exigia-se a desvalorização cambial quando houvesse queda nos preços internacionais do café, visando manter o nível de sua renda interna em mil-réis. É o conhecido mecanismo da "socialização dos prejuízos" (Furtado, 1971(1972): 165), que fazia com que as perdas, que se concentrariam, a princípio, nos lucros da lavoura exportadora, fossem repassadas para toda a sociedade através do encarecimento dos importados. Além disso, a lavoura pleiteava a estabilidade cambial a um nível baixo, mesmo nas ocasiões em que o café não sofresse uma queda internacional nos seus preços. Objetivava-se com isso evitar que uma alta internacional dos preços do café fosse anulada por uma eventual valorização cambial.

Essas reivindicações da lavoura exportadora se explicam pelo fato do café ser vendido ao exterior em ouro, que era a moeda internacional da época. O valor metálico da safra, porém, ficava retido com o governo para as suas necessidades internacionais. Este cedia ao vendedor nacional o dinheiro-papel correspondente ao valor-ouro, na cotação do dia. A um câmbio baixo, como é evidente, o agricultor recebia mais mil-réis por libra-ouro do que a um câmbio alto.

No entanto, não parece ter sido essa a tônica da política cambial no período em questão. Sem dúvida, a desvalorização cambial ocorreu, contudo, na grande maioria das vezes, deu-se independentemente da lavoura, isto é, não foi uma imposição política desta última e nem foi ela a única beneficiada. O Encilhamento comprova essas afirmações.

Na verdade, as medidas econômicas que deram origem ao período do Encilhamento surgiram ainda durante o Império. Elas foram pensadas com vistas a resolver três problemas fundamentais da época. Primeiro, a necessidade de aumentar o crédito à agricultura, pois a libertação dos escravos tornou indispensável a criação de novos recursos líquidos para financiar a contratação de trabalhadores livres. Segundo, havia escassez de dinheiro devido à rígida política governamental de controle da oferta de dinheiro. A libertação dos escravos serviu para agravar a insuficiência do meio circulante. E, finalmente, os *deficits* orçamentários que estavam sendo financiados por um crescente endividamento externo e interno, cuja redução o governo exigia (Villega e Suzigan, 1973: 103).

As origens do delirante inflacionismo da época estão nas medidas tomadas para enfrentar esses problemas. Em especial, a lei bancária que criou os bancos de emissão e inundou o mercado de dinheiro.

O aumento da demanda por numerários fez com que, em 1888, Ouro Preto, Presidente do último Conselho de Ministros do Império, rompesse com as instituições creditícias do

passado e desse início à reforma do sistema financeiro para agilizar o crédito, ou por outra, para resolver o problema da "inelasticidade do meio circulante".

Nesse mesmo ano, o mesmo Ouro Preto forneceu ativos monetários aos bancos nacionais, sem juros e pelo prazo de 7 a 22 anos, repassáveis em dobro aos fazendeiros, a juros de 6% ao ano, no prazo de até 25 anos. Tal medida beneficiou os bancos e incentivou a aplicação nas ações desses mesmos bancos, valorizando-as e elevando a sua procura.

Na segunda metade de 1889, foi dado aos bancos de fundo metálico a emissão de notas até o triplo de seu capital. O grande banco emissor dessa época foi o Banco Nacional do Brasil, do Visconde de Figueiredo. O mesmo foi feito com o Banco de São Paulo e o Banco do Comércio do Rio de Janeiro.

Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, Rui Barbosa assumiu o cargo de Ministro da Fazenda do Governo Provisório, chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca. O novo Ministro, para resolver de vez o problema da liquidez, resolveu, em reunião com banqueiros, com a ajuda do Conselheiro Francisco de Paula Mayrink e sem a participação de fazendeiros e industriais, realizar nova reforma em 17 de janeiro de 1890. Nessa nova reforma, cedendo às pressões da burguesia bancária do Rio de Janeiro, o Ministro foi além das propostas de Ouro Preto com relação às emissões com lastro metálico, autorizando a organização de bancos de emissão com base nos títulos da dívida pública.

A proposta inicial de Rui Barbosa era a criação de três bancos emissores para três regiões em que seria dividido o País: a norte (da Bahia ao Amazonas), a centro (do Espírito Santo a Santa Catarina) e a sul (de Goiás ao Rio Grande do Sul). No centro, sediado no Rio de Janeiro, ficaria o maior deles, o Banco dos Estados Unidos do Brasil, pertencente ao Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, que passou a ser o sustentáculo financeiro do governo. Os bancos, ainda segundo a proposta inicial, deveriam comprar apólices do governo, *só podendo emitir o correspondente a este lastro*, sem poder vendê-las.

O que ocorreu de fato foi que, sobre pressão de Campos Sales, Rui criou mais um banco específico para São Paulo, e sob pressão de interesses regionais o número de regiões aumentou de quatro para seis, subdividindo-se a região norte. Além disso, e mais importante, os bancos nacionais exigiram operar com emissão *inconvertível* em lastro metálico. Assim, Rui abandonou de vez a emissão com lastro metálico e a *inconvertibilidade* foi generalizada para todos os bancos que foram criados em 17 de janeiro de 1890 e que operavam apenas com apólices (Vilardo, 1986: 26-30).

As conseqüências dessas medidas são bastante conhecidas. Foi um período de dinheiro fácil, com o meio circulante inchado. Mais do que isso, foi um período de intensa especulação, com o aparecimento, na Bolsa do Rio, de empresas completamente fictícias, o que foi facilitado pela lei de novembro de 1892 que permitia o estabelecimento de

sociedades anônimas sem a autorização do governo. Tal lei colocou mais ações no mercado à disposição dos bancos. Houve um aumento do papel-moeda emitido de 3,5 vezes, muito acima das necessidades do período. Isso teve como resultado o aumento médio anual dos preços em 20%. A taxa inflacionária, que foi de 1,1% em 1889, atingiu 89,9% em 1891. Além disso, a taxa cambial que se encontrava em 26 7/16 no ano de 1889, caiu para 12 1/32 em 1892, chegando a 7 7/10 em 1899, em decorrência da política emissionista.

Para nós importa saber que frações da classe dominante foram beneficiadas por essa política emissionista²⁴ do início da República e, dentro do possível, qual a fração de classe responsável pela efetivação dessas medidas.

Do ponto de vista do grande capital cafeeiro, com seus investimentos bastante diversificados, a política monetária e o seu resultado cambial no período do Encilhamento tiveram um significado negativo.

O caráter negativo dessa política inflacionista para o grande capital residia nas dificuldades em que foi colocado

²⁴ Durante o primeiro período republicano o Brasil experimentou dois tipos de regime cambial, ambos com base no lastro-ouro: o padrão-ouro e a taxa flutuante. O primeiro (1906/1914 e 1927/1930) baseava-se numa relação fixa - paridade - entre a reserva-ouro e o nível do meio circulante. Com uma maior quantidade de reserva-ouro o País podia expandir o seu meio circulante. No caso de perda de reservas devia-se contrair o mesmo para manter a paridade. No segundo (1889/1906 e 1919/1926) o ouro continuava sendo o lastro, embora não houvesse uma paridade fixa. Assim, qualquer variação nas reservas ou no meio circulante alterava imediatamente a taxa de câmbio, que é a expressão da relação entre reservas de ouro e papel-dinheiro. No caso brasileiro, que era uma economia exportadora, o funcionamento desse sistema dependia extremamente dos humores do mercado externo, de quem dependia o nível de nossas reservas cambiais, e também do nível das emissões internas. A crise do mercado externo implicava em redução da entrada de divisas (ouro) no País e, caso não houvesse contração do meio circulante, imediata desvalorização cambial. Por sua vez, a expansão do meio circulante sem a expansão correspondente do lastro ouro, que foi o que se deu no Encilhamento, também levava à desvalorização cambial. Cf. Fritsch, 1985, p. 343-344 e Furtado, 1971 (1972), p. 155-158.

o setor ferroviário com a desvalorização cambial. Como já vimos, essa política econômica encareceu as importações de onde o sistema ferroviário obtinha seus principais meios de produção, encareceu também os juros e as amortizações dos empréstimos externos contraídos pelas ferrovias, além da inflação gerar pressões para o aumento dos salários. Como dissemos, foi essa situação que levou o grande capital a lutar pela tarifa móvel.

No que se refere à lavoura cafeeira, é inegável que ela foi amplamente beneficiada. Sobretudo se levarmos em conta que no período em análise conjugaram-se preços internacionais favoráveis com uma crescente desvalorização cambial. Tal situação configurou não uma "socialização dos prejuízos", mas "uma maximização dos lucros" (Kugelmas, 1986: 108-109). Tanto é que, em São Paulo, o número de pés de café passou de 200 milhões, em 1890, para 526 milhões em 1901, enquanto a produção triplicou, passando de 2,9 milhões de sacas para 8,9 milhões, no mesmo período (Kugelmas, 1986: 106).

No entanto, dizer que a lavoura foi beneficiada pela política econômica do Encilhamento não significa dizer que tais medidas foram uma imposição política dessa classe às outras frações dominantes. Vimos anteriormente que as medidas econômicas do início da República tiveram como principal objetivo sanear o problema de escassez do meio circulante, causada pela instauração do trabalho livre, pela rígida política de controle das emissões no governo imperial

e pela necessidade de reduzir os *deficits* orçamentários financiados com empréstimos externos, e não atender às exigências da lavoura exportadora.

É certo que essas medidas e suas conseqüências beneficiaram essa classe. Porém, é fora de dúvida também que elas foram positivas para outras frações da classe dominante. É o caso, por exemplo, da burguesia industrial, visto que a desvalorização do câmbio garantia a esta última competitividade frente aos produtos importados, crédito fácil liquidez e disponibilidade de recursos. Aliás, não são desconhecidas as intenções industrializantes, pelo menos ao nível da retórica, do Ministro da Fazenda da época²⁵.

Na verdade, tanto as medidas de Ouro Preto como as de Rui Barbosa beneficiaram de forma prioritária a burguesia bancária. Essas medidas não apenas favoreceram essa fração economicamente, como também permitiram que se concentrasse em suas mãos uma importante força política. O Encilhamento centralizou a atividade emissionista nas mãos da burguesia bancária (Ouro Preto favorecendo o Visconde de Figueiredo e Rui o Conselheiro Paula Mayrink), ou por outra, concedeu a ela o poder de controlar a oferta de dinheiro. Em setembro de 1890, os três bancos - o Banco dos Estados Unidos do

²⁵ A lavoura permanecia na difícil situação de falta de crédito. O crédito para a lavoura, no período do Encilhamento, que já era parco, vinha sendo transferido para a indústria na forma de ajuda governamental. Para se ter uma idéia de quem foi realmente beneficiado nesse período emissionista, basta lembrar que o decreto de 2 de março de 1893 autorizou o Banco da República do Brasil a emitir bônus ao portador até a soma de 100 000:000\$000. Até abril do mesmo ano tinham sido emprestados 75.476:000\$000, sendo que, desse valor, apenas 19 185:000\$000 foram destinados à lavoura. A maior parte dessa quantia foi entregue aos bancos que financiavam a atividade industrial. Como diz Nícia Vilela Luz, a respeito desse período, "é manifesta a desigualdade de proteção que favoreceu às indústrias e aos bancos em detrimento da lavoura" (1978, p.181).

Brasil, o Banco nacional e o Banco do Brasil controlavam, por meio de privilégios, 95% das emissões de moeda²⁶.

Toda essa permissividade teve como conseqüência o estímulo das emissões e a expansão das atividades econômicas. Ao mesmo tempo, a especulação na bolsa se expandiu com o surgimento de várias sociedades por ações, da noite para o dia. Tudo isso levou a um aumento da demanda por dinheiro que, ao deparar-se com o limite legal para a emissão bancária, conduziu a uma taxa de juros elevadíssima e a um surto inflacionário.

Além disso, é preciso lembrar que os empréstimos cedidos pelo governo aos bancos para que estes os repassassem à lavoura beneficiaram mais à burguesia bancária do que a própria lavoura. E isso se dava porque os bancos, em vez de repassarem os empréstimos, compravam as suas próprias ações, elevando os seus preços e vendendo-as, depois, a um preço mais alto. Pura especulação bursátil.

A força dessa burguesia bancária revelava-se, sobretudo, pela influência na definição das políticas econômicas. Como vimos, foi ela que, a despeito da vontade inicial de Rui Barbosa, forçou as operações com emissões inconvertíveis.

Com a renúncia de Rui Barbosa, em função das lutas políticas e da crise econômica, vários políticos paulistas,

²⁶ "A concentração tornou-se ainda mais evidente em dezembro de 1890, quando Rui Barbosa obrigou o Banco dos Estados Unidos do Brasil e o Banco Nacional a fundirem-se e a aumentarem o seu capital conjunto para 200 mil contos, um terço a mais que o capital combinado de todos os bancos do país três anos antes. O novo Banco, chamado Bancó da República, também teve autorização para emitir 500 mil contos, quatro vezes o meio circulante do Brasil no fim do Império." Cf. Topik, 1987, p. 42.

como Campos Sales, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Rodrigues Alves e Antonio Prado, tentaram revogar os atos que consolidaram a política do Encilhamento, mas não conseguiram em função da oposição da burguesia bancária.

Após a saída de Rui, essa mesma fração da classe dominante conseguiu impor ao governo de Deodoro o nome do Barão de Lucena como Ministro da Fazenda, figura claramente vinculada aos grupos financeiros e especuladores do Rio de Janeiro.

Um dos primeiros atos do novo Ministro foi o lançamento, em julho de 1891, devido à pressão dos grupos financeiros, de 25 mil contos para empréstimos à praça, através do Banco dos Estados Unidos do Brasil, a serem realizados por intermédio dos demais bancos. O seu último ato foi a tentativa de emitir 600 mil contos através do mesmo banco. O Congresso, que há muito já vinha fazendo ferrenha oposição a Deodoro, não aceitou a nova emissão, ao que o Presidente, num ato de força, respondeu com o fechamento daquela Casa, em 3 de novembro de 1891, num fato que ficou significativamente conhecido como o "golpe da bolsa" (Vilardo, 1986: 31-33).

No dia 23 do mesmo mês, Deodoro renunciou e seu Vice, Floriano Peixoto, assumiu. Para Ministro da Fazenda o novo Presidente convocou o "ortodoxo" Rodrigues Alves. O novo Ministro propôs-se a realizar o saneamento monetário, o equilíbrio financeiro e a valorização da moeda nacional. Todos esses objetivos eram condições para se ter acesso a

empréstimos externos. As suas intenções eram uma clara contraposição às políticas de Rui Barbosa, em especial às emissões. Rodrigues Alves visava encampá-las através do Tesouro Nacional para que o Estado pudesse controlá-las, controlando também o mercado de moeda e diminuindo o poder emissionista da burguesia bancária. Porém, mais uma vez revelou-se a força política dessa burguesia. Floriano foi pressionado e terminou por se opor à orientação de Rodrigues Alves, levando-o à renúncia, em agosto de 1892.

Contudo, a partir desse período, sobretudo devido à pressão dos banqueiros internacionais, preocupados com o pagamento dos empréstimos externos, o sistema financeiro do Encilhamento e, conseqüentemente, a burguesia bancária receberão vários golpes que os levarão até a decadência. Mas é fora de dúvida que durante esse período não houve fração da classe dominante que pudesse fazer páreo frente à força da burguesia bancária. É fato que essa fração deteve a condição de fração hegemônica durante esse período de transição da Monarquia à República. Essa condição surgiu, como vimos, das políticas efetivadas no início da República. Mas a burguesia bancária soube perceber o poder que elas lhe conferiam e soube aproveitar sua influência, decidindo os rumos da política econômica e pressionando para perpetuar o sistema de emissões sem limite de lastro. Como diz Franceschina Vilardo,

a política do Encilhamento criara no Brasil uma classe de homens de negócios, de aventureiros, de jogadores e especuladores da bolsa e do câmbio que, direta ou insidiosamente, procuraram intervir

nos negócios públicos, sobretudo através do Congresso. Tínhamos, assim, pequena amostra dos rings e dos lobbyists norte-americanos (Vilardo, 1986: 128).

Porém, alguma coisa começou a ser feita já na gestão de Floriano Peixoto (1891-1894), com Rodrigues Alves na pasta da Fazenda. Antes de renunciar, o Ministro conseguiu impedir as emissões através dos bancos particulares. No entanto, não conseguiu impedir as do Tesouro, através do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, do Banco do Brasil e nem dos bancos regionais.

Quando Sezerdelo Corrêa, o novo Ministro, assumiu, a dificuldade em se refrear as emissões permaneceu, e elas retomaram um ritmo acelerado. Sezerdelo se defrontou com compromissos externos cada vez maiores, principalmente em função da guerra civil que se desenrolava no Sul, e com a taxa cambial cada vez mais desvalorizada.

Em 1893, o Ministro fundiu os principais bancos emissores - o Banco dos Estados Unidos do Brasil e o Banco da República do Brasil - gerando o Banco da República. Segundo Topik (1987: 46), o presidente do novo banco passou a ser nomeado pelo Presidente da República, e a nova instituição passou a ser o agente oficial do governo para o pagamento da dívida externa. Com estas medidas o Banco da República transformou-se na prática numa instituição pública. Ainda segundo o autor, a fusão executada pelo governo de Floriano significou a tomada do poder financeiro pelo Estado, tirando-o das mãos de alguns poucos banqueiros

que o detinham .

Com a eleição de Prudente de Moraes, em junho de 1894, Rodrigues Alves tornou-se novamente Ministro da Fazenda. Apesar de vários problemas - a elevação dos gastos internos devido às lutas travadas no interior do País (Revolução Federalista e Canudos), a escalada dos compromissos externos, o encarecimento do ouro monopolizado pelos bancos estrangeiros e a oposição da Câmara à implementação da taxa-ouro sobre os importados - conseguiu-se iniciar o recolhimento do papel-moeda e uniformizar as emissões. Apenas em 1896 Rodrigues Alves logrou realizar o resgate do papel-moeda através do controle pelo Tesouro das emissões bancárias, concretizando o controle estatal da moeda e extingüindo a faculdade emissora do Banco da República do Brasil e outros, transferindo esse poder diretamente à União.

Todas essas transformações, de Floriano a Prudente, não visavam, prioritariamente, o controle do mercado de capitais. A preocupação principal era com o crédito externo do país e, por conseqüência, com a taxa cambial. Em função da inflação acentuada e do câmbio em queda livre, o Brasil vinha sendo cada vez mais desacreditado no exterior, ficando, conseqüentemente, muito difícil ter acesso a empréstimos e, por isso, dificultando a solução dos nossos problemas financeiros, já que as finanças públicas encontravam-se estraçalhadas pela escalada emissionista e inflacionária.

O governo de Prudente de Moraes também não conseguiu frear a desvalorização cambial nem a ascensão do endividamento externo. Foi a partir do seu final que o capital financeiro internacional, preocupado com a condição de bom pagador do Brasil, exigiu que as finanças públicas fossem saneadas. Caso contrário o país não teria, definitivamente, mais crédito no exterior. Com a eleição de Campos Sales foi feito um acordo com os banqueiros internacionais, em 1898, conhecido como *Funding loan*, onde se deu início a uma nova política econômica que marcou época na economia e na política brasileiras pelo grau de ingerência nas finanças públicas nacionais permitido ao capital estrangeiro.

3.1.2- O *FUNDING LOAN*

O *Funding Loan* foi, parece não haver dúvidas, uma imposição dos banqueiros internacionais. Mas é fato também que, além disso, ele representou um golpe fatal no sistema financeiro e na burguesia bancária do período do Encilhamento. Inaugurou também uma época de alívio para o grande capital cafeeiro e de desespero para a lavoura.

Em 1898, com Campos Sales Presidente e Joaquim Murtinho Ministro da Fazenda, a ortodoxia assumiu o poder e, sob a vigilância do capital financeiro internacional, dispôs-se a tomar as rédeas das finanças nacionais.

No ano de 1897, o câmbio havia chagado ao mínimo de 7

pence por mil-réis e, desde 1895, os preços internacionais do café vinham caindo. A redução do saldo da balança comercial acentuava-se e, devido à desvalorização cambial, as importações também diminuíam. O governo federal, cuja estrutura tributária residia nas tarifas aduaneiras, via-se cada vez mais empobrecido. A par disso, os gastos militares haviam sido, até então, extraordinários, assim como o endividamento externo, agravado pela desvalorização cambial. Os gastos públicos atingiam 100% acima da receita, a dívida pública representou, em fins de 1898, 53,2% da despesa. A crise de superprodução cafeeira, em função da expansão do plantio nos anos precedentes, acentuava a queda dos preços do café. Em suma, o País encontrava-se sem divisas, com gastos crescentes e cada vez mais dispendiosos devido à desvalorização cambial.

Frente ao perigo da bancarrota financeira, ao governo coube optar entre acudir a lavoura, que reclamava da queda dos preços internacionais do café, ou sanear as suas contas. Não teve dúvidas. Antevendo a situação desastrosa caso abandonasse as finanças públicas, o governo negociou com a casa Rothschild a implantação do *Funding Loan*.

As medidas tomadas pelo *Funding Loan* visavam, sobretudo, promover a valorização cambial, desafogando o mercado de cambiais e reduzindo o papel-moeda em circulação. O seu conteúdo era o seguinte: realizar um acordo moratório da dívida externa, com a suspensão de todos os pagamentos por um período de treze anos; retirar de circulação quantia

de papel-moeda equivalente à soma do empréstimo, ao câmbio de 18 dinheiros por mil-réis; restaurar, por fim, a cobrança em ouro dos direitos alfandegários (10% em 1898, 15% em 1899 e 25% em 1900) visando proporcionar recursos em moeda estrangeira ao governo (Villela e Suzigan, 1973: 38). Foi completamente extinto o direito de emissão dado ao Tesouro pela lei de 18 de junho de 1895, que previa o auxílio do governo aos bancos, em caso de necessidade. As despesas públicas foram drasticamente reduzidas e vários impostos foram criados, entre eles o imposto sobre consumo. Em compensação, o governo oferecia aos credores externos, como garantia, a renda da alfândega do Rio de Janeiro e comprometia-se a deflacionar o meio circulante.

Do ponto de vista dos objetivos a serem atingidos, o *Funding Loan* foi, sem dúvida nenhuma, bem sucedido. De Campos Sales ao final do governo de Rodrigues Alves, que deu continuidade à política iniciada por aquele, a valorização cambial foi constante. Se em 1897 a taxa estava a 8 e 7 dinheiros por mil-réis, atingiu, em 1902, 12 dinheiros e, em 1906, 16 dinheiros. Durante o período, como era previsto pelo acordo, houve grande contração do meio circulante, rareando ainda mais o crédito.

Quais as conseqüências dessa nova política econômica para as diferentes frações da classe dominante ligada à economia agro-exportadora?

O *Funding Loan* teve como medidas centrais o resgate do papel-moeda e a extinção do direito de emissão dado ao

Tesouro. Essas medidas constituíram-se num golpe fatal contra o sistema financeiro criado pelo Encilhamento. Desde antes do governo contracionista de Campos Sales, os bancos emissores vinham se debatendo com a falta da liquidez e com a impossibilidade, imposta pelo governo, de continuarem emitindo. Como resultado direto da retração do meio circulante, ocorreu, em 1901, uma das piores crises bancárias da história do País. Vários bancos suspenderam suas atividades. O Banco da República do Brasil, por ser o maior dos bancos nacionais e o mais atuante no mercado de câmbio, foi salvo da corrida aos saques pelo Ministério da fazenda. Com a intervenção do governo ele nunca mais voltou a operar como banco privado. Em 1905, transformou-se em Banco do Brasil, uma empresa mista, tendo o governo na posição de sócio majoritário. Após a política econômica do *Funding Loan* e a conseqüente crise bancária de 1901, o sistema financeiro resultante do Encilhamento jamais se recuperou.

No que se refere à lavoura e ao grande capital, as conseqüências foram claramente opostas. A situação da lavoura cafeeira era a do mais puro desespero. Desde 1895, o café vinha sofrendo uma queda internacional do seu preço em função da superprodução propiciada pela expansão do plantio no período do Encilhamento. Para piorar a situação ainda mais, a queda do preço do café era acompanhada por uma valorização cambial promovida pelo governo Campos Sales desde 1898, sob os auspícios do capital financeiro

internacional. Enquanto a taxa cambial pulava de 7 23/32, em 1897, para 9 16/32, em 1900, o preço da café caía de 91, em 1895, para 46 em 1900. A situação ideal para a lavoura, isto é, aumento internacional dos preços do café e desvalorização cambial, estava completamente invertida. E essa situação, apesar das constantes reclamações da lavoura, não terminou com o fim do governo de Campos Sales em 1902. O seu sucessor, Rodrigues Alves (1902/1906), foi um fiel continuador da política ortodoxa, conseguindo elevar a taxa cambial para 16 dinheiros por mil-réis em 1906. Apesar das reclamações da lavoura, o câmbio no governo de Rodrigues Alves subiu em 25%. Leopoldo de Bulhões, Ministro da Fazenda de Rodrigues Alves, dizia num relatório em 1906:

restringida a circulação fiduciária, criada a receita em ouro para as despesas nessa espécie, equilibrado os orçamentos, instituídos os fundos de garantia e de resgate, estabelecida no Banco do Brasil, sob a imediata direção do governo, a carteira cambial, atuando de par com essas medidas o progressivo aumento de nossa exportação, o câmbio, que em 1898 havia caído a 5 5/8, elevou-se a 7 e 9, e veio a fixar-se em 12, em 1903 e 1904... É certo que o melhoramento progressivo do meio circulante, alterando o nível dos preços, perturba de algum modo a produção; mas, além de efêmera e transitória, tal perturbação só afeta mais acentuadamente os interesses de uma classe - a da lavoura. Por isso mesmo só desses interesses surge a oposição a essa política que se revelou tão proveitosa à Nação inteira (apud, Saes, 1981b: 249).

Por essas razões, os fazendeiros se colocam em clara oposição à política de valorização da moeda nacional e da retração do meio circulante. Contudo, a oposição da lavoura não foi suficiente para alterar os rumos da política

econômica entre 1898 e 1906. Os seus lamentos de nada adiantaram. Teve que suportar uma das mais sérias crises do primeiro período republicano, cujo alívio só viria com a primeira valorização, em 1906.

É fora de dúvida que o *Funding Loan* teve outro significado para o grande capital cafeeiro. O setor ferroviário saiu beneficiado, pois a valorização da moeda, a partir de 1899, barateou os custos das ferrovias, ampliando imediatamente as suas receitas. O setor importador, onde o grande capital também operava, beneficiou-se na medida em que a valorização cambial garantiu competitividade aos produtos importados, antes encarecidos com a inflação e a desvalorização cambial.

É certo que enquanto produtor de café o grande capital sentiu a crise que assolava esse setor. No entanto, já vimos que, nem de longe, a situação do grande capital cafeeiro era a mesma que a da lavoura. Aquele tinha fácil acesso ao crédito, esta não; aquele tinha condições de armazenar o produto para esperar melhores condições de venda, esta não; aquele era agente da especulação comercial, enquanto a lavoura era vítima. É preciso lembrar também que a crise levou à ruína uma grande quantidade de fazendeiros, diminuindo a concorrência e o perigo de superprodução, garantindo até um aumento dos preços internacionais em 1900 e 1904. Tal bancarrota atingiu sobretudo o "médio capital", beneficiando o grande capital cafeeiro, menos sensível às oscilações dos preços. Portanto, este último não se

encontrava na situação de desespero em que se via a lavoura: preços caindo, moeda valorizando e sem crédito.

Exemplo dessa vivência diferenciada com relação ao período do *Funding Loan* encontra-se no interior da própria família Prado. No período em questão, desenrolou-se um conflito entre Eduardo e Antonio Prado que se originou como consequência de suas diferentes posições no processo produtivo e, portanto, de suas diferentes posições com relação à crise dos preços e à política federal.

Muito mais vulnerável, porque apenas lavrador, Eduardo tomou rapidamente consciência da necessidade de intervenção governamental. Ele via a situação do café como "simplesmente pavorosa". Apesar de liberal, deixou os princípios de lado e apelou ao antigo inimigo, Rui Barbosa, para que patrocinasse um plano no Congresso visando a moratória das dívidas dos fazendeiros aos comissários e exportadores de café (Levi, 1974: 262-263).

Antonio Prado, exportador, dono da Prado Chaves, na qual Eduardo não tinha nenhum interesse, não via com bons olhos esse tipo de proposta. Ao seu pai, Martinho Prado, por sua vez, não agradava a criação do Partido da Lavoura para fazer oposição à política econômica do governo. Durante esse período, fez fortes críticas a essa tentativa e pediu o "fechamento da questão" no apoio à posição oficial frente à crise do café, conseguindo, aliás, desarticular o partido dissidente (Casalecchi, 1987: 99).

Pelo que foi dito até aqui, parece que o grande

capital cafeeiro constituiu-se apenas num beneficiário da política instituída com o *Funding Loan*. Não temos, de fato, elementos que comprovem a participação ativa do grande capital na reivindicação e elaboração do *Funding Loan*, mas sem dúvida ele o apoiou.

Fica, portanto, evidente que as posições diversas da lavoura e do grande capital com relação à política do *Funding Loan* fundamentava-se nos lugares diversos que essas duas frações da classe dominante ocupavam no processo social de produção. Aliás, esse é um período privilegiado para perceber a lavoura e o grande capital como frações diversas no interior da economia agro-exportadora. Nas palavras de Flávio Saes:

Sua perspectiva [da lavoura] dos problemas monetários e cambiais sem dúvida advém, em boa medida, do lugar ocupado no processo produtivo e na circulação de mercadorias... A postura da lavoura quanto ao câmbio a distingue claramente: favorável, em princípio, à moeda nacional desvalorizada (câmbio baixo), raramente consegue levar seu diagnóstico além do elemento especulativo. As flutuações do câmbio seriam frutos da ação dos especuladores... Entretanto, parece certo que os grupos cafeeiros urbanos (comércio, finanças, transportes) tendiam tanto a preferir o câmbio alto (em desacordo com a lavoura) como ter uma visão mais geral dos mecanismos econômicos situados por trás das flutuações cambiais. O câmbio alto seria preferido dada a ampla necessidade de importados (caso das estradas de ferro) ou a importância de certa estabilidade cambial (no caso do financiamento para cálculos dos juros ativos); e a visão mais geral talvez se justifique por uma maior proximidade do mercado cambial. Como compradores e vendedores constantes de cambiais, podiam perceber como exportação, importação e fluxo de capitais determinavam, na essência, o movimento da taxa de câmbio. A especulação podia apenas acentuar essas tendências (Saes, 1981b: 253-254).

Assim, é lícito supor que o grande capital cafeeiro não tenha sido mero beneficiário das medidas impostas pelo *Funding Loan*, como foi o caso da lavoura e da indústria no período do Encilhamento. Ao contrário, os seus interesses econômicos, atingidos pelo Encilhamento, demandavam uma política desse tipo. E quando ela ocorreu, o grande capital cafeeiro apoiou a sua efetivação e criticou aqueles que a ela se opunham. Mais uma vez reiteramos, porém, que o *Funding Loan* é incompreensível se não levamos em conta as exigências do capital financeiro internacional, o que será visto no capítulo IV.

Assim, o *Funding Loan* foi uma política monetária e cambial que atingiu claramente os interesses da outrora toda-poderosa burguesia bancária e da lavoura exportadora cafeeira. Ao contrário, significou para o grande capital cafeeiro alívio e aumento de suas receitas. São essas as frações da classe dominante que perderam e ganharam com a política econômica inaugurada no governo de Campos Sales²⁷.

3.1.3- O MOVIMENTO GERAL DA TAXA DE CÂMBIO E A TESE TRADICIONAL

A partir do período em que se efetivou o *Funding Loan*, o objetivo sempre perseguido pelos governos seguintes parece

²⁷ Em 1914 houve o segundo *Funding Loan* em razão da crise do mercado externo ocasionada pela Grande Guerra Mundial. Essa crise forçou a fuga de capital do País levando a um crescente endividamento externo e interno. Sem divisas para pagar tais compromissos, não restou ao país outra opção senão entrar em acordo com os bancos internacionais para a realização de outro *Funding Loan*, bastante parecido com o de 1898. Cf. Villela e Suzigan, 1973, p.137.

ter sido a estabilização cambial num nível alto. É claro que este objetivo nem sempre foi atingido. Porém, ao contrário do que afirma a tese tradicional (Furtado, 1971 (1972)), as desvalorizações cambiais quase nunca foram uma imposição dos desejos da lavoura exportadora cafeeira. Na verdade,

a orientação da política econômica no Brasil foi sempre pautada por uma linha tradicional: equilíbrio orçamentário e valorização cambial. Repetiram-se, no período 1889-1945, os afastamentos dessa linha. Estes eram, em geral, devidos a fatores de ordem interna e externa. Entre os primeiros sobressaía o da descontinuidade administrativa... Além disso, a ocorrência de gastos extraordinários com fenômenos regionais, revoluções internas. E muitas vezes a própria defesa de interesses constituídos determinava o comportamento da política econômica. Mas foram os fatores externos os maiores responsáveis pelas tendências alternativas da política econômica. As oscilações no preço do café, as crises periódicas do comércio exterior, as depressões nos países industrializados e as guerras, avultam como acontecimentos que maior influência exerceram sobre a política econômica no Brasil (Villela e Suzigan, 1973: 55).

Ainda segundo esses autores (p.37-46), é possível determinar os anos em que ocorreram as valorizações cambiais e os anos em que as desvalorizações prevaleceram.

Em 15 anos do primeiro período republicano ocorreram valorizações da moeda (de 1899 a 1906; de 1918 a 1920 e de 1923 a 1926); em 14 anos ocorreram desvalorizações do câmbio (de 1890 a 1898; de 1915 a 1917 e de 1921 a 1922); em 8 anos a moeda permaneceu estável, mas acima do nível exigido pela lavoura cafeeira (de 1907 a 1914); e, enfim, em 4 anos a moeda permaneceu estável como resposta à valorização de 25% ocorrida entre 1923 e 1926 (de 1927 a 1930).

Nos 14 anos em que as desvalorizações cambiais ocorreram elas jamais foram uma imposição da lavoura cafeeira ao governo e à Nação. Entre 1889 e 1898, a inflação e a queda da taxa de câmbio se deram em razão das medidas econômicas tomadas ainda no Império, para sanear o problema de escassez de liquidez. Depois, com as pressões da burguesia bancária para que essas medidas não fossem revogadas e com a queda internacional dos preços do café a partir de 1895, ou seja, com emissão de moeda e queda de nossas reservas cambiais, ocorreu uma violenta desvalorização cambial.

Entre 1915 e 1917, a Primeira Guerra Mundial forçou o abandono dos principais objetivos da política econômica e, com isso, acentuaram-se os *deficits* orçamentários. Nessas condições, que consistiam na queda do preço internacional do café, na queda do volume das exportações, na fuga dos capitais estrangeiros e na impossibilidade de se receber empréstimos externos, em suma, na ausência de divisas no País, não havia outra coisa a ser feita além do abandono da política de sustentação cambial e de contenção das emissões sem lastro²⁸.

Entre 1921 e 1922, a curta, porém aguda recessão nas economias centrais, sobretudo a americana, nosso principal mercado consumidor, num momento em que os operadores tinham estoques apreciáveis, foi a causa principal da

²⁸ Manter a paridade em 15 pence por mil-réis como pregava a Caixa de Conversão, numa situação de perda incontável de reservas de ouro implicaria uma contração violenta do meio circulante, o que, sem dúvida, levaria o País à paralisia total.

desvalorização cambial. O preço do café caiu fazendo baixar as receitas da exportação (73 milhões de libras em 1919; 53 milhões em 1920). A diminuição no ouro gerado pelas exportações foi acentuada pelo aumento das importações em função da superação dos obstáculos impostos pela guerra ao acesso aos importados. Como consequência a taxa de câmbio desvalorizou-se de 17 dinheiros por mil-réis para 9 5/8 durante o período em questão.

Esses grandes colapsos cambiais desencadearam profundos *deficits* orçamentários. Sem divisas e com o câmbio baixo, o País se via impossibilitado de pagar os serviços da dívida externa. As importações encarecidas diminuíam no seu volume, causando uma penúria financeira no governo, cuja estrutura tributária, como dissemos, dependia até a medula dos impostos aduaneiros. Não era possível, assim, arcar com os compromissos externos ou internos em época de crise cambial.

Esses períodos de forte instabilidade econômica foram seguidos por negociações com os banqueiros internacionais, visando a obtenção de liquidez necessária para o restabelecimento do equilíbrio cambial. Dessas negociações resultavam políticas monetária e fiscal extremamente restritivas. Foram os casos dos governos de Campos Sales (1898/1902), Rodrigues Alves (1902/1906), Wenceslau Brás (1914/1918) - quando se deu o segundo *Funding Loan* - e Artur Bernardes (1922/1926). Este último, em função da crise do mercado externo de 1921/1922 e do aumento da dívida externa

de 155 para 186 milhões de libras, entre 1918 e 1922, o que fez de 1923 "o pior ano cambial de nossa história", teve também de realizar uma política ortodoxa. Reduziu a despesa pública de 1428 para 1405 mil contos e procurou, através da transformação do Banco do Brasil em banco emissor, contrair o meio circulante. A política contracionista durou dois anos e a taxa cambial valorizou-se em 15% em 1925 (Silva, L., 1976: 83-89).

Assim, o que percebemos é que as desvalorizações cambiais originaram-se, sobretudo, da reversão de condições externas a princípio favoráveis, isto é, da conformação de uma crise externa. Seguindo esses períodos, como vimos, executaram-se políticas de recuperação cambial e financeira que impuseram pesados sacrifícios à lavoura cafeeira.

Vemos, portanto, claramente, que as desvalorizações cambiais não ocorreram por imposição política dessa classe. Elas também não ocorriam, necessariamente, quando havia queda nos preços internacionais do café. O exemplo mais gritante é o do período entre 1899 e 1906, no qual a queda persistente do preço internacional do café foi acompanhada por uma não menos persistente valorização cambial. Esse período configurou, segundo Wilson Cano, uma crise para a lavoura cafeeira pior que a de 1929.

Pelos dados aqui arrolados conclui-se que, de fato, o eixo da política cambial brasileira durante a Primeira República estava longe de beneficiar a lavoura. Ao contrário, muitas vezes prejudicou-a pesadamente. Os maiores

interessados nessa política eram o Estado brasileiro, o capital estrangeiro e o grande capital cafeeiro. O primeiro porque necessitava recuperar suas finanças e o crédito externo, objetivo impossível de ser alcançado com uma baixa taxa cambial. O segundo porque temia que os compromissos do País devedor não fossem honrados em função da inadimplência causada pela desvalorização cambial. E, finalmente, o grande capital cafeeiro que via os seus investimentos novamente rentáveis, além de garantir a presença no País do capital estrangeiro, cuja associação lhe rendia lucros bem maiores do que a mera desvalorização do câmbio. Lembremos que o *grande capital* não se reduzia a simples fazendeiro preocupado exclusivamente com a obtenção de um bom preço no porto de Santos. Os membros dessa classe representavam sempre um grande conglomerado, fornecendo crédito, administrando fazendas e estradas de ferro, promovendo a importação, etc.. Não encarava, portanto, do mesmo modo que a lavoura as políticas oficiais, justamente em função de sua posição diferenciada no processo social de produção.

3.2- A PRIMEIRA VALORIZAÇÃO DO CAFÉ

O período do Encilhamento (1890/1891) foi, pudemos perceber, bastante benéfico para a lavoura cafeeira. No entanto, no governo Campos Sales, mais precisamente a partir de 1899, como resultado da política econômica ortodoxa, a taxa cambial começou a valorizar-se conjugando-se com uma

queda internacional nos preços do café que vinha desde 1896²⁹. Superprodução - em função dos estímulos existentes no período do Encilhamento -, queda dos preços externos e valorização cambial foram os fatores que deram origem, em 1906, ao primeiro esquema valorizador.

A crise era, sobretudo, a crise do "produtor". Os preços, em declínio já há muito tempo, atingiam, por volta de 1906, um nível nitidamente abaixo do custo de produção. Note-se, no entanto, que os preços pagos pelos consumidores estrangeiros no varejo não se alteravam, revelando que quem vivia de fato a crise era o "produtor" nacional, enquanto o exportador mantinha, apesar da baixa, o mesmo preço final ao consumidor (Prado Júnior, 1945 (1987): 230).

Foi dentro desse contexto de grave crise para a produção cafeeira que surgiram as primeiras idéias para uma intervenção oficial na comercialização do café. A partir delas iniciou-se o debate entre os liberais e os intervencionistas, que marcou a primeira década do século XX.

Os liberais, adeptos dos governos de Campos Sales e Rodrigues Alves, viam na intervenção estatal o perigo de se frustrar a austera e bem sucedida política contencionista responsável pela recuperação financeira do País e pela recuperação de sua credibilidade no mercado financeiro

²⁹ O movimento da taxa de câmbio de 1899 a 1906 foi o seguinte: 1899 - 7,4 pence por mil-réis; 1900 - 9,5; 1901 - 11,4; 1902 - 12,0; 1903 - 12,0; 1904 - 12,2; 1905 - 15,9; 1906 - 16,2. O preço da saca de café (60 kg) de 1899 a 1906 foi o seguinte: 1899 - 3,07 libras-ouro; 1900 - 2,06; 1901 - 1,62; 1902 - 1,54; 1903 - 1,47; 1904 - 1,99; 1905 - 1,98; 1906 - 1,97.

internacional..

Os intervencionistas (Alfredo Ellis, Fausto Cardoso, Sezerdelo Corrêa e outros) também defendiam a valorização da moeda, porém a um nível remunerador e criticavam o uso dos mecanismos ortodoxos para atingir tal fim. Sugeriam que a baixa cambial fosse resolvida pela valorização do preço do café através de uma intervenção do Estado, e não pela eliminação da suposta produção excedente através do recolhimento do papel-moeda. Diziam que o Brasil detinha o monopólio virtual da produção do café e que era preciso dotá-lo de uma organização comercial que o tornasse capaz de desfrutar de tal situação. Eles sabiam que o "produtor" precisava vender a sua safra de qualquer maneira, pois só tinha crédito de curto prazo. Além disso, tinham também consciência que o comprador se apoiava nos estoques existentes para, no meio da maior gravidade em face da superprodução, fingir não precisar do café oferecido pelo fazendeiro. Sabiam, em suma, que a causa da queda dos preços do café não era exclusiva da superprodução, mas também da especulação comercial.

Tudo isso redundou naquilo que pode, com certeza, ser considerado como as exigências típicas da lavoura cafeeira e de seus representantes no período em questão: a eliminação do jogo especulativo, a concessão de empréstimos de longo prazo, a fixação de preços mínimos remuneradores e, a principal, o monopólio estatal do comércio do café (Vilardo, 1986: 66-67).

Um plano valorizador já tinha sido apresentado em 1903 (o chamado Plano Siciliano) e fora recusado pelo governo Rodrigues Alves que não abria mão de sua política ortodoxa. Porém, a ocorrência de uma supersafra em 1902 e a promessa de uma safra-monstro para o ano de 1906 tornaram a intervenção estatal urgentíssima. A resistência de Rodrigues Alves, contudo, só foi superada com a eleição de Afonso Pena que deu início ao esquema valorizador. Em que consistiu, de fato, esse esquema? Foram os "produtores" os principais beneficiados?

A esta última pergunta acreditamos poder responder negativamente. Talvez o erro de se considerar o Convênio de Taubaté - assinado pelos presidentes de Minas (Francisco Sales), Rio de Janeiro (Nilo Peçanha) e São Paulo (Jorge Tibiriçá), em 25 de fevereiro de 1906 - como o plano valorizador realmente efetivado, seja responsável pela conclusão de que a primeira valorização beneficiou principalmente os produtores. Mais ainda, este engano pode ser responsável pelo equívoco de se encarar a primeira valorização como prova da força política dos produtores de café³⁰. Qual era o conteúdo do acordo assinado no Convênio de Taubaté?

Apresentaremos aqui as principais cláusulas do famoso

³⁰ Franceschina Vilardo é uma clara representante dessa tese. Para ela, a fração agrária da burguesia cafeeira foi uma das principais protagonistas da primeira República. Os esquemas valorizadores, incluindo a defesa permanente, resultaram das lutas entre essa fração e os segmentos mercantis da oligarquia cafeeira, mais ainda, resultaram de uma vitória da fração agrária sobre a burguesia mercantil. A fração agrária da burguesia cafeeira teria sido, então, a principal beneficiária dessas políticas. Cf. Vilardo, 1986, p. I-IX e 69-70.

encontro. O preço médio mínimo que os estados signatários comprometeram-se em manter foi de 55 a 65 francos-ouro por saca. Quando se assinou o acordo, não se conseguia um preço médio de 50 francos a mais de dez anos (entre 1897 e 1905 ficou em 35 francos). O que se intencionava era conseguir um aumento real dos preços do café. O Convênio de Taubaté propunha também que os estados contratantes fixariam uma graduação nacional de qualidade do café e incentivariam a criação de uma bolsa para a regulamentação do produto. Essas medidas visavam tirar o controle da graduação da qualidade do café brasileiro das mãos dos membros da bolsa de Nova York. Eles sabiam que o grau atribuído à safra do ano poderia significar prejuízo ou lucro para o fazendeiro. O acordo previa também a criação de uma sobretaxa de 3 francos-ouro para cada saca de café exportada a fim de reunir maiores garantias para os empréstimos externos que financiariam o esquema. Advogava também a proibição de novas plantações, além da criação de uma caixa de conversão que estabilizasse o câmbio a um nível remunerador. Pregava, ainda, o monopólio estatal do comércio cafeeiro com vistas a livrar a lavoura do jogo especulativo resultante do domínio que os exportadores exerciam nesse setor. (Holloway, 1978: 61-66 e Vilardo, 1986: 76-82).

A proposta inicial para a primeira valorização, isto é, o Convênio de Taubaté, tinha, assim, uma clara conotação pró-lavoura. Nessas condições, era bastante natural que o grande capital cafeeiro se opusesse a tal plano. Antonio

Prado assumiu a luta contra o esquema valorizador tal qual previsto pelo Convênio de Taubaté. Através da Prado Chaves criticou-o, pois receava as suas conseqüências cambiais e monetárias. Atacou a estabilização da moeda a um nível baixo, pois isso atingiria os seus interesses ferroviários e o comércio de importação. Como exportador duas coisas não lhe interessavam: a fixação de um preço mínimo do café, ainda mais a um nível tão elevado, que abalaria a confortável posição em que se encontravam os oligopsônios comerciais na determinação dos preços do produto; além disso, a proposta de monopolização do comércio do grão pelo Estado, inadmissível na medida em que teria como resultado a do grande capital de um dos setores mais lucrativos em que atuava. Como diz Verena Stolcke,

as the owner of a business empire that embraced all spheres of coffee, from planting to trading and export, Prado perceived the reduction of coffee trading to support prices as a threat to his interests as merchant and exporter (Stolcke, 1989: 140).

Portanto, não é de se estranhar que o grande capital tenha, sobretudo na pessoa de Antonio Prado, exercido forte oposição ao Convênio de Taubaté.

Porém, algo de estranho parece ter acontecido por ocasião da realização do primeiro plano valorizador, pois o grande capital, outrora intransigente opositor, assumiu uma postura favorável à implementação do esquema. Numa carta de Afonso Pena a Washington Luís, em 11 de novembro de 1909, aquele demonstra conhecer as razões do apoio paulista

transmitido por Olavo Egídio, Albuquerque Lins e Jorge Tibiriçá ao seu governo. Esses senhores lembravam Afonso Pena, por ocasião da sua sucessão, da necessidade de não haver interrupção nas medidas financeiras que ele vinha praticando, medidas que estavam de acordo com os interesses econômicos de São Paulo (Martins Filho, 1981: 38).

Olavo Egídio de Souza Aranha e Jorge Tibiriçá eram sabidamente membros do grande capital cafeeiro. O primeiro, da conhecida família Souza Aranha, ligada a companhias ferroviárias, casas comerciais, fazendas, etc.; o segundo fazendeiro de grande prestígio, ligado à Mogiana. Albuquerque Lins era genro de Francisco Antonio de Souza Queirós e importante político paulista. O próprio Antonio Prado abandonou a sua posição inicial e passou a apoiar o esquema valorizador. O que teria acontecido? Thomas Holloway é quem nos desvenda o mistério.

O plano valorizador que foi realmente posto em prática tinha poucas semelhanças com o plano original... O acordo resultante³¹ representou o abandono do pacto de Taubaté e um retorno ao plano Siciliano (Holloway, 1978: 61 e 71).

Ainda conforme Holloway, não se trata de simples questão de precisão histórica. Trata-se de saber quem dominou o esquema valorizador, quem de fato foi prioritariamente beneficiado, enfim, quem teve forças para descaracterizar a proposta inicial. Para descobri-lo é preciso saber quais eram os aspectos principais do Plano

³¹ O acordo ao qual Holloway se refere foi o realizado com o capital estrangeiro para a viabilização do esquema valorizador. A participação do capital estrangeiro nesse processo, extremamente importante, será por nós analisada no capítulo IV.

Siciliano.

Este plano foi apresentado em 1903 por Alexandre Siciliano, "um dos mais prestigiosos plantadores e comissários do estado", à Sociedade Paulista de Agricultura. O plano foi aprovado por esta agremiação, o que demonstra uma abertura ao intervencionismo por pelo menos uma parte do grande capital cafeeiro nela representado (Kugelmas, 1986: 118). Antonio Prado, figura de relevo do grande capital, de início colocou algumas objeções, mas terminou por apoiá-lo através da Cia. Prado Chaves, que tornou-se uma arma semi-oficial do governo do estado na primeira valorização.

Com o apoio do grande capital cafeeiro, a corrente intervencionista consolidou-se definitivamente. Recebeu forte impulso da cúpula do governo de São Paulo, dirigido, na época, por Jorge Tibiriçá. A Sociedade Paulista de Agricultura também lhe foi favorável. Finalmente, a valorização se realizou, mas não segundo as cláusulas do Convênio de Taubaté e sim segundo as intenções do Plano Siciliano, o que nos revela que, de algum modo, os interesses do grande capital foram decisivos na formulação definitiva do primeiro esquema valorizador.

Esse plano expressava um tipo de participação que interessava à burguesia mercantil, pois, ao contrário do Convênio, propunha a formação de um *sindicato de capitalistas* que, através de um contrato de seis anos prorrogáveis com o estado de São Paulo, centralizaria todas as compras do café e, mais importante, *exerceria o monopólio*

da comercialização dos estoques do produto com vistas à elevação do seu preço.

Não há dúvida de que a perspectiva de intervenção no mercado chamasse a atenção dos empresários não ligados à produção, na medida em que ela oferecesse as vantagens que adviriam da participação no comando do monopólio do comércio cafeeiro. Nesse ponto, aliás o principal, o Plano Siciliano era o oposto do Convênio de Taubaté. Não há dúvida também de que as medidas realmente efetivadas estavam muito mais próximas do Plano do que daquelas advogadas pelo Convênio.

Este último visava um esforço conjunto entre os governos estaduais e federal, a fim de defender os produtores da especulação comercial em período de excesso de oferta, colocando o controle do comércio em mãos oficiais. Porém, o que se realizou de fato foi uma cooperação entre o estado de São Paulo e os comerciantes estrangeiros de café, visto que a valorização não poderia se realizar sem o respaldo financeiro destes últimos. Ao governo federal, ao governo do Rio de Janeiro e de Minas Gerais coube uma participação bastante limitada e cheia de restrições.

O "sindicato de capitalistas" era formado por Crossman, Sielcken, Arbuckle Bros. e Theodor Wille, além de mais três companhias do Havre, quatro de Hamburgo, dois bancos londrinos e um de Hamburgo. Esse sindicato adiantaria 80% do capital necessário e o governo do Estado entraria com os 20% restantes. O empréstimo seria pago com juros de 6% ao ano. A garantia do mesmo seria o café comprado durante a

operação, estocado nos armazéns dos membros do consórcio, nos portos europeus e americanos. Alguns outros empréstimos seriam feitos até 1908, mantendo sempre o poder dos negociantes sobre o estoque do café e sobre a sua comercialização, além do controle sobre a política cafeeira, já que o Estado não poderia tomar qualquer nova decisão acerca desta política sem antes consultar o consórcio de capitalistas.

O resultado mais imediato e o mais visível da intervenção valorizadora foi a subida do preço do café. Este tinha permanecido estável entre 7,6 e 7,9 cents por libra peso, entre 1906/1908, passou a 13,8 cents. Porém, ao contrário do que evidenciam as aparências, o primeiro esquema valorizador não foi tão benéfico para a lavoura cafeeira. Vejamos as outras medidas e suas conseqüências.

Medida fundamental para o esquema valorizador foi aquela que instituiu a Caixa de Conversão³². Ela visava estabelecer uma taxa cambial fixa com lastro-ouro. Tal taxa seria fixada em nível mais baixo que o do mercado de modo a atrair para si as divisas em ouro que entrassem no País. A luta entre as frações dominantes da economia agro-exportadora se deu, justamente, em torno do nível em que seria fixada a taxa cambial pela Caixa de Conversão. A lavoura reivindicava como ideal a taxa de 12 pences por mil-

³² "A Caixa de Conversão podia conciliar os aspectos críticos da questão monetária e cambial: por um lado, manter uma taxa cambial estável e relativamente valorizada e, por outro lado, ampliar o meio circulante via emissão lastreada da Caixa de Conversão (lastro de divisas estrangeiras equivalentes a metal), com evidentes reflexos positivos sobre a disponibilidade do crédito em geral." Saes, 1981b, p. 255.

réis, o que não foi atendido. A taxa estabelecida foi de 15 pence por mil-réis, isto é, 25% acima do que fora exigido por aquela classe. Na verdade, esta taxa visava conciliar interesses agrários, comerciais, industriais e financeiros com relação a uma medida que criava tantos conflitos. Portanto, a taxa cambial estabelecida não era do total agrado da lavoura cafeeira.

O estabelecimento de um preço mínimo é outro item que também revela a fraqueza dessa classe e a força do capital comercial. De fato, o nível atingido encontrou-se muito aquém do exigido pela lavoura. O preço médio mínimo que fora estabelecido pelo Convênio de Taubaté era de 55 a 65 francos-ouro por saca. Com a safra recorde de 1906, o máximo que o plano valorizador fez nessa área foi evitar uma queda drástica do preço do café, conseguindo que este ficasse na faixa de 41 francos-ouro a saca.

O plano efetivamente realizado também não foi generoso com a lavoura no que se refere ao controle da graduação da qualidade do café. Este permaneceu nas mãos dos compradores do produto que, assim, detinham mais um meio de determinar os preços e o destino dos "produtores". Portanto, a reivindicação de uma graduação nacional da qualidade do café, sob controle nacional, contida no artigo quarto do Convênio de Taubaté, também não se realizou.

As sobretaxas instituídas com a valorização já em andamento, mostraram, por sua vez, que na necessidade de onerar alguns dos participantes, os escolhidos seriam os

fazendeiros. Como os empréstimos se avolumavam e a única garantia era o café comprado, tornou-se necessária a criação de uma outra garantia que assegurasse o pagamento do empréstimo de três milhões de libras, feito em 14 de dezembro de 1906, junto aos banqueiros estrangeiros, utilizado para o pagamento dos empréstimos iniciais e para as compras da valorização. A nova garantia foi dada pela criação de uma sobretaxa de três francos-ouro (subindo mais tarde para cinco) que deveria ser paga aos agentes da Schroeder às segundas-feiras de cada semana, a partir de 17 de dezembro de 1906. Caso a quantia arrecadada excedesse os juros, o sobranete ficaria com o governo. As sobretaxas eram pagas pelos produtores (Holloway, 1978: 57-59)³³.

Não havia razão, portanto, para que o grande capital não apoiasse um plano desse tipo. Ele mantinha a essência da valorização, isto é, retirar café do mercado e estocá-lo para elevar o preço. Porém, diferentemente do Convênio de Taubaté, era um plano que não tocava na questão do monopólio

³³ O problema das taxações e dos impostos parece ter atormentado a lavoura por todo o período. Rodolfo Miranda, candidato ao governo de São Paulo em 1912, afirmava na sua plataforma de governo: "Como temos constatado por diversas vezes, a pauta para a cobrança do imposto de 9% *ad valorem* sobre o café a exportar-se tem sido confeccionado com grave injustiça para as classes produtoras... Para que tal não se reproduza, procuraremos a manifestação sobre esse assunto dos exportadores, comissários, corretores e demais interessados na lavoura, afim de se empregar nas cobranças daquele imposto um processo mais equitativo. Procederemos, simultaneamente, a uma completa revisão do sistema tributário - em cujas engrenagens se debate a perseguida lavoura de São Paulo - abrandando o enorme peso dos impostos." Altino Arantes, também quando candidato, em 1916, afirmava: "Na distribuição equitativa dos impostos, conduzida de forma a fazê-los incidir sobre todas as classes sociais e sobre todos os ramos da atividade lucrativa, e destinada, paralelamente, a aliviar a pouco e pouco a lavoura dos pesados encargos com que vem arcando." Cf. Casalecchi, 1978, p.55 e 59. Mais especificamente sobre as sobretaxas, um economista americano examinou o plano de valorização e afirmou o seguinte: "Nas condições que prevaleciam no mercado, com uma produção excedente e com os estoques governamentais constantemente ameaçando o comércio, a sobretaxa não poderia ser facilmente mudada. Era o cafeicultor que acabava pagando por tudo." Cf. Holloway, 1978, p.73.

da comercialização do café é que mantinha o preço mínimo bastante baixo. Enquanto exportador, esse plano atendia plenamente aos interesses do grande capital cafeeiro e mantinha a lavoura na condição de última beneficiária da valorização.

Segundo Sérgio Silva (1976: 69), os organismos encarregados da defesa do café, ou seja, encarregados da aplicação da valorização, da gestão dos fundos consagrados a esse fim e da liquidação dos estoques, eram, de fato, dirigidos pelos representantes diretos da grande burguesia cafeeira, isto é, "dos homens que, sendo também grandes fazendeiros, são antes de tudo banqueiros e exportadores". E, ainda segundo o autor, foi essa grande burguesia cafeeira, proprietária de bancos e casas exportadoras que reservou a si uma parte cada vez mais importante do lucro realizado a partir da produção do café.

Como vimos, várias casas brasileiras participavam do comércio exportador (vinte entre setenta), mas nenhuma delas tinha a presença da Companhia Prado Chaves. Esta casa exportadora teve ativa participação na operação valorizadora. O seu diretor, Paulo Prado (filho de Antonio Prado) era o representante de São Paulo no comitê de administração do estoque.

É difícil, depois de se conhecer as principais medidas do plano realmente efetivado, de se ter conhecimento do apoio do grande capital à política de Afonso Pena, do apoio de Jorge Tibiriçá e da participação fundamental da Cia.

Prado Chaves no esquema valorizador, manter a idéia de que o grande capital cafeeiro se opôs ao esquema e que este tenha sido uma vitória da lavoura cafeeira, sendo esta a principal beneficiada.

A nosso ver, portanto, na análise do esquema valorizador não basta analisar o histórico dos preços do café após 1906, constatar a sua ascensão e concluir a partir disso que houve uma vitória da lavoura cafeeira sobre o capital mercantil. Nem basta dizer que a valorização garantiu à lavoura uma boa margem de lucros.

Mais do que isso, é preciso analisar o esquema valorizador globalmente para perceber que nele as principais reivindicações da lavoura não foram atendidas. Ao contrário, a ela coube uma posição completamente subordinada no esquema, além do peso das sobretaxas. Os grandes lucros de fato couberam aos exportadores que, com o controle e a retenção dos estoques, conseguiram que o preço subisse nos países consumidores e, ao mesmo tempo, impuseram um preço mínimo bastante baixo ao cafeicultor.

3.3- A SEGUNDA VALORIZAÇÃO DO CAFÉ

Na bibliografia sobre período, o segundo esquema valorizador (1917/1918), realizado na presidência Wenceslau Brás (1914/1918), é o menos estudado ou sobre o qual as referências são bastante passageiras. A razão reside, talvez, no fato de esse segundo esquema não envolver

interesses tão diversos quanto o primeiro, em função de ter ocorrido num período peculiar que foi a Primeira Guerra Mundial.

A necessidade da segunda valorização surgiu a partir da entrada dos Estados Unidos no conflito e do bloqueio naval da Europa que, por serem ambos os nossos maiores compradores, ocasionaram a redução das exportações nacionais no período, levando à acumulação de estoques nos portos brasileiros. Com a safra de 1917/1918 atingindo 15 milhões de sacas, os estoques em Santos chegaram a 6 milhões, contra apenas 1 milhão em 1916.

Dada a acumulação dos estoques e a queda da demanda - que levaram o preço da saca de café de 3,07 libras-ouro, em 1913, para 1,88 em 1915 - , o governo resolveu iniciar nova operação valorizadora. Porém, devido à impossibilidade de se recorrer ao crédito externo, em função da guerra, recorreu-se às emissões.

Em agosto de 1917, o governo autorizou a emissão de papel-moeda até 300 mil contos, dos quais 100 mil foram obtidos pelo estado de São Paulo sem juros, o que comprova o peso da cafeeicultura paulista na economia nacional. Pela primeira vez, desde o Encilhamento, rompia-se a política ortodoxa de contenção das emissões e do gasto público para garantir o valor da moeda e era autorizada a emissão sem lastro. Através dessa medida, que só podia ser tomada a nível federal, São Paulo e a União uniram-se nessa nova operação de sustentação do preço do café.

São Paulo adquiriu cerca de 3,1 milhões de sacas até julho de 1918 pelo COMIND (banco pertencente ao grande capital cafeeiro), comprando, com a ajuda da União, o excedente e, assim, acumulando estoques para sustentar o preço do café durante a guerra. Com isso, a alta das cotações começaram já a partir do segundo semestre de 1918 - 2,17 libras-ouro por saca em 1917 ; 2,55 em 1918 e 5,10 em 1919 (Kugelmas, 1986: 165).

No final da guerra, São Paulo estava com a metade dos estoques mundiais, enquanto as reservas dos principais consumidores estavam baixas. Os preços no mercado interno passaram de 47\$390, em 1918, para 94\$612 em 1919. O Estado conseguiu um lucro de 4 milhões de libras em quatro anos de valorização. Os fazendeiros, por sua vez, obtiveram lucros de 130%, podendo chegar até 400% (Vilardo, 1986: 123-130). Na verdade, mais do que o próprio esquema valorizador, a forte geada de 1918, que arruinou grandes plantações, foi a grande responsável pela queda da oferta e pelo aumento dos preços.

Tanto a primeira como a segunda valorização tentaram sustentar o preço do café através da retenção da oferta. O fato de a segunda ter se realizado através da emissão de papel-moeda se deve às peculiaridades do momento. Tanto é que, já na terceira valorização, o recurso aos empréstimos externos foi novamente utilizado, o que mostra que o eixo da nossa política cambial, isto é, a busca da valorização da moeda, era incompatível com o uso indiscriminado das

emissões.

As afirmações sobre a segunda valorização são, como já dissemos, bastante restritas e inconclusivas. Se, por um lado, temos as afirmações de Vilardo (1986) acerca dos preços finais e lucros dos fazendeiros, por outro lado, temos as afirmações de Borís Fausto (1985: 230), para quem este esquema, apesar da retórica, resultou em benefícios apenas para o estado de São Paulo, para a União e aos agentes de compra. Para os "produtores", os resultados teriam sido muito reduzidos e a geada de 1918, ao mesmo tempo em que favoreceu ao Estado como detentor de estoques, prejudicou os fazendeiros.

De qualquer modo, a segunda valorização, pela situação de exceção em que se deu, não pode ser tomada como padrão seguido nas intervenções valorizadoras. Os empréstimos externos e o monopólio privado dos estoques e do comércio de café eram, nesses esquemas, a norma usual e não as emissões e o monopólio oficial dos estoques.

3.4- A TERCEIRA VALORIZAÇÃO DO CAFÉ

O período do pós-guerra trouxe condições que impuseram uma nova operação valorizadora (1921/1923). Reinava a especulação comercial. Os comerciantes das praças estrangeiras efetuavam um número de vendas a termo superior ao que poderia realmente ser coberto com a mercadoria para provocar a queda dos preços. Em 1919, foi realizado um total

de operações de compra e venda sobre vinte e seis milhões de sacas, quando a colheita fora em torno de nove milhões, em função da geada de 1918. Vários intermediários corretores, etc., controlavam o movimento das Bolsas de Santos, São Paulo e da Registradora de Santos.

Ao lado da especulação comercial que visava empurrar os preços para baixo, o comércio externo de café sofreu grave crise com o abalo das economias centrais, sobretudo a dos Estados Unidos, que era o nosso maior comprador. Paralelamente à violenta queda da demanda causada pela crise americana (1921), surgia a expectativa de mais uma safra volumosa para o ano cafeeiro de 1920/1921.

Para aumentar ainda mais a fragilidade dos produtores face à crise e ao jogo especulativo, permanecia muito precária a organização bancária nacional, com sua reduzida capacidade para financiar a produção cafeeira e a estocagem. Ainda nos anos 20, os bancos nacionais só forneciam empréstimo de curto prazo.

Nessas circunstâncias, como era de se esperar, os fazendeiros pressionaram o Estado por mais um esquema valorizador, com vistas a assegurar condições propícias ao processo de acumulação, isto é, com vistas a manter a taxa de lucro via sustentação do preço. Para isso reivindicaram a criação de um banco central de emissão e redesconto.

Tal reivindicação fez com que o terceiro esquema valorizador tivesse o seu início marcado pelo debate entre os "emissionistas" e aqueles que defendiam a utilização do

crédito externo. Os primeiros, na ausência deste devido à crise internacional, sugeriram a prática da emissão que havia sido utilizada na valorização anterior. O motivo principal dessa proposta, além de superar a escassez de crédito, era dar maior autonomia ao Estado nacional, diminuindo a sua dependência frente ao capital financeiro internacional. Para os fazendeiros, a principal razão residia no fato de as emissões tirarem o poder das casas exportadoras e dos bancos, visto que eles não mais financiariam e, conseqüentemente, não mais controlariam o esquema valorizador. Lembre-se ainda que as emissões acabariam com as exigências de sobretaxas para garantirem os empréstimos externos, além, é claro, de uma possível inflação que aumentaria a sua remuneração em mil-réis.

Aqueles que criticavam o esquema com base em emissões tinham como arma os velhos argumentos, ou seja, de que ela causaria inflação e desvalorização cambial, além de nos colocar em descrédito frente à comunidade financeira internacional.

Nesse debate o que percebemos são os mesmos interesses da lavoura e do grande capital em luta. A lavoura querendo se livrar dos exportadores, dos impostos e aumentar a sua renda; o grande capital lutando para manter rentáveis os seus empreendimentos, desejando afastar a desvalorização cambial, querendo evitar o monopólio oficial do grão. Representante dessa segunda corrente, Antonio Carlos de Andrade propõe um substitutivo ao projeto emissionista, pelo

qual o Congresso contrairia um empréstimo de 300 mil contos para a compra do café.

A princípio foi vencida a corrente pró-emissão, compatível com os interesses da lavoura, cuja vitória se expressou no decreto do Presidente Epitácio Pessoa, em novembro de 1920, que autorizava a implantação da operação de valorização financiada pela Carteira de Emissão e Redesconto do Banco do Brasil. Esta instituição buscava o aumento da oferta de moeda através do desconto de títulos e da garantia-ouro inferior às emissões.

As operações de compra foram iniciadas em março de 1921. No final do mesmo mês, cerca de 4,5 milhões de sacas de café já haviam sido retiradas do mercado. Com isso, o preço do café tipo "Rio 7", no mesmo ano de 1921, passava, em Nova Iorque, de 6,4 cents a libra peso para 8 cents. Essa intervenção federal nos rendeu 77 milhões de dólares ou um lucro de 130 mil contos.

Tudo parecia ir de acordo com os desejos da lavoura. Porém, em maio de 1922, o governo federal, que antes aprovara o projeto de emissão, contraiu um empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas com os banqueiros ingleses Rotshilds, Schroeder e Baring Bros.. As cláusulas desse empréstimo feriam gravemente os interesses dos fazendeiros de café e, portanto, representavam claramente um recuo face às conquistas alcançadas até então.

O esquema passou a funcionar da seguinte maneira: o governo cedia os 14,5 milhões de sacas que havia retirado

entre o início e o fim de março de 1921, isto é, as mesmas sacas que serviriam, mais adiante, como base financeira da defesa permanente. Formou-se um comitê com a presença de representantes dos banqueiros internacionais, um outro do Brazilian Warrant and Co. e um do governo brasileiro. Mais uma vez, a associação entre o Estado e os banqueiros internacionais passaria a ter o controle sobre a liquidação dos estoques. Ou seja, mais uma vez os fazendeiros, que queriam o monopólio estatal do estoque e comércio, seriam derrotados.

Constava ainda no acordo para o empréstimo que o resultado da venda desses estoques ficaria retido junto ao comitê até o ano de 1932, data de vencimento do empréstimo. O saldo político foi deficitário para o governo brasileiro e positivo para os que financiaram a valorização. O Estado ficou proibido de realizar novas intervenções no mercado cafeeiro sem a autorização expressa da Brazilian Warrant ou do comitê.

A justificativa para a realização do empréstimo era de que o governo não mais queria lançar mão das emissões de papel-moeda sem lastro. Além disso, a carteira de redesconto não poderia mais fornecer dinheiro para o esquema quando as compras do café atingissem o valor de 270 mil contos de réis. Para não suspender a operação, segundo o governo, foi preciso apelar para o crédito externo (Vilardo, 1986: 135-147).

Além dos encargos acima citados, um novo esquema de

financiamento bastante prejudicial a alguns interesses dominantes internos foi criado. Os fazendeiros entregavam o café e a carteira emitia a quantia correspondente. Esta última entregava o café ao Estado cuja venda serviria para criar lastro para o empréstimo. O lastro seria dado pelas letras do café emitidas pelos bancos estrangeiros e que iriam para o Brasil na medida em que o café ia sendo vendido. Assim, a carteira resgataria o papel emitido, evitando a desvalorização da moeda. Porém, essas letras-ouro não entravam no nosso mercado. Das mãos do comitê da valorização em Londres elas passavam, de acordo com os contratos, para as mãos dos banqueiros que haviam concedido os empréstimos.

Assim, foi só passar o período de anormalidade da guerra que o esquema valorizador voltou a sua característica inicial, isto é, todo poder às casas exportadoras e aos bancos internacionais. Nela não se realizou plenamente o sonho das emissões nem, muito menos, o sonho do monopólio oficial do comércio cafeeiro. Essas duas propostas típicas da lavoura foram mais uma vez rechaçadas e no seu lugar mantido o domínio do capital comercial.

3.5- A DEFESA PERMANENTE

Os esquemas valorizadores tinham se revelado um claro sucesso no que se referia à elevação do preço do café. A partir deles começou-se a cogitar a possibilidade de

estabelecer-se mecanismos que garantissem de forma permanente, e não apenas esporádica, o amparo aos preços do café.

Em função disso e da permanência da especulação comercial, o Presidente Epitácio Pessoa, em 17 de outubro de 1921, enviou mensagem ao Congresso pedindo a defesa permanente do café. Discorrendo sobre a importância deste produto para a economia nacional e sobre a escassez de recursos para esse setor, dizia o Presidente:

o café reclama grandes recursos pecuniários, de que ainda não é capaz nossa organização bancária... O mercado produtor é constituído por uma massa difusa de vendedores sem coesão, sem unidade de ação, sem resistência financeira, frente a dez ou doze casas exportadoras (apud Kugelmas, 1986: 148).

Nessa mensagem Pessoa propunha a formação de um Conselho de Defesa Permanente do Café, argumentando que a insuficiência de nossa organização bancária tornava precária a situação dos produtores.

O Conselho deveria operar com um capital inicial de 300 mil contos, destinados a empréstimos aos produtores e à compra do café a fim de regularizar a oferta, além de financiar a propaganda no exterior. O capital inicial de 300 mil contos seria constituído pelos lucros advindos das operações de valorização, em especial da terceira, e também por emissões de papel-moeda sobre lastro-ouro e lastro-café.

Seria também função do Conselho regular a entrada da safra nos dois portos, do Rio e de Santos, represando parte dela no interior através dos armazéns reguladores. O

objetivo era impedir o afluxo de grandes quantidades de café aos portos, num mesmo período, evitando, assim, as especulações baixistas.

Esse projeto inicial da defesa permanente tinha algumas diferenças com outros esquemas valorizadores. Nele o fazendeiro passaria a controlar o próprio café visto que a estocagem seria garantida e a formação dos estoques estaria sob seu controle. A eles, portanto, caberia a apropriação dos lucros advindos da venda dos estoques.

Em junho de 1922, o projeto foi aprovado pela Câmara Federal. No final de 1921 e início de 1922, dois projetos de emissão haviam sido aprovados, o primeiro para financiar a terceira valorização, ainda em curso, e o segundo para implantar a defesa permanente.

Porém, antes que o Senado sancionasse a lei que a criava, os bancos ingleses autorizaram um empréstimo de nove milhões de libras que fora, como vimos, solicitado por Epitácio Pessoa para financiar a terceira valorização. Esse empréstimo, pelas suas cláusulas, impedia a emissão de papel-moeda. Além disso, como vimos, o lucro das vendas dos estoques ficaria sob controle dos banqueiros. Portanto, as emissões e os fundos da terceira valorização, as bases financeiras da defesa permanente, não poderiam ser utilizados. O novo esquema nascia morto pela carência de recursos. O Instituto de Defesa Permanente permaneceu letra morta até a completa liquidação da terceira valorização.

Em 1922, foi eleito Presidente o mineiro Artur

Bernardes. O novo Presidente deu continuidade à terceira valorização. Com relação à defesa permanente realizou apenas a parte relativa à construção dos armazéns reguladores junto aos entroncamentos das estradas de ferro.

No seu governo surgiu novamente o debate entre os "emissionistas" e seus adversários. Estes últimos, como já dissemos, não eram contra a defesa, mas contra utilizar a recém criada capacidade de emissão do Banco do Brasil para este fim, pelos motivos já expostos aqui. Artur Bernardes tendia a concordar com essa posição, o que se explica sobretudo se levarmos em conta a crise cambial e monetária do início do seu governo, que o levou a adotar uma política contracionista (Silva, L., 1976: 82-85).

Além disso, a fragilidade do nosso sistema bancário, isto é, a ausência de fontes adequadas de crédito à lavoura cafeeira, colocou todo o ônus da retenção do café nas costas dos fazendeiros. Estes, por sua vez, passaram a pressionar o governo federal para que os encargos da defesa permanente fossem transferidos para o estado de São Paulo³⁴.

Em 1924, o empréstimo relativo à terceira valorização já fora pago devido às condições favoráveis do mercado cafeeiro. Isso possibilitou ao governo livrar-se das exigências do comitê da valorização e readquirir a liberdade de ação com relação à política cafeeira, antes tolhida pelo

³⁴ Uma outra razão para essa transferência é dada por Eduardo Kugelmas, 1986, p.151, onde o autor diz que ao governo federal também interessava deixar a defesa permanente a cargo de São Paulo em função da dificuldade e do desgaste que causaria a tentativa de "conciliar a miríade de interesses do mundo cafeeiro". O governo federal achava que a concessão de crédito pós armazenagem daria espaço para acusações de corrupção e favoritismo.

contrato.

Em novembro do mesmo ano, por decreto federal, foi transferida para as mãos do governo paulista a responsabilidade pela defesa permanente. Os armazéns reguladores foram transferidos a preço de custo ao governo estadual e, em dezembro de 1924, criou-se o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, depois chamado de Instituto do Café. Desde logo, para o financiamento da defesa em São Paulo o expediente do empréstimo externo foi o escolhido³⁵. Para tanto, mais uma vez, foi criada uma taxa de um mil-réis sobre cada saca de café que transitasse pelo estado. Tal taxa serviria de garantia a um empréstimo externo que seria o fundo da defesa permanente do café.

Os fazendeiros, isto é, a lavoura, discordaram da criação dessa nova taxa. Alegaram, o que era verdade, que já vinham sendo onerados com uma carga tributária excessiva, com os 9% do imposto de exportação e a taxa de cinco francos-ouro, imposta em 1906 e ainda vigente. Criticavam também a realização da defesa permanente com base em empréstimos externos, causa das taxas e mais taxas, e reivindicavam a política emissionista. Porém, conhecendo a urgente necessidade de fundos para dar continuidade ao plano e frente a impossibilidade de emitir, os produtores "aceitaram" mais esse encargo.

³⁵ A instituição que concedeu os empréstimos, e teve por isso forte influência no gerenciamento da defesa permanente, foi o trust financeiro Lazard Brothers. Em 1926, essa casa bancária concedeu um empréstimo diretamente ao Instituto do Café e não ao Estado de São Paulo. O empréstimo era de 10 milhões de libras esterlinas, a juros de 7,5% ao ano e que seria pago com taxa sobre o café transportado. Cf. Vilardo, 1986, p.162 e Prado Junior, 1945 (1987), p.234-235.

Como dissemos, a defesa permanente guardou algumas diferenças com os outros esquemas valorizadores. Uma delas, a mais importante, foi o novo circuito de financiamento que se estabeleceu. Nesta nova forma, o fazendeiro colocava o café nos armazéns e recebia um "conhecimento de depósito de café". Ele levava ao banco esse documento e recebia um empréstimo, não mais a curto prazo, mas um empréstimo especial para a cafeicultura. Os bancos, por sua vez, iam ao Instituto do Café que lhes entregava o equivalente àquele documento para que pudessem financiar outros fazendeiros e receber novos juros. Era, sem dúvida, mais vantajoso para a lavoura que os outros esquemas. Porém, parece que os procedimentos não eram do total agrado da lavoura, pois, como nos informa Pierre Mombeig,

para ressarcir o produtor cuja mercadoria ficava armazenada, eram-lhe feitos adiantamentos até o limite de 50% de sua produção. Cabia a um banco oficial - Banco Paulista de Crédito Agrícola - (mais tarde Banco de Estado de São Paulo) efetuar os adiantamentos, bem como organizar as hipotecas agrícolas. Além dos capitais estrangeiros, recebia o Instituto de Defesa do Café as receitas provenientes da taxa de um mil-réis ouro pela saca de café em circulação no estado... Mas os fazendeiros recebiam apenas parte do valor da sua colheita anual, no máximo a metade, pois que só parte da colheita era exportada. Ademais, deviam pagar a pesada taxa de um mil-réis-ouro por saca (Mombeig, 1984: 115)³⁶.

A fraqueza da lavoura se revela ainda mais claramente na reestruturação sofrida pelo Instituto do Café, em outubro de 1926. Nessa reestruturação, as funções executivas foram

³⁶ Segundo Boris Fausto, a situação era pior ainda. O fazendeiro recebia pela mercadoria entregue aos armazéns apenas 35% correspondente ao valor do produto. Cf. Fausto, 1972, p.46.

separadas das funções consultivas. O Secretário da Fazenda passou a ter a direção suprema do Instituto. Foi criado um conselho consultivo, com atribuições fiscais, sob a presidência do mesmo, com o Secretário da Agricultura na vice-presidência e mais três membros indicados pelo Presidente do estado.

Várias sociedades agrícolas e a Associação Comercial de Santos protestaram contra tal reformulação, visto que na estrutura anterior elas indicavam três membros. Na nova organização, seus representantes não mais participariam das funções executivas. Agora, o controle do Instituto estava nas mãos do Estado, vale dizer, nas mãos do PRP, que, como já dissemos, não era o representante ideal dos interesses da lavoura.

Em dezembro de 1929, preocupados com a crise, os lavradores organizaram um congresso convocado pela Liga Agrícola Brasileira, associação vinculada à lavoura, e teceram críticas à política de valorização, pedindo a manutenção do preço do produto e um controle maior, isto é, uma representação eficiente, por parte dos fazendeiros na direção do Instituto (Prado, 1986: 144). Leôncio Basbaum nos dá os vestígios de quem dominava de fato o Instituto ao dizer que

o Instituto do Café batia-se pela valorização. E que era o Instituto do Café? Fundado apenas cinco ou seis anos antes para a "defesa da lavoura" apresentava essa singularidade: não era dirigido por lavradores e sim por banqueiros (Basbaum, 1976 (1981): 260).

Assim, as conseqüências da defesa permanente para a lavoura parecem claras. Ela se opunha às bases sobre as quais a operação se deu, isto é, as novas taxas, os empréstimos externos e a sua fraca representação na direção do Instituto. Como bem notou Flávio Saes (1986: 263), ainda na década de 20 permanecia uma não identidade entre lavoura cafeeira e governo do estado.

Do mesmo modo que as outras valorizações, sobretudo a primeira e a terceira, a lavoura ocupou nessa nova operação uma posição subordinada aos interesses distantes da produção, revelando estar ela bem longe de exercer a hegemonia no interior do bloco no poder da economia agro-exportadora.

As desastrosas conseqüências da defesa permanente são bastante conhecidas. Os preços mantidos num nível alto estimularam mais e mais a produção e, com isso, aumentaram desmesuradamente os estoques. Além disso, essa política aumentou a concorrência com outros países exportadores favorecidos pela manutenção dos altos preços. Tudo isso encerrava um círculo vicioso, onde os estoques aumentavam os preços que aumentavam a produção o que impunha, por sua vez, o aumento dos estoques. Não demorou para que se formassem estoques sem qualquer viabilidade econômica a curto prazo. Com o *crack* da bolsa de Nova Iorque em 1929, houve uma brutal queda da demanda, fazendo com que os preços caíssem imediatamente em 30%. Os estoques perderam o valor e os fazendeiros ficaram sem dinheiro para pagar os empréstimos

recebidos³⁷.

3.6- A QUESTÃO DO CRÉDITO AGRÍCOLA

Além da monopolização oficial do grão, uma reivindicação típica da lavoura que também não se realizou, não só nos esquemas valorizadores, mas durante todo o primeiro período republicano, foi a formulação e realização de uma política de crédito agrícola. De 1889 a 1930, a lavoura se debateu contra o domínio, a nível das relações econômicas, da burguesia mercantil. No que se refere à questão do crédito, já vimos como este domínio se dava através da especulação comercial. Mostraremos, então, que, de fato, a reivindicação constante por uma política creditícia eficaz por parte da lavoura correspondeu uma ausência sistemática de tal política.

Como já dissemos várias vezes, a organização bancária do Brasil no período era extremamente precária. Os bancos estrangeiros, por sua vez, jamais olhavam sequer para a produção, preferindo sempre atuar no setor da especulação comercial. Os vários bancos de custeio rural surgidos,

³⁷ No que se refere às políticas de valorização do café, podemos arriscar a formulação de um modelo geral de *decision making*. Na medida em que todas as frações dominantes ligadas à economia agro-exportadora dependiam do café, a necessidade de sustentar o preço desse produto em épocas de crise provocava a união dessas frações em torno desse objetivo. Ou seja, num primeiro momento, a valorização do café se apresentava como um interesse geral do conjunto das frações dominantes diretamente ligadas a essa economia. Porém, num segundo momento, quando se procurava decidir a respeito das formas de se efetivar tal esquema, isto é, quando se decidia com quem ficava a maior parte dos lucros, a união se desfazia para dar lugar ao conflito entre essas frações. Nesse segundo momento, a lavoura cafeeira sempre colocava as suas próprias propostas que, no entanto, eram derrotadas pelos interesses mercantis do grande capital cafeeiro. Agradeço a Décio Saas por ter me chamado a atenção para esse elemento geral nos processos de valorização do café.

sobretudo, no interior do estado, nunca duraram muito. Havia bastante deles nos anos 90, mas a crise bancária de 1901 praticamente eliminou-os. Como nos informam Mello e Saes, eles participaram no máximo com 1% ou 2% do total de depósitos do sistema creditício (1985: 336).

Nessas condições, com uma oferta de crédito tão restrita, o capital era caríssimo e, justamente por ser escasso, não poderia ficar imobilizado a longo prazo. Essa escassez de crédito agrícola permitia ao comissário exercer a função bancária a qual já nos referimos. Tanto é que, em 1906, um senador por São Paulo afirmava:

os processos comerciais são idênticos aos de 30 ou 40 anos passados; os comissários percebem uma vantagem sobre os cafés vendidos, justamente como nos tempos antigos, e fornecem, como se fossem banqueiros, as somas necessárias ao custeio dos estabelecimentos agrícolas (apud Holloway, 1978: 19).

Assim, como afirmamos anteriormente, se os comissários são expulsos da sua função de intermediário comercial pela concorrência das casas exportadoras, eles permanecem, contudo, nas suas funções bancárias, justamente em função da precariedade do nosso sistema creditício.

Porém, o fornecimento de crédito por parte dos comissários não era, nem de longe, algo que pudesse substituir uma política creditícia eficaz. Sendo um sistema de crédito baseado mais em relações pessoais do que relações legais, era difícil que ele funcionasse fora de uma situação onde os preços do café estivessem elevados, com câmbio estável e boas colheitas. Tornava-se muito perigoso

emprestar dinheiro em época de superprodução e crise de preços. Fazê-lo era correr o risco de não ser pago por fazendeiros inadimplentes. Criticando a dependência da lavoura com relação a esse frágil sistema de crédito e reivindicando a criação de bancos de crédito, dizia o *Diário Popular*, de São Paulo:

os preços do café sendo altos, como são, o crédito é fácil com o comissário ou mesmo com o capitalista. Amanhã, se os preços baixarem, como é possível em consequência do aumento da oferta, porque a quantidade produzida poderá ser muito maior, o crédito desaparecerá e ficará claro que um banco em cada localidade representará mais um papel importantíssimo (apud Saes, 1981b: 251-252).

Portanto, em momentos de crise observa-se a incapacidade das formas existentes de crédito satisfazerem as necessidades da agricultura. A crise de 1900 e 1905, que levou muitos fazendeiros à ruína, foi também um forte golpe no sistema creditício que tinha por base os comissários.

A proposta de criação de um estabelecimento de crédito em cada localidade, enunciada na citação acima, não se concretizou. Os bancos deveriam formar o seu capital e fornecer crédito com base no dinheiro dos imigrantes neles depositado. Como garantia, os fazendeiros dariam a própria safra, obtendo recursos em proporção ao valor do café entregue em caução. Porém, o modo como se desenvolveu o sistema bancário revela que os recursos dos colonos não eram tão elevados a ponto de constituírem um fundo significativo, e que a garantia com base no produto não era tão atrativa aos estabelecimentos bancários.

Várias outras propostas surgiram para superar a escassez de crédito. Em 1895, foi elaborado um projeto com o objetivo de criar bancos para auxiliar as indústrias agrícola, pastoril e similares. Os bancos deveriam funcionar com um contrato com o governo e poderiam emitir letras hipotecárias além de fazer empréstimos sobre hipotecas de imóveis rurais ou urbanos, ou ainda sob penhor. No entanto, os empréstimos não poderiam ultrapassar 50% do valor do imóvel rural, 75% do imóvel urbano e 40% no caso de móveis, semoventes ou frutos pendentes. Dessa vez a proposta não parecia vantajosa à lavoura.

Em 1897 foi a vez da Associação comercial do Rio de Janeiro elaborar um projeto. Ela enviou ao Congresso Nacional uma representação com um projeto visando constituir sociedades cooperativas para fornecer empréstimos por hipoteca, por penhor agrícola, por letras agrícolas, por conta corrente, com garantias e ainda por caução de títulos da dívida pública. Também esse projeto não resultou em nada.

Um projeto de deputados paulistas (Alfredo Ellis e outros), enviado ao Congresso em 1902, propunha a autorização do poder executivo para garantir juros de 6% a 8% ao ano sobre o capital de 100.000:000\$, pelo prazo de 20 anos. Os bancos nacionais e estrangeiros operariam em benefício das lavouras de café e cana, mediante juros de 10% ao ano, sobre hipoteca e com prazo limitado de 5 anos. A comissão encarregada de examinar o projeto recusou-se, alegando ser o juro de 10% excessivo e exigiu empréstimos a

longo prazo e com juros mais baixos. Além disso, criticou as garantias de 6% a 8% de juros ao ano pelo Estado, alegando que sangrariam os cofres públicos e levariam à ineficiência (Saes, 1981b: 250-253).

Em 1903, um membro do Congresso criticou o Banco de Crédito Real de São Paulo, dizendo que ele "não podia prestar senão auxílios muito precários" (Saes, 1981b: 252).

O governo Afonso Pena (1906-1910) tentou construir um banco hipotecário federal. O Congresso chegou a aprovar os estatutos deste banco, mas ele nunca foi criado.

O Banco do Brasil conseguia suprir os financiamentos de curto prazo para a agricultura, mas não dispunha de recursos suficientes para sanear as constantes dificuldades do setor.

São Paulo e Minas Gerais também ensaiaram as suas tentativas, mas os seus recursos nunca foram suficientes.

Em 1923, no governo de Artur Bernardes, o Congresso concedeu ao Banco do Brasil o monopólio das emissões. Essa concessão fazia parte de uma reforma bancária que autorizou a criação do Banco Nacional Hipotecário. Apesar da oposição dos mineiros, os paulistas conseguiram aprovar uma lei que mandava o Tesouro investir 50 mil contos na nova instituição. A reforma permitia ainda que a instituição lançasse letras hipotecárias no valor de até um milhão de contos, para serem emprestadas à agricultura, à indústria, às ferrovias e à mineração. O banco deveria ser presidido pelo presidente do Banco do Brasil. Os outros cinco membros

da diretoria seriam escolhidos pelo Presidente da República. Porém, o Banco do Brasil não teve a atuação desejada e o Banco Hipotecário nem sequer chegou a ser criado. O presidente Artur Bernardes preferiu lutar contra a depreciação do mil-réis, em vez de combater a recessão e a falta de crédito (Topik, 1987: 61). Assim, na década de 20 uma das principais reivindicações da lavoura continuou a ser a criação de um banco de crédito agrícola que oferecesse um sistema eficaz de concessão de crédito. A seguinte citação resume de forma clara a situação creditícia durante o período em questão:

A maioria dos empréstimos era por prazo de noventa dias ou menos... O Banco do Estado de São Paulo concedia crédito principalmente para fins comerciais e não para o fomento da produção. O capital era escasso demais para ser imobilizado a longo prazo. O governo federal dominado supostamente por uma burguesia de fazendeiros, nunca criou uma instituição pública para a concessão de hipotecas, apesar de várias tentativas mal sucedidas em 1898, 1906 e 1924 (Topik, 1987: 66).

A ausência constante do crédito, pela importância que ele representava para a produção, foi tema de várias plataformas dos candidatos ao governo de São Paulo. Como vimos, as promessas não saíram do âmbito da retórica³⁸, mas os discursos eleitorais revelam, sem dúvida, a importância do assunto. Pensamos ser interessante reproduzi-las aqui, a título de comprovação daquilo que afirmamos.

³⁸ Embora os candidatos, quando eleitos, jamais realizassem tais promessas, podemos supor que a frequência do discurso acerca da resolução do problema creditício era um elemento importante na reprodução da aliança do poder regional com os coronéis responsáveis pelas massas rurais votantes. Novamente agradeço a Décio Saes por mais essa observação.

Albuquerque Lins, quando escolhido candidato pelo PRP, em 25 de janeiro de 1908, dizia o seguinte:

é lacuna sempre a lamentar que até agora não tenha sido possível instituir o crédito agrícola entre nós, apesar das facilidades e dos fatores que em lei têm sido propostas, e a despeito do empenho com que tem sido tentada a realização deste desideratum ³⁹.

Rodolfo Miranda, candidato pelo PRC, em 24 de fevereiro de 1912, fez as seguintes promessas:

esperamos beneficiar ainda a nossa lavoura esforçando-nos para a redução das tarifas férreas e de cabotagem para o transporte do café e demais gêneros no Estado; e imprimindo um câmbio mais prático, mais benéfico na constituição do crédito agrícola e hipotecário, em ordem a que as aspirações legítimas da grande lavoura sejam consultadas mais de perto e mais de pronto atendidas (ênfase nossa).

Altino Arantes, por sua vez, em 8 de janeiro de 1916, discorre sobre o aparecimento e declínio dos bancos de custeio rural que foram levados à ruína.

É de desejar, entretanto, que - conhecidas agora as falhas da organização ensaiada e as causas de seu malogro -, uma outra venha substituir, dentro em breve, com os necessários elementos de viabilidade e de resistência. Para tanto não lhe havia de faltar proteção oficial; e de bom grado deveria ela abranger também o Instituto de Crédito Hipotecário ora existente, se - descobrindo o seu capital e fundando agências ou sucursais em todos os centros agrícolas do Estado - fosse ele próprio levar às classes produtoras o conforto pecuniário, que garante a sua tranquilidade e favorece a sua expansão. A esse mesmo instituto ou outro congêneres incumbiria, concomitantemente, dotar os nossos mercados exportadores com recursos monetários que lhes permitissem, em momento dado, resistir vitoriosamente às manobras dos especuladores, graduando a oferta dos produtos no

³⁹ Esta e todas as citações das plataformas dos candidatos se encontram em Casalecchi, 1978, p. 28, 55, 72-73, 86 e 109 respectivamente.

sentido de sustentar-lhes um preço equitativamente compensador.

Washington Luís propunha, em 25 de janeiro de 1910, instituir

um banco central com capital adequado e faculdade de emissão, para redescontos, operando com bancos regionais de descontos e depósitos que se entrelaçam com agências postas por toda parte, onde haja uma transação legítima a valizar, fará o dinheiro circular sem embaraço, estabelecerá o crédito, desenvolverá o País...

E, finalmente, Carlos de Campos propunha, em 20 de janeiro de 1924,

a organização do crédito agrícola, tanto hipotecário como penhorativo, servindo empréstimos a longo e a curto prazo, com juros razoáveis destinados, aqueles à conservação e à melhoria das situações e estes aos mais prementes dispêndios de custeio e "warrantagem" da produção.

Na medida em que a lavoura cafeeira era parte integrante do PRP, é compreensível a presença da questão creditícia, tão cara àquela fração, nas plataformas dos candidatos do PRP ao governo do estado de São Paulo. Porém, como vimos, tais promessas não saíram dos discursos eleitorais.

As plataformas desses candidatos, que recobrem o período de 1908 a 1924, revelam claramente a ausência crônica de uma política creditícia oficial e eficaz, que tanto beneficiaria a lavoura. Paralelamente, revelam também a fraqueza política dessa classe que jamais logrou impor a sua realização, permanecendo, por isso, suas constantes reclamações e as freqüentes promessas dos candidatos.

A quem, de fato, interessava este "descuido" por parte dos governantes? Já nos referimos anteriormente à relação entre a ausência de crédito agrícola a longo prazo e a especulação comercial, isto é, à posição subordinada da lavoura - em situação difícil por não ter condições de financiar a estocagem de sua colheita, tendo, por isso, de vender a sua safra rápido e barato - frente às casas exportadoras. Ora, a reiteração da precariedade creditícia significava, ao mesmo tempo, a reprodução dessa subordinação da lavoura aos exportadores, e, portanto, a reiteração do poder destes na determinação do preço do produto a ser comprado diretamente dos produtores. Em suma, significava a reprodução da tutela comercial sobre a lavoura.

Ao grande capital cafeeiro, ao contrário, pouco importava essa "falha" na política governamental. Como vimos, além de fazendeiros eles eram exportadores - ocupando a posição privilegiada referida acima - e banqueiros. Seus membros participavam diretamente da direção de vários bancos e tinham, portanto, fácil acesso ao crédito através de relações pessoais. Tinham, assim, uma grande capacidade de autofinanciamento, podendo suportar as crises de preço e os gastos com estocagem. Como diz Topik,

os bancos brasileiros sempre favoreciam os mais prósperos membros da sociedade. Relações pessoais com o banqueiro e adequadas garantias eram geralmente necessárias para se obter um empréstimo (Topik, 1987: 67),

ou ainda Pierre Mombeig:

não gozava o fazendeiro médio da mesma independência econômica do grande plantador; dependia muito mais dos intermediários que lhe compravam o café e o revendiam aos exportadores. Não tinha a resistência financeira que lhe permitiria suportar as dificuldades, em caso de crise econômica. Enquanto as grandes fazendas, que representavam investimentos de considerável capital, aguentavam as depressões, devia a média lavoura ser hipotecada ou vendida (Mombeig, 1984: 142)⁴⁰.

⁴⁰ Pensamos que a divisão entre grande lavoura e média lavoura referida por Mombeig não se refere ao tamanho da propriedade, no sentido de que a grande lavoura ou os grandes fazendeiros fossem os latifundiários e a média lavoura representasse o pequeno ou médio proprietário. Tal divisão parece referir-se, sobretudo, à diversificação do capital (como Sérgio Silva, 1976, p.61). Na bibliografia sobre o período, grandes fazendeiros são aqueles ligados ao grande capital diversificado. A média lavoura seriam aqueles ligados exclusivamente à produção.

Verena Stolcke (1989, p.137-138), numa resposta a um texto de Maurício Font (1987), em que este afirma ser significativa a existência e a produção cafeeira dos pequenos proprietários na economia agro-exportadora da década de 20, diz que, ao contrário do que Font pensa, o esquema do colonato não propiciava um excedente tão significativo a ponto de possibilitar ao imigrante tornar-se um "smallholder", sobretudo porque a extensão de suas plantações dependia do nível do preço do café. Para a autora, a grande maioria do café produzido no período o era em grandes propriedades. Para Flávio Saes, a economia agro-exportadora dividia-se entre os fazendeiros ligados às atividades urbanas e os fazendeiros, inclusive de grande porte, que limitavam a sua atividade à lavoura cafeeira. Cf. Saes, 1986, p.283. Outro autor (Basbaum, 1976 (1981), p.56) nos informa que, a partir do fortalecimento da economia cafeeira inicia-se um processo de concentração da propriedade justamente em função do desenvolvimento da cafeicultura, que demandava grandes propriedades. Carone (1970 (1972), p.15), nos informa que a partir da segunda metade do século XIX o café, como as outras culturas coloniais, também vai se identificar com o latifúndio. E isso ocorreu porque também o café era destinado ao mercado externo, o que exigia grandes capitais e imensas extensões cultivadas. Além disso, a pequena propriedade não poderia enfrentar a oscilações dos preços no mercado mundial, nem compensar os grandes gastos para custeio da lavoura como sustento de trabalhadores, habitação, instalações técnicas, etc. Como exemplo, Carone cita o município de Ribeirão Preto onde, no começo do século, encontravam-se 30 milhões de pés de café distribuídos entre 108 propriedades, dando uma média de 277 777 pés por unidade. Joseph Love (1989, p.129) contesta a definição de Font de pequena propriedade, segundo a qual esta se definiria por unidades contendo até cinqüenta mil pés de café. Como lembra Love, um adulto poderia, na época, cuidar de apenas dois mil e quinhentos pés, o que exigiria vinte trabalhadores. Tal número não cabe, segundo Love, na definição comumente aceita de pequena propriedade. Embora tais dados não nos esclareça sobre a relação entre propriedades e proprietários, podemos concluir que a produção cafeeira no período em questão era, na sua grande maioria, feita em grandes propriedades. E, a partir dessa conclusão, e com base no que foi dito até agora, podemos concluir que o conflito entre grande capital cafeeiro e lavoura cafeeira era um conflito entre o grande capital diversificado e os grandes fazendeiros (grandes proprietários) ligados exclusivamente à esfera da produção cafeeira, isto é, conflito no interior das frações dominantes.

A presente nota é pertinente na medida em que, se entendermos a média lavoura enquanto médio proprietário não teria sentido atribuir ao conflito entre ela e o grande capital o caráter de conflito no interior da classe dominante da economia agro-exportadora.

Fica claro, portanto, a quem a situação precária do sistema de crédito favorecia e a quem ela prejudicava. Enquanto o grande capital tinha capacidade de auto-financiamento, podendo enfrentar as dificuldades da economia cafeeira, a lavoura, por sua vez, via-se completamente desprotegida, sem condições de enfrentar crises de preços e submetida à especulação comercial. Se, por um lado, podemos inferir a partir da persistente ausência de crédito a fraqueza política da lavoura, por outro lado, podemos também inferir deste fato a força política do grande capital cafeeiro que conseguia, assim, perpetuar a dominação mercantil sobre a produção⁴¹.

4- O GRANDE CAPITAL CAFEIEIRO E A LAVOURA COMO FRAÇÕES AUTÔNOMAS DE CLASSE

Como já dissemos na Introdução deste trabalho, uma classe social se define não apenas pelo seu lugar ocupado na divisão social do trabalho, mas também pela sua posição na luta de classes inerente a essa divisão. Na luta de classes, as classes ou frações autônomas se manifestam política e ideologicamente. Mais ainda, manifestam-se ao nível do político e do ideológico de forma específica, isto é, através de efeitos pertinentes. Ao nível do político,

⁴¹ Paralela à questão do crédito temos também, como exemplo, a reivindicação pelo monopólio oficial do comércio cafeeiro por parte da lavoura. Como a questão do crédito, o monopólio oficial nada interessava ao grande capital cafeeiro que vis nele uma ameaça aos seus negócios de exportação. É também mais um claro exemplo da fraqueza política da lavoura que jamais conseguiu efetivar tal reivindicação e, ao contrário, da força do grande capital que sempre ajudou obstaculizar a realização de tal interesse.

podemos detectar as formas de representação de classe, os partidos políticos, o próprio regime político, etc. como formas de efeito pertinente; ao nível do ideológico, a luta ideológica de classes nos revela tais efeitos.

A partir de agora a nossa atenção concentra-se na busca de efeitos pertinentes que nos permitam definir de forma mais sistemática o grande capital e a lavoura como *frações autônomas de classe*.

4.1- O GRANDE CAPITAL CAFEIEIRO COMO FRAÇÃO AUTÔNOMA: O APARECIMENTO DO ESTADO FEDERATIVO E SUA CONSOLIDAÇÃO

4.1.1- O AVANÇO PAULISTA E A FEDERAÇÃO

É fato incontestável que o grande capital mercantil exportador não logrou atingir, no período em questão, uma existência nacional. Ao contrário, o início de sua constituição, o seu desenvolvimento e sua consolidação foi um processo de afirmação dessa fração de classe enquanto um fração regional.

A sua existência geograficamente limitada pode ser explicada como conseqüência natural da permanente especialização da economia agro-exportadora nacional na produção de café. Especialização essa que foi acompanhada de uma concentração da economia cafeeira nas regiões próprias à sua produção, sobretudo em São Paulo.

Paralelamente a esse processo, que teve seu início a partir da segunda metade do século passado, houve o alijamento de outros produtos nacionais do mercado mundial. Tanto o açúcar como o algodão foram progressivamente expulsos do comércio exterior, derrotados pelos países concorrentes e por suas técnicas mais avançadas e mais produtivas. Esses produtos só foram salvos economicamente graças ao mercado interno.

Em 1880, o café representava 56,6% de nossas exportações, enquanto o açúcar e o algodão 6% e 3% respectivamente. Em 1930, o açúcar passa a representar apenas 0,5% da nossa pauta de exportação, enquanto o algodão caía de 30 mil toneladas exportadas em 1915, para 10 mil em 1928/1929. A borracha e o cacau foram produtos de exportação que tiveram algum significado durante o período. Porém, como se sabe, depois de uma rápida ascensão, a borracha decaiu mais rapidamente ainda, em função da concorrência da produção racional inglesa nas colônias asiáticas. O cacau, assim como os outros produtos, tinha para a vida econômica nacional um peso insignificante, embora fosse importante em termos regionais.

É certo que nenhum desses produtos, exportáveis ou não, comparava-se à importância assumida pela economia cafeeira. O clima propício, a imigração, as ferrovias, a ausência de concorrentes internacionais, a difusão do consumo, tudo isso fazia da produção cafeeira a mais lucrativa e a mais dinâmica. Por essas razões, o café

tornara-se, já antes da República, a moeda nacional, o produto que trazia as divisas para o País, que regulava o câmbio e que influenciava na dinâmica das economias voltadas para o mercado interno. E o estado de São Paulo tornava-se, com esse avanço, o centro econômico do Brasil. Nele se encontrava o complexo exportador mais dinâmico da história brasileira.

Após essa afirmação surge inevitavelmente uma questão: e Minas Gerais? Não dividia esse estado, junto com São Paulo, a posição de centro da economia nacional? Não era Minas também um complexo econômico cafeeiro?

Resumidamente, diremos que, apesar do café ser o principal produto da economia mineira, ele não tinha nesse estado o significado que adquirira em São Paulo. Ou seja, enquanto em São Paulo o café penetrava em toda área economicamente ativa, em Minas o café se limitava à Zona da Mata e ao Sul do estado, predominando a economia de subsistência ou voltada para o mercado interno nas outras regiões. Além disso, a economia cafeeira de Minas estava em franca decadência desde o Império. Não tinha acesso a novas terras, ao capital nem à mão-de-obra, além de estar subordinada ao capital mercantil do Distrito Federal que tragava grande parte do excedente produzido em Minas. Por essas razões, não se formou nesse estado um complexo exportador. Isto é, a atividade cafeeira em Minas apenas sobreviveu, mas não deu origem, não financiou outras atividades interrelacionadas, como a indústria e as

ferrovias de São Paulo. A aliança entre Minas Gerais e São Paulo tinha, sobretudo, um fundamento político e não era baseada principalmente, como geralmente se pensa, em interesses cafeeiro comuns. Esses, não raro, eram conflitantes⁴².

O que pretendemos mostrar a partir de agora é a relação entre a regionalização da economia agro-exportadora, a centralização monárquica e o surgimento da República federativa. Ou por outra, que o processo de conquista do Estado federativo ocorre a partir do momento em que a fração hegemônica do eixo dinâmico da economia nacional tem uma existência regional.

A segunda metade do século XIX, em especial a partir de 1875, foi marcada, como dissemos, pela ascensão econômica da cafeicultura do oeste paulista e pela decadência da cafeicultura do Vale do Paraíba e da economia açucareira do nordeste.

A economia agro-exportadora, com a permanente decadência dos dois antigos polos da economia nacional, concentrou-se cada vez mais em São Paulo. Não demorou muito para que essa província se transformasse no pilar da economia nacional, cuja produção, mais dinâmica e avançada que em outras regiões, crescia a largos passos, incentivada

⁴² O alijamento dos antigos produtos exportáveis do mercado externo, assim como a condição peculiar de Minas Gerais nós veremos bem mais detalhadamente no capítulo III, onde analisaremos o regionalismo na Primeira República. Por ora, nos interessa saber que o estado de São Paulo, já antes da proclamação da República, concentrava em si a economia agro-exportadora.

pelas ferrovias e pela imigração subvencionada. O abandono do trabalho escravo, impeditivo às regiões decadentes e sem renda, tornou a economia paulista cada vez mais produtiva. A cafeicultura escravocrata do Vale do Paraíba e os engenhos e bangüês açucareiros do nordeste mostravam-se incapazes de se adaptarem ao novo tempo. São Paulo despontava como a vanguarda econômica do país.

No entanto, à decadência econômica das classes escravocratas não correspondeu uma perda de força política. Essas classes continuaram ocupando os principais postos políticos de comando dentro do Estado Imperial. Com presença marcante na cúpula do Estado, agiam sempre no sentido de preservar o alto grau de centralização do Estado Imperial e a organização política do Império. Decadentes, essas classes há muito não podiam mais sobreviver sem a ajuda econômica do centro político, ajuda esta que era, segundo os paulistas, sustentada pela ascensão econômica da vigorosa província do sudeste. Era preciso que o Estado imperial continuasse, pois, com o poder de indicar o presidente das províncias, castrando o interesse pela autonomia de São Paulo. Era necessário que também o Conselho de Estado, as Assembleias Legislativas provinciais, a Câmara dos Deputados, o Senado e os Ministérios permanecessem sob o controle dessas classes. Havia, portanto, uma clara defasagem ou desequilíbrio entre o poder político e o poder econômico no final do período imperial,

oriundo do empobrecimento das áreas de onde tradicionalmente provinham os elementos que

manipulavam o poder e concomitantemente ao desenvolvimento de outras áreas que não possuíam a devida representação no governo (Costa, 1977: 311).

À decadência econômica do Vale do Paraíba e do Nordeste não correspondeu, portanto, a queda dos "barões do café" e dos senhores de engenho que continuaram controlando a vida política e social da Nação.

Em 1889, verificava-se no quadro político imperial que, entre os senadores, de um total de 59 apenas 3 eram de São Paulo: o Barão de Souza Queirós, nomeado em 1848, Joaquim Floriano de Godoi, em 1872, e Antonio da Silva Prado, em 1887. Na Câmara dos Deputados São Paulo tinha nove representantes, enquanto Pernambuco, Rio de Janeiro e Ceará tinham treze, doze e oito respectivamente. No Conselho de Estado predominavam políticos do Vale do Paraíba, Bahia, Minas e Rio Grande do Sul. Além disso, o presidente das províncias eram geralmente oriundos de outras regiões.

Segundo os paulistas, não menos grave para o estado era o problema com relação à má distribuição da renda aí arrecadada, apropriada pelo governo central e redistribuída entre os "vagões vazios". São Paulo pagava ao governo federal cerca de 20:000.000\$000 (vinte mil contos de réis) por ano e dele recebia apenas 3:000.000\$000 (três mil contos de réis). A província participava com a sexta parte da renda nacional. Só a alfândega de Santos pagava em três meses o que o governo central gastava com São Paulo em um ano. A renda dos municípios paulistas era superior à média

das rendas das províncias do Norte, com exceção de Pernambuco, Bahia, Pará, Alagoas e Maranhão (Costa, 1977: 311-314). Nada podemos garantir acerca da justeza desses dados. Não sabemos se, de fato, o estado de São Paulo era tão prejudicado pelo esquema tributário imperial. Mas uma coisa é certa: essa reclamação aparecia de forma freqüente no discurso dos paulistas, e era apresentada como pretexto para a descentralização política.

A primeira expressão político-ideológica por parte de São Paulo em face dessa defasagem entre poder econômico e poder político foi o *separatismo*, pregado claramente a partir de 1877. A consciência do desenvolvimento material de São Paulo entravado pela centralização monárquica era a base desse movimento. A monarquia aparecia aos seus representantes como um impedimento ao progresso. O separatismo, movimento sintomático do desenvolvimento material de São Paulo, tinha em Alberto Sales (autor de *A Pátria Paulista*), Martins Francisco, J.F. de Barros, Campos Sales, Horácio de Carvalho e Jesuíno Carlos as suas maiores expressões. No congresso do Partido Republicano a idéia separatista foi lançada, pregando a livre disposição das verbas arrecadadas na província e o avanço irrefreável do progresso paulista. Porém, ela não se impôs devido à oposição de membros também importantes que preferiam resguardar a unidade nacional, como foi o caso de Júlio de Mesquita e Francisco Glicério.

A segunda expressão político-ideológica de São Paulo

com vistas a superar o ostracismo político a que era condenado pelo Estado imperial foi o ideal federativo. O federalismo com estados independentes significava a ruptura com o centralismo monárquico sem pôr em risco a unidade nacional.

De 1870 a 1889 o Partido Republicano vinha aumentando a sua influência. Nesse período começou a ser difundida no interior das classes e frações dominantes ligadas à economia agro-exportadora o ideal federativo como sendo a única forma possível de libertá-las das amarras impostas pelo governo central do Império.

O movimento republicano em São Paulo cresceu em função das razões acima apontadas. Foi, de longe, o mais organizado e combativo. É fora de dúvida que ele adquiriu nesse estado características próprias, diferentes do movimento republicano em outras províncias. Em São Paulo ele era bastante identificado com as classes dominantes e, por isso, bastante conservador.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o movimento republicano, mais radical, apegava-se às reivindicações do manifesto de 1870, relativas aos direitos e liberdades individuais, à soberania popular, à verdade democrática, etc.. A composição social do movimento no Rio era de apenas 2% de proprietários rurais, enquanto os profissionais liberais ou as camadas médias urbanas (advogados, jornalistas, professores, médicos, engenheiros, etc.) representavam mais de 60%. Sem dúvida, o movimento

republicano no Rio de Janeiro tinha um caráter profundamente popular e progressista.

Já em São Paulo, à medida em que o ideário republicano ia sendo apropriado pelas classes dominantes, o movimento foi se tornando cada vez mais conservador. Preocupadas exclusivamente com a autonomia estadual, em razão de sua maior prosperidade econômica, as classes dominantes da economia agro-exportadora cafeeira abandonaram o conteúdo popular do movimento e passaram a identificar "republicanismo" com "federalismo". A ênfase no federalismo, isto é, na autonomia provincial, casava-se inteiramente com os interesses das classes dominantes que formavam o grosso do movimento republicano em São Paulo. Ao contrário do Rio, mais de 30% dos republicanos paulistas, em 1878, eram proprietários rurais.

O Partido Republicano Paulista, surgido em 1872, nasce, assim, com um ideário altamente conservador. A sua luta será a luta das classes dominantes de São Paulo pela federação. Deixava de lado qualquer proposta revolucionária. Nada de reformas sociais, nem de cidadania. A República Federativa deveria ser o resultado de uma linha evolucionista que solaparia as bases da Monarquia e atingiria a autonomia dos estados, conferindo a São Paulo a liberdade para avançar política e economicamente⁴³.

⁴³ Para as origens do movimento republicano em São Paulo, as suas características próprias, a sua composição social, os seus objetivos, o seu partido, ver os excelentes livros de Emília Viotti da Costa, 1977, p.243-326 e de José Ênio Casalecchi, 1987, p.17-59, de onde as informações contidas no nosso trabalho foram retiradas.

4.1.2- O APOIO DO GRANDE CAPITAL À REPÚBLICA FEDERATIVA: A CONQUISTA E A CONSOLIDAÇÃO

Numa primeira aproximação pode-se falar que a República federativa constituía-se, certamente, num objetivo conjunto das classes dominantes ligadas diretamente à economia agro-exportadora. No entanto, é fora de dúvida que a identificação entre República e federação tinha um significado específico para o grande capital cafeeiro, significado este que se evidencia quando esse novo regime político já se encontra instaurado⁴⁴. A autonomia estadual conferia ao grande capital a possibilidade de consolidar a sua hegemonia a nível regional e, conseqüentemente, de conquistar o controle definitivo sobre as políticas cafeeiras e os negócios estaduais. Desse ponto de vista, a federação era um objetivo pelo qual valia a pena lutar.

É claro que a filiação do grande capital à luta republicana não tem nenhum, ou quase nenhum vínculo com o republicanismo em si mesmo. Muitos dos que apoiavam a luta e a instauração da República o fizeram em busca da autonomia estadual prevista no federalismo. Os membros do grande

⁴⁴ Vale insistir nessa observação. Parece-nos irrefutável que a federação, num primeiro momento, figurava como objetivo comum do conjunto das classes dominantes ligadas diretamente à economia agro-exportadora. A autonomia estadual aparecia como a possibilidade, a todos, de se desvincilharem dos entraves colocados pelo poder central ao avanço da economia exportadora. Porém, num segundo momento, quando a federação se instaura, a partir de 1889, e passa a vigorar a autonomia estadual, o antigo consenso em torno do ideal federativo cede lugar a luta pela hegemonia no interior do bloco no poder da economia agro-exportadora. O grande capital, ciente de sua força, sabia ser capaz de conquistar a posição hegemônica na política estadual e, de fato, o fez através do domínio do PRP. Por isso, essa fração de classe se empenhou, não raro a despeito de seu monarquismo, na luta pela federação, assumindo papel importante na sua conquista e consolidação.

capital que se vincularam a essa luta eram, não raro, monarquistas.

Como exemplo de membros do grande capital cafeeiro na luta republicana Joseph Love nos dá a filiação partidária dos homens que organizaram o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, no final de 1889. Entre eles encontramos J.B. Melo de Oliveira, propagandista republicano que integrou a Comissão Executiva do PRP no final da década de 90 e no início do século XX. Encontramos também o Barão de Jaguará (Antonio Ulhoa Cintra), cujo irmão era membro do Comissão Executiva do Partido Conservador. Elias Pacheco Alves, ex-membro da Comissão Executiva do mesmo partido e Antonio de Souza Queirós, membro da Comissão Executiva do Partido Liberal. Todos eles, representantes do grande capital cafeeiro, fizeram parte da Comissão Executiva do Partido Republicano Paulista em 1891. Dois outros fundadores do banco eram ex-conservadores e depois apoiaram a República: Antonio Prado e João Alves Rubião Junior. Além desses, o Marquês de Três Rios, Joaquim Egídio de Souza Aranha, pertencia ao Partido Liberal, tornando-se depois republicano e imigrantista; e Rafael Paes de Barros que representou os municípios de Jundiaí e Piraçununga na Convenção de Itu do Partido Republicano (Mello, 1985: 143). Lembre-se ainda que Martinico Prado, irmão de Antonio Prado, era republicano

convicto⁴⁵. Não era preciso, no entanto, ser profundamente republicano, mas apenas consciente de que a autonomia estadual conferiria a essa classe a consolidação de sua hegemonia. Como diz Love:

Afirmou-se, então, em 1888, que líderes liberais e conservadores partilhavam dos mesmos pontos de vista. Provavelmente, isto quer dizer que aprovavam a autonomia virtual da província em tudo que se referisse à políticas fiscais e de imigração (Love, 1982: 157).

Frente à intransigência monárquica com relação à centralização do Estado imperial, não restou outra saída aos membros do grande capital senão apoiar a luta pela República federativa e, através da autonomia por ela concedida, garantir seu domínio sobre a política regional. A mudança oportunista para o republicanismo (leia-se federalismo) pode ser detectada em vários representantes do grande capital cafeeiro, alguns, como vimos, até mesmo participando da Comissão Executiva do PRP. Porém, para um exemplo mais extenso, recorreremos mais uma vez à família Prado.

O rompimento dos Prado com a Monarquia não era algo simples. A família mantinha, desde muito tempo, laços estreitos de lealdade com a corte. O terceiro Antonio Prado

⁴⁵ Casalecchi nos informa sobre a base social do movimento republicano em São Paulo ao dizer que a "vanguarda do movimento republicano era composta de lavradores (proprietários) e capitalistas e caminhava para o ideário que lhes favorecia o "espírito associativo", presente na organização partidária e a luta pela autonomia proposta pelo federalismo" (1987, p.50). A organização partidária, isto é, o PRP, que analisaremos mais no final deste capítulo, era claramente dominada por membros do grande capital cafeeiro que perceberam a importância do federalismo para eles. Como diz Joseph Love: "os números são ainda mais significativos quando se considera a Comissão Executiva do PRP isoladamente: 60% de seus membros estavam envolvidos em diferentes empreendimentos (1982, p.228, ênfase nossa). Ou seja, o partido que liderou a conquista de República em São Paulo e que lutou pela sua consolidação era dominado pelo grande capital cafeeiro.

- o Barão de Iguape - fora comunicado pessoalmente por D. Pedro I acerca da decisão de decretar a independência do Brasil. Por sua lealdade à nova ordem, Antonio foi nomeado Cavaleiro da Ordem Real de Cristo e, em 1826, tornou-se capitão-mor da cidade de São Paulo. A amizade dos Andradas e sua lealdade pessoal ao novo Imperador propiciaram aos Prado íntimos laços com a corte, rompidos só com a queda da Monarquia (Levi, 1974: 62).

Com o passar do tempo, os mais jovens continuaram integrando os quadros do Partido Conservador e fiéis à Monarquia. Porém, pouco a pouco essa fidelidade se enfraquecia, sobretudo à medida em que São Paulo sentia os efeitos da centralização imperial. A fidelidade iria, portanto, dando lugar ao ceticismo frente às possibilidades da monarquia e, principalmente, frente às exigências desta com relação aos recursos paulistas. Segundo Levi,

nos últimos anos da Monarquia, começou [Antonio Prado] também a repudiar uma das principais características do Império, a centralização, aproximando-se cautelosamente da idéia federalista, guinada aplaudida por uns como realismo político e condenada por outros como oportunismo ou traição ao Partido Conservador (Levi, 1974: 196).

Já no período anterior à proclamação da República, Antonio Prado, face às eleições parlamentares de São Paulo, decidiu que os conservadores deveriam concorrer com uma plataforma de descentralização, e exortou os líderes nacionais e paulistas a aceitarem a estratégia.

Com a derrota dos conservadores, Antônio deu o apoio

destes aos republicanos, visto que os dois partidos concordavam plenamente a respeito da necessidade da descentralização política. Pouco a pouco, ele foi claramente apoiando o federalismo.

Com a proclamação da República, Antonio Prado foi um dos primeiros líderes importantes da política imperial a recomendar a aceitação do novo regime. Após declinar do convite para fazer parte do governo provisório em São Paulo, ele fez uma promessa de cooperação não oficial com a jovem República. Alertava, porém, a Campos Sales, já visualizando o perigo da centralização com os militares no poder, dizendo que se as unidades da federação "permitirem ao governo central a intervenção na organização dos Estados, nós nunca teremos uma República federativa" (apud Levi, 1974: 281). Depois da proclamação da República, Antonio Prado e Antonio Augusto de Queirós prestaram "devido e leal apoio ao governo provisório do estado". Antonio Prado fez, então, parte da chapa indicada pela comissão permanente do PRP para o Congresso federal. Ainda nesse período, o mesmo Antonio fez severa crítica ao Partido Conservador, criado em 1890 e formado por ex-monarquistas, dizendo que esse partido não tinha mais razão de ser, sobretudo em função da "adesão franca e sincera à atual ordem das coisas..., já que temos sido honrados para colaborar diretamente na consolidação da República" (apud Casalecchi, 1987: 65).

Pelos exemplos anteriormente dados acerca dos membros do grande capital cafeeiro filiados aos partidos do Império

e que se transformaram em republicanos, podemos encarar a trajetória de Antonio Prado - de escravocrata e monarquista a imigrantista e federalista - como um exemplo paradigmático do comportamento dessa classe social frente à questão republicana.

Após a vitória republicana, porém, não sobreveio a tranqüilidade. Os governos militares que se sucederam ameaçaram seriamente a federação, como já havia previsto Antonio Prado. A República federativa consolidou-se plenamente apenas no governo Campos Sales, através da política dos governadores.

Imediatamente após a proclamação, o general Deodoro da Fonseca assumiu como chefe do Governo Provisório. Visto como aquele que salvara o País do centralismo monárquico, o Congresso deu todo apoio ao primeiro presidente da jovem República. Não tardou, porém, que o mesmo Congresso começasse a se indispor com a personalidade militar e centralizadora de Deodoro, não habituada à contestações.

Já na eleição indireta para decidir o futuro presidente do país, o PRP apoiou Prudente de Moraes (republicano paulista histórico) contra Deodoro. Amedrontado frente a ameaça de uma ditadura militar centralizadora, o Congresso concedeu a Deodoro a vitória, mas colocou como seu vice Floriano Peixoto, que ocupava essa posição na chapa de Prudente.

Pouco a pouco crescia a consciência do excessivo poder nas mãos de Deodoro. Essa sensação revigorou-se com a

renúncia do primeiro ministério, em 21 de janeiro de 1891, e com a nomeação do Barão de Lucena, amigo íntimo do general e ligado aos interesses bancários da época, para a pasta da Fazenda.

Os seus opositores, na sua grande maioria paulistas, procuraram organizar a resistência contra o revigoramento do centralismo. Bernardino de Campos articulou-se com Jorge Tibiriçá, enquanto Campos Sales, do Rio de Janeiro, tomava providências para resistir ao avanço de Deodoro.

A política centralista e intervencionista fez-se claramente sentir em São Paulo. O Barão de Lucena, aproveitando o confuso início do novo regime e a confiança que lhe depositava o Presidente, não perdia tempo e articulava contra os seus inimigos de São Paulo e Minas Gerais, imiscuindo-se na política desses estados que eram os principais focos de oposição.

O dia 30 de abril de 1891 foi a data marcada por Jorge Tibiriçá para as eleições paulistas. Um pouco antes foram lançadas as listas dos candidatos a deputados e senadores estaduais. Rangel Pestana não concordou com os nomes e passou a confabular com Lucena e Américo Brasiliense. Aproveitando a cisão em São Paulo, Deodoro cumpriu a sua intenção de intervir no Estado. Em 7 de março de 1891 Jorge Tibiriçá foi deposto e no seu lugar assumiu o deodorista Américo Brasiliense. Contra esse claro atentado à autonomia estadual Campos Sales protestou energicamente, dizendo que o governo se arrependeria de seus atos. Antonio Prado, por sua

vez, colocou-se em franca oposição a tal atitude. Em 9 de dezembro do mesmo ano procurou Américo Brasiliense e, em nome da oposição, pediu a sua renúncia em favor de Cerqueira César, no que não foi atendido⁴⁶.

Em 3 de dezembro de 1891 veio a gota d'água. Irritado com a oposição do Congresso aos projetos de Lucena, Deodoro fechou o Legislativo, instaurando a ditadura militar. A partir daí, para lutar contra Deodoro e Lucena a única composição possível era entre os republicanos históricos paulistas e Floriano Peixoto, o vice-presidente.

A articulação resultou no contragolpe de 23 de dezembro do mesmo ano, que depôs Deodoro e colocou Floriano na Presidência da República. Os paulistas temiam também a origem militar e o "jacobinismo" de Floriano e de seus seguidores. Sabiam que ele não era o representante perfeito dos ideais constitucionais. Campos Sales também pensava da mesma maneira, mas, frente às circunstâncias, dizia: "haja o que houver e seja como for, devemos sustentar Floriano a todo transe, porque nele reside a garantia" (*apud Casalecchi, 1987: 78*).

Apesar das tendências centralistas e de suas intromissões na política de alguns estados⁴⁷, Floriano

⁴⁶ Além desses fatos, Deodoro tinha algumas propostas que desagradavam profundamente a São Paulo. Essas propostas eram a unidade da magistratura e a igualdade de representação entre os Estados. Essas medidas desagradavam os federalistas. Em relato sobre a época deodorista diz Campos Sales: "Jamais seríamos um embaraço ao governo desde que este, por sua vez, não tentasse impedir a consagração dos nossos princípios na Constituição. Éramos unionistas, mas não duvidaríamos ir até à separação se houvesse no governo quem tentasse fundar uma política unitária." *apud Souza, 1988, p.193-194.*

⁴⁷ Quando assumiu, Floriano depôs todos os governadores deodoristas e colocou em seus lugares pessoas de sua imediata confiança, geralmente jovens militares. Essas atitudes preocuparam São Paulo que, porém, frente ao perigo deodorista, apoiou Floriano francamente.

Peixoto aparecia como o salvador da República federativa. Ele representava a derrota da ditadura deodorista, a luta contra os federalistas restauradores do sul e a luta contra os membros monarquistas e revoltosos da Esquadra. Não foi por outra razão que os paulistas apoiaram o "Marechal de Ferro". Estes sabiam que a defesa de seus interesses econômicos baseava-se no controle do governo estadual, isto é, na sua autonomia.

Assim, Floriano chegava à Presidência articulado com o PRP. Aliás, serão as figuras centrais desse partido que ocuparão no seu governo os principais postos federais. Na presidência da Câmara encontramos Bernardino de Campos, na do Senado Prudente de Moraes e na pasta da Fazenda o Conselheiro Rodrigues Alves. Era, portanto, com o apoio do PRP e, por conseqüência, das classes dominantes de São Paulo que o marechal se sustentava. Havia, na verdade, uma troca. O Presidente asseguraria a autonomia estadual e os princípios federativos, e São Paulo, por sua vez, lhe daria apoio no Congresso federal e lhe forneceria ajuda militar nas lutas internas, que, pelo seu caráter restaurador, preocupava aos políticos republicanos do estado.

O governo Floriano não deve ser visto, portanto, como um governo onde a classe média ascendeu politicamente e tomou a si as rédeas do jogo político. Ele foi, na verdade, um governo de reajustamento do processo político federativo em crise. Foi um governo que, apoiado pelo principal representante dos interesses exportadores - o PRP -, nasceu

para salvar o princípio federativo (Souza, 1968: 248). Nas palavras do historiador Leôncio Basbaum:

Apesar de suas medidas totalmente anticonstitucionais, prendendo generais e deputados, depondo e empossando governadores a seu bel prazer, não sofreu grande oposição no Congresso. Antes de tudo pelo fato de haver deposto os amigos de Deodoro e reconvocado o Parlamento. Em seguida, pela sua decidida defesa da República na revolta da Esquadra, cuja vitória poderia significar, segundo temiam os cafésistas, a volta da Monarquia e dos Barões do açúcar (Basbaum, 1976(1981): 45).

No final do governo Floriano os paulistas criaram o PRF (Partido Republicano Federal), sob a direção de Francisco Glicério. O partido tinha o objetivo imediato de sustentar o término do governo Floriano e, em especial, eleger e sustentar Prudente de Moraes, o que concretizou-se de fato.

Na verdade, a eleição de Prudente de Moraes não significava, como se pensa freqüentemente, a busca pela hegemonia paulista a nível federal. O que se buscava de fato era o afastamento de exército do governo e da política, introduzindo de forma permanente o elemento civil no governo da República. Prudente vinha, então, dar início à consolidação da ordem civil e, enquanto republicano histórico, solidificar de vez o princípio federativo.

A tranqüilidade e a pacificação da República não foram, contudo, plenamente atingidas no governo de Prudente. Nele permaneceram as lutas militares internas, a guerra no sul, que só findou em 1895, e a luta de Canudos, liquidada apenas em 1897.

A tranqüilidade, a pacificação e, mais importante, a estabilidade da República federativa só viriam com a "política dos governadores" de Campos Sales. Esta tinha como principal finalidade conferir estabilidade ao regime instaurado depois de 1889. O problema do advento da República foi que o novo regime, ao derrubar a monarquia, derrubou com ela o Poder Moderador que se constituía no mecanismo regulador da política imperial. Era ele que, em época de conflitos, resolvia-os através da intervenção pura e simples do Imperador no centro da disputa. Houvesse necessidade de derrubar ministérios, fechar o legislativo, alternar os partidos no poder, convocar eleições, o Imperador o faria. Ele era, junto com os partidos Liberal e Conservador, o centro da dinâmica política do Império.

A República fragmentou o poder, criando vários polos de força. O executivo federal se via num relação instável com as unidades autônomas da federação, cuja situação política, não raramente, era também de instabilidade. Era preciso uma obra de engenharia política que assegurasse a estabilidade nos estados e, por conseguinte, no governo federal. Ou por outra, um mecanismo que evitasse que a instabilidade e as disputas internas a nível estadual subissem para o nível federal, sobretudo para o Congresso, impedindo uma ação conjunta entre o legislativo e o executivo. Além disso, Campos Sales precisava imediatamente do apoio dos estados para a sua política de austeridade econômica. Lembre-se ainda que a estabilidade política era

condição importante para se ter acesso aos empréstimos externos.

A política dos governadores consistia no seguinte: apoio total do governo federal às situações estaduais, em qualquer condição. O que significava nenhum tipo de intervenção nas políticas estaduais. Em troca desse apoio, as situações estaduais, perpetuadas no poder, comprometiam-se a eleger para o Congresso federal apenas indivíduos que apoiassem o governo, o que seria garantido através do mecanismo de verificação de poderes e pelas fraudes eleitorais, quando necessárias.

O resultado imediato dessa recíproca de apoio foi a conquista da estabilidade republicana graças à impossibilidade do exercício real e eficaz da oposição política.

Do nosso ponto de vista, interessa-nos ressaltar aqui a imediata consolidação das situações estaduais. Assim, para o grande capital cafeeiro a política dos governadores era uma benção ao domínio do PRP a nível estadual. Este partido foi eleito como o interlocutor privilegiado, diríamos mesmo o único, do governo federal e adquiriu toda estabilidade necessária para dominar a política do estado. Em outros termos, a política dos governadores concedeu ao grande capital, que dominava o PRP, a garantia do domínio da política paulista e, por conseqüência, da política cafeeira no Estado. Estavam consolidados os objetivos dessa fração: a autonomia estadual e o domínio incontestado da política

regional.

São Paulo, isto é, as frações dominantes ligadas à economia agro-exportadora, não descuidou jamais da vigilância com relação ao princípio federativo. Não foi por outra razão, por exemplo, que o estado se colocou contra a candidatura do militar Hermes da Fonseca (1910-1914), sendo depois ameaçado militarmente quando este se elegeu. Permanecia constante a vigilância de uma classe que sabia ser a defesa de seus interesses econômicos e políticos dependente da autonomia estadual consagrada pelo princípio federativo.

4.1.3- AS VANTAGENS DA FEDERAÇÃO PARA O GRANDE CAPITAL

De imediato, como já dissemos anteriormente, a República federativa conferia ao grande capital a autonomia política necessária para consolidar o seu domínio sobre a política e os negócios estaduais. A reordenação jurídico-política favorecida pela República colocava São Paulo em suas mãos, sem a intervenção funesta do centro. Essa condição consolidou-se ainda mais, como vimos, por ocasião da política dos governadores. Como dissemos acima, ela garantia ao grande capital a autonomia estadual e o domínio regional de seu partido, o PRP.

Paralelamente ao domínio da política regional, a federação significava para o grande capital a não necessidade de dominar todas as instâncias do governo

federal. Na medida em que essa fração de classe pudesse atender aos seus principais interesses a nível estadual, ela não precisaria se defrontar com as outras frações de classe que lutavam no nível federal e, não raro, contra os "interesses paulistas". A nível federal, o bloco no poder era bem mais complexo, com a participação de setores voltados para o mercado interno, envolvendo necessariamente um condomínio do poder. A autonomia estadual retirava a importância de se dominar plenamente o poder central, como ocorria no Império. Se em algum problema ou conflito a nível federal São Paulo fosse derrotado devido à combinação de outros estados, ele ainda poderia continuar a perseguir seus objetivos graças as suas imensas rendas estaduais e ao seu poder de empréstimo.

Porém, se a São Paulo não interessava o domínio direto e total do governo federal, o estado tinha a estratégia política de dominar e influir nas políticas federais apenas nas áreas em que a ação no nível estadual era impossível ou insuficiente. Por exemplo, nas áreas onde as decisões tinham inevitavelmente uma dimensão nacional, como a política monetária e cambial, garantias de empréstimos e representação diplomática (Love, 1982: 74).

Joseph Love nos fornece provas abundantes de que os políticos paulistas não dominaram o executivo federal. Entre 1889/1937, eles ficaram em terceiro lugar no número de postos ministeriais ocupados, atrás de Minas e do Rio Grande do Sul. Entre 1898/1909 nem um só ministro era

paulista. Essa subrepresentação paulista repetiu-se entre 1914-1918 (Wenceslau Brás) e entre 1925-1930 (Washington Luís). A eles interessava muito mais o domínio direto ou indireto da Comissão de Finanças que controlava as decisões sobre o orçamento federal. Essa comissão foi dominada por paulistas e mineiros. Estes últimos nunca se opuseram a atender os interesses fundamentais daqueles. Foi a Comissão de Finanças que aprovou o empréstimo de quinze milhões de libras em 1908 para o primeiro esquema valorizador; foi ela que recomendou a aprovação do projeto sobre a Caixa de Conversão; foi ela também que teve participação positiva no apoio aos demais esquemas valorizadores (Love, 1982: 264-274)⁴⁸.

A conquista da independência com relação ao governo federal trouxe consigo a vantagem de poder tomar decisões próprias na área de política econômica. Algumas operações valorizadoras são exemplos claros disso. Como diz W. Fritsch:

Deve ser lembrado antes de mais nada que o governo federal efetivamente negou apoio à valorização em situações críticas como em 1906 e 1929, não promoveu a constituição efetiva de uma instituição federal permanente dedicada à valorização do café, como demandado por São Paulo na primeira metade dos anos 20, tendo finalmente retornado sua responsabilidade informal pela defesa de preços ao governo paulista em fins de 1924, e somente interveio esporadicamente em 1908, 1917, 1921 e, através do Banco do Brasil, em 1923/1924 (Fritsch, 1985: 342).

⁴⁸ Dissemos que a federação livrou São Paulo da necessidade de dominar direta e completamente o governo federal. Devemos observar, no entanto, que apesar de a autonomia ser um útil instrumento, o domínio ou influência de São Paulo na Comissão das Finanças não era pouca coisa. Conseguiu intervir nos rumos das políticas cambial e monetária e conseguiu intervir nos pilares da política econômica nacional.

A primeira valorização é o exemplo mais evidente do que foi afirmado acima. À época, o Presidente Rodrigues Alves, paulista, baseado num liberalismo ortodoxo e querendo atingir a paridade do mil-réis em 27 *pence*, negou categoricamente o apoio federal ao esquema valorizador. A negativa vinha, sobretudo, na forma de não concessão do endosso federal para o empréstimo estrangeiro, o que fez com que os Rotschilts ficassem temerosos em conceder ajuda financeira ao esquema.

São Paulo, percebendo que a ajuda não viria em tempo hábil, fez uso de suas prerrogativas de estado autônomo e usou o seu direito de contrair empréstimos no exterior, dando início ao esquema valorizador. A ajuda federal só viria em 1908, com o aval dado ao empréstimo de quinze milhões de libras, com o esquema já em andamento. Percebe-se, assim, que foram os instrumentos financeiros concedidos pela autonomia federativa - o poder de recorrer a empréstimos externos - que viabilizaram a intervenção estatal. Esses instrumentos tornaram possível também a defesa permanente que, como vimos, passou às mãos do Estado de São Paulo. Eles viabilizaram, além disso, a formação de uma força pública comparável ao Exército, senão superior. A autonomia estadual, através dos impostos e do crescimento da receita colocou nas mãos daqueles que dirigiam São Paulo a força que eles reivindicavam no Império.

Para se ter uma idéia da facilidade do acesso ao empréstimo externo com o advento da República federativa, de

1889 a 1931, todos os empréstimos externos feitos pelos estados atingiram um total de 119 822 000 de libras. Só o estado de São Paulo foi responsável por 58 927 000 de libras, o que representava 49,1% do total, descontado já o tipo de empréstimo. Ou seja, isso tudo só de entrada líquida. Em 1930, do saldo do dinheiro estrangeiro em circulação no País, 13% era correspondente aos empréstimos do café e estavam sob gerência do Instituto do Café em São Paulo (Abreu, 1985: 169).

A partir de 1889, os estados ficaram responsáveis pelo imposto sobre exportação recolhido no interior de suas fronteiras. Com a economia agro-exportadora mais significativa e dinâmica concentrada em São Paulo imagina-se o acréscimo que esse imposto significou nas receitas do estado. Lembre-se ainda que, depois de 1906, o governo passou a cobrar uma sobretaxa destinada à cobertura dos empréstimos externos da valorização. Embora só depois de 1930 a sobretaxa tenha sido computada como parte da receita pública, é fato que muito antes ela foi uma parte significativa da receita.

É importante notar que após a instauração do regime federativo, a receita de São Paulo foi multiplicada por dez enquanto a de Minas apenas dobrou (Topik, 1987: 26). No ano de 1892, o primeiro em que o orçamento estadual foi organizado dentro do novo sistema, a receita de São Paulo triplicou e passou de 4% a 17% do conjunto das rendas federais.

Entre 1901/1910, a receita do conjunto dos estados em relação à receita federal era de 38,2%. Só a de São Paulo era de 11,2%. No mesmo período, a receita desse estado em relação ao total da receita de todos os estados era de 29,4%. Para o período de 1911/1920 esses números eram os seguintes: 47,1%, 14,9% e 31,8% respectivamente; e para o período de 1921/1930, 52%, 18,8% e 36,1% (Love, 1982: 362). Com uma receita vigorosa como essa o grande capital podia chamar a si os esquemas valorizadores e os empréstimos externos, podia assegurar mão-de-obra através da imigração, manter em pé a sua força pública, tudo isso sem ter de recorrer à ajuda federal.

Prevendo e lutando pelo controle da política regional e, conseqüentemente, de uma grande massa de recursos que lhes permitiria tocar os negócios cafeeiros segundo seus interesses, os membros do grande capital - Antonio Prado, Martinico Prado, J. B. Melo de Oliveira, Antonio Ulhôa Cintra, Elias Pacheco Alves, Antonio de Souza Queirós, João Alves Rubião Junior, Joaquim Egídio de Souza Aranha, Rafael Pais de Barros - não hesitaram em abandonar a sua fidelidade à corte e apoiar a República federativa. Sem dúvida, a vitória da causa republicana e a consolidação da República devem muito a essa fração da classe dominante, que tinha plena consciência de que na federação estava a garantia do seu domínio. Ao nosso ver, somente levando isso em consideração é que se pode entender a afirmação de que "se foi construindo, no fragor dos embates políticos, um projeto

paulista de federação" (Kugelmas, 1986: 73). O advento da República federativa não pode ser compreendido, plenamente, se não analisarmos a ascensão econômica e política do grande capital cafeeiro. A República e, sobretudo, o seu caráter federativo podem, assim, ser encarados como sendo, em parte, um efeito pertinente da presença peculiar dessa fração da classe dominante no processo histórico brasileiro.

4.2- A LAVOURA COMO FRAÇÃO AUTÔNOMA DE CLASSE

Ao nosso ver, há dois modos fundamentais⁴⁹ pelos quais podemos entender a "lavoura", isto é, aquela fração ligada exclusivamente à produção agrária, enquanto uma fração autônoma de classe. Um deles diz respeito às características próprias que o poder local mantém no primeiro período republicano em função do tipo de relações sociais predominante no campo brasileiro. O outro é o lugar específico ocupado pela lavoura naquilo que Victor Nunes Leal chamou em seu brilhante livro de "compromisso

⁴⁹ Além desses dois modos fundamentais pelos quais a lavoura se expressa como fração autônoma de classe (fundamentais porque dizem respeito às relações sociais prevaletentes no campo brasileiro e à estrutura política do período) vale lembrar que as associações de classe representativas da lavoura são exemplos de como essa fração pode se expressar como fração autônoma. A observação vale também para o grande capital. Não as abordaremos aqui porque já nos referimos a elas no início do capítulo.

coronelista" (Leal, 1949 (1978))⁵⁰.

Há algo que se nos coloca de forma bastante clara na Primeira República: a diferença qualitativa das relações de produção que se desenvolvem na cidade em relação àquelas que vigoram no campo.

É sabido que, desde o Império, relações capitalistas vinham se desenvolvendo nos centros urbanos, o que foi acelerado com a abolição da escravatura e com a intensificação da imigração. Nas cidades expandiram-se o comércio, o setor de serviços, a indústria, em suma, todo tipo de atividade que se baseava no trabalho assalariado, livre dos laços de dependência pessoal.

No estado de São Paulo, a capital era, nesse aspecto, o centro moderno, burguês por excelência. Consolidava-se nessa grande cidade uma relação social que afirmava, ao nível das aparências, a liberdade e a igualdade entre os agentes. Um tipo de relação plenamente compatível com os pressupostos burocráticos burgueses que surgiriam e se consolidariam com o Estado republicano a partir de 1889, quais sejam, a identificação dos agentes sociais enquanto

⁵⁰ O "compromisso coronelista" era o apoio recíproco entre o poder regional e o poder local. Enquanto este último arregimentava votos (graças às relações de dependência pessoal que vigoravam no campo) para aqueles que dominavam o poder regional, este concedia ao coronel (chefe do poder local) carta branca para o exercício do poder no seu município. A relação, no entanto, não era equilibrada. Através da castração da autonomia municipal, formalizada na constituição de 1891, o poder local, isto é, o coronel ficava nas mãos do poder regional. Este passava a deter em suas mãos o erário público, o poder de nomear funcionários civis, delegados, policiais e de intervir no município. O coronel, caso pretendesse se manter no poder, tinha que dar incondicional apoio ao governo do Estado. Caso contrário, as benesses vindas do poder regional poderiam transformar-se em sérios obstáculos ao exercício do poder no município. Lembra-se ainda que sempre havia uma outra facção local desejosa de obter o apoio do Estado, gerando divisões que enfraqueciam ainda mais as forças locais e favoreciam ao poder regional. Cf. Leal, 1949 (1978), p.49-50 e 54.

indivíduos livres e iguais e não enquanto membros de uma classe social, o preceito da abertura formal do acesso aos cargos burocráticos aos membros de todas as classes sociais e não a monopolização formal desses cargos pela classe dominante e o recrutamento para os cargos estatais com base no critério da competência técnica e não no critério de origem de classe⁵¹.

Porém, esse processo não se deu no campo, onde as relações sociais pré-capitalistas vigoraram por longo tempo após a abolição do escravismo. O fim da escravidão não deu lugar à relações capitalistas de produção. Ao contrário, permaneceram no campo brasileiro, nas fazendas, relações sociais baseadas na dependência pessoal entre o produtor direto e o proprietário dos meios de produção.

A dependência pessoal fundamentava-se em dois aspectos: a dependência financeira e a dependência com base na posse da terra. A dependência financeira se baseava no salário irrisório que o produtor direto recebia pelo seu trabalho. Quase sempre o salário não chegava às suas mãos, pois voltava ao coronel na forma de pagamentos de dívidas adquiridas pelo trabalhador no armazém da fazenda, de propriedade do próprio fazendeiro. Comumente, essas dívidas eram repostas pelo endividamento freqüente, o que impedia o abandono da fazenda por parte do trabalhador enquanto não fossem saldados os compromissos. Como nos informa Pierre

⁵¹ Sobre a correspondência entre a estrutura do Estado capitalista e as relações capitalistas de produção veja Poulantzas, 1968 (1986), p.319-137; e para a explicação da organização burocrática do Estado capitalista veja a mesma obra, p.319-354.

Mombeig,

Não deixavam de existir recriminações contra muitas impostas, sob numerosos pretextos, pelos fazendeiros e seus administradores, e também contra os preços abusivos dos armazéns das fazendas onde se abasteciam os colonos... No fundo, para os plantadores, as somas pagas aos colonos nunca foram mais que uma espécie de "soldo de subsistência" (Mombeig, 1984: 156).

Desse modo, o colono só podia subsistir trabalhando um pedaço de terra concedido pelo fazendeiro. O "sistema de colonato", como ficou conhecido, consistia no seguinte: o colono recebia um salário fixo para cuidar de mil pés de café, além do salário irrisório, a permissão para realizar culturas intercalares de víveres ou para utilizar uma certa superfície de terra afastada do cafezal. A condição de imigrante pouca coisa mudava nessa relação de dependência⁵². O colono, imigrante ou não, era, portanto, dependente dos favores do senhor para subsistir. Ou por outra, a subsistência deles só era possível se trabalhassem a terra concedida e, ao mesmo tempo, monopolizada pelo senhor.

Se os imigrantes europeus eram submetidos a esse tipo de domínio, mais ainda o eram os roceiros, os caboclos e agregados, isto é, aqueles que haviam nascido e vivido na fazenda, chamando o fazendeiro por coronel e padrinho. Este era o grosso da população brasileira. É Victor Nunes Leal quem descreve exemplarmente as condições de vida dessa

⁵² "Mesmo em Santa Veridiana, onde as coisas se processavam com toda regularidade, apenas vinte e oito, entre oitenta famílias, estavam livres de dívidas... Leclerc reconhecia que as condições relativamente boas encontradas por ele na fazenda de Antonio Prado, não eram típicas e que, em geral, os fazendeiros não tinham sabido tratar os imigrantes. O que eles tinham feito, por conseguinte, era 'perpetuar o antigo sistema colonial, com pequenas modificações'". Levi, 1974, p. 179-180.

gente, dando a real dimensão da dependência das massas rurais frente ao fazendeiro, personificação do latifúndio:

É, pois, para o próprio "coronel" que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado no armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro nas mesmas condições para outras necessidades... Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas..., o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que a sua obscura existência conhece (Leal, 1949 (1978): 24-25).

Não pretendemos nos alongar aqui na caracterização exaustiva das relações de produção que prevaleceram no campo brasileiro⁵³. Para os nossos interesses basta dizer que o predomínio desse tipo de relação social, baseada na dependência pessoal, favorecia aquilo que se mostra como a presença típica da lavoura ao nível político, isto é, a confusão entre o público e o privado ao nível do poder local, ou por outra, a permanência de características pré-burguesas na estrutura jurídico-política do poder local.

"Abençoado" pelo poder regional e senhor daqueles que vivem em suas terras e nos municípios rurais, o fazendeiro ou coronel tem em suas mãos, e nas de seus representantes, o

⁵³ "A organização sócio-econômica do País, polarizando num extremo as oligarquias com origem assentada na grande propriedade territorial e, noutro, a grande massa de desprovidos, bloqueava as oportunidades destes, mantendo-os alienados, através dos laços de dependência a que estavam submetidos." Talarolli, 1962, p.20. "O coronel lhe (ao trabalhador) dá terra, tira-o da cadeia, ajuda-o na doença, em compensação, exige fidelidade, serviços, permanência nas terras, fazer parte dos grupos armados, etc." Carone, 1970 (1972), p.25. Essas relações de dependência pessoal baseavam-se no colonato, na meação, na terça, na quarta, em suma em formas de trabalho que implicavam na existência dessa dependência do trabalhador para com o proprietário que lhe cedia o uso da terra e, não raro, da moradia. Surge daí uma fidelidade não comprada nem barganhada, mas baseada no prestígio do coronel oriundo do monopólio da terra, do monopólio do meio de produção da subsistência.

controle sobre os negócios públicos. Estes são encarados como negócios do coronel. Mais uma vez nas palavras de Victor Nunes Leal:

Dentro da esfera própria de influência, o "coronel" como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que freqüentemente se desincumbe com a sua ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas (Leal, 1949 (1978): 23).

Listemos alguns exemplos do que vem sendo afirmado. A "caderneta agrícola", criada por lei em 1904 e adotada somente em São Paulo, era o oposto de um contrato de trabalho. Ao contrário, esse documento representava, na verdade, a consagração da dominação pessoal ao estabelecer normas sobre a concessão de moradia, a terra de plantio, a contabilização dos pagamentos e a garantia de salários ganhos. A caderneta limitava claramente a liberdade de trabalho e de movimento dos camponeses em São Paulo; os fazendeiros só aceitavam como colonos ou meeiros os trabalhadores cujas cadernetas tivessem previamente assinadas. Tal assinatura constituía, na verdade, a autorização de partida dada ao produtor direto pelo empregador anterior.

O coronel controlava também a força policial. Os funcionários da polícia, assim como os do judiciário, do delegado ao guarda, eram escolhidos a dedo pelo coronel, de

acordo com a posição política de cada um.

Uma das conseqüências dessa identificação entre o poder público e o poder privado do coronel é o que ficou conhecido como "filhotismo". Ou seja, o recrutamento dos funcionários municipais de acordo com a sua posição política (fiel ou não ao coronel) e não segundo o critério da competência individual. Em decorrência dessa característica temos uma outra, típica do Estado escravista no Brasil: a "derrubada", isto é, a instabilidade do corpo burocrático, trocado de acordo com os ventos políticos.

Momento privilegiado para vermos o poder privado confundir-se com o público são os pleitos eleitorais. As eleições ocorriam sob o pleno domínio e controle do coronel e seus dependentes. A votação era feita em residências particulares, assim como a preparação das atas e a apuração; os mesários eram subordinados ao coronel; os pleitos eram realizados sob a mira de seus capangas. Era também o coronel que viabilizava a ida dos eleitores, os seus dependentes, às urnas para votarem. O processo eleitoral era, assim, impensável sem a participação do coronel na sua direção.

É bastante conhecida por todos a infinidade de exemplos dessa confusão entre o público e o privado no poder local. A bibliografia política e sociológica sobre o período está repleta deles. Em todos eles o coronel aparece como a lei. Todos os instrumentos do poder legal são seus. O delegado, o juiz, o escrivão, os eleitores, as urnas, tudo lhe pertence.

Para nós, essa confusão entre o poder público e o poder privado é o efeito pertinente que a lavoura expressa ao nível do político. A forma específica pela qual a lavoura, isto é, o coronel se faz presente na política republicana é o domínio privado do poder público local com a benção do poder regional, e sua total obediência a este último dentro das regras do "compromisso coronelista"⁵⁴.

É difícil pensar que essa situação peculiar existisse sem a existência de uma fração da classe dominante que exercesse sobre os trabalhadores o domínio pessoal e, no interior do bloco no poder, fosse dominada e tivesse o seu poder cada vez mais limitado pelo cerceamento da autonomia do poder local. A fração de classe que se revela no uso privado do poder público e na subordinação ao poder regional (fatos reveladores da força e da fraqueza dessa classe) é a lavoura e nenhuma outra.

A título de registro - já que não temos condições de aprofundar o assunto em função da escassez bibliográfica - é interessante fazer uma análise sobre a existência da ideologia da "vocação agrária" do País, no período em questão. Seria essa ideologia um efeito pertinente da

⁵⁴ Expressão ideológica dessa subordinação política do poder local ao poder regional é o "governismo" declarado que graçava na Primeira República. O oposicionismo significava ficar fora da política, pois isto não seria perdoado pelo poder regional, que colocaria polícia, juizes, etc., contra aquela coronel que exercesse a oposição. No contexto de cerceamento da autonomia municipal não havia outra coisa a fazer senão apoiar o governo.

lavoura ao nível ideológico? Penso que essa identificação não é tão simples assim.

A ideologia da vocação agrária sempre existiu. Porém tornou-se mais forte quando o industrialismo começou a ameaçar a predominância da atividade agrária e a posição típica do Brasil na economia mundial.

Tal ideologia deve ter tido uma relativa aceitação popular na medida em que o protecionismo industrial aparecia aos olhos das camadas médias urbanas e do operariado como o principal responsável pela carestia de vida.

Porém, ao nível do bloco no poder, a identificação mecânica entre a ideologia da vocação agrária e a lavoura se torna problemática (embora ela, por sua própria posição no processo produtivo, fosse o representante por excelência dessa vocação) na medida em que esta ideologia é passível de ser advogada por outras frações do bloco no poder.

Ao grande capital cafeeiro interessava a reiteração do País enquanto essencialmente agrícola, pois isso significava a reiteração do seu domínio sobre a produção e de suas posições privilegiadas na economia nacional. Para o capital estrangeiro isso significava a permanência do Brasil como mero exportador de bens primários e, por conseqüência, a permanência de nossa dependência financeira. Aos importadores essa nossa vocação representava a perpetuação da abertura do mercado brasileiro aos seus produtos, o que justificava sua oposição à industrialização. A indústria, por sua vez, sabia ser suicídio querer ferir de morte essa

dita "vocaçãõ", na medida em dela vinha o fôlego que a animava. Embora de uma forma mais problemática, como é fácil de se entender, a indústria, durante o período, não repudiou veementemente essa ideologia.

Nesse sentido, a ideologia da vocação agrária do Brasil era uma "visão do mundo" que podia ser coerentemente sustentada por todos os membros do bloco no poder, sem prejuízo imediato de seus interesses.

É interessante observar ainda que a existência de uma ideologia da "vocaçãõ agrária" não comprova por si só a existência da lavoura como fração autônoma de classe. Lembre-se também que o grande capital cafeeiro tinha a sua própria dimensão produtiva, o que lhe permitiria advogar a perpetuação de nossa "vocaçãõ agrária".

4.3-O "COMPROMISSO CORONELISTA" COMO EFEITO PERTINENTE DO DOMÍNIO DO GRANDE CAPITAL CAFEIEIRO SOBRE A LAVOURA

Já nos referimos aqui àquilo que Victor Nunes Leal chamou de "compromisso coronelista" (ver nota 50). A nossa hipótese é que esse compromisso, marcado pela subordinação do poder local ao poder regional, é a expressão, ao nível político, do domínio econômico da produção pelo grande capital cafeeiro, domínio que, para ser garantido, deve se expressar também politicamente. Essa hipótese foi aventada num artigo de Décio Saes, onde se lê:

Ora, é justamente no fato de o coronel estar reduzido à condição de chefe político municipal que se encontram as raízes de sua fraqueza política: é que em qualquer Estado burguês, unitário ou federativo, o ramo local do aparelho de Estado (as municipalidades) é dominado pelo ramo central do aparelho de Estado (o chamado poder central), exista (caso dos Estados federativos) ou não (caso dos Estados unitários) uma mediação entre ambos, promovida por uma estrutura intermediária, a região político-administrativa ou o governo regional. A fraqueza das municipalidades é, portanto, uma característica geral do Estado burguês, correspondente à necessidade da burguesia de subordinar o poder local da propriedade fundiária... No Brasil, essa fraqueza já foi consagrada na primeira constituição republicana (1891), de feitiço claramente antimunicipalista, e nunca depois desmentida; ela se exprime, notadamente, como dependência financeira dos municípios em relação aos Estados e à União (Saes, s/d: 120-121).

Para provar que o "compromisso coronelista" é, através do cerceamento da autonomia municipal, o meio político para se garantir o domínio do grande capital cafeeiro sobre a lavoura, é preciso que analisemos aquele que se constituiu no garante desse compromisso, ou seja, aquele que controlava o poder estadual, que mantinha sob rígida disciplina os coronéis do interior, perpetuando o compromisso: o Partido Republicano Paulista (PRP). Por essa razão, é preciso ver que indivíduos dominam o partido e que classe ou fração esses indivíduos representam.

Para tanto, analisaremos a sistemática oposição exercida pela lavoura dentro do PRP, a estrutura interna do

partido e a sua Comissão Executiva⁵⁵. Esta última é especificamente importante, pois, como já disse J. Love, "é difícil escapar à tentação de classificar a elite política do estado como sendo o 'comitê executivo' da classe dominante" (Love, 1982: 216).

No que se refere à constante oposição da lavoura às políticas oficiais já nos referimos ao o Partido da Lavoura, criado na década de 90 pelos fazendeiros do interior que se sentiam mal representados pelo PRP. Vimos também que essa atitude foi severamente criticada por membros do PRP, como Martinicó Prado, que exigiram o apoio de todos à política oficial de combate à crise. Apreensivos em se colocarem contra o governo, os lavradores voltaram novamente aos braços do PRP, extinguindo o partido rebelde.

Porém, isso não impediu que os conflitos permanecessem e aflorassem mais adiante. Aliás, a situação subordinada da lavoura no interior do PRP foi o fator que, muitas vezes, forneceu o substrato para o desenvolvimento de cisões internas ao partido.

Foi o que aconteceu na cisão de 1901, entre Prudente

⁵⁵ O Partido Democrático (PD) não será analisado nesse trabalho. O partido dissidente parece não ter sido fruto de uma diferenciação interna do bloco no poder. As teses de Prado (1986, p.152) e Love (1982, p.224-241) tornam insuficientes as afirmações de que o PD seria um partido vinculado à indústria ou à lavoura, mostrando, pela composição social de seus dirigentes e suas propostas, que ele não se diferenciava de forma significativa do PRP. Segundo Prado (1986, p.158), o PD surgiu a partir de um projeto específico visando enfrentar o movimento social que, aos seus olhos, avançava perigosamente. Ao contrário do PRP, o PD propunha encarar a "questão social" de outro ângulo que não só o da repressão. "O PD como partido político, foi o primeiro a propor um projeto alternativo de dominação social... Suas propostas criticavam o simplismo da proposição que identificava a questão social com questão de polícia e, ao mesmo tempo, se colocava como alternativa às saídas mais radicais como o BOC. (Prado, 1986, p.165)." Não cabe, portanto, no nosso objetivo analisar detidamente o PD.

de Moraes e Campos Sales que, embora tivesse surgido, a princípio, por razões pessoais, encontrou a possibilidade de se fortalecer à medida em que a "dissidência" encontrou apoio na lavoura cafeeira descontente.

A crise da lavoura no governo de Campos Sales foi tão grande que ela não hesitou em participar, em 1902, de um movimento rebelde com vistas a depor Campos Sales. A causa primeira desse movimento foi a política financeira do governo que deixou a lavoura em situação precaríssima. Assim, o movimento eclodiu em 22 de agosto de 1902 em Franca, Araraquara, Ribeirãozinho, Itatinga, Jaboticabal, São Carlos, Araras, Casa Branca, Mogi-Mirim e Espírito Santo do Pinhal. O movimento, porém, foi dominado e o PRP, preocupado com as ameaças ao seu domínio, promoveu um conagraçamento, concedendo algumas reformas à dissidência. Entre elas estava a inclusão de mais dois membros na Comissão Exececitiva do partido, sendo os dois do grupo dissidente. A dissidência sumiu por completo com as greves de 1906, que colocava a necessidade da união contra os trabalhadores, e com o advento do primeiro esquema valorizador.

O partido se manteve unido durante todo o governo de Hermes da Fonseca, temeroso das ameaças de intervenção em São Paulo colocadas pelo governo federal. Porém, os anos 1920 são marcados por várias lutas, oposições e crises no interior do PRP. Essa década iniciou-se com a crise da lavoura e com a violenta subida do custo de vida. A lavoura

criticava as medidas de Washington Luís, cujo governo, em São Paulo, era visto como o responsável pelo aprofundamento do abismo já existente entre a política oficial e a cafeicultura. Os políticos do PRP eram acusados de se desvincularem dos interesses dos produtores e apoiarem a política do governo, quase sempre prejudicial aos cafeicultores.

Em 1923, na sucessão de Washington Luís, os representantes da lavoura resolveram lançar candidato próprio. O nome sugerido foi o do Senador Álvaro Carvalho, que tivera grande empenho na valorização de 1921. Porém, como o Senador defendera à época do terceiro esquema valorizador uma posição diferente do governador Washington Luís teve seu nome vetado.

Podemos perceber, então, que a lavoura estava longe de encarar o PRP como o seu partido ideal. Desde a política econômica de Campos Sales, entre 1898/1906, passando pelos esquemas valorizadores e chegando à defesa permanente, onde a lavoura reclamava da sua subrepresentação no Instituto do Café, os membros dessa classe vinham exercendo oposição à Comissão Executiva do partido, criticando as suas decisões políticas, sobretudo aquelas concernentes à cafeicultura. Esta sistemática oposição constitui-se em prova de que o PRP não era controlado pelos fazendeiros⁵⁶.

Nos referimos também à subordinação do poder local,

⁵⁶ Sobre as crises internas ao PRP e sobre como a posição subordinada que a lavoura ocupava no interior do partido forneceu o terreno sobre o qual tais crises avançavam, ver os capítulos III e IV do livro de Casalecchi, 1987.

isto é, os municípios, ao poder regional. Esta subordinação foi consagrada na Constituição de 1891 que feriu gravemente a autonomia municipal. Com a República, como vimos, o controle do erário público, dos cargos, da polícia, etc., isto é, dos elementos que garantiam condições mínimas de governabilidade, se encontrava plenamente nas mãos do governo do estado. O poder local e os que o dominavam, ou seja, os fazendeiros ou coronéis, tinham que se curvar, dando apoio, sobretudo eleitoral, para receber as benesses do poder regional. Caso contrário, este último manteria o dissidente a pão e água, dando apoio àquela facção que porventura o estivesse enfrentando naquele momento.

Desse modo, o exercício da oposição era impossível. Estar contra o governo era estar politicamente morto. Daí o desespero de Alfredo Pujol com o "governismo" declarado por parte daqueles que não dominavam o PRP, isto é, os coronéis:

Senhores, é opinião corrente que a lavoura de São Paulo não se une, não se congrega para o estudo dos problemas que a interessam, que os seus protestos são platônicos e que no momento oportuno ela se curva, submetendo-se a todas as ordens dos políticos que nos dirigem. Nós protestamos, discursamos, reclamamos providências, mas quando se trata de eleições, as chapas oficiais recebem em massa os nossos votos nas urnas e a lavoura não manda ao Congresso nacional um só representante seu, portador das suas idéias, das suas aspirações, das suas necessidades (apud Casalecchi, 1987: 155-156).

Durante a Primeira República tudo foi feito para manter os municípios e a lavoura nessas condições. Em 1899, por exemplo, a proposta do voto distrital foi recusada pois, argumentavam os políticos do PRP, o partido sofreria a

oposição do Partido da Lavoura. Com o voto distrital esse partido conseguiria mais influência local e, por conseguinte, maior peso no legislativo. É interessante observar que a recusa do voto distrital motivada pelo temor a uma possível força que o Partido da Lavoura viria a adquirir com esse novo sistema é, como fica claro, mais um dado que contribui para a identificação entre o poder local e a lavoura.

Além de todos os meios de controle que o poder regional detinha em suas mãos, vale lembrar mais dois: o controle governamental sobre os empréstimos hipotecários e sobre a legalização dos títulos de propriedade (Love, 1982: 58), que reforçavam a relação de dependência e favor entre o poder regional e o poder local.

O que nos interessa mostrar nesse momento é que essa subordinação do poder local ao poder regional se refletia na estrutura e na organização interna do PRP.

A estrutura partidária se resumia a uma Comissão Executiva e aos diretórios municipais. Estes últimos assumiram, no interior do partido, uma posição puramente figurativa. Eles não detinham nenhum poder de mando. Durante o período estiveram destinados apenas a referendar as indicações vindas da Comissão Executiva. Aliás, somente até 1906 os candidatos a presidente e vice-presidente do estado eram referendados pelos diretórios municipais, a partir da indicação da Comissão Executiva. Depois daquele ano, os candidatos passaram a ser escolhidos em convenções

partidárias compostas por representantes do partido nos congressos estadual e federal. Desse modo, limitou-se ainda mais a possibilidade de ação dos diretórios. Estes ficaram dispensados de participar, e a cúpula passou a monopolizar completamente as decisões partidárias.

Ao contrário dos diretórios municipais, a Comissão Executiva do PRP era quem detinha todo o poder de decisão. Portanto, a relação dessa Comissão com os diretórios municipais era correlata à relação entre o poder regional e o poder local, aquele todo-poderoso e este obediente para não ser punido. É o que diz claramente um artigo d'O Estado de São Paulo, em 25 de novembro de 1905, ao afirmar que

os membros de diretórios daqui e de todo o Estado já deviam saber quais as suas obrigações: alistamento eleitoral, cabala, gastos de dinheiro, importunações. Mas se tivessem a audácia de levantar a cabeça, a Comissão Central, sem uma palavra, lhe apontará a porta da rua (apud Casalecchi, 1987: 192).

Este domínio dos diretórios pela Comissão Executiva não era garantido apenas pela organização interna, formalizada nos estatutos do partido. Este domínio era garantido pela íntima relação entre a Comissão Executiva e o poder público, entre aquela e o governo do estado de São Paulo, e, por consequência, pelo controle que a Comissão tinha sobre os meios necessários para subjugar o poder local (polícia, erário, indicações de funcionários, etc.).

Nesse sentido, a Comissão Executiva não pode ser entendida como um simples órgão dirigente de um partido. Muito pelo contrário, o PRP, enquanto partido dominante

(permanentemente no poder), permitia à sua Comissão Executiva uma conduta que ultrapassava os limites do partido para intervir na administração dos negócios públicos. Desse modo, a íntima relação entre poder público e partido conferia à Comissão - a instância mais poderosa deste último - uma natureza quase oficial, vinculando-a estreitamente à gerência do Estado. Por isso, os meios materiais necessários ao exercício do poder estavam sob estreito controle da cúpula perrepista. Como conseqüência desta estreita relação serão os membros da Executiva que ocuparão os altos cargos do governo: Bernardino de Campos, Rubião Junior, Pádua Sales, Fernando Prestes, Lacerda Franco, Dino Bueno, Jorge Tibiriçá, Albuquerque Lins, Rodolfo Miranda, Altino Arantes, Rodrigues Alves e muitos outros.

É preciso lembrar ainda que, além de dominar o Executivo do Estado, a Comissão Executiva dominava também o Legislativo. A existência de um parlamento amplamente subserviente ao executivo e à comissão central do PRP era garantida pelo domínio que esta última exercia sobre o próprio poder executivo e sobre os municípios e diretórios municipais. Ela exigia que os candidatos ao legislativo estadual escolhidos pelos municípios estivessem plenamente de acordo com as orientações de sua política. Caso contrário, tais candidatos seriam "degolados", se fossem eleitos, ou os diretórios municipais seriam severamente repreendidos por indicarem indivíduos que não se encaixavam nas diretrizes oficiais.

Com os diretórios municipais completamente esvaziados de poder, com o Poder Executivo e a Comissão controlando toda a vida política do Estado⁵⁷ não é difícil perceber que instância partidária ditava as políticas na Primeira República em São Paulo. Era o executivo estadual junto com a Comissão Executiva do PRP que indicava os candidatos às sucessões, eram eles que decidiam as políticas econômicas do Estado (Love, 1982: 228), eram eles que decidiam quais os novos membros da futura Comissão e, o que mais nos interessa aqui, eram eles que mantinham, no interior do PRP e fora dele, o poder local, os coronéis, a lavoura enfim numa posição econômica e politicamente subordinada. Era a Comissão Executiva, ligada ao poder regional, que mantinha o coronel na posição que lhe cabia, sob rígida disciplina e com ameaças de retaliação em caso de desobediência. E isto porque era a Comissão Executiva, enquanto detentora do poder público, quem monopolizava os meios de repressão. Em suma, o que queremos dizer é que era o PRP o instrumento responsável pela perpetuação do compromisso coronelista.

Sendo a Comissão Executiva tão poderosa e sendo esta instância do PRP quem dominava e submetia ao poder regional a municipalidade, uma pergunta se torna inevitável: quem dominava, de fato, a cúpula do PRP? Quem dominava a Comissão

⁵⁷ "A escolha e permanência da comissão central, a indicação das candidaturas, as derrubadas e alianças nos diretórios locais suportavam o crivo do Palácio que, em contrapartida, oferecia prebendas e os cargos, além do amparo da justiça. A direção partidária declarava, sem rodeios, que à presidência do Estado cabe a palavra, incontestavelmente, para decidir a conveniência da política. Em suma, o 'orientador' da comissão, e por isso da política, seria o chefe do governo." Casalecchi, 1987, p. 185, grifo nosso.

Executiva e, conseqüentemente, o governo do estado de São Paulo?⁵⁸

O brasilianista Joseph Love, como vimos, diz que, considerando-se isoladamente o órgão máximo do PRP, verificaremos que 60% de seus membros estavam envolvidos em diferentes empreendimentos (Love, 1982: 228). É o que tentaremos provar a seguir, isto é, que a toda poderosa Comissão Executiva do PRP era dominada por indivíduos ligados ao grande capital cafeeiro⁵⁹. Love nos informa ainda que uma grande quantidade de dirigentes partidários atuavam no comércio exportador. Mais precisamente, 56% dos dirigentes eram ligados a essa atividade, e 54% eram empresários.

Vejamos diretamente os membros da Comissão Executiva, suas atividades e ligações familiares. Com as informações

⁵⁸ Todas as informações sobre a estrutura interna do PRP e sobre o domínio do executivo estadual pela sua comissão central encontram-se em Casalecchi, 1987, capítulo V. Sobre os membros da comissão central do PRP e suas atividades e ligações familiares, as informações foram retiradas de Love, 1982, capítulo V; Prado, 1986, p.16-18; Mello, 1985, p.-131-137.

⁵⁹ Poder-se-ia objetar que a tese de Love, que não resiste à tentação de identificar na "elite política" o "comitê executivo" da classe dominante (Love, 1982, p.216), é profundamente empiricista, no sentido de identificar diretamente origem de classe dos membros da cúpula do PRP e interesse representado. Poderíamos perguntar se, como na crítica de N. Poulantzas a R. Milliband (cf. "O problema do Estado Capitalista". In: Robin Blackburn (org.). *Ideologia na Ciência Social*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p.219-233), onde Poulantzas diz que o Estado capitalista não perde a sua natureza de classe (burguesa) se os burgueses não ocuparem os altos cargos do aparelho de Estado, o Estado na Primeira República deixaria de ser dominado por interesses agro-exportadores se os representantes desses interesses não ocupassem os cargos de direção? Antes de tudo, o problema colocado não é da mesma natureza da crítica de Poulantzas a Milliband. Ali trata-se da natureza do tipo de Estado, isto é, o Estado burguês na sua generalidade, na sua estrutura geral. Aqui trata-se apenas da natureza das políticas que prevalecem no interior do aparelho de Estado. Penso que se os líderes máximos do PRP, representantes políticos dos interesses da economia agro-exportadora, fossem, em função da luta de classes, removidos do controle do aparelho de Estado, ou mesmo o seu partido abolido ou enfraquecido, sem dúvida esse Estado não deixaria de ser burguês, mas parece impossível que não houvessem sérias e profundas modificações na natureza das políticas econômicas em prejuízo dos interesses agro-exportadores. Assim justifica-se o estudo da origem social dos membros da Comissão Central do PRP.

recolhidas nas diversas fontes citadas na nota 58, podemos perceber que dos 55 nomes que compõem a executiva do PRP, entre 1889 e 1930, 25 estão, de alguma forma, ligados ao grande capital cafeeiro.

Desses 55, treze são representantes diretos do grande capital cafeeiro. São eles⁶⁰: Martinho da Silva Prado Junior (1891), Francisco Antonio de Souza Queirós (1891), Elias Antonio Pacheco Chaves (1891), João Batista de Melo Oliveira (1896/1897, 1899/1900), Luís de Toledo Piza e Almeida (1898), Antonio Ulhôa Cintra (1891), João Alves Rubião Júnior (1896/1897, 1899/1900 e 1902/1915), Olavo Egídio de Sousa Aranha (1917/1923, 1925), Lacerda Franco (1901/1906, 1914/1927), José Paulino Nogueira (1897), Fernando Prestes de Albuquerque (1903/1906, 1914/1922), Jorge Tibiriçá (1908/1924) e Rodolfo Miranda (1917/1930).

Aos oito primeiros nomes nós estamos constantemente nos referindo no decorrer deste trabalho. Como já tivemos oportunidade de colocar reiteradas vezes, eles são sabidamente membros do grande capital cafeeiro. Por isso nos deteremos sobre os cinco últimos.

Lacerda Franco era administrador das propriedades agrícolas da família em Itatiba e fundou uma firma corretora de café. Depois da proclamação da República obteve a concessão para um banco de emissão e iniciou uma grande fábrica de tecidos em Sorocaba. Em seguida fundou uma companhia telefônica e foi diretor da Cia. Paulista de

⁶⁰ Entre parênteses apresentamos os anos em que fizeram parte da Comissão Executiva do PRP.

Estradas de Ferro (Dean, 1971: 53).

José Paulino Nogueira era presidente da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, do Banco Comercial do Estado de São Paulo, da Cia. Paulista de Seguros e da Cia. Agrícola de Ribeirão Preto, além de ligado à atividade agrícola (Prado, 1986: 19).

Fernando Prestes era advogado, criador de gado, banqueiro e diretor da Estrada de Ferro Mogiana.

Jorge Tibiriçá era extremamente rico. Antes mesmo do fim do regime monárquico já não era apenas um fazendeiro, mas também diretor da Estrada de Ferro Mogiana.

Rodolfo Miranda não era diferente. Ele também não lidava apenas com a agricultura cafeeira. Era também dono de uma indústria têxtil em Piracicaba e de uma firma comercial em Santos. Foi também Ministro da Agricultura (Love, 1982: 239-237).

Dos 55 nomes da Comissão Executiva do PRP, seis indivíduos mantinham ligações econômicas com algum membro do grande capital, inclusive participando da direção de suas firmas. São eles: Joaquim Lopes Chaves (1891) que tinha ligações econômicas com João Batista de Melo Oliveira; Antonio Carlos Arruda Botelho (1891) tinha ligações econômicas com Antonio Prado; Carlos de Campos (1916-1924) tinha ligações com Elói Chaves e Lacerda Franco. Sobre Altino Arantes (1920/1923, 1925 e 1927/1930) é lícito supor que ele tivesse alguma ligação com Elói Chaves ou Lacerda Franco através de Carlos de Campos, com o qual ele mantinha

relações econômicas. Antonio de Pádua Sales (1901/1902, 1907/1909 e 1916/1918), além de ser diretor da Cia. Arens Importadora, sócio de casa comissária e associado ao Banco do Comércio e da Indústria, tinha ligações econômicas com Antonio Prado e Gabriel Dias da Silva, a quem já nos referimos anteriormente como expoentes do grande capital cafeeiro. Há ainda Virgílio Rodrigues Alves (1916/1919), sócio da Central Elétrica de Rio Claro, junto com Cardoso de Melo Neto, Olavo Egídio de Sousa Aranha e Elói Chaves, além de ter ligações com a Theodor Wille.

Resta ainda falar de seis indivíduos que tinham ligações de parentesco com o grande capital cafeeiro. São eles: Francisco de Paula Rodrigues Alves (1892/1894, 1899 e 1917), que era sogro de Cardoso de Melo Neto; Prudente de Moraes (1892/1893), tio de Paulo de Moraes Barros; José Alves Guimarães (1893/1894, 1901), parente de Eduardo Alves Guimarães; Alfredo Ellis (1893/1894), cunhado de J.B. Melo de Oliveira; Albuquerque Lins (1914/1925), genro de Francisco Antonio de Souza Queirós e Washington Luís (1925), que era sobrinho, por efeito de casamento, de J.B. Melo de Oliveira.

Trabalhando, pois, com os dados que colhemos e estabelecendo as ligações que eles nos permitiram, chegamos ao número de 25 (46%) indivíduos, dos 55 que ocuparam a executiva do PRP entre 1889/1930, que mantinham alguma relação com o grande capital cafeeiro ou eram eles próprios membros dessa classe social.

Assim, a análise do PRP mostra que o grande capital cafeeiro está solidamente presente na sua toda-poderosa Comissão Executiva, responsável politicamente pela reiteração da posição subordinada que a lavoura ocupava na economia e na política paulistas durante o período em questão. Lembre-se, aliás, que as políticas econômicas (estudadas no item 3 deste capítulo) estavam longe de beneficiar prioritariamente a lavoura. Ao contrário, formuladas e executadas pelo PRP, as políticas econômicas atendiam mais de perto os interesses do grande capital e do capital estrangeiro. Freqüentemente a lavoura se via mal representada pelo partido e exercia uma opinião crítica em relação à atuação do PRP, ao contrário do grande capital cafeeiro.

A política dos governadores, ao conferir ao PRP o poder absoluto no estado de São Paulo, conferiu, ao mesmo tempo, poder absoluto à classe que o dirigia, isto é, ao grande capital cafeeiro.

Para finalizar, resta dizer aqui que a divisão existente no interior do PRP, divisão que revela um partido não monolítico e não homogêneo, constitui uma prova da existência da lavoura e do grande capital cafeeiro como frações autônomas de classe, com interesses diversos, que conviviam no interior do mesmo partido de forma

conflituosa⁶¹.

CONCLUSÃO

A nossa intenção neste primeiro capítulo foi a de negar a tese tradicional do predomínio político e econômico dos fazendeiros de café na Primeira República em São Paulo. Tentamos mostrar que os "fazendeiros", ou a lavoura, estavam longe de possuir os bens, fortunas e os diversos investimentos de um Prado, de um Queirós Telles, de um Toledo Piza, de um Souza Aranha e outros.

Nesse sentido, um dos nossos principais objetivos era colocar claramente essa diferenciação interna ao bloco no poder da economia agro-exportadora cafeeira, e negar a idéia de que, a partir de um certo estágio de desenvolvimento da economia agro-exportadora, seria impossível diferenciar os fazendeiros mais ricos, ligados a investimentos diversos e de caráter urbano, dos fazendeiros do interior (Mello, 1985: 125-126). A diversificação de investimentos por parte daqueles que chamamos de *grande capital cafeeiro* não implica

⁶¹ Uma objeção que deve surgir ao leitor poderia objetivar-se na seguinte questão: se eram duas frações autônomas, por que não faziam parte de dois partidos distintos? Primeiro, podemos responder dizendo que a tentativa de formar um Partido da Lavoura visava, claramente, a constituição, por parte dos fazendeiros do interior, de um partido político próprio. Segundo, que a existência do PRP enquanto partido dominante, ocupando praticamente sozinho a cena política do período, não se devia a uma pretensa homogeneidade do bloco no poder da economia agro-exportadora. O PRP se constituía enquanto tal devido ao arranjo institucional feito através da política dos governadores. Com o apoio incondicional às situações estaduais, até com o uso da força se preciso fosse, com a garantia de que aos congressos estadual e federal chegariam apenas os representantes da situação, a constituição de um partido oposicionista se tornaria inviável. Mesmo que se formasse um partido de oposição ele teria vida curta, pois esta era impraticável, frente a impossibilidade da alternância no poder. Diante dessa situação restava lutar dentro do partido dominante do Estado, no caso o PRP.

a ausência de frações de classe exercendo funções únicas, como a lavoura no setor produtivo. Se Zélia Cardoso de Mello (1985: 139), por exemplo, conclui o contrário é porque ela limita a sua análise aos fazendeiros de São Paulo (capital), que é onde se concentram aqueles que se enquadram naquilo que foi chamado neste trabalho de grande capital, e não vai até o interior onde se encontram os grandes proprietários ligados exclusivamente à produção.

Tentamos provar a existência dessa diferenciação de várias maneiras: através da luta, por parte da lavoura, para formar um partido próprio, das posições divergentes das duas frações frente às políticas econômicas, da existência de diversas associações de classe, do conflito interno ao PRP, etc.

Junto com o esforço para mostrar a diferenciação interna às classes dominantes mais diretamente ligadas à economia agro-exportadora, estava o objetivo de revelar a quem cabiam as posições de dominantes e de dominados, ou melhor, de hegemônico e não-hegemônico no interior do bloco no poder.

Com os dados expostos durante o capítulo, através da análise das políticas econômicas, dos seus resultados, através da análise do PRP, sua estrutura e composição social, através da análise das relações ao nível da economia, pudemos perceber que os "fazendeiros", que chamamos aqui de "lavoura", estavam bem longe de ser a fração todo-poderosa da Primeira República. Encontravam-se,

isso sim, numa posição subordinada ao nível da economia, sem crédito e submetidos à especulação comercial; e ao nível político, sem forças para fazer com que seus interesses fossem atendidos de forma prioritária.

Ao contrário, o grande capital cafeeiro ocupava uma posição de mando dentro do PRP, o que lhe permitia reiterar a sua posição privilegiada na economia exportadora, obstaculizando qualquer tentativa de reforma que viesse das "bases" do partido. Dessa forma, os interesses do grande capital eram colocados de forma prioritária nas decisões acerca da política econômica cafeeira. Prova disso foi a ausência constante de uma política de crédito que livrasse a lavoura do jugo comercial, a não-monopolização do comércio cafeeiro pelo Estado nos esquemas valorizadores, a política cambial, etc. Tudo isso nos leva a concluir que no âmbito da economia agro-exportadora o grande capital cafeeiro era a fração hegemônica.

Dentro de nossa orientação teórica procuramos também encontrar, a nível do político e/ou do ideológico, os *efeitos pertinentes*, isto é, as manifestações específicas dessas classes, para que pudéssemos, então, classificá-las como *frações autônomas de classe*.

A existência das características pré-burguesa ao nível da estrutura jurídico-política do poder local, resumidas na confusão entre o público e o privado, foi interpretada por nós como um dos meios pelo qual a lavoura se fez presente na cena política republicana. Além disso, a posição que ela

ocupava no "compromisso coronelista" é duplamente reveladora: por um lado, a sua posição subordinada no interior desse "compromisso" revela a sua condição de fração dominada no interior do bloco no poder; por outro, o fato dessa classe ocupar aí um lugar próprio revela a sua condição de fração autônoma. Não existisse a lavoura como fração autônoma ela não estaria num dos extremos do "compromisso coronelista". Melhor dizendo, este último nem existiria.

No que se refere ao grande capital cafeeiro, tentamos entender o aparecimento do Estado federativo e a sua consolidação como sendo em parte o resultado da regionalização dessa fração de classe. Compreendendo o poder que o Estado federativo lhe conferia, o grande capital, cujos membros eram, não raramente, monarquistas, não hesitou em se engajar na luta republicana.

Por fim, procuramos entender o "compromisso coronelista" como o efeito pertinente, ao nível da organização do regime político, da dominação econômica exercida sobre a lavoura pelo grande capital cafeeiro. Esta dominação se expressou, assim, através de uma organização política que perpetuava a sua existência. Para comprovar tal hipótese, analisamos o PRP, partido que articulava e garantia a reprodução do "compromisso", cuja composição social e estrutura interna nos revelou o predomínio político do grande capital cafeeiro e, portanto, a pertinência de nossa hipótese. Monopolizando o poder no interior do PRP,

que era o partido dominante, o grande capital detinha o controle da política estadual.

Resta apenas dizer que, além disso tudo, o PRP nos revela, através de suas cisões e lutas internas, a existência da lavoura e do grande capital como frações diferenciadas do bloco no poder da economia agro-exportadora.

Renato Monseff Perissinotto

FRAÇÕES DE CLASSE E HEGEMONIA NA PRIMEIRA
REPÚBLICA EM SÃO PAULO

(volume II)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Campinas, 1991

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

ÍNDICE

CAPÍTULO II - A burguesia industrial como fração autônoma de classe	209
1- A relação entre o avanço da indústria e a dinâmica da economia agro-exportadora	212
1.1- A unidade	215
1.2- O conflito	224
1.2.1- Breve histórico econômico	225
1.2.2- A organização da burguesia industrial	236
1.2.3- A burguesia industrial e a luta tarifária	244
1.2.4- A burguesia industrial em luta com a sociedade agro-exportadora	258
1.2.4.1- O conflito entre burguesia industrial e lavoura exportadora	258
1.2.4.2- O conflito entre burguesia industrial e comércio importador	261
1.2.4.3- O conflito entre burguesia industrial e capital estrangeiro	263
2- A presença ideológica da burguesia industrial	269
3- A origem social da burguesia industrial: imigrantes ou grande capital cafeeiro?	278
Conclusão	288
 CAPÍTULO III - Os conflitos regionais como conflitos no interior do bloco no poder	 292
1- Os conflitos regionais como conflitos entre as classes exportadoras e as classes voltadas para o mercado interno	296
2- Os principais conflitos políticos como expressões da oposição entre interesses de mercado interno e interesses exportadores	324
2.1- As sucessões presidenciais	325
2.2- A Aliança Liberal e a Revolução de 1930	334
2.3- O movimento salvacionista em São Paulo	339

3- As bases da legitimidade da hegemonia agro-exportadora	344
3.1- O caráter agro-mercantil da economia nacional	345
3.2- O café como problema nacional	355
Conclusão	361
CAPÍTULO IV - <i>O capital estrangeiro como fração hegemônica no interior do bloco no poder nacional</i>	365
1- Breve exposição da presença do capital estrangeiro no Brasil entre 1889-1930	367
2- O capital estrangeiro na economia cafeeira	375
3- A dependência financeira estrutural do Brasil e a força política do capital estrangeiro	395
4- A relação entre o capital estrangeiro e as classes dominantes da economia agro-exportadora	414
Conclusão	425
Conclusão final	428
Anexos	435
Bibliografia	441

CAPÍTULO II

A BURGUESIA INDUSTRIAL COMO FRAÇÃO AUTÔNOMA DE CLASSE

"Longe vai o tempo em que, governando-nos o empirismo, passava por verdade indiscutível que éramos um país essencialmente agrícola."

Sezerdelo Corrêa¹

As palavras de Sezerdelo Corrêa, citadas acima, mostram que a indústria adquiriu no primeiro período republicano uma importância significativa. O Brasil da Primeira República não era apenas uma vasta fazenda permeada por monótonas relações sociais arcaicas. Era também o País de alguns centros urbanos que despontavam na economia nacional.

O presente capítulo pretende mostrar que, nas transformações ocorridas durante o período, a indústria não se constituiu numa mera alternativa de investimento aos lucros excedentes provenientes da economia agro-exportadora. Ou por outra, que a indústria não foi um mero apêndice do setor cafeeiro.

É certo, e isso é inegável, que o avanço da industrialização no País esteve intimamente ligado à economia cafeeira. Mas a subordinação à dinâmica da economia agro-exportadora não implicou na não existência da burguesia industrial, ou que, existindo, não se fizesse presente na cena política ou na luta ideológica.

Pretendemos mostrar que, como nos informa Boris Fausto

¹ Apud Luz, 1978, p. 200.

(1970 (1986), p. 23), a burguesia industrial, do ponto de vista da estrutura social, embora numericamente restrita, representava um grupo econômico importante, em constante avanço, e, enquanto tal, uma fração de classe capaz de expressar os seus interesses de forma autônoma, se não patidária pelo menos ideologicamente, tentando influir nas deliberações dos centros de decisão. Nisso reside, ao nosso ver, a importância de se incluir neste trabalho um estudo sobre a burguesia industrial².

Mostraremos, também para evidenciar a pertinência do capítulo e de nossas hipóteses, o avanço econômico da indústria. Porém, o nosso maior interesse reside nas formas pelas quais esse avanço se traduziu em interesses específicos e, sobretudo, na forma em que esses interesses se manifestaram e foram defendidos. Desse ponto de vista, seguindo as informações de Saenz Leme (1978: 76), as tarifas aduaneiras mostram-se como um dado privilegiado para analisar o comportamento da burguesia industrial com relação aos seus interesses e em oposição aos de outras frações da classe dominante. Através da luta para interferir nas políticas aduaneiras, os antagonismos existentes entre essas frações (indústria, agricultura e comércio) se manifestam claramente.

² Esta é também a posição de Warren Dean (1971, p.75): "Os industriais de São Paulo surgiram, no correr de trinta anos que se seguiram ao estabelecimento da República como um grande e distinto grupo econômico, quase tão importante quanto as elites rurais e mercantis de que evoluíram. Poder-se-ia dizer, porventura, que eles chegavam a constituir uma burguesia industrial consciente de si mesma? A pergunta é pertinente, porque a extensão da coesão e da autopercepção dos manufatores lhes predeterminaria a disposição para forçar uma definição geral na arena política."

Para a burguesia industrial, em especial, a tarifa alfandegária é fundamental para a sua sobrevivência na medida em que ela exerce, bem ou mal, uma função protecionista. Portanto, a luta por tarifas adequadas aos seus interesses é extremamente importante no ímpeto organizativo dessa classe. Ciente da necessidade do protecionismo, a burguesia industrial percebeu ser a organização o único meio possível de atingi-lo. A luta por este objetivo transformou a indústria num forte grupo de pressão já no período em estudo.

A ideologia industrialista que essa fração do bloco no poder desenvolveu como justificativa da sua luta por tarifas protetoras e o seu avanço organizativo fortemente incentivado por essa mesma luta mostram, além de tudo, que é através da questão tarifária que se pode perceber a emergência não só econômica mas também política e ideológica de uma burguesia industrial no primeiro período republicano. Não é preciso dizer que a tarifa aduaneira implicava numa certa distribuição do consumo interno entre produtos nacionais e importados.

Antes de terminarmos esta justificativa, gostaríamos de fazer uma breve crítica àqueles que atribuem à tarifa aduaneira um caráter meramente fiscal. A tese repousa na seguinte afirmação: apesar de todas as variações tarifárias durante o período, o governo acaba agindo, fundamentalmente, em função dos seus interesses fiscais. Não se trata de simplesmente recusar tal afirmação. É fato inegável que o

imposto sobre os importados constituía-se na espinha dorsal das finanças do Estado brasileiro e que a este cabia zelar pelas tarifas para que suas finanças não entrassem em colapso. É verdade, portanto, que os interesses do fisco são preponderantes na questão tarifária. Porém, referir-se à tarifa como meramente fiscal nos impede de perceber que o vai-e-vem que ela percorre durante a Primeira República, na direção de um livre-cambismo, algumas vezes, ou de um protecionismo moderado, em outras, revela as forças sociais e os interesses de classe que agem sobre essa questão, visando se sobrepor uns aos outros³. O desarranjo, as contradições, a inconstância das tarifas aduaneiras são reveladores da existência de forças diversas agindo sobre a política tarifária, e, sem dúvida, os interesses da indústria se fazem presente nessa luta.

1- A RELAÇÃO ENTRE O AVANÇO DA INDÚSTRIA E A DINÂMICA DA ECONOMIA AGRO-EXPORTADORA

A tese que nos orienta acerca da relação entre indústria e setor agro-exportador é a que se refere a uma relação de unidade e conflito entre aquela e a economia cafeeira (Silva, S. 1976; Mello, 1982(1986); Silva, L., 1976).

Ao contrário de outros trabalhos que entendem essa

³ Emília Viotti da Costa (1977, p. 253) afirma o seguinte: "Profundas divergências separavam cafeicultores dos industriais quando se tratava de discutir a política de proteção à indústria. O governo pressionado por uns e por outros desenvolvia uma política hesitante e instável, descontentando finalmente a todos."

relação como uma total integração⁴, pensamos como Sérgio Silva que:

as relações entre comércio exterior e economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo grau de desenvolvimento da indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital (Silva, S., 1976: 103).

Não se trata, portanto, de encarar a relação entre café e indústria de uma forma unívoca, seja em termos de oposição ou integração. Se é inegável que a economia agro-exportadora forneceu os pré-requisitos básicos para o avanço da industrialização no período, não é menos verdade que ela impôs limites (econômicos e políticos) à continuidade desse avanço. A relação da indústria com a economia agro-exportadora é, desse ponto de vista, uma relação de dependência e conflito.

É fato que a burguesia industrial e seus líderes tinham críticas contundentes a uma sociedade baseada na monocultura exportadora. Mas, ao mesmo tempo, dependentes da dinâmica dessa economia, não podiam criticá-la de forma radical. Apesar de todas as reivindicações, de todos os

⁴ Cf., por exemplo, Wilson Cano (1977 (1983), p. 253) onde se diz que "a nascente indústria paulista embora subordinada pelo capital cafeeiro, dele beneficiava-se duplamente: recebia o mercado criado pelo café, ao mesmo tempo em que dispunha de força de trabalho barata e abundante... Café, indústria, agricultura, transportes, comércio e finanças cresciam, assim, dinâmica e integradamente ampliando consideravelmente o potencial de acumulação paulistano." Ou ainda Faoro (1958 (1987), p. 523), para quem "a orientação da economia no sentido do comércio exterior, mantida e reforçada, acomoda as divergências entre a lavoura e o comércio importador, entre a indústria e a lavoura."

elogios e vantagens apregoadas de uma ordem industrial, Roberto Simonsen, um dos principais ideólogos da burguesia industrial paulista, não se constrangia em afirmar que a estrutura econômica do Brasil devia repousar essencialmente na cultura da terra (Fausto, 1972: 08-09).

Essa ambigüidade não era exclusiva do líder industrial, mas sim característica da própria condição dúbia em que a burguesia industrial se encontrava no período, isto é, característica de uma classe que avançava graças à ascensão dos negócios cafeeiros e, ao mesmo tempo, tinha seu avanço impedido em razão dos limites que lhe eram impostos pela dinâmica da economia agro-exportadora. A indústria era, a um só tempo, setor significativo e subordinado, com interesses próprios mas sem condições de elaborar e apresentar um projeto hegemônico de sociedade alternativo ao projeto agro-exportador; defendia seus próprios interesses mas não um programa industrialista alternativo à economia agro-exportadora; organizava-se em associações de classe e pregava uma ideologia própria mas não constituiu um partido político autônomo; criticava a preponderância da sociedade agro-exportadora e monocultora mas não aderiu à Revolução de 30, etc.

Neste primeiro item, não se trata, pois, de negar o caráter subordinado da indústria, mas tampouco se trata de negar a existência de posições políticas e ideologias próprias a essa fração da classe dominante. É este último aspecto que nos interessa aqui, isto é, mostrar a burguesia

industrial não como mero apêndice do setor agro-exportador, mas como um elemento a mais no já complexo bloco no poder da economia agro-exportadora. Interessa-nos associar os limites impostos pela dinâmica da sociedade agro-exportadora ao avanço da indústria à crescente organização da burguesia industrial, à tomada de consciência de seus interesses, à luta ideológica que ela promove no período, em suma, à sua luta para auto-afirmar-se como fração autônoma de classe. Vejamos, portanto, no que consiste, de fato, a unidade e o conflito entre esses dois setores.

1.1- A UNIDADE

Como se sabe, na economia dominante em São Paulo na Primeira República predominava o caráter agro-exportador, com sua dinâmica pautada no mercado externo e dependente dos movimentos deste último. No entanto, tal economia propiciou um esquema interno de acumulação. A unidade entre indústria e economia agro-exportadora reside neste fato. O avanço do processo de industrialização no período em questão tem origem no capital gerado inicialmente pelo setor agro-exportador. Foi a economia cafeeira que propiciou os pré-requisitos fundamentais ao surgimento do capital industrial e da grande indústria⁵.

A atividade exportadora cafeeira gerou, previamente, uma massa de capital monetário, isto é, capital-dinheiro

⁵ A explicação que se segue encontra-se enunciada no livro de João Manoel Cardoso da Mello (1982 (1986), p. 98-106).

passível de se transformar em capital produtivo industrial; permitiu a formação de um mercado interno (rural e urbano) de proporções consideráveis, tornando atraente o investimento em indústria de bens de consumo assalariado. Além disso, através da imigração, garantiu, não sem conflitos com a lavoura cafeeira, o fornecimento de força de trabalho à indústria. Em suma, ela não só gerou o capital-dinheiro mas também criou as condições sociais fundamentais para que esse capital se transformasse em capital industrial.

A partir do momento em que esse capital dinheiro transforma-se em capital industrial, dando fôlego ao processo de industrialização, é possível perceber que entre esses dois setores se estabelece uma relação, não equilibrada, de dependência.

Nessa relação, a reprodução ampliada do capital cafeeiro depende apenas parcialmente da atividade industrial. Esta última permite, ao produzir bens de consumo assalariado, reproduzir a força de trabalho empregada na atividade agro-exportadora. Por sua vez, a indústria depende duplamente do setor agro-exportador para se expandir. Primeiramente, e extremamente importante, a indústria, para repor e ampliar a sua capacidade produtiva, depende da capacidade para importar gerada pela economia agro-exportadora, determinada pela evolução das relações de troca e não pelo volume das exportações. Nesse sentido, o setor agro-exportador assume a função de um departamento produtor

de bens de produção. Em segundo lugar, ainda incipiente, a indústria é incapaz de gerar os seus próprios mercados. Depende, então, ao nível da realização de suas mercadorias, de mercados exteriores a ela, criados pelo complexo agro-exportador (trabalhadores rurais e urbanos basicamente no setor de serviços).

A indústria que se configura a partir dessa relação é uma indústria de tipo tradicional, isto é, produtora de bens de consumo assalariado (*wage goods*). E isso por várias razões. Essas indústrias nascem a partir de economias exportadoras que possibilitam a importação de bens de produção, dispensando a instalação de imediato de um setor de bens de capital. Além disso, o surgimento e avanço da indústria nacional se deu em pleno domínio do capitalismo monopolista na economia mundial, que dominava a tecnologia de ponta para o setor, dificultando, pelo monopólio e pelo preço, a aquisição da tecnologia necessária à instalação de um departamento produtor de bens de capital⁶. Além do fato de a tecnologia não estar disponível no mercado, devido à luta entre os monopólios, a rentabilidade da indústria pesada, devido a sua alta composição orgânica, era menor e menos imediata que a da indústria de bens de consumo assalariado. Outra forte razão era o alto investimento inicial e o seu risco num capitalismo incipiente e de base técnica tão

⁶ O termo "industrialização retardatária" refere-se justamente a essas características, isto é, ao fato de a indústria nacional surgir de uma economia exportadora e numa época em que o capitalismo monopolista já dominava a economia mundial, impedindo a constituição de um departamento produtor de bens de capital. Os dois fatos impediram a constituição de forças produtivas capitalistas, fazendo com que a reprodução ampliada do capital não se desse endogenamente.

estreita como o brasileiro. Eis as razões para a "preferência" dos capitalistas brasileiros pelo setor produtor de *wage goods*.

Mas a predominância desse setor não impediu que o nosso capitalismo ingressasse já na época da grande indústria⁷. As indústrias que surgiram no período já empregavam um grande número de trabalhadores e um capital de grande valor. Caracterizavam-se também pela profunda mecanização e pela consolidação da separação entre trabalhador e meios de produção - pressuposto fundamental do sistema capitalista. A industrialização brasileira não foi, portanto, precedida por nenhuma fase manufatureira. O seu início, já a com plena mecanização do processo de trabalho, foi também uma exigência do próprio momento em que ela surgiu. Como explica Liana da Silva,

o capital industrial no Brasil tinha de se curvar diante de um século de desenvolvimento do capitalismo, tinha de enfrentar, para assegurar o direito à existência, a concorrência sem tréguas que lhe moviam os produtos das nações industrializadas. E enfrentá-la significava adotar os processos produtivos do centro, admitir um certo grau mínimo de desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho (Silva, L., 1976: 25-26).

A indústria nacional deixou de conhecer não só uma fase manufatureira, mas também uma fase competitiva. Se ela nasceu já como grande indústria, nasceu também, e em parte por isso mesmo, como grande empresa oligopolizada. E isso se deu por duas razões básicas. A primeira delas é que o

⁷ A explicação seguinte encontra-se em Sérgio Silva (1976, p. 81-91) e em Liana Maria L. Aureliano da Silva (1976, p. 25-28).

mercado atendido no Brasil era de porte regional, não integrado e com barreiras de transporte, exigindo força financeira para superar tais obstáculos. A segunda razão, mas não menos importante, é que o fato de já nascer como grande indústria impunha um pesado gasto com força de trabalho, tecnologia e energia elétrica. Tudo isso implicava na necessidade de uma grande quantidade de capital, provocando um elevado grau de concentração do mesmo. Estivesse o capital disseminado pela sociedade a grande indústria não surgiria. O resultado disso foi o aparecimento de uma indústria oligopolizada⁸ que impedia a concorrência por preços, bloqueada pelos freqüentes acordos nos quais eram fixados, sobretudo, com base no limite dado pelo custo do similar importado no Brasil.

Dizíamos acima que o capital industrial surgiu a partir do capital cafeeiro, isto é, a partir do "vazamento de lucros" da economia agro-exportadora para a atividade industrial. Uma das formas pela qual esse capital podia ser desviado para a atividade industrial era através do setor bancário. Como já dissemos no primeiro capítulo, o desenvolvimento do sistema bancário no período em questão deu-se, sobretudo, voltado para as atividades urbanas. Se a lavoura saiu prejudicada com isso, a indústria, ao contrário, beneficiou-se em função de uma maior disponibilidade de crédito.

Porém, mais importante que o papel dos bancos foi, sem

⁸ Para se ter uma idéia, em 1927 apenas 29 empresas do setor têxtil tinham 62% dos fusos, 53% dos teares e 50% da produção global. Cf. Membaig, 1986, p. 182.

dúvida, o papel exercido pelo comércio importador. Este foi um elemento viabilizador do avanço do processo de industrialização brasileiro. E isso se deu por três razões⁹. A primeira delas reside no fato de a importação exigir que certos aparelhos fossem instalados *in locu*, como era o caso de equipamentos hidrelétricos, de fiação ou pontes de balança, exigindo, portanto, uma perícia técnica que foi sendo dominada pelo importador encarregado de instalá-los. A segunda forte razão para que o importador investisse na indústria era a sua posição ocupada na estrutura do comércio. Ele possuía todos os requisitos para ser um industrial bem sucedido: acesso ao crédito, grande conhecimento do mercado e canais para a distribuição do produto acabado, isto é, fácil acesso ao consumidor final. Os industriais que não dispunham de crédito não raro se ligavam às casas importadoras para obtê-lo. Isso significava, freqüentemente, a perda do controle da empresa. A terceira razão foi a conversão das casas importadoras em firmas autorizadas, o que reforçava a sua posição privilegiada na estrutura do comércio, permitindo-as fornecer uma grande variedade de mercadorias das mais diversas procedências.

O comércio importador foi, assim, um fator de viabilização da indústria brasileira uma vez que permitiu o desenvolvimento de práticas e conhecimentos empresariais e comerciais decisivos para a indústria, além do já mencionado

⁹ As informações que se seguem estão em Warren Dean 1971, capítulo II.

acesso ao capital.

Contudo, embora importantes, só essas condições não seriam, ao nosso ver, suficientes para a transformação do importador em industrial. Há que se lembrar das condições propícias que a economia agro-exportadora conferia ao investimento industrial. Ademais, durante o período houve freqüentemente a elevação dos preços dos produtos importados devido às tarifas alfandegárias, que tiveram aumentos contínuos, e às desvalorizações cambiais. Assim, a situação favorável da economia agro-exportadora e a posição privilegiada dos importadores no mercado e no acesso ao crédito deram a estes últimos condições de investirem na atividade industrial, tornando-se elementos fundamentais no processo de industrialização brasileiro. Como exemplo, nos informam Villela e Suzigan:

De uma lista de 59 firmas importadoras que operavam antes da primeira guerra, pelo menos 33 estavam empenhadas ou haviam investido em atividades industriais. Das treze fábricas de tecidos construídas em São Paulo antes de 1900, em 1917 onze eram controladas por firmas importadoras ou por empresários que haviam começado como importadores. Entre 1900 e 1917, foram contruídas 21 fábricas de tecidos, das quais 16 eram controladas por importadores (Villela e Suzigan, 1973: 124).

Dissemos acima que o comércio importador foi elemento fundamental na viabilização do avanço industrial brasileiro. Porém, esse tipo de interpretação pode passar a idéia de que o setor importador se integrou plenamente à indústria, indicando até mesmo a existência de uma fusão entre os dois setores, na qual um deles deixaria de existir. Ao contrário,

a Primeira República presenciou profundos conflitos entre essas duas frações da burguesia. Todavia, à medida que os importadores avançavam sobre a atividade industrial iam especializando-se enquanto industriais e, embora não abandonassem a atividade importadora, transformavam-na apenas num complemento da manufatura. E isso ocorreu porque os industriais precisavam de matérias-primas do estrangeiro, de máquinas, peças sobressalentes, lubrificantes, etc., e para conseguir tudo isso faziam os seus pedidos diretamente, em grande escala, para evitar intermediários. As duas funções, de industrial e importador, eram aí complementares. Francisco Matarazzo afirmava, em 1928, ao ser indicado para a presidência da nova associação, o Centro das Indústrias de São Paulo:

Se sou industrial, como indicam a generosidade dos meus amigos fazendo-me presidente do Centro das Indústrias, sou também negociante, importador em larga escala e fazendeiro nesse Estado (apud Dean, 1971: 39).

Como nota o próprio Warren Dean, Matarazzo exagerava a sua falta de compromissos com a indústria. As suas atividades agrícolas e a maioria de suas operações de importação tinham por única finalidade fornecer matéria-prima às suas fábricas, pois importando evitava intermediários (p.39).

Portanto, se a fusão ocorre, ela se dá apenas quando se une a atividade importadora à de industrial. Mas aí o importador perde a sua identidade como tal e se transforma em fabricante, tendo os seus interesses determinados por

essa nova condição. Esse processo de "perda de identidade" ocorreu, segundo Dean, sobretudo em São Paulo, onde os importadores tinham uma grande participação na criação e expansão de fábricas (p. 35).

Por outro lado, e veremos isso mais detalhadamente, é certo que nem todos os importadores tornaram-se industriais. O comércio importador manteve a sua autonomia e, mais importante, os seus interesses específicos, diferentes dos da burguesia industrial. Permaneceram, assim, esses dois setores, como frações distintas da burguesia. Enquanto tal, colocaram-se em conflito durante todo o período. O comércio importador e a indústria, como parece claro, defendiam interesses diversos e conflitantes. Esta tentando impedir a entrada de importados no País, aquele procurando, para sobreviver, obstaculizar o avanço da produção interna.

A relação da indústria com o comércio importador já nos permite antever a relação ambígua que aquela vivia com a economia agro-exportadora. Se, por um lado, o comércio importador, enquanto fração de classe distinta da burguesia industrial, impunha fortes obstáculos à industrialização, por outro, a sua importância no período em questão, importância esta adquirida graças ao predomínio da economia agro-exportadora, foi um dos pré-requisitos fundamentais para o avanço do processo de industrialização no Brasil.

1.2.- O CONFLITO¹⁰

Através de alguns dados estatísticos podemos perceber o avanço da importância econômica da atividade industrial. O censo de 1907 apontava a existência de 3 528 estabelecimentos, com 67 000 contos de capital, empregando 15 000 operários, produzindo um valor de 140 000 contos. O censo de 1920, por sua vez, apontava a quase quadruplicação do número de estabelecimentos, que subiu para 13 490. O capital invertido atingiu 1 milhão e 800 mil contos, o contingente operário chegou a 280 000 e o valor da produção atingiu 2 milhões e 990 mil contos.

O crescente aparecimento de usinas de energia elétrica pode ser tomado como um efeito do crescimento acima mencionado. Em 1890, havia duas usinas hidrelétricas. Entre 1900/1910, foram fundadas mais 77 usinas e, entre 1915/1922, mais 152. Em 1890, as duas usinas produziam 10 000 HP e, em 1915, a produção passou a ser de 200 000 HP. Entre 1910/1920, a capacidade de produção de energia instalada no Rio de Janeiro passou de 79 367 850 KW para 276 027 020. São Paulo, por sua vez, passou de 48 918 360 para 164 499 100 KW.

O imposto sobre o consumo, que incidia sobre os produtos industrializados internamente, também revela o avanço industrial. Ele representava, em 1910, 10,5% da

¹⁰ Antes de abordarmos os conflitos que a burguesia industrial vivia em relação à sociedade agro-exportadora iremos apresentar alguns dados estatísticos e econômicos apenas para reafirmar a importância da atividade industrial no primeiro período republicano.

receita do Estado, atingindo 23,7% em 1917, 22,5% em 1918 e 21,7% em 1919. Enquanto isso, o imposto sobre importados caía de 54,8% em 1910, para 37,8% em 1920 (Sodré, 1967: 227 e segs.).

Os dados sobre a composição da pauta de importações também exemplificam o avanço da atividade industrial. Entre 1871/1875, as importações de bens de consumo assalariado representavam 66% do total das compras brasileiras. Entre 1901/1910 passaram a representar 40,5% para, entre 1920/1929, representarem apenas 23,1%. Ao contrário, as matérias-primas subiram de 47%, em 1901/1910, para 54%, em 1920/1928. As importações de bens de capital deram um salto de 9% para 14% no mesmo período (Sodré, 1967: 182). Essas alterações mostram claramente a substituição de importações de bens de consumo assalariado pela produção interna, o que tornava necessária a importação de bens de capital e matérias-primas para a indústria em formação.

1.2.1- BREVE HISTÓRICO ECONÔMICO¹¹

¹¹ Não é nossa intenção aqui nos alongarmos acerca da relação entre indústria e economia agro-exportadora e nem sobre as diversas explicações para essa relação (Furtado, 1971 (1972); Dean, 1971; Sérgio Silva, 1976; Mello, 1982 (1986), etc.). Não queremos nos deter tampouco no histórico econômico da atividade industrial. Este último será aqui resumido apenas para reforçar a pertinência do estudo da indústria no período. Embora nos referimos às vezes às indústrias de outros estados, a descrição a seguir diz respeito, sobretudo, à indústria paulista, de longe a mais dinâmica. Como diz Liana da Silva, "basta anotar aqui que a superioridade da indústria paulista começa por se estabelecer bem cedo, já entre 1905 e 1907, ganha impulso entre 1907/1913, para se cimentar durante a primeira guerra mundial, e convém não esquecer suas raízes: maior dinamismo da economia cafeeira, desenvolvimento de sua vigorosa agricultura mercantil de alimentos e de um amplo mercado de trabalho; em suma, maior desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista" (1976, p. 34).

O período inicial da República, o Encilhamento, engendrou uma série de fatores que foram bastante benéficos à atividade industrial. O próprio Ministro da Fazenda na época preconizava um protecionismo moderado para que depois a indústria pudesse desenvolver-se por conta própria.

As medidas econômicas tomadas no período, embora tivessem outra intenção, secundariamente acabaram por fornecer uma certa proteção àquela atividade. Notadamente as políticas emissionistas e inflacionárias de Rui Barbosa funcionaram como incentivo para a indústria, na medida em que o crédito fácil do período permitiu aos industriais ter acesso ao dinheiro que originalmente era destinado à lavoura.

A política emissionista levou à desvalorização da moeda e do câmbio. Este último caiu, em 1891, de 21 1/2 dinheiro por mil-réis para 14 27/32. Ainda em 1891, foi instituída a cota-ouro, reivindicada tanto pela indústria como pelo fisco, cujo efeito imediato era encarecer os produtos importados. Embora essas medidas não contivessem uma intenção protecionista, o crédito fácil e a desvalorização cambial proporcionaram uma maior competitividade do produto nacional frente ao estrangeiro. Leve-se em consideração ainda o fato de que o encarecimento dos bens de capital era atenuado por isenções tarifárias. Mesmo se não fosse, o seu significado não seria tão grande em função da baixa intensidade de capital das indústrias da época.

Por sua vez, o governo de Floriano Peixoto, de 1892 a 1894, foi marcado por uma série de concessões à indústria. Uma delas foi a lei orçamentária de 1892 que elevou para 50% os adicionais sobre os direitos de importação, antes de 15%. Ainda de caráter fiscal, esta medida teve, como se percebe, conseqüências positivas para a indústria.

Com vistas a amparar os interesses industriais, a principal medida do governo Floriano foi o auxílio pecuniário concedido em resposta às reivindicações de importantes associações já existentes na época. Os empréstimos a serem concedidos seriam baseados na emissão de apólices até o máximo de 60 mil contos. Mesmo sendo bastante criticado, o governo acabou por autorizar a emissão de 100 mil contos de ajuda à indústria. Outras concessões vieram sob forma de isenções de impostos sobre maquinários e matéria-primas, taxaço sobre importados similares, etc.

Freqüentemente considera-se o Encilhamento como um período puramente especulativo, onde surgiram apenas empresas fictícias devido ao fácil acesso ao crédito. Porém, o período deixou um saldo positivo importante para a consolidação da indústria nacional. O censo de 1907 revela que 60% das empresas têxteis por ele computadas nasceram nesse período e sobreviveram.

O Encilhamento auxiliou bastante naquilo que foi caracterizado como o primeiro surto industrial brasileiro, ocorrido de 1890 a 1899 (Villela e Suzigan, 1973: 128). Esse primeiro surto, em função da tarifa-ouro, dos aumentos

das taxas sobre os importados, da desvalorização cambial e do crédito fácil, adicionados a uma expansão do mercado interno, ajudado pela corrente imigratória e pela exploração da energia elétrica permitiu um aumento do nível do investimento industrial e um forte desenvolvimento das indústrias tradicionais. Vale reforçar que essas condições permitiram não apenas um aumento da produção, mas principalmente do investimento de capital, aprofundando o processo de industrialização no País. Entre 1890 e 1894, a importação de máquinas da Grã-Bretanha (nosso principal fornecedor) aumentou 71,3% em relação a 1885/1890, passando de 2 226 para 3 881 libras. Em termos relativos, passaram de 7,6% do total das importações brasileiras para 10% no mesmo período (Muller, 1983).

No governo de Prudente de Moraes essa situação confortável começou a declinar. A partir de 1894 houve a primeira tentativa de restauração das finanças brasileiras arrasadas pela queda da taxa de câmbio, pelas emissões e pela inflação. Ela baseava-se no resgate de papel moeda e na reivindicação pelo fim do protecionismo e da tarifa de 1896 com forte caráter industrialista. A burguesia industrial criticou veementemente essas opções.

Com Campos Sales, as medidas anti-protecionistas foram, de fato, efetivadas. Neste governo acabou-se com o fácil acesso ao crédito, a moeda começou a valorizar-se e a inflação foi contida. Foi um período de pouco proveito para a indústria e que teve continuidade no governo de Rodrigues

Alves, sucessor de Campos Sales.

Porém, a partir de 1903 e até 1913 a indústria se recuperou e passou por uma fase bastante proveitosa. As atividades contencionistas permaneceram até 1906, contudo foram compensadas pelo aumento das despesas autônomas do governo federal. Os investimentos públicos, além de aumentarem a atividade econômica mais geral, foram benéficos para a indústria devido aos investimentos em transportes, portos, vias férreas e na urbanização do Rio de Janeiro.

No entanto, o fato econômico mais significativo desse período foi o esquema valorizador de 1906. A partir dele houve, entre 1909 e 1913, forte melhora nas relações de troca do café, gerando uma maior capacidade para importar que, somada à Caixa de Conversão que barrou a valorização do câmbio, deu novo incentivo ao avanço do processo de industrialização.

O período de 1903 a 1913 (mais acentuadamente entre 1906 e 1913) caracterizou-se, ainda segundo Villela e Suzigan (1973: 132-133), como um segundo surto industrial, pois ajudou aprofundar ainda mais a formação de capital no setor. Entre 1900 e 1903, o produto real da indústria cresceu a uma taxa anual média de apenas 2,9%, dobrando, entre 1904 e 1913, para 6,5% ao ano e chegando a 8,7% entre 1908 e 1913. Entre 1900/1904 e 1905/1909, a participação do item "maquinário" nas importações totais da Grã-Bretanha aumentou de 7% para 10%. O item "matérias-primas diversas" passou de 13% para 15%. Em valores monetários, a importação

de máquinas dobrou: foi de 1,9 milhões (1905/1909) para 4,1 milhões de libras (1909/1913); a importação de matérias-primas foi de de 3,4 para 6 milhões de libras. Aumentava, assim, o processamento interno de matérias-primas, sobretudo as metálicas, e a nossa dependência do exterior em relação aos meios de produção.

O censo de 1920 afirma que, dos estabelecimentos existentes em 1919, 1 080 foram fundados entre 1900 e 1904 (216 ao ano em média), 1 358 entre 1905 e 1909 (272 ao ano) e 3 135 entre 1910 e 1914 (627 ao ano). Cerca de 42% dos estabelecimentos tinham sido fundados entre 1900 e 1914, 34% só entre 1905 e 1914 (Muller, 1983: 96). É entre esse período, de 1906 a 1914/1920, que São Paulo arrebatou a primeira posição manufatureira, ultrapassando o Distrito Federal.

O segundo surto industrial vivenciou o seu final com a crise de 1913 e a guerra de 1914/1918. A crise mundial, traduzida para o Brasil em crise do mercado externo, impôs obstáculos à expansão da nossa capacidade para importar e, portanto, ao processo de industrialização. A queda da capacidade para importar e as dificuldades de suprimento dos anos da guerra reduziram a importação de equipamentos e materiais essenciais à formação de capital na indústria.

Porém, a indústria já se mostrava um setor da economia bastante significativo, e isto sob dois aspectos. O primeiro se refere ao fechamento da Caixa de Conversão, em 1914, em função da fuga de capitais com a guerra. Com isso decretou-

se o fim da moeda conversível. O volume de moeda, por consequência, foi reduzido na proporção das divisas líquidas pela Caixa. Além do declínio cambial, colocou-se o sério problema da circulação monetária interna: reduzido o volume de divisas, de acordo com o padrão-ouro, dever-se-ia reduzir o meio circulante. No entanto, a solução adotada foi outra, isto é, resolveu-se o problema através do não lastreamento da moeda, o que mostrava a necessidade de manter um certo volume de dinheiro em circulação, pois, diferentemente de outros tempos, as atividades internas já não podiam mais ser ignoradas.

A segunda forma pela qual a indústria se revelou um sólido setor de nossa economia foi o aumento da produção durante os anos de guerra entre 1914/1918. É certo que não houve aumento da capacidade produtiva neste período, mas disto não se pode inferir que foi reduzida a expansão da produção industrial. Esta aumentou justamente para ocupar as lacunas deixadas pelos importados, e isto graças a maior utilização da capacidade produtiva instalada no período de 1906/1913. A indústria nacional se mostrava, assim, capaz de prover grande parte das necessidades básicas do País.

Portanto, o período de guerra teve um duplo sentido, positivo e negativo. Positivo na medida em que permitiu à indústria se mostrar capaz de prover as necessidades do País e, portanto, revelar a sua importância, além, é claro, de ter propiciado considerável acúmulo de capital em função da ampliação do mercado. Negativo porque criou obstáculos ao

aumento de investimento no setor industrial, deixando estacionada a sua capacidade produtiva.

O final da guerra colocou a indústria em situação relativamente confortável. Dizemos relativamente porque, embora o termo do conflito mundial tenha eliminado os obstáculos à importação de equipamentos e matérias-primas, desapareceu também a proteção natural que ele conferia aos produtos nacionais frente aos importados.

Em 1919, a ampliação do mercado externo do País, a recomposição dos estoques de matéria-prima e a importação de equipamentos foram favoráveis à produção nacional, propiciando um crescimento de 13,8% do produto real da indústria.

Em 1920/1921, a indústria começou a sentir os reflexos da crise mundial, sobretudo americana, que, junto com a restrição monetária, produziu um impacto negativo sobre a atividade manufatureira. Em 1920, o produto industrial cresceu apenas 5,1% e, em 1921, apenas 1,1%.

Em 1922, a economia mundial recuperou-se e com ela as exportações e a renda nacionais. Junto com elas, adotou-se uma política expansionista que levou o produto real da indústria para o nível de 17,2% ao ano, mantendo-se elevado em 1923 ao nível de 12,5%.

Entre 1924 e 1925, em função da crise fiscal e cambial, Artur Bernardes impôs medidas de contenção orçamentária, o que reduziu o meio circulante e elevou a taxa cambial. As duas conseqüências foram, como se sabe,

negativas para a indústria, que não cresceu entre 1924 e 1926.

Já em 1927 e 1928, como resultado da retomada do crescimento de setor externo, da desvalorização cambial e da estabilização do câmbio a um nível baixo pela Caixa de Estabilização, o produto real da indústria cresceu, atingindo a média de 8,5% ao ano (Muller, 1983: 147-149).

A década de 20 propiciou um processo de substituição de importação passível de ser observado através do declínio na participação da pauta de importação por parte dos produtos têxteis, alimentícios e bebidas de 40,5%, entre 1901/1910, para 23% entre 1920/1929. Isso indica que as indústrias de bens de consumo assalariado continuaram ganhando importância na década de 20, mantendo, ainda no final do período em estudo, uma posição dominante.

Além disso, os anos 20 presenciaram uma transformação fundamental para a indústria brasileira. Foi nesse período que se aprofundou a diferenciação da estrutura industrial, através do surgimento do embrião de um departamento de bens de capital.

Já existiam algumas indústrias produtoras de bens de capital no período da primeira guerra mundial, mas não passavam de pequenas oficinas de reduzido significado. Há uma grande diferença entre essas oficinas e as que aparecem nos anos 20: a pequena indústria do aço, a indústria do cimento, a fabricação de motores elétricos, de máquinas têxteis, etc.

Em 1924 foi formada a Companhia Brasileira de Cimento Portland, com capital canadense e americano. A produção iniciou-se em 1926 e em 1929 a produção interna representava 15% do consumo. Essa instalação se deu com privilégios do governo, ciente da necessidade de desenvolver esse setor, sobretudo depois da guerra. Houve isenções de taxas aduaneiras, de impostos, tarifas especiais nos transportes e empréstimos.

Em 1917, o governo, imbuído da mesma preocupação, subsidiou a siderurgia. A Câmara autorizou o governo a financiar usinas de ferro e aço, capazes de produzir pelo menos 20 toneladas por dia. Em 1921 os incentivos foram prorrogados por mais três anos. Com o apoio do Estado foi possível, já em 1929, suprir 85% do consumo de aço em lingotes, embora fôssemos ainda dependentes dos laminados importados.

Na instalação da pequena indústria do aço, a Belgo Mineira teve um papel fundamental. Esta nasceu da associação da Cia. Siderúrgica Mineira com o grupo belga **Acières Réunis Buback-Eich-Dudelange (ARBED)**. Ela se formou também com amplos incentivos do Estado e com transferência de equipamentos já amortizados.

Houve também tentativas de implantar a siderurgia pesada. A mais conhecida é a de Percival Farquhar, que assumiu, em 1919, o controle da **Itabira Iron**. Ele se comprometeu a construir uma usina siderúrgica e a exportar minérios, tudo com financiamento norte-americano. Em 1920

foi assinado um contrato pelo qual a União concedia vários privilégios à Itabira Iron: autorização para exportação de minérios, monopólio do transporte ferroviário em toda a região do Vale do Rio Doce, direito eterno e exclusivo de um porto na costa, direito de expropriar terras que ladeavam as ferrovias, isenção de tributos, isenção de imposto sobre consumo por 90 anos e o mesmo tempo de validade para o contrato.

O projeto recebeu vigorosa oposição da burguesia industrial nacional, sobretudo dos fabricantes nacionais de ferro guza e aço, que diziam que tais incentivos os arruinariam. Em 1925, Henrique Lage propôs a Artur Bernardes que o Executivo autorizasse a construção de três usinas integradas, cada qual com capacidade de 50 mil toneladas por forno. Os concessionários deveriam ser brasileiros e ter minas de carvão ou ferro. O Estado financiaria 80% do investimento, com juros de 6% ao ano e prazo de carência de 5 anos. Frente a tais exigências o projeto inviabilizou-se.¹²

O primeiro período republicano presenciou, portanto, um avanço industrial não homogêneo. De 1906 a 1919, a indústria paulista deu um grande salto quantitativo. Cresceu, em termos nominais, na proporção de 1:8,5 ao passo que a indústria do resto do país cresceu na proporção de 1:3,5. A década de 20, por sua vez, foi o período do salto qualitativo da indústria paulista. Ali se implantou, como em

¹² As informações sobre a década de 20 foram retiradas de Silva, Liana, 1976, p. 46-55

outras partes do país, um pequeno setor produtor de bens de capital e de insumos mais complexos. Nesse período (1920/1928), a indústria de São Paulo cresceu, em termos reais, à taxa média anual de 6,6%, enquanto a indústria do resto do país cresceu em apenas 3,4% (Cano, 1977 (1983): 254).

Ora, este crescimento da indústria, que fez com que ela passasse a marcar presença significativa na vida econômica do País¹³, não se deu de modo linear nem muito menos ocorreu sem conflitos. O avanço da indústria e da burguesia industrial ocorreu dentro de claros limites colocados pela sociedade agro-exportadora, contra os quais essa classe organizou-se e lutou. É o que veremos a seguir.

1.2.2- A ORGANIZAÇÃO DA BURGUESIA INDUSTRIAL

Como dissemos, o crescimento industrial, embora incentivado pela expansão do setor exportador, era barrado por limites colocados por este mesmo setor, limites estes de natureza política e econômica.

O limite econômico residia na ausência interna de um

¹³ "Chegada a este ponto de desenvolvimento, a indústria passará já a ocupar um lugar de grande relevo na economia do país... tornara-se um elemento indispensável ao funcionamento normal da economia brasileira que já não poderá mais dispensá-la sem um distúrbio profundo em todo seu equilíbrio." Prado Júnior (1945 (1987), p.262). Além de ser uma atividade substituidora de importações e, por isso, poupadora de divisas, a medida em que desenvolvia-se, a indústria transformava-se, através do imposto sobre consumo, em importante e segura fonte de receita para o Estado brasileiro. Para se ter uma idéia, em 1938, em São Paulo, nenhum município cuja economia se baseava na agricultura ocupava os cinco primeiros lugares em termos de produção de renda. São Bernardo, subúrbio industrial, ultrapassou Ribeirão Preto ente 1920/1938. Cf. Love, 1982, p.53. Podemos perceber, por esses dados e pelo fato de na década de 20 despontar um setor produtor de bens de capital, que a indústria foi em grande parte responsável pela superação da crise de 1929.

setor produtor de bens de capital que impunha obstáculos à reprodução simples e ampliada do capital industrial. Ou por outra, dependente da capacidade para importar gerada pelo setor exportador, o processo de aprofundamento da industrialização tinha a sua dinâmica ditada pelo desempenho desse mesmo setor.

No decorrer do seu desenvolvimento, a burguesia industrial percebeu que os limites ao crescimento da indústria não se situavam apenas no nível econômico. Estes estavam claramente colocados também ao nível político e ideológico. Os setores agro-exportadores e seus aliados, como o capital financeiro internacional, sabiam que o avanço industrial significaria, para o primeiro, a possibilidade de superação de sua condição de centro dinâmico da economia e, para o segundo, a possibilidade de ruptura da nossa dependência financeira estrutural. Frente a esses inimigos só restava à burguesia industrial organizar-se¹⁴.

Com o avanço da atividade manufatureira, a burguesia industrial começou a organizar-se e, já no fim da primeira guerra, a luta dos industriais na defesa de seus interesses estava completamente concentrada em entidades de classe e não mais dependente apenas de indivíduos isolados com ideologias industrialistas.

A primeira grande organização industrial foi o Centro Industrial do Brasil (CIB), antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada em 1820 e transformada no CIB em

¹⁴ As informações contidas nesse item encontram-se no livro de Marisa Saenz Leme, 1978, p. 9-18.

1904. O seu objetivo era proteger a indústria em todo o território nacional.

A nova organização era constituída, na sua grande maioria, por associados cariocas e fluminenses. Porém, isso não significou que o CIB se limitasse aos interesses das indústrias dessas regiões. Ao contrário, a amplitude de suas lutas e campanhas possibilitou às indústrias de outros estados, através das respectivas associações comerciais, dirigirem-se frequentemente ao CIB com problemas a serem resolvidos e, não raro, de caráter bastante particular.

O CIB era, assim, uma organização de caráter nacional, que lutava pelos interesses da indústria em diferentes regiões. Os industriais, reunidos nas associações comerciais de seus estados, recorriam ao CIB quando tornava-se necessário ultrapassar suas fronteiras.

No que se refere à Associação Comercial de São Paulo, Saenz Leme nos informa que ela congregava

... sobretudo comerciantes nacionais e o antagonismo dos industriais em relação ao comércio importador salienta-se apenas no que diz respeito aos estrangeiros. Estes se reúnem na câmaras do comércio importador britânico, francês, etc. Destarte, é muito comum o fato de a Associação Comercial de São Paulo ser muitas vezes acusada, pela imprensa e pelo comércio importador, de favorecer os interesses industriais em detrimento dos comerciais (Leme, 1978: 15)¹⁵.

A Associação Comercial de São Paulo foi fundada em 1894, congregando comerciantes e industriais. Em 1914, contava com 152 associados, do comércio e da indústria. Em

¹⁵ A burguesia industrial tem, portanto, ao contrário do que geralmente se afirma, uma forte presença na Associação Comercial de São Paulo.

dez anos ela viu os seus quadros aumentarem em 700%, atingindo 1 118 associados. Ao passo que foi crescendo, a Associação absorvendo outras entidades de classe, como aconteceu com o Centro das Indústrias do Estado. Problemas começaram a surgir com o crescimento da participação de industriais na Associação Comercial. A presença cada vez mais marcante de seus interesses tornou difícil a convivência e a ação conjunta da Associação na defesa dos objetivos diversos de industriais e comerciantes. No centro do conflito estava a questão tarifária. A luta dos industriais por uma tarifa protecionista passou a ferir diretamente os interesses mercantis ali representados.

Com a crise de 1924/1925, a indústria passou por uma difícil situação, como já dissemos. A elevação cambial promovida pelo Presidente Artur Bernardes facilitou a importação e, a partir de 1926, o mercado nacional começou a ser inundado por tecidos estrangeiros, sobretudo ingleses. A situação tornou-se insustentável. O apelo dos fabricantes no sentido de um aumento tarifário era contínuo, porém, a Associação Comercial não lhes dava o devido apoio, dificultando o atendimento de suas reivindicações. Em função disso, em janeiro de 1928, com a eleição para a diretoria da entidade esboçou-se uma cisão. Jorge Street, que fora líder do CIB, liderou uma chapa com representantes exclusivos dos interesses industriais, em contraposição à chapa oficial mais ligada ao comércio. Foi tentada uma chapa de conciliação, liderada por Antonio Carlos de Assumpção. Os

interesses industriais, porém, recusaram o acordo.

Assim, em 1928, a cisão ocorreu e os industriais deixaram a Associação Comercial de São Paulo para formar o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, no dia 3 de junho. O Centro nascia com o objetivo de representar os interesses estritamente industriais e lutar pelo avanço da atividade manufatureira no País. A sua primeira diretoria foi formada por Otávio Pupo Nogueira, Jorge Street, Francisco Matarazzo e Horácio Lajes.

Se a Associação Comercial de São Paulo serviu durante anos aos interesses dos industriais, ela não conseguiu, contudo, superar a crise de 1924/1925 sem resolver o problema do condomínio de interesses. Melhor dizendo, quem resolveu esse problema foram os próprios industriais conscientes de que os seus objetivos não seriam plenamente realizados caso permanecessem na velha associação.

Durante o avanço organizativo da burguesia industrial em São Paulo, alguns nomes surgiram como os seus principais representantes. É importante notar que, ao passo em que essa classe vai avançando e se organizando, a defesa do industrialismo vai deixando de ser feita por grandes nomes e por grandes líderes individuais, e passa a ser feita por indivíduos que são representantes de entidades de classe, como o CIB, a Associação Comercial de São Paulo e o Centro das Indústrias.

Entre os primeiros podemos destacar os nomes de Antonio Felício dos Santos, que apontava na industrialização

a cura para a nossa dependência econômica; Amaro Cavalcanti, que pregava a industrialização para que atingíssemos a soberania econômica de fato; Sezerdelo Corrêa, que caminhava na mesma direção dos dois anteriores e João Luís Alves, que se notabilizou por um projeto tarifário francamente protecionista.

Com o avanço da indústria e de suas organizações, os indivíduos de destaque que defendem a atividade industrial o fazem enquanto representantes de entidades de classe, e não mais em nome próprio. Essa mudança revela, sem dúvida, o avanço da conscientização de classe da burguesia industrial e um passo a mais na sua constituição enquanto fração autônoma de classe.

Jorge Street era um representante orgânico da burguesia industrial e liderou, durante a Primeira República, uma luta tenaz contra o comércio importador. Foi presidente do CIB, de 1919 a 1926, indo depois para a Associação Comercial de São Paulo. Possuía indústrias de juta no Distrito Federal (400 operários) e em São Paulo (4 000 operários). Era o único com fábricas neste estado que ocupou cargo de direção no CIB. Jorge Street teve importante papel nessa associação, fazendo dela uma instituição realmente eficaz na defesa dos interesses industriais.

A década de 20 revelou um dos mais proeminentes líderes industrialistas: Roberto Simonsen. Foi ele quem fez o discurso de inauguração do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, evidenciando os objetivos da entidade. Não foi

apenas um homem de organização. Foi também um grande ideólogo do pensamento industrial, sistematizando teoricamente os seus interesses de classe.

Todos os grandes nomes da defesa do industrialismo, depois de uma certa época, são representantes dos interesses de classe organizados em entidades e não mais paladinos solitários do industrialismo. Entre eles, além dos nomes acima citados, encontramos Francisco Matarazzo, Pupo Nogueira, Horácio Lafer, etc.

É preciso lembrar também que não apenas as lutas da burguesia industrial no interior do bloco no poder levaram essa fração a organizar-se em entidades de classe. A união da burguesia industrial frente às lutas operárias foi outro forte fator para a criação de várias associações patronais. Organizando-se, a burguesia industrial conseguiu barrar uma série de avanços ou possíveis avanços com relação à "questão social".

Em 1921, o Ministério da Agricultura cogitou pôr em funcionamento o Departamento Nacional do Trabalho, cuja criação em 1918 permaneceu sem efeito prático. Mal foi anunciada a idéia, a resistência do setor patronal se fez sentir. O CIB foi a instituição que exerceu oposição mais decidida ao projeto. Em representação do CIB enviada ao Ministério da Agricultura, os industriais temiam a possibilidade do projeto trazer agitação no meio operário, na ocasião pacífico, agitação esta passível de se estender aos imigrantes que estavam sendo contratados naquele

momento. O medo era que se perturbasse o trabalho fabril, o que seria prejudicial à indústria que já enfrentava a crise do setor externo em função da crise americana.

Na verdade, como nota Saenz Leme (1978: 113), o verdadeiro temor dos industriais era que a arbitragem dos conflitos entre patrões e empregados fosse transferida da esfera policial para o Departamento Nacional do Trabalho, transferência aliás prevista no projeto original. O Departamento permitiria tanto ao governo como aos operários maiores condições de fiscalização do trabalho fabril. A ameaça não se concretizou. O Departamento permaneceu inoperante e foi transformado, em 1923, num Conselho Nacional do Trabalho que exercia funções de assessoria ao governo federal referente à questão social. Quando o Conselho passou a ter competência para mediar os conflitos trabalhistas, em 1928, Oliveira Passos, presidente do CIB, tornou-se membro da sua direção.

Entre 1925 e 1927, particularmente, a burguesia industrial lutou contra várias tentativas de leis que favoreciam os trabalhadores. A lei de férias, por exemplo, de 24 de dezembro de 1925, tinha o seguinte conteúdo: 15 dias de férias aos empregados comerciais, industriais e bancários, sem prejuízo dos ordenados, de uma só vez ou parcialmente; multa aos infratores seria de 2:000\$000; Código do Menor, de 1 de dezembro de 1926, que previa a proibição de trabalho para menores de 12 anos em todo o território da República (o limite seria de 14 anos nas

indústrias manufatureiras).

Várias associações industriais uniram-se contra essas tentativas¹⁶ de regular o trabalho fabril, acusando-as de "Socialismo de Estado". Mais do que reivindicações que implicassem em algum custo monetário, os industriais temiam, e não o admitiam, medidas que afetassem o ritmo do trabalho nas fábricas e o nível de exploração do produtor direto.

A mobilização de um grande número de entidades industriais e o aborto das medidas trabalhistas revelam uma burguesia industrial consciente de seus interesses e com força suficiente para fazer valê-los.

1.2.3- A BURGUESIA INDUSTRIAL E A LUTA TARIFÁRIA

A luta tarifária durante a primeira República, como dissemos, é o modo pelo qual o industrialismo, isto é, a organização da burguesia industrial enquanto classe com interesses próprios, com vistas a influir nas decisões políticas, revela-se de forma mais evidente. A luta tarifária no período pode ser dividida em três fases¹⁷.

A fase inicial começa na primeira década republicana para findar-se depois de 1898, quando a queda dos preços do café e a grave situação das finanças públicas colocaram em

¹⁶ Essas entidades eram as seguintes: Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, Associação dos Industriais e Comerciantes Gráficos, Centro das Indústrias de Papel do Estado de São Paulo, Associação dos Industriais Metalúrgicos, Centro do Comércio e Indústria de Madeiras de São Paulo, Centro das Indústrias de Calçados de São Paulo, Liga dos Industriais e Comerciantes de Couro, Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Algodão (Rio de Janeiro) e o Centro Industrial do Brasil. Cf. Leme, 1978, p.115.

¹⁷ Para estudar as diferentes fases da luta tarifária nos baseamos amplamente no clássico trabalho de Nícia Vilela Luz, 1978, capítulo V.

xeque o industrialismo.

Como vimos, o início dessa fase foi marcado pelo aumento do meio circulante, pelo fácil acesso ao crédito, pela expansão dos negócios com a formação de inúmeras empresas comerciais e industriais. Surgiram nesse período várias empresas sem capacidade de se sustentar e que sobreviveram graças aos empréstimos do governo, favores, concessões e privilégios. Levadas por este entusiasmo generalizado, investindo sem cálculos objetivos, não tardou para que as indústrias entrassem em crise.

Uma vez em dificuldades, os industriais não tiveram dúvida em recorrer imediatamente ao governo, pedindo maiores concessões de empréstimos. Porém, O uso indevido e sem critério das finanças públicas começou a gerar as primeiras críticas à atividade industrial no País. Rangel Pestana, ruralista convicto, criticou a indústria afirmando que ela crescera graças à "jogatina financeira" do Encilhamento. Leite Oiticica fez críticas a partir de um ponto que seria muito utilizado pelos antiindustrialistas, qual seja, o de que a indústria se enriquecia às custas do consumidor, sacrificado pela desvalorização do câmbio, e às custas das finanças públicas. O comércio importador também levantou sua voz contra as emissões, contra o uso do dinheiro estatal e contra a desvalorização do câmbio, usando a retórica da defesa do consumidor, mas, na verdade, preocupado com a perda de competitividade dos produtos importados.

A esses ataques a burguesia industrial reagiu com

argumentos nacionalistas, afirmando que a independência econômica e a efetiva autonomia política só seriam possíveis com o desenvolvimento de uma forte atividade manufatureira. O debate já prenunciava o conflito entre liberalismo e protecionismo, industrialistas e importadores, entre indústria e economia agro-exportadora.

Defendendo a sua importância para a vida econômica do País, os industriais enviaram uma representação ao Congresso, composta por homens eleitos por eles, assinada por Felício dos Santos, Paulo de Frontin, Chaves de Faria, G. Osório de Almeida, Cunha Ferreira, Buarque de Macedo, Teixeira de Azevedo, Custódio de Oliveira, Dominique Level, Fernandes Pinheiro e Adolfo Barros, que solicitava ajuda governamental na forma de empréstimos. Estes foram concedidos, em especial através do Banco da República do Brasil.

A indefinição e o abuso da política industrial brasileira imperava, nessa primeira década, também nas isenções de tributos sobre as matérias-primas e máquinas para montagem e renovação das fábricas. As formas de concessão de isenções eram leis especiais e contratos realizados individualmente, dando ampla margem ao favoritismo e negociatas. Este era o caso do decreto 947 de 4 de novembro de 1890. Neste ano, o governo fez uma reforma aduaneira elevando ligeiramente, por necessidades fiscais, os direitos de importação. Em 1892, houve nova elevação sobre os artigos de luxo e a instauração da cota-ouro. O

caráter fiscal, desta última permaneceu já que atingia indiscriminadamente a todos os produtos. A confusão chegava ao ponto de se taxar matérias-primas necessárias à indústria e deixar isentos os importados similares aos nacionais.

Porém, em 1896, na luta pela revisão das tarifas, uma nova pauta foi elaborada com intuitos protecionistas mais claros. Seguindo os argumentos de Sezerdelo Corrêa sobre a vulnerabilidade de uma economia baseada na exportação de alguns poucos produtos agrícolas, a intenção era fomentar a produção nacional e aliviar a nossa balança de pagamentos. A nova pauta não foi inteiramente protecionista, mas deu ordem às tarifas e recuperou a renda aduaneira, abalada pela desvalorização cambial, aumentando os direitos de importação em 25%.

Entretanto, a constante queda do câmbio desde 1891 e o aumento crescente do custo de vida, adicionados à crise cafeeira a partir de 1895, fizeram avolumar as críticas contra o industrialismo.

Joaquim Murtinho iniciou a célebre, intensa e permanente campanha contra as "indústrias artificiais", isto é, aquelas que necessitavam de matérias-primas importadas para produzir. Surgiram, junto com a campanha, freqüentes ataques na imprensa ao "sacrifício da Nação" (consumidores e receita estatal) em benefício da indústria. No calor da campanha, o presidente Prudente de Moraes nomeou uma comissão, presidida pelo liberal livre-cambista Leopoldo de Bulhões, para elaborar uma nova pauta tarifária, finalmente

decretada em 1897. Ela era a primeira tentativa de derrotar o industrialismo, com uma redução nos direitos de importação de 25%, sendo que alguns produtos tiveram o imposto reduzido em 75% e até 85%.

A nova tarifa atingiu a indústria mais desenvolvida do País, a têxtil, que teve os impostos sobre o fio aumentados e sobre os tecidos importados diminuídos. Retirou-se, assim, a proteção e aumentou-se a concorrência com as indústrias estrangeiras. Com a pauta tarifária de 1897 terminou a primeira fase da luta tarifária na Primeira República.

A segunda fase iniciou-se com a ofensiva protecionista do início do século, terminando com o abandono definitivo do projeto pró-industrialista do deputado João Luís Alves.

No governo Campos Sales, com Joaquim Murtinho no Ministério da Fazenda, como se sabe, iniciou-se a recuperação das finanças públicas, arrasadas pelo banquete emissionista e inflacionista do Encilhamento. Um objetivo fundamental desse governo era a recuperação dos impostos sobre as importações que tinham caído de 73,5%, em 1897, para 67% do total do Tesouro Nacional.

Em 1899, uma comissão foi nomeada pela Câmara para rever a pauta aduaneira. Ela contava com a presença de alguns industriais que reconheciam os abusos praticados em nome do protecionismo, mas admitiam também a necessidade de se ter algum tipo de salvaguarda. Assim, em 1900, a nova pauta foi aprovada. Com intuito fiscal, ela recuperou a redução do fisco propiciada pela tarifa de 1897. O seu

objetivo fiscal não impediu, porém, um efeito protecionista sobre a indústria na medida em que aumentou 50%, na sua maioria, e até 60% e 80% os direitos sobre os importados. A cota-ouro, por sua vez, atingia com a nova pauta os 25% (era de 10% em 1898) e a ela era adicionada a desvalorização cambial da década de 90. Essas condições foram no final bastante favoráveis à indústria.

No entanto, Leopoldo de Bulhões, Ministro da Fazenda de Rodrigues Alves, em nome do fisco, e Bernardino de Campos, em nome dos consumidores, permaneciam na crítica ao protecionismo e lutavam para impedir qualquer tentativa que visasse aprofundar o protecionismo industrial.

A indústria movimentou-se contra e realizou uma grande ofensiva, não baseada em auxílios pecuniários ou no favoritismo individual, mas numa tentativa de impor uma política protecionista sistemática. Deste movimento participaram Sezerdelo Corrêa, Barata Ribeiro, Lauro Müller, Osório de Almeida, o Clube de Engenharia (industrialistas ferrenhos), Nilo Peçanha, João Pinheiro, Francisco Sales e João Luís Alves. Esses indivíduos iriam tentar, no período 1903/1904, rever a tarifa aduaneira.

Sob intensa pressão, Leopoldo de Bulhões organizou uma comissão para estudar a reformulação da pauta. Formada por parlamentares industriais e comerciantes, dela não saiu nenhuma nova proposta em função, justamente, dos interesses diversos que a compunham. Tal indecisão permitiu ao Congresso adiantar-se e, pela pessoa do deputado João Luís

Alves, apresentar um projeto de reformulação da pauta, com caráter francamente protecionista. Estávamos em 1904.

O projeto do deputado era reflexo das tendências nacionalistas da época e buscava a defesa da produção nacional através de uma tarifa radicalmente protetora. Para atingir tal fim, João Luís Alves propunha uma extraordinária elevação dos direitos aduaneiros sobre os produtos agropecuários, sobre matérias-primas e similares importados, aumento que variava de 33 a 200%.

Imediatamente surgiram críticas ao projeto. A lavoura cafeeira temia não só o aumento demasiado de produtos que entravam em seu consumo, mas sobretudo a retaliação de outras nações, através de medidas do mesmo tipo com relação ao café. Leopoldo de Bulhões, preocupado com o fisco, argumentava que o aumento dos impostos diminuiria o volume das importações, diminuindo, por conseqüência, a receita estatal. O comércio importador criticava a carestia de vida, tomando demagogicamente a defesa dos interesses do consumidor nacional.

A vaga oposicionista ao protecionismo fez com que o projeto recebesse inúmeras emendas, descaracterizando-o completamente. Em função disso, o projeto ficou encalhado no Congresso entre 1904 e 1907. Em maio deste último ano, Afonso Pena se colocou contra o aumento das tarifas aduaneiras e, em 1908, o projeto foi definitivamente abandonado. Apesar disso, a burguesia industrial conseguiu, nessa fase, a elevação da cota-ouro sobre os direitos de

importação, o que compensou, em parte, a alta cambial do início do século.

A terceira e última fase caracterizou-se pela consolidação da organização industrial e pela sua luta contra seus adversários que a acusavam de responsável pela carestia de vida.

Ainda em 1905, devido à valorização cambial, o Centro Paulista de Fiação e Tecelagem reivindicou, além de um adicional de 50% ouro sobre certas qualidades de fio e de 20% sobre os tecidos, uma tarifa móvel que variasse de acordo com a oscilação do câmbio. Para tanto, elaboraram um projeto e o apresentaram ao Congresso. O comércio importador reagiu imediatamente contra o projeto, sobretudo contra a tarifa móvel, pois era das ascilações cambiais que ele tirava os seus maiores lucros. Porém, a sua oposição de nada adiantou. A lei orçamentária de 1905 (número 1452 de 30 de dezembro) decretou a cobrança de 50% dos impostos aduaneiros em ouro para determinadas mercadorias e 35% para outras. Os 50% seriam cobrados quando o câmbio estivesse acima de 15 dinheiros por mil-réis, durante 30 dias consecutivos, descendo a 35% se o câmbio fosse abaixo de 15 dinheiros, mantendo-se também por 30 dias consecutivos.

A nova medida com o aumento da cota-ouro elevou o custo de vida. Em função, disso a opinião pública colocou-se ainda mais contra o industrialismo, apoiando uma intensa campanha contra ele a partir de 1905. Tal oposição era habilmente aproveitada pelo comércio importador, que se

colocava demagogicamente ao lado dos consumidores, reivindicando o fim da proteção.

A partir dessa campanha, a burguesia industrial entrou numa fase defensiva na qual se preocuparia, fundamentalmente, em garantir as suas conquistas já realizadas, impedindo as reformas liberais na pauta aduaneira, que foi objetivo do comércio importador durante os anos de 1909-1910, 1913-1915 e 1919-1920.

Esta fase marcará a forte atuação do Centro Industrial do Brasil na resistência aos ataques dos importadores, que acusavam a indústria de ser a causadora da carestia de vida, devido ao protecionismo industrial, e de obter lucros extraordinários.

No que se refere ao primeiro ponto, Jorge Street respondia identificando no próprio comércio importador a principal causa da carestia. Argumentava dizendo que a diminuição de preços dos artigos importados sem similares no Brasil não revertia em favor do consumidor, como se afirmava. Ao contrário, dizia Street, o único beneficiado com isso era o importador, pois à baixa ocorrida lá fora não correspondia uma baixa no mercado brasileiro. Dizia ainda que para os produtos que não tinham similares no Brasil, o comércio importador não exigia o fim da taxaçoão nem abaixava os seus preços quando possível. Os importadores só reivindicavam o fim da taxaçoão, ou sua diminuição, quando lhes interessava resguardar a competitividade de seus produtos.

Quanto aos lucros extraordinários, Jorge Street não os negava. Mas os justificava como sendo justos, já que eram o fruto de uma classe produtora e responsável pelo progresso material do País.

Em 1909, Davi Campista e depois Leopoldo de Bulhões, ambos Ministros da Fazenda de Afonso Pena, tentaram novamente rever a pauta aduaneira. Procurava-se efetuar a unificação da cota-ouro em 40%, tornar mais liberal a isenção de direitos para máquinas agrícolas e materiais para estradas de ferro, proceder a diminuição dos direitos sobre as mercadorias ainda não fabricadas no País e impor a tarifa diferencial de 20% para os países que favorecessem o café e outros produtos de exportação. Apesar da proteção que essa nova pauta dispensava a algumas indústrias, o grupo nacionalista do CIB, que desejava a elevação dos direitos para certos manufaturados fundamentais, como o fio de algodão, não a apoiou, visto que esse desejo não era contemplado pela nova proposta.

Em meio aos contínuos ataques à indústria, a burguesia industrial não se retraiu e continuou a pedir uma pauta que de fato a protegesse. Justificava tal reivindicação pela necessidade de proteger uma atividade econômica que, segundo ela, reunia um capital de mais de 700 mil contos de réis, empregava mais de 300 mil operários e produzia mercadorias no valor de 1 milhão de contos de réis.

Em 1913, com a crise internacional, sobreveio a crise interna. Com ela os preços do café começaram a baixar -

57\$811 em 1912; 46\$103 em 1913 - e o capital estrangeiro a se retirar do País, fuga esta que culminou com o fechamento da Caixa de Conversão em 1914. A indústria nacional, principalmente a do tecido, foi fortemente atingida. A dificuldade de crédito acentuava-se, pois havia restrições ao acesso ao capital nos principais mercados estrangeiros, devido à depressão americana e à instabilidade monetária na Europa. Os comerciantes e industriais pediram, então, uma política emissão para solucionar o problema. Num primeiro momento, Rivadávia Corrêa, Ministro da Fazenda de Hermes da Fonseca, negou-a para depois, sob pressão do CIB, solicitar ao Congresso emissão de papel moeda. O Congresso aprovou a solicitação e autorizou o governo a emitir 250 mil contos, sendo 150 mil para atender compromissos do Tesouro e 100 mil para empréstimos aos bancos.

O conflito mundial, entretanto, veio salvar a indústria nacional da crise. A guerra, devido às circunstâncias excepcionais que ela determinava, permitiu que a produção nacional ocupasse os espaços antes ocupados pelos produtos importados. Tal feito foi possível, como vimos, graças ao aumento da capacidade produtiva atingido no período de 1905 a 1913.

No período da guerra foi a indústria nacional que, com o imposto sobre consumo, sustentou a receita pública. Em 1914, a arrecadação proveniente da importação era de 150 548:315\$907, enquanto a proveniente do consumo era de 52 223:436\$844. Em 1917, a primeira foi de 91 980:176\$388,

enquanto a segunda atingiu 93 514:560\$520. Além disso, o desenvolvimento industrial implicou no aumento da população operária de 150 841, em 1907, para 275 512, em 1920. Serão esses os dois fortes argumentos que a burguesia industrial usará doravante para advogar a sua proteção, isto é, a sua importância para o fisco e para a determinação da questão social.

Na crise de 1913/1914, o comércio importador recolocou a questão da reforma tarifária, alegando, mais uma vez, o sacrifício dos consumidores. Ficou encarregado da reforma o Ministro da Fazenda Rivadávia Corrêa. A "nova" proposta pregava mais uma vez a liberalização do comércio dos danos causados pelos direitos sobre os importados, por demais elevados segundo o Ministro. Porém, a força da indústria já se consolidara a tal ponto que a reforma não foi adiante.

Em 1915, o congresso tentou elaborar nova reforma, formando para isso uma nova comissão de protecionistas (João Luís Alves) e livre-cambistas (Bulhões). O CIB reagiu afirmando ser inoportuna uma reforma devido à instabilidade causada pela guerra. Mais uma vez, ele venceu e a reforma não foi adiante.

Com o fim da guerra, o Ministro da Fazenda de Epitácio Pessoa, Homero Batista, achou que chegara o momento de se fazer a reforma. Batista apresentou, então, um projeto que visava manter o sistema aduaneiro com caráter meramente fiscal e, por isso, diminuía os direitos alfandegários. O Ministro pediu ao Executivo a efetivação imediata da reforma

para evitar a resistência da indústria. Já com grande força política, a burguesia industrial reagiu à reforma liberal e exigiu ampla discussão do projeto. A oposição partiu sobretudo de São Paulo, onde, na Associação Comercial, e sob a liderança de Jorge Street, reuniram-se os industriais que redigiram uma representação, enviada ao Congresso, protestando contra a reforma. Na resistência contra a proposta de uma nova pauta liberal, toda a bancada paulista apoiou o voto contrário à mesma. Apesar dos ataques da lavoura à indústria, o comportamento da bancada paulista foi pró industrial, fato que indica a fraqueza política da lavoura e a ascensão da burguesia industrial.

A década de 20 levou ao auge a crise da carestia, piorando a situação desconfortável da indústria na medida em que implicava na queda do consumo. Esta teve a sua situação agravada devido à falta de crédito e à invasão do mercado nacional pelos importados, possibilitada pelo fim da guerra e pela diminuição das tarifas entre 1914 e 1924, que não acompanharam a elevação do custo das mercadorias estrangeiras. A concorrência piorou com a leve elevação cambial de 1925, fruto da política restritiva de Artur Bernardes.

Vivendo essas condições desfavoráveis, a burguesia industrial regiu e exigiu, através do novo presidente do CIB, Oliveira Passos, uma maior facilidade de crédito pelo Banco do Brasil, maior elasticidade na concessão de créditos, estabilidade do câmbio e elevação das tarifas

aduaneiras. Em São Paulo, a lavoura manifestou-se, mais uma vez, contra a proteção tarifária. Como consumidora de importados, ela se via amplamente prejudicada. A população urbana e o comércio importador reiteraram as suas eternas críticas ao protecionismo.

Os industriais, já bastante fortes, reagiram. Como consequência natural de sua ascensão organizativa, e julgando-se precariamente representados pela Associação Comercial de São Paulo, resolveram organizar-se de forma independente, fundando, em 1928, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, processo que já foi descrito por nós.

Vimos, com o histórico econômico, que o primeiro período republicano nos revela o avanço e a consolidação da atividade industrial no Brasil. Nesse período a indústria tornou-se um sólido setor da economia nacional, impossível de ser desprezado, responsável por boa parte da receita pública, dos empregos e do produto nacional.

Com o histórico das organizações industriais e com o histórico das lutas tarifárias vimos que o avanço econômico da indústria traduziu-se em consciência de classe e força política por parte da burguesia industrial. Esta fração da classe dominante soube identificar claramente os seus interesses, sobretudo o protecionismo, e soube organizar-se para impô-los e para recusar propostas que a prejudicassem. A burguesia industrial mostrou-se, assim, ativa e forte o suficiente para se fazer presente e influenciar a política

econômica do Estado brasileiro.

Como transparece aqui, o avanço político e econômico da burguesia industrial não se fez sem conflitos com as classes dominantes ligadas diretamente à economia agro-exportadora. E a sua própria organização não se deu por outra razão. Esses conflitos entre burguesia industrial e outras frações do bloco no poder da economia agro-exportadora é o que veremos a seguir.

1.2.4- A BURGUESIA INDUSTRIAL EM LUTA COM A SOCIEDADE AGRO-EXPORTADORA

O conflito entre a burguesia industrial com várias outras frações do bloco no poder, seja com a lavoura cafeeira, com o comércio importador e mesmo com o imperialismo, se deu por várias razões. No entanto, o que deve ser apreendido é que esses conflitos significam, na verdade, a luta entre a burguesia industrial e a sociedade agro-exportadora. A industrialização contém, sem dúvida, o germe da superação dessa sociedade. Eis o ponto central do conflito.

1.2.4.1- O CONFLITO ENTRE BURGUESIA INDUSTRIAL E LAVOURA EXPORTADORA

A lavoura exportadora cafeeira e a burguesia industrial tinham, na Primeira República, uma relação

conflituosa que pode ser explicada por vários fatores: o problema do aumento do custo dos importados em função do protecionismo, o problema do desvio de capital do campo para a cidade, a questão da mão-de-obra, a ameaça industrialista à sociedade agrária, etc. A lavoura exportadora criticava a indústria a partir de uma dupla posição. Enquanto consumidora reclamava do já citado encarecimento dos produtos importados. Enquanto atividade produtiva carente de capitais, criticava o desvio de capital público para a atividade industrial, na forma de empréstimos, subsídios, etc. A esses benefícios era contraposta a situação de penúria dos lavradores, submetidos à especulação comercial e sem crédito.

Outro fator central nos atritos entre a burguesia industrial e a lavoura cafeeira residia no problema da mão-de-obra, na verdade escassa e não abundante. O conflito explica-se pelo fato de a indústria tirar o seu suprimento de mão-de-obra da política imigrantista feita, a princípio, para prover a lavoura de trabalhadores estrangeiros. Em consequência, os lavradores se opunham ao esvaziamento de suas áreas, isto é, a fuga de trabalhadores para a indústria, o que os impedia de manter o padrão de exploração que lhes interessava. A indústria causava, assim, aumento de salários ao disputar mão-de-obra com a lavoura.

Além dos setores de serviço e da indústria já atraírem, por si só, vários trabalhadores estrangeiros, estes, em época de crise do setor cafeeiro abandonavam

rapidamente o campo, aprofundando ainda mais a crise e o seu peso para os lavradores.

Em 1872, a mão-de-obra estrangeira atingia o número de 109 455. Desse total, 52,2% estavam alocados na agricultura, 10,1% na indústria e 34,7% no setor de serviços. Em 1920, o número total era de 867 067 trabalhadores estrangeiros no país. O número de trabalhadores alocados na agricultura caía para 44,9% e na indústria subia para 24,4% (Cardoso, 1985: 23). Além do avanço econômico da indústria, esses números revelam o aumento da disputa entre a burguesia industrial e a lavoura pela mão-de-obra estrangeira. Este era, sem dúvida, um sério ponto de conflito.

De fato, o grande medo dos lavradores era que se alterasse o caráter agrário da sociedade e que a produção agrícola deixasse de ser a atividade produtiva fundamental da economia nacional. Não era por outra razão que a ideologia que pregava a "vocação agrícola" do País era amplamente defendida na Primeira República. Ora, só é fundamental reiterar essa hipotética "vocação agrícola" na medida em que o caráter agrário da economia esteja concretamente ameaçado, no caso, pela ascensão do industrialismo. Como diz Warren Dean, "os fazendeiros tinham consciência da ameaça potencial representada pelos industriais" (1917: 79).

1.2.4.2- O CONFLITO ENTRE BURGUESIA INDUSTRIAL E O COMÉRCIO IMPORTADOR

O conflito entre a burguesia industrial e o comércio importador, amplamente dominando por estrangeiros, residia em dois pontos: no controle do mercado consumidor e, como já vimos, na questão tarifária.

O comércio importador controlava o acesso ao mercado consumidor através de uma poderosa rede de estabelecimentos e serviços. A ascensão da indústria esbarrava na concorrência com o comércio importador na distribuição de mercadorias. O monopólio do processo de distribuição de mercadorias pelos importadores significava para os industriais paulistanos uma falsa inelasticidade da procura, que os forçava a pagar um verdadeiro tributo aos comerciantes para ter acesso aos consumidores. A submissão a esse controle permaneceu até 1929, e forçou, muitas vezes, a indústria a compensar a compressão dos lucros com a expansão das horas de trabalho e com o pagamento de baixos salários (Martins, 1967 (1976): 81-86).

O outro ponto de atrito, que é o conflito mais evidente entre burguesia industrial e comércio importador, residia na questão tarifária e cambial, a qual tinha conseqüências diretas sobre os preços dos importados no mercado nacional. Como vimos neste capítulo, o comércio importador passou todo o período tentando obstaculizar as

reivindicações da indústria acerca da proteção tarifária. A realização dos interesses de um influía diretamente na competitividade dos produtos do outro. Como dizia Sezerdelo Corrêa,

... são profundamente antagônicos os interesses de um comércio todo estrangeiro que só quer viver da importação, e os interesses de uma indústria, especialmente quando é dirigida por nacionais (apud Sodré, 1967: 203).

O comércio importador tinha fortíssima presença na economia nacional. Dele dependia o fornecimento de um sem-número de produtos importados que possibilitavam a reprodução da economia nacional, não só a nível de meios de produção mas também de consumo assalariado. Apesar do crescimento da oferta de produtos nacionais durante o período, a presença do comércio importador não diminuiu. Na segunda metade da década de 20, o paulista consumiu, em média, cerca de 28 dólares a mais de artigos importados, bem acima, portanto, dos 18 dólares entre 1909/1913.

Paralelo a sua força econômica, os importadores ocupavam posições estratégicas também a nível político. Além do domínio de várias associações comerciais, o seu poderio econômico se traduziu em força política no Conselho Superior do Comércio e da Indústria. Este era um órgão federal, criado por decreto presidencial em 1923, com a função de acessar o governo em assuntos econômicos e apresentar projetos. Era formado por oito representantes do comércio e apenas quatro da indústria. Lembre-se ainda que na luta contra a burguesia industrial o comércio importador tinha o

apoio da classe média, crítica feroz da carestia de vida causada pelo protecionismo industrial (Dean, 1971: 146).

Podemos perceber, então, que os membros do comércio importador não se interessavam, muito pelo contrário, por um processo de industrialização local que afetasse a importação de manufaturados, afetando, por consequência, os lucros dos importadores. Daí a posição antiindustrialista desse setor.

A luta da burguesia industrial contra o comércio importador é, na verdade, a luta daquela contra a sociedade agro-exportadora. Somente numa sociedade que produz, fundamentalmente, para exportar, a atividade importadora poderia ter a força econômica que este setor adquirira no Brasil. Esse fato estava estruturalmente ligado ao tipo de economia prevalecente em São Paulo, agrária e exportadora.

Desse modo, o comércio importador era essencialmente antiindustrialista. e isto na medida em que o processo de industrialização não apenas aumentaria a concorrência, mas apontaria para uma superação da sociedade agro-exportadora e, por consequência, da força econômica e política do comércio importador, advinda do seu lugar ocupado na estrutura dessa sociedade.

1.2.4.3- O CONFLITO ENTRE A BURGUESIA INDUSTRIAL E O CAPITAL ESTRANGEIRO¹⁸

A consequência mais evidente do processo de

¹⁸ Esse conflito será retomado no capítulo IV do presente trabalho, quando estudarmos a presença econômica e a força política do capital estrangeiro no Brasil.

industrialização para o capital estrangeiro seria, como já dissemos, a perda de mercado por parte dos manufaturados dos países desenvolvidos no Brasil. Portanto, pensamos não ser essa a maior preocupação do capital estrangeiro com relação à industrialização brasileira.

A preocupação do capital forâneo com relação ao avanço da indústria nacional era de natureza fundamentalmente financeira. E isto se explica pelo fato de a dominação exercida pelo capital estrangeiro no Brasil ter um caráter sobretudo financeiro. A industrialização trazia a possibilidade de ruptura ali onde a nossa dependência com relação a esse capital era mais radical.

A causa básica dessa situação residia na inexistência de uma fonte de renda segura para a receita estatal - produzíamos para exportar e não tínhamos uma atividade interna muito desenvolvida - e, por conseqüência, na estreita dependência das finanças públicas com relação ao imposto sobre as importações.

A dependência com relação a este último continha um sério limite para as finanças públicas: não se podia aumentar em demasia o volume das importações, pois isso significaria evasão das divisas arrecadadas no mercado externo; não podíamos também aumentar em demasia os impostos, pois isso implicaria no encarecimento das importações, na queda de seu volume e, portanto, na queda da receita pública. Desse modo, a receita estatal era extremamente inelástica, situação que piorava muito com as

crises no setor exportador, e, portanto, insuficiente para que pudéssemos arcar com os nossos compromissos internos e externos.

Para suprir a sua deficiência financeira, o governo recorreu, freqüentemente, ao recurso dos empréstimos externos. Tais empréstimos nos castigaram com juros, amortizações e serviços da dívida externa, pagos com as divisas geradas pelo nosso principal produto de exportação: o café. As nossas divisas em ouro saíam do país, portanto, nas formas de pagamento de juros e serviços da dívida, além de pagarmos também com elas as nossas importações. O Brasil era, desse modo, um país descapitalizado, por mais que exportasse.

Para se ter uma idéia, apenas entre 1890/1927, o Brasil efetuou pagamentos no valor de 344,8 milhões de libras e recebeu novos empréstimos no valor de apenas 325 milhões de libras. Como se vê, o País assumia novas dívidas para pagar os juros das dívidas anteriores. E apesar de termos pago mais que o valor dos nossos empréstimos originais, o saldo da nossa dívida não diminuía, ao contrário, cresceu de 31,1 milhões no fim do Império, para 267,2 milhões de libras no fim da República Velha (Singer, 1985: 366). Em suma, a falta de arrecadação interna, a inelasticidade da receita vinda da exportação, a arrecadação de divisas dependente de um só produto, os gastos com os importados - tudo isso conseqüência da nossa posição na economia mundial - levaram o País a recorrer aos empréstimos

externos a juros elevados. Isto nos colocou num círculo vicioso: não tínhamos dinheiro, pedíamos emprestado, não conseguíamos pagar e nos afundávamos em dívidas.

Porém, a industrialização surgia, para alguns, como uma luz no fim do túnel. Era o elemento capaz de desatar o nó cego da dependência financeira, capaz de resolver o desequilíbrio da balança de pagamentos.

A consolidação e o avanço da atividade industrial aliviaria a nossa dependência com relação aos importados. Permitiria ao País, portanto, economizar as divisas arrecadadas no mercado externo, além de atenuar a estreita dependência financeira dos impostos sobre os importados, na medida em que se constituísse em fonte sólida de receita, via imposto sobre consumo. A indústria não dependeria tão diretamente, e, à medida em que avançasse, tornar-se-ia completamente independente, das flutuações do mercado externo, sendo, por isso, uma fonte mais segura e estável de recursos para o Estado.

A industrialização do país permitiria, então, uma maior acumulação de recursos: reteríamos mais divisas, gastaríamos menos ouro com produtos importados, teríamos mais recursos, provenientes não só dos importados, mas cada vez mais da atividade industrial. Tudo isso permitiria ao país acumular e se capitalizar, quebrando a extrema dependência com relação ao capital financeiro internacional. Cairíamos, assim num outro círculo vicioso, de caráter positivo, em que ao acumularmos, saldarmos nossos

compromissos sem ter que recorrer a novos empréstimos e atingiríamos o equilíbrio da nossa balança de pagamentos.

O capital financeiro internacional tinha plena consciência de que era a nossa carência de capital a base de seu poder no País. O capital financeiro internacional, para se ter uma idéia, não reprovava tanto o fato do nosso sistema tributário repousar sobre a taxaço dos importados. Para ele era preferível assegurar as condições de pagamento da dívida externa e as remessas de lucro, juros e dividendos, via arrecadação de impostos aduaneiros e divisas do café, do que favorecer a entrada dos produtos de seus países no Brasil, o que prova ter a questão financeira um caráter prioritário.

Como vimos, a luta travada pela burguesia industrial contra as frações de classe dominante - contra a lavoura, contra o capital comercial e contra o capital financeiro internacional - significava, de fato, um conflito estrutural com a sociedade agro-exportadora, pois essas forças contrárias à industrialização eram frutos necessários dessa sociedade.

A industrialização do País implicaria em sérias mudanças no capitalismo brasileiro e na superação do setor agro-exportador como eixo dinâmico da economia nacional. Porém, como vimos, a indústria era fruto desse mesmo setor. Foi ele que gerou as condições fundamentais para o início da industrialização do Brasil.

Como observou Liana da Silva (1976: II-III), é preciso entender a relação entre indústria e economia agro-exportadora como uma relação dialética, onde esta última gerou no seu interior as condições de sua própria superação. Ao passo que a indústria ia se desenvolvendo, ela tornava-se cada vez menos dependente da economia cafeeira e criava as condições de sua própria reprodução. Ela apontava para um processo de acumulação não mais sob o comando do capital mercantil, mas sob o comando do capital industrial.

A economia agro-exportadora gerou a grande indústria, gerou a grande empresa oligopolizada. Permitiu a essa indústria avançar e se organizar. Criou condições para que, já na década de 20, aparecesse o embrião de um setor produtor de bens de capital. Paralelamente a esse avanço econômico, a burguesia industrial acumulou forças e passou a se opor à ideologia da "vocaçãõ agrária" do país, que era, como vimos, a ideologia de toda a sociedade agro-exportadora; passou a se opor àqueles que negavam o avanço industrial, forjou seus líderes, suas próprias organizações de classe e sua própria ideologia.

A burguesia industrial lutava, assim, contra aquela economia que a gerou, mas que, no entanto, criou também limites ao seu pleno desenvolvimento, limites econômicos e políticos. É a partir do momento em que a industrialização passou a ameaçar a posição dominante do setor agro-exportador, a partir do momento em que ela se colocou como uma possibilidade concreta de um processo de acumulação de

capital de outra natureza, em suma, a partir do momento em que a burguesia industrial se colocou como elemento de superação da acumulação agro-exportadora - elemento consciente, organizado e combativo - ela entrou em conflito com as classes e frações dominantes cujos interesses estavam orgânica e harmonicamente vinculados à sociedade agro-exportadora.

É certo que essa negação não se deu de forma frontal e "revolucionária". Porém, não interessa saber se a negação da sociedade agro-exportadora foi ou não radical, mas sim que a possibilidade da sua superação estava concretamente colocada pela presença de uma burguesia industrial que avançava, que se organizava e lutava por seus interesses. Isso era suficiente para mobilizar todas as forças ligadas à economia agro-exportadora e a sua ideologia da "vocação agrária". A partir daí pode-se entender plenamente a afirmação de Warren Dean de que "os fazendeiros tinham consciência da ameaça potencial representada pelos industriais" (Dean, 1971: 75, ênfase nosso).

2- A PRESENÇA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA INDUSTRIAL

Já vimos neste capítulo que a atividade industrial avançou e se consolidou economicamente no primeiro período republicano. Vimos também que a esse avanço correspondeu uma evolução organizativa da burguesia industrial, assim como um desenvolvimento de suas lutas, tanto no interior do bloco

no poder como em relação à classe operária. Ora, todo esse desenvolvimento da indústria, no campo organizativo e na luta por seus interesses não podia ocorrer sem uma expressão ideológica consciente por parte dessa classe. Uma expressão que se opusesse à ideologia pertinente à sociedade agro-exportadora, isto é, a ideologia do exclusivismo agrário. Embora, como já apontamos aqui, a burguesia industrial não tivesse um projeto hegemônico ela possuía, sem dúvida, uma ideologia própria.

Este item se dedica a identificar as expressões ideológicas pertinentes da burguesia industrial nesse processo de seu desenvolvimento, contribuindo para reafirmar a sua condição de fração autônoma no interior do bloco no poder e não de mero apêndice da sociedade agro-exportadora.

A ideologia da "vocação agrícola" do país aparecia como a justificativa da nossa posição na economia mundial, e junto com a ideologia complementar do caráter artificial de nossas indústrias funcionava também como reação à tentativa de industrialização do país. A burguesia industrial brasileira percebeu que era necessário enfrentar esse mito e, para tanto, no decorrer de seu desenvolvimento econômico e da luta por seus interesses, elaborou a sua própria visão da sociedade brasileira, através de seus ideólogos, como Sezerdelo Corrêa, João Luís Alves, Amaro Cavalcanti, Roberto Simonsen, Jorge Street e outros.

É necessário dizer que a luta ideológica travada entre as frações dominantes não se resumia a uma simples batalha

das idéias. A ideologia da "vocaçào agrícola" do Brasil não se limitava a afirmar a "natureza" eterna da sociedade brasileira, mas servia de força de mobilização com resultados bastante concretos. Foi levantando essa bandeira que muitos defensores dessa hipotética vocação organizaram a luta antiindustrialista e a defesa da sociedade agro-exportadora. Joaquim Murtinho é um exemplo dessa convicção. Lembre-se, ainda, a capacidade de influência que tal ideologia tinha sobre as classes médias urbanas antiindustrialistas.

O mesmo aconteceu pelo lado dos industrialistas. A ideologia da burguesia industrial definiu o comportamento do conjunto do empresariado industrial e de seus representantes, definiu suas reivindicações, os seus modos de organização, a sua participação política, assim como as suas elaborações teóricas e a sua visão da sociedade e da economia brasileiras.

Para enfrentar a luta antiindustrialista, bastante concreta, a burguesia industrial traduziu o seu conflito com a sociedade agro-exportadora numa posição ideológica própria, o *proteccionismo*, que tinha no seu oposto o livre-cambismo. Além disso, foi ajudada pela ideologia do nacionalismo econômico, bandeira de alguns setores da sociedade brasileira da época. Enquanto os nacionalistas pregavam a necessidade de se industrializar o Brasil para que atingíssemos a nossa soberania econômica e política, o proteccionismo aparecia como condição fundamental

para que isso acontecesse.

No que se refere ao nacionalismo econômico, Raimundo Faoro é bastante elucidativo:

A par do progresso industrial, consolida-se, a partir de 1879 - fato evidenciado na tarifa desse ano - um pensamento próprio, articulado pelos produtores. Investe contra a aliança entre importadores e agricultores de produtos exportáveis e fixa um diretriz protecionista, avessa ao liberalismo dominante. Cria-se, com a apropriação crescente do mercado interno, a mentalidade nacionalista, voltada contra o comércio, em grande parte estrangeiro. Daí se projeta uma linha de conduta que assimila a independência do país à industrialização, ao abastecimento do mercado interno e à denúncia ao esquema monocultor. Encontra-se essa corrente, desde os primeiros momentos, associada à reserva de riquezas brasileiras aos nacionais, num crescendo que vai de Felício dos Santos, Amaro Cavalcanti, Sezerdelo Corrêa a Alberto Torres... Depois de pregar o controle do mercado interno, em favor dos nacionais, combate o capital estrangeiro... na oposição às concessões de minério de ferro à Itabira Iron, empresa de Percival Farquhar (Faoro, 1958 (1987): 503)¹⁹.

O nacionalismo econômico nasceu e cresceu, como afirma Faoro, com o nascimento e o desenvolvimento da indústria nacional.

Essa ideologia tinha como argumento fundamental o equilíbrio da balança de pagamentos. Para os nacionalistas esse equilíbrio era impossível de ser atingido numa sociedade monocultora, uma sociedade que gastava suas divisas com importações e com pagamentos dos serviços da dívida externa, sobrando muito pouco para os nossos

¹⁹ Percival Farquhar era um empresário americano que teve inúmeros empreendimentos no País: estradas de ferro, empresas de colonização, casas de exportação, mineração, transporte fluvial, etc. A sua ascensão causou severas críticas por parte dos nacionalistas à atuação do capital estrangeiro no Brasil.

compromissos internos e externos. Tínhamos sempre que recorrer ao financiamento externo e nos curvar perante as exigências do capital financeiro internacional.

Na medida que industrializássemos o país, isto é, na medida em que superássemos a nossa posição na economia mundial, as divisas arrecadas no mercado externo não saíam mais do país sob a forma de pagamento das importações, sob a forma de juros e remessa de lucros. Isso deixaria o país mais capitalizado, capaz de recuperar sua balança de pagamentos.

Do ponto de vista político, argumentavam os nacionalistas, retiraríamos a fonte de poder do capital financeiro internacional sobre o nosso país, poder que residia, justamente, na dependência financeira frente aos bancos internacionais²⁰. A industrialização permitiria ao país atingir de fato e plenamente a sua independência econômica e política.

Dissemos anteriormente que o nacionalismo econômico da ideologia industrialista não era mero componente da batalha das idéias. Assim como a ideologia antiindustrialista da vocação agrária, esse componente ideológico do

²⁰ A burguesia industrial não criticava apenas a nossa dependência financeira frente aos banqueiros internacionais. Ela também criticava os favorecimentos que o capital estrangeiro recebia quando investido no país de forma direta. Favorecimento que se dava sob a forma de incentivos, garantias de juros, isenções de impostos sobre importados e sobre consumo, remessa de lucros. Essa atitude ocorreu durante a década de 20 quando da tentativa de se implantar a indústria de base no País. O alvo das críticas da burguesia industrial e dos nacionalistas era a ocupação violenta feita pelo capitalista Percival Farquhar. Jorge Street mostrava claramente o descontentamento da indústria paulista ao dizer que "a ação pública no meio pátrio geralmente favorece e favorecia, muito mais do que os capitais brasileiros, os que por sua origem, por sua gestão, por seus possuidores predominantes, pela exportação da maioria dos lucros aqui obtidos, foram e se conservam estrangeiros." Apud Sodré, 1967, p. 231-232.

industrialismo tinha forte capacidade de mobilização e incentivo à industrialização. Como diz Nícia Vilela Luz:

Podemos concluir que o nacionalismo econômico, principalmente sob a alegação de conquistar, pelo fomento da produção nacional, o equilíbrio da balança de pagamentos e, portanto, o vigor econômico da nação, foi e tem sido um dos fatores da industrialização (Luz, 1978: 206).

É preciso também levar em consideração que o problema da nossa balança de pagamentos, em déficit durante quase todo o período em questão, era, em face dos poderes públicos, um argumento muito concreto e premente, devendo ser enfrentado o mais rápido possível. O Estado se via constantemente às voltas com o problema do déficit interno e externo, não conseguindo nunca ter capital suficiente para saldá-los. Se o país não acumulava era justamente em função da evasão de divisas em função das importações, dos juros e serviços da dívida. A industrialização para resolver o problema da nossa balança de pagamentos aparecia, assim, frente ao Estado, como um argumento convincente. Lembremos que se não houve uma política sistemática de industrialização no período, também não podemos falar que a indústria foi completamente abandonada. Os subsídios, as concessões tarifárias, as emissões sem lastro, os incentivos na década de 20 provam isso.

Contudo, vale aqui uma observação. A partir da literatura sobre a industrialização do país no período em questão, sobretudo a partir de Nícia V. Luz, não fica claro se o nacionalismo foi uma ideologia que empolgou as bases

industriais. Não fica claro, apesar de algumas declarações esporádicas²¹, se a burguesia industrial tomou a si essa bandeira. Nenhum autor se refere a um comportamento ativo da burguesia industrial em relação a essa ideologia. Certo é, no entanto, que a sua existência revela a presença, em nossa economia, de uma atividade industrial importante, capaz de levar o país a um outro tipo de sociedade, segundo os nacionalistas. Os nomes mais conhecidos que defenderam esse ideário foram Felício dos Santos, Amaro Cavalcanti e Sezerdelo Corrêa. Nenhum deles era industrial.

O protecionismo aparecia, por sua vez, como condição fundamental para a efetivação do processo de industrialização. Contra o liberalismo e o livre-cambismo, os industriais viam no protecionismo, enquanto política governamental, um elemento de suma importância para o pleno exercício da lógica capitalista no Brasil. Eles percebiam claramente não ser possível uma produção nacional sem proteção contra o baixo custo e a alta qualidade dos manufaturados importados.

Na luta pela proteção, a burguesia industrial tomou consciência de que seu objetivo não era impedido apenas no plano econômico, mas, sobretudo no plano político e ideológico. A partir daí, essa fração da classe dominante percebeu a necessidade de se organizar e lutar para ter influência nas decisões acerca da política econômica do governo.

²¹ Ver, por exemplo, declaração de Jorge Street na nota anterior.

Por tudo, o que dissemos acima, fica claro que a burguesia industrial tinha uma compreensão nitidamente diferente da sociedade brasileira em relação à lavoura e o capital comercial²². Ela via claramente os prejuízos econômicos decorrentes do exclusivismo agrário, como a instabilidade financeira, a dependência da importação para se obter manufaturados essenciais à vida nacional, a posição subordinada em que o país se colocava no mercado internacional quando se tratava da comercialização dos nossos produtos agrícolas, etc. Denunciava a instabilidade da produção agrária que tornava, por sua vez, instável a obtenção de divisas no estrangeiro através da exportação, levando ao conseqüente desequilíbrio cambial. Tudo isso era afirmado pelos industrialistas, pelos líderes individuais e, mais importante, pelas entidades de classe (Leme, 1978: 162-163).

Fica bastante evidente, portanto, a diferença de compreensão da sociedade brasileira entre aqueles que estavam vinculados à atividade industrial e aqueles ligados à economia agro-exportadora. Para esses, o país era essencialmente agrícola e a tentativa de industrializá-lo era artificial. Ainda segundo o ponto de vista agrarista, a competição da indústria com a lavoura poderia arrasar o país, além de encarecer o custo de vida pela necessidade da

²² É Saenz Leme (1978, p. 162-163) quem chama a atenção para essa visão própria da burguesia industrial e, ao fazê-lo, contribui para caracterizar tal fração enquanto fração autônoma de classe. Possa a atividade industrial um mero investimento alternativo, um mero apêndice do setor cafeeiro, poderia haver uma visão industrialista da economia brasileira, diferente daquela defendida pela lavoura cafeeira e pelo grande capital?

proteção. A nossa fonte de riqueza maior sempre fora e deveria continuar sendo a agricultura.

Os industriais, por sua vez, não negavam a necessidade da proteção, dizendo que só com ela poderíamos nos livrar da dependência econômica em que a predominância econômica da atividade agro-exportadora nos colocava.

Em face do que foi dito até o momento, podemos afirmar com certa segurança que não é possível considerar a indústria nacional como uma mera atividade econômica que servia de apêndice à economia agro-exportadora. Ora, fosse a indústria um mero apêndice, uma mera alternativa de investimento, ou por outra, não fosse a atividade industrial a base econômica de uma fração autônoma de classe, seria possível surgir um pensamento industrial de forma tão clara? Por que surgiria um pensamento industrialista, defendido pelos industriais e por suas organizações, em clara oposição às ideologias pertinentes à sociedade agro-exportadora?

Do nosso ponto de vista, o aparecimento e a ascensão das organizações de classe da burguesia industrial, a luta tarifária com intuito claramente protecionista, o surgimento de líderes orgânicos dessa fração de classe (Jorge Street, Roberto Simonsen e outros), o surgimento de ideologias tipicamente industrialistas como o protecionismo e o nacionalismo econômico são provas consideráveis de que a burguesia industrial configura-se, no período em análise, como uma fração da classe dominante consciente de seus interesses e disposta a lutar por eles, uma fração autônoma

e não um mero apêndice da economia agro-exportadora.

3- A ORIGEM SOCIAL DA BURGUESIA INDUSTRIAL: IMIGRANTES OU GRANDE CAPITAL CAFEIEIRO?

Se conseguimos mostrar que a indústria não era um mero apêndice da economia agro-exportadora, tentaremos neste item identificar a verdadeira origem social da burguesia industrial. Nesse sentido, colocaremos-nos numa posição diversa de João Manoel Cardoso de Mello (1982 (1986)) e de Wilson Cano (1977 (1983)), que enfatizam o papel dos cafeicultores como grupo social principal de onde se originou a burguesia industrial. Adotaremos a tese de Sérgio Silva (1976) e Warren Dean (1971), elaborada originalmente por este último, que confere aos burgueses-imigrantes importadores o papel principal na origem social da burguesia industrial brasileira²³.

Não queremos dizer com o parágrafo acima que o grande capital, ou "grandes fazendeiros", não investiu absolutamente na atividade industrial. Sem dúvida, membros do grande capital cafeeiro investiram na indústria, embora, do mesmo modo que o capital estrangeiro²⁴, em pouca quantidade. Porém, o que interessa dizer aqui é que, no caso do grande capital cafeeiro, o investimento industrial é

²³ Este item está amplamente baseado nas considerações de Warren Dean (1971, capítulo IV). Infortações provenientes de outros autores serão identificados no próprio texto.

²⁴ "Havia 25 empresas industriais européias e norte-americanas instaladas no Brasil entre 1905 e 1914. Este número correspondia a 12% das empresas industriais autorizadas a operar no Brasil e não mais do que 3% de todos os investimentos estrangeiros diretos." Cf. Topik, 1987, p. 170.

secundário, é, de fato, um mero investimento alternativo. Diferentemente do imigrante que se torna empresário industrial, é a terra e o café que ocupam a posição produtiva fundamental nos investimentos do grande capital cafeeiro.

Era natural que, no Brasil, essa classe, enquanto classe dominante "nativa", e pela sua própria história (que se inicia com a cultura da cana e do café) tivesse uma ligação quase que emocional com a terra. Antonio Prado, por exemplo, elogiava a virtude dos pais em inculcar nos filhos o apego à tradição agrícola. Os filhos do próprio Antonio Prado, como foi o caso de Luís Prado, foram incentivados a não abandonar a atividade agrária. Aliás, a não transferência em peso dos investimentos dos Prados para a indústria pode ter limitado a capacidade da família de se adaptar à emergente ordem industrial que, como nota Levi, foi crescentemente comandada pelo empresário-imigrante (1974: 272-273). Ao contrário, durante as conturbações da década de 20, a resposta por parte dos Prado foi a intensificação da dedicação à agricultura²⁵.

É claro que o grande capital, representado aqui pela família Prado, não pode ser confundido, como vimos, com o simples fazendeiro. Seus investimentos não se limitavam à fazenda. Porém, a terra surgia como a gênese da sua riqueza e da sua condição de classe. Levi resume extraordinariamente

²⁵ O apego à atividade agrária fica evidente numa carta de uma parente dos Prado, onde ela diz: "Estou ansiosa por ver os filhos colocados. Tenho fé que Deus há de permitir que possam começar a vida n'um meio tão bom como é o da lavoura. Lavradores foram nossos pais, e gostaria que nossos filhos também sejam lavradores." Apud Levi, 1974, p. 226, nota 66.

bem essa relação ao dizer que

... para o empresário-fazendeiro e sua família, [a terra] era um ponto de referência primário não apenas economicamente mas social e psicologicamente (Levi, 1974: 272).

Para o imigrante, ao contrário, a fazenda era um fenômeno secundário que, à medida em que ele se transformava em industrial, representava um simples meio de se adquirir matérias-primas para suas atividades manufatureiras. Ele não tinha nenhuma relação psicológica com a propriedade da terra. Ao contrário, via nela um mero fator econômico. Já a indústria, secundária para o grande capital, apresentava-se ao imigrante como a possibilidade de crescer, visto que a terra identificava-se, por tradição, com uma classe social nativa.

Podemos detectar essa diferença nos dois representantes modelos dessas duas classes sociais: os Prado, pelo grande capital, e Francisco Matarazzo, pelos industriais. Levi nos fornece dois resumos exemplares. Sobre Francisco Matarazzo:

A carreira de Matarazzo divide-se em quatro fases: o comércio rural e, secundariamente, a produção de toucinho (1881-1890); comércio urbano e importação (1890-1900); atividades industriais desenvolvidas a partir do comércio (1900-1930); e a predominância da produção industrial (de 1930 em diante). Três características da formação do império de Matarazzo são especialmente importantes. A primeira é a especialização de Matarazzo na importação e mais tarde na produção de produtos tais como toucinhos e trigo para consumo doméstico. A segunda é a interação vertical de seus interesses; importando trigo, por exemplo, ele logo adquiriu fábricas e matérias-primas para manufaturar sacos, comprando depois sua própria frota e construindo sua própria doca

para evitar congestionamento nos cais públicos. Finalmente, embora Matarazzo tivesse começado como mercador e adquirido fazendas como fontes de matérias-primas, o resultado final foi um Império manufatureiro (Levi, 1974: 269).

Sobre os Prado:

Em contraste, o conglomerado familiar dos Prado era baseado na exportação de café. Ao contrário do setor importador, a economia de exportação encontrou uma condição crônica de excesso de oferta no século vinte. Além disso, ao mesmo tempo em que existia alguma integração vertical na corrente de escoamento fazenda-estrada de ferro-casa de exportação-sucursal européia dos Prado, estes não adquiriram interesses em áreas relacionadas, tais como a química e a maquinaria agrícola, e contentaram-se em contar com as docas públicas e as frotas estrangeiras. Finalmente, embora tenha constituído o esforço primário de alguns indivíduos, o manufaturamento continuou a ocupar uma posição secundária na família como um todo (Levi, 1974: 270, ênfase nosso).

Levi nos mostra, assim, através do exemplo dos Prado, que o grande capital investia muito pouco, esporadicamente, na atividade industrial. A base da atividade econômica dessa classe era a economia agro-exportadora. Tanto é que a integração vertical das atividades econômicas dos Prado se limitou aos negócios cafeeiros: fazenda - estrada de ferro - casa de exportação - sucursal. Não é demais lembrar que os dois negócios de maior vulto da família - a casa Prado Chaves e a Cia. Paulista - estavam diretamente ligadas à economia agro-exportadora. A atividade industrial era meramente secundária. Aqui sim uma simples alternativa de investimento.

Pode-se perguntar se essas afirmações podem ser generalizadas para todo o grande capital cafeeiro. Não foram

lidos para este trabalho outros estudos específicos, como o de Levi sobre os Prado, a respeito de outras famílias ligadas ao grande capital. Porém, com as informações do Capítulo I acreditamos que é possível dizer que outras famílias do grande capital, também bastante representativas, não investiam na indústria como os imigrantes. Os exemplos dados por Dean (1971: 52-53), quando se estuda a burguesia rural como uma das bases sociais da indústria, constituem, todos eles, representantes do grande capital: Rodolfo Miranda, Eloy Chaves, Antonio Lacerda Franco, Antonio da Silva Prado. O primeiro era produtor e exportador de café, o segundo ligado à casa Prado Chaves de exportação e produtor; Lacerda Franco era ligado ao Banco União e também fazendeiro e exportador de café. Sobre Antonio Prado não é preciso falar. Na bibliografia sobre o período não há nada que indique o abandono da atividade agro-exportadora, como atividade principal, em direção à manufatura por parte desses senhores.

O caso de Matarazzo é bastante diferente. A indústria se constituiu no decorrer de sua vida na principal atividade, fazendo com que os outros investimentos - importação, fazenda, etc. - se tornassem atividades complementares à atividade manufatureira. Matarazzo era importador para evitar intermediários na aquisição de bens estrangeiros necessários à produção industrial e era fazendeiro com vistas a produzir matérias-primas para as suas indústrias. Não foi por outra razão que o resultado dos

seus investimentos foi um império manufatureiro.

Nesse sentido, enquanto indivíduos que conferem à produção industrial lugar de destaque, de carro-chefe nos seus investimentos, é lícito considerar os imigrantes como os membros genuínos de uma burguesia industrial em ascensão. São eles que se organizam, são eles que lutam pelo protecionismo, são eles que elaboram de forma mais sistemática os interesses da burguesia industrial no período, são eles que lutam contra as pressões do comércio importador, etc. Um fato que pode, sem dúvida, ser lançado como prova da afirmação feita acima é que os principais líderes de associações de classe representativas da burguesia industrial eram imigrantes. Por exemplo, Francisco Matarazzo, Jorge Street, Roberto Simonsen, Horácio Lafer, etc.. Entre eles não encontramos nenhum representante da chamada burguesia rural. É interessante notar que podemos encontrar, já antes de 1914, evidências da tendência dos imigrantes em tirar dos fazendeiros o controle das indústrias que estes, porventura, possuíam (Levi, 1974: 268)²⁶.

Resta, por último, explicar porque os imigrantes investiram na atividade industrial. As nossas considerações baseadas, em Warren Dean, acerca da matriz econômica da indústria no início do capítulo e as indicações do resumo de

²⁶ "Dos nove cotonifícios fundados por lavradores antes de 1910, sete haviam sido vendidos a importadores por volta de 1917. Nesse meio, seis novas fábricas tinham sido construídas com dinheiro do café; sem embargo, tais transferências de firmas industriais agravavam o receio de que os fazendeiros viessem a ser sobrepujados pelos estrangeiros." Dean, 1971, p.76.

Levi sobre Matarazzo nos fornecem a explicação. O comércio importador tem lugar fundamental nesse processo, assim como a origem social dos imigrantes nos seus países de origem.

Como foi possível ao imigrante tornar-se antes importador para depois se direcionar para a atividade industrial? Antes de tudo, para compreendermos esse processo, é preciso, com a ajuda de Warren Dean, desmistificar o mito do *self-made man* que cerca os imigrantes bem-sucedidos na área comercial e depois industrial.

O autor acima citado nos revela que esses imigrantes haviam, nos seus países de origem, morado em cidades e pertenciam à famílias de classe média. Possuíam instrução técnica ou, ao menos, certa experiência no comércio ou na manufatura. É importante lembrar que vários deles chegaram ao Brasil com alguma forma de capital: capital monetário acumulado nos negócios na Europa, estoques de mercadoria, ou mesmo a intenção de instalar uma filial de uma firma do país de origem. Havia ainda outros que foram contratados para trabalhar em empresas como técnicos ou administradores²⁷.

Portanto, os imigrantes bem sucedidos, importadores e industriais, estavam longe de chegar ao Brasil com as mãos abanando, como geralmente se afirma. Possuidores de algum

²⁷ Era o caso de Francisco Matarazzo. Este chegou ao Brasil, em 1881, com uma determinada quantidade de banha para vender. Porém, o navio que o conduzia à costa afundou. Depois disso, Matarazzo foi para Sorocaba onde foi ajudado por outros italianos que já eram comerciantes. Com essa ajuda abriu uma pequena casa de comércio. Quando principiou a derreter banha para concorrer com a gordura americana, conseguiu o capital também através de empréstimos dos amigos. Cf. Dean, 1971, p.69. Ainda segundo Dean, "em geral os burgueses imigrantes chegaram a São Paulo com recursos que os colocavam muito a frente dos demais e praticamente estabeleceram uma estrutura de classe pré-fabricada." (p. 59)

capital e de conhecimento técnicos, eram mais "burgueses-imigrantes" do que pobres despossuídos. Podiam, assim, por si só ou com a ajuda de algum parente ou amigo, iniciar um negócio próprio. Por essa razão, houve pouquíssimos empresários imigrantes que começaram como operários de fábrica ou mascates. Neste caso Dean nos fornece como nomes proeminentes apenas os de Dante Ramenzoni e Nicolau Scarpa.

Mas por que os imigrantes entravam para a atividade do comércio importador e não para outra qualquer? Um fator explicativo importante reside no mercado que as massas rurais e urbanas nascidas na Europa proporcionavam a esses imigrantes empresários familiarizados com os seus hábitos. Ao contrário dos fazendeiros locais e dos comerciantes brasileiros, os imigrantes empresários conheciam os gostos, o tipo de dieta, a preferência por roupas, etc. das massas trabalhadoras. Começaram importar mercadorias como bacalhau, chapéus de feltro, vinho, etc. E não demoraram a manufaturar esses produtos, e outros, quando a sua importação tornava-se por demais dispendiosa. Mesmo que a massa de trabalhadores imigrantes tenha se adaptado aos padrões brasileiros, isso não significou perda de mercado, pois os padrões europeus de consumo e comportamento foram extremamente difundidos entre a população brasileira, o que permitiu manter o tamanho do mercado.

Outra forma de ajuda das massas trabalhadoras imigrantes, menos significativa mas também importante, aos empreendimentos dos empresários imigrantes foi a

contribuição por parte dos primeiros aos empreendimentos dos segundos através das economias que acumulavam. Geralmente, essas economias eram depositadas em agências bancárias locais que representavam os bancos que operavam nos seus países de origem, com os quais os imigrantes estavam familiarizados, além de poderem fazer, através delas, transferência de dinheiro.

Tais agências eram prerrogativas dos empresários imigrantes que, portanto, controlavam uma grande massa de capital, podendo, com facilidade, financiar os seus empreendimentos. Para se ter uma idéia, o negócio de transferência de dinheiro, em 1903, totalizou sete milhões de dólares. Entre os empresários imigrantes que tinham o controle dessa massa de capital estavam Giovanni Briccola, agente do Banco de Nápoles, Giuseppe Martinelli, Francisco Matarazzo, Giuseppe Carbone, etc.

Lembre-se ainda que, enquanto imigrantes, esses empresários mantinham fortes conexões com fontes de capital nos países de origem. Segundo Dean, parece que a maior parte dos empreendimentos industriais dos imigrantes foi financiada com capital proveniente de fontes ultramarinas. Explica Dean que, como importadores, eles gozavam de crédito para a instalação de equipamentos cedidos pelos seus fornecedores. Além disso, os imigrantes se constituíam nos instrumentos escolhidos dos interesses financeiros e políticos da Europa na rivalidade comercial anterior à guerra, facilitando-lhes o acesso ao crédito.

A expansão da economia agro-exportadora fez com que os investimentos no país se tornassem mais sedutores aos olhos das companhias estrangeiras. Estas vieram para o país e, pouco a pouco, passaram a monopolizar o comércio cafeeiro. Essas firmas também financiavam as operações de companhias comerciais e financeiras de imigrantes, concedendo crédito a estes últimos através de filiais. Os imigrantes eram, para as firmas comerciais européias, os mais dignos de confiança para o progresso de seus negócios no Brasil. Alguns, treinados pelas próprias companhias, passaram a vendedores ou técnicos e outros tinham tido contatos comerciais e sociais anteriores.

Outra forma pela qual as companhias industriais e comerciais colaboraram com a ascensão do empresariado imigrante foi o investimento direto, por intermédio de firmas organizadas na Europa, a fim de operarem no Brasil, como a **Société des Sucreries Brésilienne**, por exemplo. Embora numericamente insignificantes, essas firmas foram úteis aos empresários imigrantes. Contrataram técnicos europeus, fornecendo empregos a futuros empresários, além de eletricidade, máquinas e materiais semi-acabados.

Portanto, foi assim, em condições bem mais vantajosas que aquelas apregoadas pelo mito do *self-made man*, que alguns imigrantes se transformaram em importadores e depois em industriais. A sua origem social, a posse de algum capital, o acesso ao crédito, o treinamento técnico, tudo isso permitiu que homens como Matarazzo, Crespi, Siciliano,

Gamba, Jafet e outros, já entre 1890 e 1900, pudessem ter dado os primeiros passos na indústria²⁶.

Nesse sentido, parece-nos bastante consistente a afirmação que fizemos algumas páginas atrás, isto é, de que os imigrantes são, de fato, a base social por excelência da burguesia industrial brasileira, consciente e organizada.

CONCLUSÃO

O objetivo principal deste capítulo foi tentar mostrar a atividade industrial não como um mero apêndice da economia agro-exportadora, mas, ao contrário, que a indústria estava longe de ser um mero investimento alternativo.

Para tanto, seguindo Sérgio Silva (1976), analisamos a relação entre a indústria e a economia agro-exportadora pautada pela unidade e pelo conflito. A unidade residia nos pré-requisitos econômicos e sociais gerados por essa economia, que possibilitaram a transformação do capital-dinheiro aí disponível em capital industrial. Os conflitos, por sua vez, seriam de dupla natureza. Os limites econômicos, em especial o impedimento da formação de um setor produtor de bens de capital, e, o que mais nos interessava aqui, os limites políticos e ideológicos

²⁶ Não se deve pensar que essas condições tornam supérfluas as explicações acerca da relação entre a economia cafeeira e a indústria. As condições acima citadas possibilitaram aos imigrantes empresários investirem na atividade industrial, o que, sem dúvida, não seria possível sem os pré-requisitos gerados pela economia cafeeira: mão-de-obra, mercado interno, capital-dinheiro, capacidade para importar. Aliás, essa mesma economia foi quem permitiu o surgimento de um forte comércio importador, com forte presença dos imigrantes que depois se dedicaram à indústria.

colocados pelas classes organicamente ligadas a economia agro-exportadora, preocupadas com o avanço do industrialismo.

Depois de resumirmos o avanço econômico da indústria, mostramos como a burguesia industrial, consciente de sua crescente importância econômica, consciente de seus interesses e dos obstáculos colocados por seus inimigos, organizou-se em entidades próprias, elaborou ideologias próprias, tudo a fim de realizar os seus interesses de classe. É claro que nesse processo a burguesia industrial entrou naturalmente em conflito com as classes ligadas à economia agro-exportadora.

Por último, ao afirmarmos que a burguesia industrial se configurava como uma fração autônoma de classe, em função de suas organizações e pregações ideológicas próprias, dispusemo-nos a identificar a base social original dessa mesma burguesia. Vimos ser o burguês-imigrante, depois importador imigrante, aquele que de fato se envolveu com a atividade industrial como a sua atividade econômica principal, pela qual ele se organizou e lutou.

Não esquecemos, contudo, de lembrar que, apesar de sua independência ideológica e organizativa, a burguesia industrial assumiu uma posição politicamente subordinada. Atribuímos isso ao fato de, no período em questão, existir um forte laço de dependência por parte da burguesia industrial em relação à dinâmica da economia cafeeira. Essa dependência de uma fonte externa de capital e outros pré-

requisitos impedia um enfrentamento radical por parte da indústria contra a sociedade agro-exportadora, colocando-a na posição subordinada acima citada e impedindo, por isso mesmo, a formulação de um projeto hegemônico alternativo ao da sociedade agro-exportadora²⁹.

Concluimos, portanto, afirmando a situação ambígua da burguesia industrial na Primeira República; em constante ascensão, tornou-se autônoma o suficiente para se organizar, elaborar a sua própria ideologia e enfrentar a oposição de outras classes da sociedade brasileira; ainda dependente da dinâmica da economia que a gerou, não tinha condições de enfrentar frontalmente os limites colocados por essa mesma economia ao seu pleno desenvolvimento, subordinando-se politicamente, fazendo do PRP também o "seu" partido e sendo incapaz de formular um projeto hegemônico alternativo³⁰.

²⁹ Outro fato que revela a posição de fraqueza da burguesia industrial é que, apesar de ela ter desenvolvido formas próprias de luta, ter formulado interesses próprios, não conseguiu implementar lutas por interesses mais avançados. Ela se limitou a combater pelo protecionismo, não formulando reivindicações em torno de uma política de imigração sistematicamente industrialista - uma vez que tinha sempre que disputar mão-de-obra com a lavoura cafeeira -, não lutando por uma política de crédito industrial, etc. Reivindicações como estas colocariam os interesses industriais em franco conflito com os interesses dominantes da sociedade agro-exportadora.

³⁰ É o que pensamos a partir do historiador Boris Fausto: "Minha constatação do apoio à Velha República por parte dos industriais no episódio de 1930 - novidade há quase 20 anos, hoje evidência empírica - vinha associada a uma visão da burguesia industrial situada a meio caminho entre dois polos. Em síntese considerava a fração de classe suficientemente articulada para pressionar no plano político em defesa de seus interesses específicos, como é o caso típico da proteção tarifária. Ao mesmo tempo, no período anterior a 1930, sobretudo em São Paulo, via-a subordinada à hegemonia da burguesia cafeeira, inclusive no plano político, sob o guarda-chuva do PRP... Voltando aos marcos cronológicos deste texto, penso ser necessário distinguir porém entre capacidade de intervenção política da burguesia industrial por objetivos determinados ao longo das primeiras décadas, de sua capacidade para formular um projeto de hegemonia." Cf. Fausto, 1988, p. 11-12.

CAPÍTULO III

OS CONFLITOS REGIONAIS COMO CONFLITOS NO INTERIOR DO
BLOCO NO PODER

Saímos agora do âmbito da economia agro-exportadora cafeeira para procurar entender a natureza dos conflitos regionais na Primeira República brasileira. Pretendemos saber quais elementos estão em ação nesses conflitos, o que está, de fato, em jogo nas lutas regionais.

Os conflitos regionais no primeiro período republicano são, freqüentemente, entendidos pela bibliografia sobre a época como uma luta entre os interesses diversos das diversas oligarquias regionais. O Brasil seria, assim, uma nação entrecortada por uma miríade de interesses regionais, cuja unidade seria assegurada apenas por obras de engenharia política como a "política dos governadores". A partir dessa compreensão,

as forças sociais se compõem de diversas oligarquias regionais onde a oligarquia paulista exerce uma função hegemônica, a partir da aliança básica com a oligarquia mineira (Fausto, 1985: 196).

Porém, pensamos que o termo "oligarquia regional" traz em si dois problemas que obscurecem a análise dos chamados "conflitos regionais" na Primeira República brasileira: a ocultação de divergências e a ocultação de semelhanças.

Nas análises sobre a economia agro-exportadora, isto é, sobre o estado de São Paulo, o primeiro problema aparece freqüentemente sob o termo "burguesia cafeeira". Tanto este como o termo "oligarquia regional" (ou, no caso, "oligarquia paulista") ocultam as divergências, analisadas nos primeiro

e segundo capítulos, existentes no interior da economia agro-exportadora. Todas as classes e frações dominantes, as relações entre elas, as divergências e conflitos são colocados sob um mesmo termo generalizador que os obscurece. Vimos, nos capítulos acima citados, que não era essa a realidade da sociedade agro-exportadora. Ou seja, a lavoura, a indústria, o grande capital, os comissários não podem ser encarados como diferentes atividades que fazem parte de uma oligarquia monolítica e homogênea. Ao contrário, há profundas divergências entre essas atividades que configuram, na verdade, frações diferenciadas da classe dominante. Tal concepção - a das oligarquias regionais -, em suma, impede-nos de analisar as relações de subordinação que existem entre as diversas frações da classe dominante, seja na economia agro-exportadora ou naquelas voltadas para o mercado interno; remete-nos à região como um todo, obscurecendo a relação entre as partes, ou melhor dizendo, obscurecendo a própria existência das partes.

O segundo problema é o oposto do primeiro. De acordo com a expressão "oligarquia regional", cada região representa um interesse específico, diverso dos interesses de outras regiões. A partir daí, não é possível encontrar nada em comum entre as classes dominantes das diversas regiões do País. Assim, internamente, há completa coesão, mas externamente há completa diferenciação e, por isso, os conflitos regionais. Ao nosso ver, é possível encontrar algo de comum entre as diversas oligarquias regionais. Indício da

veracidade dessa afirmação encontramos no fato de os conflitos regionais não ocorrerem entre todas as regiões, mas, de fato, entre São Paulo e Minas Gerais, por um lado, e os outros estados, geralmente sob a chefia do Rio Grande do Sul, de outro. Além disso, se o Brasil fosse constituído por interesses regionais absolutamente diversos, como seria possível a preponderância dos interesses agro-exportadores sobre os demais interesses dominantes da economia nacional durante os quarenta anos da Primeira República? Esses problemas veremos mais adiante.

Mais elaborada nos parece ser a formulação de Boris Fausto, embora permaneça nela algumas semelhanças com as explicações que se apegam ao termo "oligarquia regional". Para Fausto,

... por força que assume a satelização interna, não se constitui no País frações nacionais de classe e as contradições tomam a forma regional (Fausto, 1970(1986): 91).

No nosso entender, o principal ponto positivo dessa afirmação é o tratamento que o autor confere aos "conflitos regionais", entendendo-os como conflitos entre classes ou frações da classe dominante. Ai eles não são apresentados em termos abstratos ou pouco explicativos como conflitos entre regiões, mas sim como conflitos entre classes, que por não terem uma existência nacional, conferem àqueles uma dimensão regional. Neste capítulo nos guiaremos amplamente por essa compreensão classista dos conflitos regionais na Primeira República.

Porém, algumas observações feitas anteriormente permanecem. Ao nosso ver, pensar em termos de "estrutura regional de classe" (Fausto, 1972: 5) continua impedindo a visualização de divergências existentes no interior de cada "região". A idéia parece identificar uma classe com cada região. Em cada uma delas existiria uma classe, unida e coesa, com interesses diversos dos interesses das classes de outras regiões (Vilardo, 1986: IV)¹. Portanto, tal idéia, embora coloque o problema em termos de interesses de classes, permanece ocultando as divergências e semelhanças anteriormente citadas.

Parece-nos, porém, que o principal problema reside no fato de Boris Fausto, apesar de interpretar os conflitos regionais como conflitos de classe, não nos revelar qual a natureza desses conflitos, qual a causa desses conflitos. Será com a ajuda do historiador Nelson Werneck Sodré (1967) que tentaremos abordar essa questão neste capítulo.

Portanto, o nosso objetivo é abandonar o termo "oligarquia regional", que nos predispõe à considerações globalizantes, para analisar os chamados "conflitos

¹ É pensando em termos de estrutura regional de classes que Liana da Silva (1976, p.103) afirma: "A burguesia cafeeira não se constituiu em classe de âmbito nacional... Desta forma é regional a expressão política das frações das classes dominantes; mais ainda, as distintas frações originalmente ligadas a um 'complexo-exportador' apresentam-se também a nível regional como um só bloco de interesses políticos." Acreditamos ter mostrado que essa unidade não se deu na economia agro-exportadora. Poder-se-ia objetar dizendo que as classes de uma região apresentam-se como um só bloco político ao confrontarem-se com os interesses de outras regiões ou com o governo federal, mas isso seria apenas se render às aparências criadas pela política dos governadores segundo a qual o governo federal só tinha um interlocutor político em cada estado. A tentativa de criar um Partido da Lavoura nos permite conjecturar que, caso essa unidade política artificialmente criada pela política dos governadores não existisse, a cena política da economia agro-exportadora seria bem mais heterogênea.

regionais" na Primeira República. No seu lugar pretendemos adotar a interpretação desses conflitos de um ponto de vista classista, isto é, de um ponto de vista dos conflitos internos às classes dominantes no período em questão. Pretendemos mostrar qual é a causa fundamental que dá origem a tais conflitos e porque eles tomam a forma de conflitos entre regiões.

1- OS CONFLITOS REGIONAIS COMO CONFLITOS ENTRE AS CLASSES EXPORTADORAS E AS CLASSES VOLTADAS PARA O MERCADO INTERNO

Já vimos no primeiro capítulo, mais exatamente no item 4.1, que o regionalismo, ou melhor, a regionalização da economia agro-exportadora era um fator fundamental para se entender o advento do Estado federativo no Brasil. Nesse sentido, o federalismo não era a causa mas a consequência do regionalismo brasileiro. O nosso objetivo no presente item é compreender os conflitos regionais, como já dissemos, enquanto conflitos sociais, enquanto conflitos no interior da classe dominante. Para tanto, é preciso, previamente, explicarmos as origens desse regionalismo.

Precisamos, então, mostrar como se deu a regionalização, a concentração geográfica da economia agro-exportadora. Mais do que isso, precisamos provar que essa

economia, ou melhor, esse complexo exportador² concentrou-se no estado de São Paulo, gerando uma série de confrontos que assumiam, em função dessa concentração geográfica, a forma de uma luta regional. E, além disso, precisamos mostrar que os outros estados economicamente significativos para a economia nacional tinham suas economias voltadas para o mercado interno³.

A atividade gomífera era, depois do café, a nossa principal atividade exportadora. Em 1897, exportávamos 21 toneladas de borracha e, entre 1905 e 1910, atingimos o auge nesse setor.

O mais importante, porém, é frisar que a economia da borracha no norte do Brasil jamais logrou atingir, mesmo no seu período áureo, o *status* de complexo econômico. Foi uma

² Usamos o termo "complexo exportador" no sentido que W. Cano (1977 (1983), p. 17) atribui ao termo "complexo econômico", isto é, como um conjunto de atividades econômicas interrelacionadas. Nele, uma atividade principal dá origem a uma série de outras atividades e mantém com elas uma determinada relação. Porém, não nos sentimos forçados aqui a adotar a idéia de plena integração, sem conflitos, que Cano atribui ao complexo econômico, no caso o cafeeiro. A nós interessa, sobretudo, o fato de uma atividade econômica, pela sua dinâmica e por outras condições, permitir o aparecimento de outras atividades que a ela se relacionam.

³ "Esta inabilidade da oligarquia exportadora de simplesmente impor seu programa político explica-se em parte pelo fato de que o Brasil não era uma 'república de bananas', ou seja, não era apenas uma lavoura de café. Havia a dependência flutuante de mercados estrangeiros, refletida em conflitos sobre programas econômicos nacionais ao longo da Primeira República. Muitos estados da Federação nem participavam da economia exportadora. No escasseamento povoados Norte os produtores cuidavam da exportação de borracha, enquanto no Nordeste nenhum produto, com exceção do cacau na Bahia, alcançava posição de destaque em mercados estrangeiros. Mais de 2/3 do açúcar e do algodão eram vendidos no mercado interno. O Centro-Sul era o principal exportador. Mas a agricultura nos antigos domínios de café, os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, estava se diversificando para atender ao amplo mercado do Distrito Federal... O Sul importava do exterior o dobro do que exportava. Sua carne, banha, vinho, arroz e madeira eram vendidos principalmente em outros Estados brasileiros... De fato, as exportações nacionais declinaram na sua importância em comparação com os níveis da primeira República. Sua participação na produção nacional baixou de 33% em 1890 para 15% em 1928; também sua participação como fonte de receitas do governo diminuiu" (Topik, 1987, p. 17-18).

atividade puramente extrativista que não injetou nenhum dinamismo permanente no norte do País.

As relações de produção que se desenvolveram na economia gomífera da Amazônia tiveram, sem dúvida, peso importantíssimo na inércia desse setor. O aviamento - como se chamava o tipo de relação ali prevalecente - consistia numa cadeia de agentes, na qual o primeiro elo, e o mais poderoso, era representado pelas casas exportadoras que concediam crédito (dinheiro, mas também bens de produção, meios de subsistência, etc.) a intermediários menores. Estes últimos, por sua vez, repassavam o crédito aos últimos elos da cadeia que eram os produtores diretos. Estes eram os aviados.

O fluxo de crédito acima descrito tinha uma pequena componente monetária. Nele predominava a fração em espécie que era contabilizada a preços estabelecidos pelo primeiro elo da cadeia. Na volta, do produtor direto para a casa aviadora, havia um outro fluxo em espécie (a borracha) que tinha o seu preço também definido pelas casas comerciais. A diferença contábil entre esses dois fluxos era o saldo do produtor direto, na maioria das vezes devedor. Quando não era devedor a quantidade recebida era insignificante. Assim, a renda do produtor direto era fixada pelo comprador ao nível da subsistência física.

Para se explicar as origens da baixa diferenciação da economia gomífera é preciso lembrar, em primeiro lugar, a existência de uma enorme rede fluvial que dispensou maiores

aplicações em sistemas de transportes. As inversões nessa área restringiram-se à construção de portos e oficinas de reparos de embarcação.

Além disso, o modo de organização da atividade extrativista, fundada no pequeno produtor independente internado e disperso na floresta virgem, bloqueou o nascimento de uma agricultura mercantil de alimentos. Havia, sem dúvida, uma demanda de alimentos que, no entanto, era atendida pela importação. Não existia, porém, como no complexo exportador cafeeiro, disponibilidade de terras abertas pela atividade exportadora nas quais pudessem ocorrer a plantação de alimentos. Não havia também força de trabalho que excedesse o requerido pela extração da borracha.

Uma das causas para o não aparecimento de uma atividade industrial era a existência de um mercado de dimensões reduzidas, devido à baixíssima remuneração do produtor direto e à extremamente limitada urbanização. A atividade industrial se restringia, assim, à indústria da madeira, 25% do total da Amazônia; bebidas, alimentação e fumo representavam outros 25%. O censo de 1907 não constatou a existência de indústrias têxteis. As maiores indústrias da região concentravam apenas 1/4 do capital industrial, prevalecendo, pois, a pequena e média empresa. Em 1907, a região tinha produção industrial de 4,3% do total nacional. Com a queda da borracha no mercado internacional a indústria passou a representar, em 1919, apenas 1,3% desse total.

Leve-se ainda em consideração o elevado número de intermediários em que estava assentada a economia gomífera. É lícito supor, com base nesse fato, que havia uma relativa atomização do excedente econômico, dificultando a transformação do capital comercial em capital produtivo. Além disso, a forte presença do capital estrangeiro nessa economia, no seu comércio importador e exportador, impedia, via remessa de lucros para o exterior, a sua capitalização. Por essas razões, a economia da borracha deixou apenas construções faraônicas e bens de luxo importados como herança (Cano, 1977(1983): 88-92).

A demanda por borracha brasileira vinha subindo constantemente nos países industrializados, em função de sua utilização na fabricação de pneus para automóveis. Porém, a oferta só podia crescer pela descoberta constante de novos seringais nativos em áreas cada vez menos acessíveis, o que elevava sobremaneira os custos de produção e, sobretudo, de transporte. Como resultado, o preço cresceu de 181 libras-ouro para 389 libras-ouro, entre 1871 e 1910. Ora, isto estimulou a procura de formas alternativas de fornecer esse material à indústria, sendo a mais óbvia o plantio racional das seringueiras. A partir de 1910, a borracha nacional não conseguiu suportar a concorrência da produção racional inglesa e holandesa nas suas colônias asiáticas, e passou a declinar constantemente até ter uma importância quase nula nas exportações nacionais. Em 1925, 93% da produção mundial provinham das plantações inglesas e holandesas. A produção

nacional de borracha não podia nem ser salva pelo mercado interno, como o algodão e o açúcar, pois a indústria nacional não estava capacitada tecnologicamente para a utilização dessa matéria-prima.

Assim, a economia gomífera não teve um efeito multiplicador sobre a economia nacional, não gerou um complexo exportador como o cafeeiro, adquirindo, portanto, uma dimensão necessariamente bem menor que o café na cena econômica e política do Brasil na Primeira República.

Com o cacau o processo parece não ter sido diferente, embora menos trágico, visto que nunca alcançou o *status* econômico da borracha, como notou Caio Prado. A atividade cacauzeira nunca adquiriu grande significação nacional. Embora fosse, sem dúvida, importante para o estado da Bahia, o cacau representava apenas 2,5% da pauta nacional de exportação. Esse produto representou para a Bahia a base de seu desenvolvimento local, mas a pouca importância que adquirira a nível nacional e, diferentemente do café, a forte concorrência que sofrera de outros países, sobretudo africanos, impediram a sua expansão.

O descaso com que a atividade cacauzeira foi tratada pelo governo federal, quase que totalmente absorvido pelos cuidados com o café, explica porque, não raro, as classes dominantes da economia agro-exportadora cacauzeira se indispuseram com as classes dominantes da economia agro-exportadora cafeeira. É o caso, por exemplo, quando do apoio daquelas à "Reação Republicana" contra o candidato Artur

Bernardes, acusado de estar vinculado aos interesses estritos do café. O governo optara, durante o período, a dar atenção a uma atividade mais dinâmica, sem concorrentes e que era o pilar da economia nacional, em vez de perder tempo com uma produção pouco significativa e que estava constantemente perdendo terreno para os concorrentes estrangeiros. Para se ter uma idéia, em 1900, a Bahia produzia 13 131 toneladas e a Costa do Ouro 5 620 toneladas em 1905. Em 1935, a Bahia produziu 100 mil toneladas e a Costa do Ouro já produzia 260 mil toneladas. Como afirma Caio Prado Junior:

A oportunidade que num momento pareceu apresentar-se ao cacau brasileiro de se tornar uma grande riqueza semelhante a do café ou da borracha, não se concretizou. E, se não sofreu um desastre igual ao sofrido por esta última, também não ultrapassará uma obscura mediocridade. E a região a qual tanto prometia, a Bahia, acompanha-lo-á na sua sorte (Prado, 1945 (1987): 243).

Quando afirmamos que o complexo agro-exportador concentrou-se em São Paulo, surge, inevitavelmente, uma questão: e Minas Gerais? Este estado não era também um membro do complexo agro-exportador cafeeiro? Afinal, Minas era o segundo maior produtor de café do Brasil.

Uma análise apressada poderia responder que sim, que pelo fato de Minas produzir e exportar café constituía-se num complexo econômico como São Paulo. A partir daí ficaria fácil explicar a aliança entre os dois estados, a conhecida "política do café com leite", com base em interesses cafeeiros comuns. Todavia, não nos parece ser essa a

explicação correta acerca de Minas Gerais e de sua aliança com São Paulo⁴.

Em São Paulo, como vimos, a produção cafeeira estava, desde meados do século XIX, em permanente movimento de ascensão. São Paulo ultrapassou Minas Gerais em 1881 e o Rio de Janeiro em 1889 em volume de produção. Entre 1880 e 1940, seis das dez zonas em que se dividia o estado, as seis economicamente mais ativas, estavam ligadas à produção de café. A atividade cafeeira deu, nesse estado, origem à estradas de ferro, casas comerciais, portos, indústrias, sistema bancário, urbanização, etc., ou seja, gerou aquilo que Wilson Cano denominou como "complexo econômico". Era uma cafeicultura de maior qualidade e de maior produtividade que a dos outros estados cafeeiros.

O Vale do Paraíba, como se sabe, vinha seguindo em franca decadência a partir do término do tráfico negreiro, quando sua expansão passou a exigir, cada vez mais, custos crescentes. A atividade predatória escravista levou à procura de novas terras no interior do estado do Rio de Janeiro, o que fez o preço destas e do transporte aumentar bastante. A elevação do preço dos escravos, o esgotamento das terras, a ausência de transporte eficaz, a construção do porto de Santos, que impediu que o capital mercantil do Rio tributasse o café de outros estados, tudo isso levou a

⁴ As explicações que se seguem, acerca da importância do café em Minas e de sua aliança com São Paulo, têm como referência o excelente livro de Amílcar Vianna Martins Filho (1981), cujo objetivo é, justamente, desmistificar a identificação absoluta entre Minas e o café e a explicação da aliança do "café com leite" como sendo baseada em interesses cafeeiros comuns.

cafeicultura do Vale do Paraíba à bancarrota.

Em Minas Gerais, embora não houvesse, no período em questão, um declínio absoluto da produção, visto que o setor cafeeiro não deixou de apresentar uma taxa positiva de crescimento, é possível falar de uma crise profunda, e mesmo de decadência do setor cafeeiro. O café permaneceu como o principal produto de exportação do estado de Minas, mas pode-se afirmar, com uma boa dose de certeza, que a posição relativa da cafeicultura no setor primário da economia mineira era significativamente inferior à posição relativa desta no setor primário da economia paulista. Em suma, não havia, entre São Paulo e Minas, apenas uma indiscutível diferença de grandeza absoluta, mas também em termos relativos a produção de café era mais importante para São Paulo do que para Minas Gerais.

A cafeicultura de Minas não conseguiu superar as suas dificuldades, resumidas em falta de terras propícias ao plantio, falta de capital e falta de mão-de-obra. Essas dificuldades aumentaram face a severa crise de 1896, fazendo com que a cafeicultura mineira entrasse em declínio real, distanciando-se definitivamente da cafeicultura paulista, apesar de alguns momentos de recuperação e crescimento. Mesmo com esses momentos, o valor das exportações mineiras de café caiu de 76% do valor total das exportações desse estado em 1897, para 52% em 1904. É válido citar que a Secretaria de Agricultura do estado de Minas Gerais foi fechada em 1901.

Em função da decadência, antigas e tradicionais regiões de cultivo cafeeiro, como Mar de Espanha, na Zona da Mata, foram sendo abandonadas pelos cafeicultores e, aos poucos, transformando-se em pastagens. Também em função da crise, o quadro populacional das duas únicas zonas cafeeiras de Minas, a da Mata e o Sul, modificou-se pouco a pouco. De líderes absolutas até 1900, as duas regiões foram alcançadas pelo Oeste e superadas pelo Triângulo e pelo Leste entre 1900 e 1920, para finalmente ocuparem o último lugar entre 1920 e 1940. Em razão do desgaste dos solos da Zona da Mata, os cafeicultores mineiros ou foram para São Paulo ou abriam fazendas de criação no Vale do Paraíba.

Além do relevo desfavorável, do cansaço das terras e da dificuldade de sua substituição, da impossibilidade da parceria disputar com as relações de trabalho estabelecidas em São Paulo, outro fator explicativo da decadência da cafeicultura mineira encontra-se na dificuldade de integração da economia mineira que, ao contrário da paulista, essencialmente voltada para o café, era fracionada em um "mosaico" de diferentes regiões⁵, cujos interesses distintos e conflitantes disputavam os escassos recursos do governo estadual. Desse modo, a posição do café de líder das exportações mineiras se explica mais pelo grande desenvolvimento que essa cultura experimentou na segunda

⁵ Em São Paulo havia uma diferenciação bem menor. Das dez zonas em que o estado se dividia, seis, as mais ativas, eram ocupadas pelo café. A hegemonia deste produto na economia paulista era incontestável. Ao contrário, Minas, cujo território é duas vezes maior, só contava com duas regiões predominantemente cafeeiras, a Zona da Mata e o Sul, num total de sete. Por isso, em Minas as clivagens no interior do estado eram mais acentuadas do que em São Paulo. Cf. Love, 1982, p.307.

metade do século XIX, do que pela sua *performance* no princípio do século XX, configurando-se um quadro de "domínio de importância residual" (Martins Filho, 1981: 74-78).

Outra grande dificuldade vivida pelos fazendeiros mineiros residia na apropriação dos excedentes gerados pela economia cafeeira por agentes exteriores a ela. Isso ocorria porque o capital cafeeiro de Minas dificilmente participava de qualquer etapa comercial ou financeira ligada ao negócio cafeeiro, que, por sinal, se dava fora do estado. Desse modo, os fazendeiros viam-se privados da apropriação de grande parte do excedente gerado pela sua produção, comprometendo a dinâmica da cafeicultura mineira. O estado de Minas, enquanto estado Interior, era extremamente dependente do porto de Vitória e, sobretudo, do porto do Rio. Dessa maneira, todo negócio cafeeiro era realizado fora das suas fronteiras, além de ser controlado pelo capital mercantil do Distrito Federal, o que, como vimos, implicava na não retenção local do excedente ali produzido. Essa descapitalização dificultou bastante a diversificação dos investimentos em Minas. A sua indústria, devido às grande distância do Rio e de São Paulo, pôde aparecer sem enfrentar concorrentes, mas devido à sua dispersão urbana fundou-se apenas na pequena e média empresa (Cano, 1985: 295-298).

Portanto, fica claro que a economia cafeeira mineira não tinha, nem de longe, o dinamismo da economia paulista. Não atingiu, pelas razões expostas acima, o grau de

diversificação do complexo econômico cafeeiro de São Paulo. Além disso, a não diversificação da economia mineira impediu a formação de uma fração de classe como o grande capital cafeeiro paulista, ligado à produção, exportação e transporte de café.

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, mais especificamente no item 4.3, os representantes políticos no estado de São Paulo praticamente coincidiam com a fração dominante ao nível econômico, isto é, o grande capital cafeeiro, mostrando a força política daqueles que eram vinculados à atividade agro-exportadora cafeeira.

Em Minas Gerais, ao contrário, um *indício* da fraqueza da economia cafeeira se revela também na desvinculação, na não identificação entre os indivíduos ocupados com a representação política e os fazendeiros de café. Afonso Pena, Silviano Brandão, Bías Fortes, João Pinheiro, Francisco Sales, Wenceslau Bráz, Artur Bernardes, Melo Viana e Antonio Carlos eram expoentes da política mineira que não tinham, nenhum deles, vínculo direto com o café, apesar de alguns terem nascidos nas zonas cafeeiras da Mata e do Sul.

Isso parece ter se dado por duas razões: em primeiro lugar, essas duas regiões não se limitavam à produção cafeeira. A Zona da Mata, por exemplo, era grande produtora de laticínios e de alimentos em geral. Em segundo lugar, os políticos mineiros eram, em grande parte, funcionários públicos e profissionais liberais que não se vinculavam diretamente a nenhum setor produtivo. Os quatro

fazendeiros encontrados por Wirth no meio político mineiro eram homens do Norte e do Oeste de Minas, regiões sem nenhuma ligação com o café (apud Martins Filho, 1981: 91-92).

Com dados apresentados pelo autor acima citado (p. 93), pode-se perceber um número bem maior de políticos ligados à economia agro-exportadora cafeeira em São Paulo do que em Minas Gerais: 37,7% contra 16,7% de fazendeiros, 16,6% contra 5,6% de comerciantes, 3,8% contra 0% de comissários, 9,5% contra 5,6% de membros ligados às estradas de ferro, 6,7% contra 0,5% de membros ligados à exportação, 40,3% contra 17,1% de indivíduos ligados ao complexo agro-exportador. O autor constata também, analisando um período de 9 legislaturas estaduais, que em Minas Gerais os deputados ligados à atividades burocráticas, à profissão jurídica, ao professorado, às profissões liberais e outros serviços públicos, sem nenhum vínculo com o setor produtivo, somavam nada menos que 82,8% do total de deputados (Martins Filho, 1981: 95).

Todas essas evidências indicam⁶ ser precária não só a

⁶ Vale aqui um esclarecimento: não pensamos que a origem de classe dos indivíduos ligados à representação política defina diretamente os interesses a serem representados no interior do aparelho de Estado. Poulantzas nos mostra (1968 (1986), p. 240-249), através da diferenciação entre classe reinante e fração hegemônica, que a origem de classe da burocracia e dos políticos não nos esclarece imediatamente acerca dos interesses por eles representados. Por essa razão, os dados acima apresentados não devem ser tomados como provas definitivas, mas apenas como indícios. Ou seja, a desvinculação entre representantes políticos e o setor cafeeiro em Minas pode indicar a fraqueza política deste último, indicação que pode ser reforçada se coadjuvada com as informações acerca da decadência econômica da cafeicultura mineira. Porém, repetimos, tais indicações não são definitivas, pois achamos que a ausência de cafeicultores na cena política mineira não revela por si só se eles estão ou não representados de forma privilegiada na política desse estado.

condição econômica da cafeicultura mineira como também a sua força e representatividade política. Nos levam a supor que a economia cafeeira carecia de importância em Minas, pois era uma atividade economicamente decadente e com pouco significado político. Como diz Martins Filho:

Na verdade, a economia cafeeira em Minas, atravessando uma crise aguda durante o período e quase inteiramente desvinculada da oligarquia política dominante, não representava um problema central para essa oligarquia, em torno do qual pudessem celebrar ou desfazer acordos de qualquer natureza. Mesmo existindo um conflito de interesses entre cafeicultores de Minas e de São Paulo, esse conflito não encontrava expressão política no seio da oligarquia mineira (Martins Filho, 1981: 99).

Parece-nos claro que a economia agro-exportadora enquanto um complexo-econômico, com vigor e dinamismo econômico e político, concentrou-se no estado de São Paulo. No entanto, uma outra questão aparece como inevitável: qual é a base comum entre São Paulo e Minas que permitiu existir entre os dois uma sólida aliança durante o primeiro período republicano? Afinal, é inegável que houve essa aliança, assim como é inegável a sua eficácia na direção política do País.

Pelo que expusemos acima já podemos prever que tal aliança não se podia pautar apenas em interesses cafeeiros comuns aos dois estados. É claro que a predominância da economia exportadora de café em Minas e em São Paulo, embora de naturezas diferentes, permitiu que não houvesse uma incompatibilização absoluta dos interesses econômicos entre as classes dominantes dos dois estados, permitindo,

portanto, que a aliança entre eles se viabilizasse. Porém, esta não podia basear-se inteiramente nesses motivos econômicos, pois entre os interesses cafeeiros das classes dominantes de Minas e de São Paulo interpunham-se sérios conflitos, justamente em função dos padrões diferenciados de acumulação. Esses conflitos podem ser encontrados em vários casos.

O Convênio de Taubaté⁷, por exemplo, através de medidas como a imposição de uma taxa proibitiva às novas plantações e a redução das exportações de tipos inferiores de café, prejudicou claramente os interesses mineiros, na medida em que os cafés inferiores ao tipo 7 eram produzidos principalmente em Minas e no Rio, assim como era também nesses Estado que se concentravam as plantações mais antigas e menos produtivas. A instituição da Caixa de Conversão, com vistas a estabilizar o câmbio, baseada na criação de uma taxa-ouro sobre o café exportado, também não agradou a cafeicultura mineira, composta, na sua grande maioria, por pequenos lavradores sem os recursos dos grandes cafeicultores paulistas.

Outro fator de desencontro entre os cafeicultores de Minas e os de São Paulo era o problema do desequilíbrio estrutural entre a oferta e a demanda na economia cafeeira. A persistência e o agravamento das crises de superprodução restringia cada vez mais a capacidade de absorção da

⁷ Como já dissemos, o Convênio de Taubaté não foi, nas suas medidas centrais, o plano realmente aplicado durante o primeiro esquema valorizador. Porém, algumas medidas do plano original foram mantidas.

produção pelos mercados consumidores. Mais de uma vez, a produção e o estoque brasileiros chegaram a representar 3,5 vezes o consumo mundial. Essas crises comprometiam as possíveis alianças entre Minas e São Paulo, na medida em que elas agravavam a seleção do mercado que se permitia rejeitar os cafés de qualidade inferior, com prejuízo maior para o estado de Minas Gerais.

O conflito entre as classes dominantes das duas economias cafeeiras se revela também na disputa pela mão-de-obra. A causa responsável pela carência de mão-de-obra na agricultura mineira era, segundo a opinião unânime dos observadores, o êxodo em massa dos trabalhadores rurais mineiros para as fazendas paulistas. Em uma pesquisa realizada em 1893, sobre os principais problemas da agricultura mineira, pelo então secretário Davi Campista, a falta de mão-de-obra era apontada como o maior de todos os problemas da cafeicultura daquele estado, ao mesmo tempo em que a evasão de trabalhadores para São Paulo e Rio era indicada como sua causa principal. Na presidência do mineiro Artur Bernardes, o Secretário da Fazenda de Minas Gerais, Mário Brant, em episódio que quase provocou o rompimento político com São Paulo, pregou claramente contra a política de sustentação do preço do café por considerá-la responsável pelo êxodo de trabalhadores mineiros para São Paulo. Somava-se a esse fato o aliciamento agressivo de trabalhadores pelos cafeicultores paulistas (Martins Filho, 1981: 62-72).

Ressalte-se que os planos valorizadores, na medida em

que sustentavam o preço do café, e portanto, os altos lucros, incentivavam o avanço da acumulação cafeeira e, assim, agravavam ainda mais a disputa pela apropriação de fatores produtivos, como a mão-de-obra, por exemplo.

Outro ponto de conflito residia nas tentativas de São Paulo cobrar imposto de exportação sobre o café mineiro exportado pelo porto de Santos. Essa medida foi considerada inconstitucional em 18 de janeiro de 1912 e em 12 de novembro de 1919, mas vinha sendo aplicada regularmente desde 1909.

Afinal, qual era então a razão da aliança entre Minas e São Paulo? A chamada "política do café com leite" tinha um caráter fundamentalmente político e visava, ao mesmo tempo, conferir a esses dois estados o controle do governo federal e garantir a estabilidade do regime político, ameaçada pela não institucionalização do processo de sucessão presidencial.

Sendo os estados mais poderosos militar, econômica e eleitoralmente, ao se unirem monopolizaram o controle sobre o governo federal, expulsando da disputa os interesses menos compatíveis representados pelos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e, sobretudo, Rio Grande do Sul. A estabilidade era assegurada, justamente, em função da impossibilidade de uma ameaça real por parte desses interesses diversos.

Às classes dominantes da economia agro-exportadora de São Paulo interessava a aliança com Minas, pois dessa

maneira elas negociariam os seus interesses econômicos para que fossem apoiados e atendidos pelo governo federal. A bancada de Minas e os mineiros no governo federal comprometiam-se em não criar obstáculos à realização dos objetivos paulistas. Lembre-se que os mineiros, junto com os paulistas, dominavam a Comissão de Finanças da Câmara e sempre apoiaram os interesses de São Paulo, em especial a realização dos esquemas valorizadores. Quando este estado precisa da ajuda indispensável do governo federal, Minas atendia-o.

Minas, por sua vez, beneficiava-se com o comprometimento por parte de São Paulo em jamais criar obstáculos às suas relações clientelistas com o governo federal. Como vimos, a economia mineira estava em franca decadência durante o período em questão e, por isso, a sua sobrevivência econômica dependia muito mais dos recursos federais do que daqueles gerados no interior de suas fronteiras. Não era, portanto, com base na sua força econômica que Minas se fazia presente no governo federal. Através de sua bancada no Congresso federal - a de maior número - e, por isso mesmo, do seu apoio indispensável a qualquer governo, Minas conseguia superar as suas dificuldades econômicas pelo acesso clientelístico aos

favores públicos⁸. Assim era através de sua força política que a sua bancada lhe conferia, unidíssima sob a batuta do Partido Republicano Mineiro (PRM), que Minas tinha acesso a parte do excedente produzido pela economia nacional. A São Paulo cumpria não impor obstáculos a essa relação.

Estendemo-nos um tanto exaustivamente sobre a economia cafeeira em Minas e o significado da aliança deste com São Paulo para deixar bem claro a real dimensão da atividade cafeeira em Minas, bem diferente daquela adquirida em São Paulo. Acreditamos terem sido convincentes os argumentos apresentados em defesa da tese de que a economia agro-exportadora, enquanto complexo-econômico, dinâmico e diversificado, concentrou-se no estado de São Paulo. A insignificância do cacau, o caráter puramente expoliador da borracha e a decadência mineira, fez com que São Paulo despontasse como o único pólo agro-exportador, com atividades agrárias, comerciais, financeiras e industriais

⁸ Para se ter uma idéia de como Minas se beneficiava dessa relação clientelista com o governo federal, graças a sua força política, atente-se para os seguintes dados: dos 18 873 102 quilômetros de estradas de ferro de propriedade do governo federal, 5 432 358 quilômetros (28%) estavam em Minas. Apenas 4% em São Paulo. Em Minas, 70% das estradas de ferro eram federais, contra apenas 12% em São Paulo. O governo de Minas era proprietário de apenas 2% das estradas de ferro em seu território. Das 2 983 instituições de ensino e caridade feitas pelo governo federal, entre 1922 e 1929, 573, isto é, 32,5%, encontravam-se em Minas. Era também esse estado que possuía o maior número de agências de correios, num total de 1 055. Outro exemplo reside no fato de para cada funcionário estadual em Minas encontramos nada menos do que cinco (4,94) empregados do governo do estado em São Paulo. No funcionalismo federal encontramos em Minas 3,4 funcionários para cada funcionário estadual. Em São Paulo essa relação é de apenas 0,46. Ou seja, em termos relativos, o funcionalismo público federal era 7,39 vezes maior em Minas do que em São Paulo. Cf. Martins Filho, 1981, p. 108-110.

Lembre-se também o fato de Minas, ao contrário de São Paulo, não apoiar o nome de Davi Campista, continuador declarado das condutas econômicas de Afonso Pena, para a sucessão deste último. Minas alegou que o candidato não tinha vínculos políticos sólidos no estado, o que colocava em perigo a sua relação clientelista com o governo federal. Minas estava bem mais preocupada com o clientelismo e a sinecura do que com a defesa do café. Isto levou a candidatura de Campista ao fracasso. Cf. Martins Filho, 1981, p.39.

altamente relacionadas e dinâmicas. Foi, portanto, também em São Paulo que se formaram as classes sociais mais solidamente ligadas aos interesses exportadores, com maior força e influência política e com maior "disposição" para defender os seus interesses.

Para terminar o presente item, resta comprovar que os demais estados economicamente ativos da União, como Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul e mesmo parte de Minas Gerais tinham a sua atividade produtiva voltada para o mercado interno, o que nos será fundamental para entendermos os conflitos regionais a partir de interesses de classe.

Pernambuco, outrora grande centro exportador, há muito vinha presenciando a decadência de sua principal atividade econômica, o açúcar. O estado já não podia tirar dos impostos sobre as exportações a maior parte de sua receita. Entre 1919 e 1938 o imposto sobre exportações produziu, em média, apenas 30% das receitas do estado.

A principal causa do fracasso dos brasileiros no comércio do açúcar está, fundamentalmente, nas mudanças sofridas pelo capitalismo que entrou, a partir de 1870, em sua fase monopolista, com o que se alteraram as regras do jogo do comércio mundial.

O atraso tecnológico da nossa indústria açucareira levou-nos à expulsão do mercado externo. Na época da escravidão, esta impunha limites bastante estreitos ao aumento da produtividade, em especial quando se tratava de produção industrializada, como era o caso do açúcar. Avanços

tecnológicos na indústria açucareira durante a segunda metade do século XIX levaram à queda do custo do produto e, apesar da grande expansão do consumo, também do seu preço. Com esses avanços tecnológicos, a produção de açúcar passou a requerer volumes crescentes de capital, o que veio favorecer o açúcar de beterraba produzido em países industrializados, acelerando a decadência da nossa economia açucareira. Dentro dessas mudanças, a agro-indústria nacional manteve-se tecnicamente atrasada, sofrendo a competição pela terra e pelo escravo com o algodão e o café, além, é claro, de não poder competir com o açúcar estrangeiro no mercado externo. Mesmo assim, isto é, sob tais pressões, a indústria canavieira do Brasil não avançou. Em 1920, apenas 34,5% do açúcar foi produzido em usinas, ao passo que 65,5% provinham dos estabelecimentos rurais conhecidos como bangüês, funcionando ainda com as técnicas coloniais.

Além do nosso atraso tecnológico e da concorrência do açúcar estrangeiro, é preciso levar em conta o protecionismo dos países imperialistas sobre o açúcar de suas companhias. O açúcar das ex-colônias espanholas, produzido, transportado e comercializado por companhias de capital americano, gozava de preferência tributária nos Estados Unidos. Na Europa, os países produtores de açúcar de beterraba, como a Alemanha, a França e a Bélgica, protegiam seus mercados internos com elevadas tarifas e, ao mesmo tempo, subsidiavam a exportação do seu açúcar (Singer, 1985: 356-357).

Dentro dessas condições externas e internas, era inevitável a perda constante e ascendente da hegemonia no mercado externo por parte do açúcar de Pernambuco. Mais ainda, era inevitável que a expulsão do açúcar brasileiro do mercado mundial implicasse na sua necessária reorientação, com vistas a sobreviver, para o mercado interno. Para se ter uma idéia, se entre 1821 e 1830, o açúcar representava 30% da nossa pauta de exportação, entre 1891 e 1900 passou a representar apenas 6% e entre 1924 e 1928 atingiu a insignificante marca de 0,4% (Singer, 1985: 355). Não havia outra saída para o açúcar senão o mercado nacional. Como diz Caio Prado Júnior, assistimos, a partir daí,

... ao tremendo esforço de adaptação de uma atividade produtora, organizada em função da exportação, ao mercado interno cuja capacidade de absorção ela ultrapassa largamente. Tendo perdido seus mercados externos, a produção do açúcar fica restrita unicamente ao mercado interno (Prado Júnior, 1945 (1987): 243).

O açúcar ia, portanto, deixando de ser fonte de libra esterlina, o que muito contribuiu para o acentuado descaso do governo brasileiro - preocupado com a dívida externa, com o desequilíbrio da balança de pagamentos, em suma, preocupado em ter divisas (ouro) para saldar tais compromissos. Daí as freqüentes críticas de Pernambuco, durante a Primeira República, ao descaso com que eram tratadas as produções voltadas para o mercado interno.

O algodão, por sua vez, teve apenas períodos esporádicos de auge exportador durante a Guerra da Secessão americana, quando o Norte do país bloqueou o Sul,

impedidindo, assim, as exportações do algodão americano para a Europa. Com isso, a indústria têxtil européia vivenciou uma terrível crise, em especial a Inglaterra, onde a "fome de algodão" ocasionou o fechamento das fábricas e enorme desemprego.

A oportunidade foi devidamente aproveitada pelo Brasil, que via a renda anual de suas exportações de algodão subir da média de 630 mil libras em 1851/1860 para 2 740 000 na década seguinte. Entre 1861 e 1870, o algodão foi o segundo produto de nossa pauta de exportação, alcançando 18,3%.

No entanto, esse ciclo de expansão do algodão brasileiro foi curto. O valor anual médio de nossas exportações caiu de 1 900 000 libras na década de 1871/1880 para apenas 930 000 libras na década seguinte. Durante todo o período republicano nossas exportações mantiveram-se em nível insignificante.

É preciso explicar, no entanto, que esse fracasso não se deveu exclusivamente à volta do algodão americano ao mercado mundial. Há outros fatores significativos. As potências européias, frente ao exemplo da guerra civil americana, trataram de se libertar o mais depressa possível da dependência do algodão dos Estados Unidos. A Alemanha, por exemplo, promoveu o plantio de algodão em suas colônias do Camerum. A Inglaterra, por sua vez, conquistou o Egito e o Sudão tendo em vista desenvolver ali a cotonicultura. Em 1902 foi fundada a Cotton Growing

Association, em Manchester, que iniciou, em todo o mundo, pesquisas de novas terras para o cultivo do algodão.

O nosso produto, portanto, foi derrotado em função dos esforços imperialistas com vistas a garantir sua independência com relação a essa matéria-prima tão importante. Sem acesso ao mercado externo, a cotonicultura brasileira passou a ser estimulada pela expansão da indústria local de fiação e tecelagem, tendo, portanto, na economia paulista o seu principal mercado. Entre 1821 e 1830, o algodão representava 20,6% da nossa pauta de exportação, caiu para 2,7% entre 1891 e 1900, para 1,4% entre 1914 e 1918 e 1,9% entre 1924 e 1928 (Singer, 1985: 355-360).

Quanto a Minas Gerais, já mostramos que sua economia cafeeira era bem pouco dinâmica e não era uma atividade hegemônica como em São Paulo. Lembramos que apenas duas zonas, num total de sete, dedicavam-se ao café.

Minas respondeu à crise da sua cafeicultura com a diversificação da agricultura, tornando-se exportadora de alimentos, especialmente de gado *vacum*, leite e seus derivados, para os mercados do Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo (Martins Filho, 1981: 20). Desse modo, durante o período da Primeira República, Minas iniciou um redirecionamento de sua economia em direção ao mercado interno. Ampliou esse setor baseado não só na pecuária mas também na produção agrícola para o consumo interno a tal ponto que, em 1903, o café não representava mais que a

metade da produção remetida para fora do estado. A produção industrial entrava também como ponto importante para a possibilidade de diversificação da economia mineira. Entre 1920 e 1932, a indústria de Minas pulou de 19% do valor das manufaturas paulistas para 22% e sua agricultura caiu de 72% para 62% do valor da de São Paulo (Martins Filho, 1981: 77).

No que se refere a esse redirecionamento da economia mineira para o mercado interno, o mais importante é ressaltar o seguinte: se anteriormente a existência de uma atividade cafeeira comum em Minas e em São Paulo, embora com profundas diferenças, permitia a não incompatibilidade absoluta dos interesses econômicos das classes dominantes dos dois estados, melhorando as condições para a aliança entre ambos, a ascensão, em Minas, de atividades econômicas com interesses no mercado interno, divergentes, portanto, dos interesses paulistas, poderia ser um elemento de conflito na relação entre os dois estados, com poder de desestabilizar essa aliança.

Há ainda o Rio Grande do Sul que foi um estado permanentemente ligado ao mercado interno. Produtor de charque, banha, fumo, feijão para os mercados do Distrito Federal, Nordeste (Recife e Salvador), Rio de Janeiro e São Paulo, nas exportações interprovinciais o Rio Grande do Sul ocupava, já entre 1885 e 1886, o segundo lugar.

Durante toda a República Velha, a economia gaúcha continuou a orientar-se essencialmente para o mercado brasileiro. O Rio Grande do Sul vendia de 2/3 a 3/4 dos

produtos que ultrapassavam suas fronteiras, entre 1910 e 1930, para outros estados do país. Os produtos alimentícios representavam cerca de 2/3 do valor total de mercadorias enviadas para fora de suas fronteiras, no mesmo período. Dito de outra forma, a pecuária e suas indústrias auxiliares representavam, aproximadamente, 30 a 40% das exportações gaúchas.

A produção de charque continuou a ser a principal atividade derivada da pecuária no Rio Grande do Sul durante toda a República Velha. No final desse período, o Estado ainda era responsável por cerca de 80% da produção nacional. No âmbito da produção agrária, o arroz despontava. Essa cultura, que só apareceu no Rio Grande do Sul no primeiro decênio do século XX, tornou-se o seu principal cereal comercial por volta de 1920 (Lova, 1985b: 105).

Não precisamos nos estender em demasia sobre a posição do Rio Grande do Sul na economia nacional. Era, sem dúvida, o estado mais poderoso econômica e politicamente entre aqueles que se dedicaram à produção para o mercado interno. Por isso, exerceu oposição sistemática à hegemonia avassaladora dos interesses exportadores no País. Criticou constantemente, sendo várias vezes o carro-chefe da oposição, o abandono econômico em que vivia a produção para o mercado nacional, além de protestar também contra o ostracismo político a que esses estados eram confinados.

Acreditamos poder explicar agora, mais claramente, o

que significam os "conflitos regionais" no primeiro período republicano. Como vimos, a economia agro-exportadora concentrou-se em São Paulo, ao passo que os outros estados tinham suas atividades voltadas para o mercado interno. Para nós, o conflito regional tem como base fundamental essa divisão. Como diz Werneck Sodré:

Entre as referidas contradições, a que vai ocupar o cenário, influenciando diretamente nos acontecimentos políticos, destaca-se o que divide, aparentemente, as regiões do país, gerando antagonismos perigosos... São, na verdade, contradições sociais: não apenas de classes privilegiadas pelo aparelho de Estado, manipulando-o segundo os seus interesses, como contradições dentro da mesma classe, a dominante, em torno dos fins a que atende aquela manipulação (Sodré, 1967: 179-180).

Uma nítida divisão demarca esses conflitos no interior da classe dominante: a divisão entre dois grande blocos de interesses:

... o que está ligado à exportação e concentrava os benefícios da renda, e o que estava ligado ao mercado interno, fosse por motivo de seu alijamento do mercado externo, fosse porque sempre vivera do mercado interno (Sodré 1967: 180).

Ou, dito de outra forma, a divisão que marca os conflitos regionais na Primeira República é aquela entre São Paulo, por um lado, e os estados voltados para o mercado interno, por outro. Pelo fato da economia agro-exportadora se concentrar em um único estado, pelo fato dela se regionalizar portanto, os conflitos entre os interesses voltados para a exportação e aqueles voltados para o mercado interno assumem, necessariamente, a forma de um conflito

regional. Note-se, em favor dessa interpretação, que o chamado "conflito regional" no período em questão não era um conflito entre todas as regiões, entre todos os estados. Ao contrário, a divergência regional se dava entre Minas e São Paulo, por um lado, e os outros estados, freqüentemente sob a chefia do Rio Grande do Sul, por outro. Isso reforça a afirmação acima, segundo a qual a divisão entre interesses exportadores e interesses de mercado interno é uma divisão essencial para se entender o "conflito regional" no período.

É interessante o fato de Boris Fausto (1972: 05), para comprovar a sua tese de que na Primeira República se forma uma estrutura regional de classe que dá origem aos conflitos regionais, usar as crises políticas de 1910, de 1922 e de 1930 como exemplos. Estes exemplos servem também para comprovar as teses de Werneck Sodré, pois revelam, claramente, uma polarização entre o setor exportador, São Paulo, em especial, por um lado, e os interesses de mercado interno, com o Rio Grande do Sul na chefia, por outro. Em 1910, Hermes da Fonseca foi eleito com declarado apoio gaúcho e declarada oposição paulista. A sua presidência foi marcada pela ascensão política de Pinheiro Machado, importante e influente senador gaúcho, e pelos conflitos com São Paulo. A sucessão de 1922 marcou ainda mais claramente essa divisão, com o Rio Grande do Sul a frente de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, formando a "Reação Republicana" contra o candidato de São Paulo e Minas, Artur Bernardes. A revolução de 1930, como se sabe, teve no Rio

Grande do Sul um dos pilares iniciadores da nova ordem e em São Paulo o baluarte da antiga.

O próximo item se dedicará a analisar estes e outros conflitos políticos e a fornecer mais evidências de que o "conflito regional" é polarizado pelos interesses acima identificados.

2- OS PRINCIPAIS CONFLITOS POLÍTICOS COMO EXPRESSÕES DA OPOSIÇÃO ENTRE INTERESSES DE MERCADO INTERNO E INTERESSES EXPORTADORES

Se o que afirmamos é verdade, é preciso verificar se nos períodos de crises políticas, nas sucessões presidenciais e outros configurou-se esse tipo de oposição, isto é, entre os estados voltados para o mercado interno e aqueles ligados ao mercado externo. Identificando o Rio Grande do Sul como o líder deste segundo setor, é de se esperar que esse estado ocupe posição importante na luta contra o abandono econômico e o ostracismo político a que eram relegados os interesses voltados para o mercado interno na República Velha. Como vimos, a aliança entre Minas e São Paulo excluía outros interesses do comando do governo federal. Pensamos ser esses outros interesses justamente aqueles vinculados ao mercado interno. Como diz Martins Filho:

De fato, as oligarquias de Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul, seguidas de perto pelas oligarquias de Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, que, basicamente, formavam o grupo de oligarquias

principais (antes de 1900), não apenas representavam interesses bastante divergentes (havia, por exemplo, um corte fundamental entre economias exportadoras e economias produtoras para o mercado interno), como também, na hipótese de conciliação de todos os interesses, uma excessiva pulverização de escassos recursos do governo federal (Martins Filho, 1981: 126).

Esse monopólio do poder por Minas e São Paulo e o afastamento dos outros estados da esfera de decisão marcarão o "conflito regional" na Primeira República, entendido da maneira acima explicitada. Vejamos agora alguns conflitos como exemplo.

2.1- AS SUCESSÕES PRESIDENCIAIS

O período inicial do novo regime político, período de transição extremamente conturbado, não evidenciava, justamente por isso, esse tipo de conflito. Na "República da Espada" (de Deodoro a Floriano), São Paulo tratou de garantir o seu principal interesse, isto é, a consolidação da República federativa. Passou os governos de Deodoro e de Floriano opondo-se às atitudes centralizadoras de ambos.

O Rio Grande do Sul, por sua vez, mal tinha condições de se manifestar além de suas fronteiras devido à guerra interna que o dilacerava. A revolução federalista durou até 1895. De um lado os "chimangos", republicanos do Partido Republicano Riograndense (PRR), liderados por Júlio de Castilho (1893/1898) e, depois, por Borges de Medeiros (1898/1908 e 1912/1928), cuja base social eram os criadores,

negociantes de mula e exploradores de erva mate. De outro lado os "maragatos", revoltosos de 1893, liderados por Gaspar Silveira Martins. Os federalistas, depois Partido Libertador, tinham o apoio nos grandes fazendeiros da Campanha. Na luta contra os revoltosos, Castilho recebeu apoio do governo federal que visava resguardar a vida da jovem República brasileira contra intenções restauradoras.

Com a eleição do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, inicia-se a oposição sistemática do Rio Grande do Sul ao executivo federal. Embora Prudente tenha se configurado como uma vitória paulista, a oposição do Rio Grande do Sul parece ter sido mais em razão do comportamento moderado do Presidente frente aos revoltosos do Sul. Em função disso, Prudente de Moraes sofreu a oposição dos republicanos gaúchos (castilhistas) que se encontravam fora do Partido Republicano Federal (PRF), agrupamento criado exclusivamente para eleger Prudente e sustentar o seu governo. Tanto é que na luta entre Glicério e Prudente, em função da "moção Seabra", o Rio Grande do Sul ficou com o primeiro, alegando falta de confiança no Presidente, muito moderado e tolerante com os restauradores. São Paulo e Minas, por sua vez, temiam os "florianistas" e os "castilhistas", admiradores de uma República ditatorial e centralizada. Essas eram as principais razões para ser oposição ou apoiar Prudente de Moraes.

Na sucessão de Prudente foi lançada a candidatura de Campos Sales. Para os republicanos do Rio Grande do Sul a

candidatura de Sales tinha um caráter nitidamente oficialista. Foi com essa crítica que o Estado não o apoiou, lançando em oposição a sua candidatura o nome de Lauro Sodré (Pará) para Presidente e de Fernando Lobo (Minas Gerais) para Vice. São Paulo e Minas, ao contrário, apoiaram irrestritamente a candidatura de Campos Sales.

A oposição do Rio Grande do Sul se fará sentir de forma mais contundente a partir do governo de Campos Sales. A obra de engenharia política promovida por esse Presidente, conhecida como "política dos governadores", afastou de vez o Rio Grande do Sul do controle do governo federal. O apoio das bancadas de Minas e São Paulo, apoio que garantia a estabilidade de qualquer presidente, concedia a esses estados o privilégio de monopolizarem o governo federal. Essa convivência restrita garantia os interesses da economia agro-exportadora, os interesses do clientelismo mineiro e a estabilidade política dos dois estados e da República federativa, pois expulsava do centro de poder os interesses divergentes, isto é, aqueles voltados para o mercado interno. O centro nevrálgico da política dos governadores era o apoio recíproco entre, de um lado, o governo federal e, de outro, Minas e São Paulo. O apoio de Minas e São Paulo ao centro permitia a ambos, através do mecanismo de "verificação de poderes", montar bancadas no Congresso federal intimamente ligadas e subservientes aos governos estaduais, isto é, bancadas plenamente unidas e disciplinadas pelos respectivos partidos. Minas e São Paulo

perceberam que essa unidade, proporcionada pela política dos governadores, reforçada pela união das duas bancadas entre si, lhes proporcionava o domínio do governo federal e o sufocamento de qualquer interesse divergente. A alternância no poder, mesmo ao nível das classes dominantes, estava assim descartada.

A oposição do Rio Grande do Sul à candidatura de Rodrigues Alves se deu em função dos interesses que este representava. O novo Presidente era a continuação da política de Campos Sales, a continuação do domínio de Minas e São Paulo e da marginalização política do Rio Grande do Sul. Em razão disso, Pinheiro Machado conseguiu reunir os grupos dominantes de alguns estados numa espécie de confederação dos partidos, sob a sua suprema chefia. Esse agrupamento exerceu forte oposição ao Presidente paulista, procurando influir nas suas decisões.

Na sua sucessão, Rodrigues Alves, contrário aos interesses intervencionistas pela defesa do café, procurando preservar a política contracionista, indicou para seu sucessor Bernardino de Campos, cujas posições estavam em sintonia com o seu governo. Imediatamente, Pinheiro Machado apontou

... Bernardino como "tácão do PRP", "do exclusivismo paulista", que se quer assenhorar do País, desprezando os demais estados, como se a presidência fosse patrimônio dos bandeirantes (Porto, 1985: 117).

O impasse criado em São Paulo com as declarações de Bernardino contra a política de sustentação do preço do café

levaram o estado a apoiar a alternativa mineira, comprometida com os esquemas de valorização. Por esta razão, São Paulo sustentou o nome de Afonso Pena. Foi, na verdade, mais uma troca de favores, onde o estado receberia apoio para a valorização do café e, em troca, apoiaria a candidatura mineira. Como não podia deixar de ser, o Rio Grande do Sul colocou-se em oposição ao nome do candidato mineiro, continuador do domínio dos interesses agro-exportadores.

Para a sucessão de Afonso Pena o candidato natural era o mineiro João Pinheiro. Porém, com a morte deste o Presidente indicou para sucedê-lo o nome do também mineiro Davi Campista. O estado de São Paulo apoiou o nome de Campista imediatamente, pois sabia ser ele um homem comprometido com os seus interesses exportadores. Porém, como já vimos, Minas não aceitou a indicação de Campista, alegando ser ele um nome com poucos vínculos no estado, isto é, alguém sem base política e que, portanto, ameaçava as ligações clientelistas de Minas com o governo federal. Como Campista não tinha laços muito profundos de fidelidade com os caciques mineiros, estes temiam o ostracismo político.

Aproveitando o impasse entre Minas e São Paulo, o Rio Grande do Sul, através de Pinheiro Machado, muito ligado aos militares, lançou o nome de Hermes da Fonseca para a presidência, esperando chegar, através do general, ao centro do poder. São Paulo, avesso às candidaturas militares, pois colocavam sempre o problema da centralização do Estado

republicano, fugiu da candidatura Hermes em direção à candidatura de Rui Barbosa, apoiada também pela Bahia e pelo Rio de Janeiro, posição essa de cunho claramente antimilitarista. Minas, ao contrário, apoiou Hermes da Fonseca, preocupado que estava com os seus interesses clientelistas. Mas foi o Rio Grande do Sul, com Pinheiro Machado a frente, o grande paladino da candidatura militar.

O período da presidência de Hermes da Fonseca (1910/1914) marcou a ascensão política de Pinheiro Machado. Através dele, o Rio Grande do Sul chegou a níveis de poder nunca atingidos. O Senador teve enorme influência sobre o Presidente e tentou, durante o período das "salvações" (que veremos mais adiante), intervir no estado de São Paulo para consolidar o poder gaúcho. Politicamente, o período Hermes da Fonseca teve na ascensão de Pinheiro Machado o seu fato mais importante.

Importante também foi o fato de Pinheiro Machado, devido a sua importância crescente, aparecer como o nome natural para sucessor de Hermes da Fonseca. Quando Cincinato Braga se pôs a par do avanço da candidatura gaúcha comunicou o fato imediatamente a Francisco Sales, procurando levantar a reação de Minas. Como representante oficial de São Paulo, Cincinato Braga viajou para Minas a fim de avistar-se com Bueno Brandão. Foi com este que Cincinato firmou, no dia 21 de abril de 1913, o "pacto de Ouro Fino", segundo o qual mineiros e paulistas se comprometiam a agir juntos, nenhum deles aceitando cargos que porventura fossem oferecidos pelo

senador gaúcho, dentro de sua tática divisionista. Minas e São Paulo comprometiam-se a marchar juntos com uma candidatura que agradasse a ambos.

Com medo de uma reviravolta que favorecesse Pinheiro Machado, o governador de Minas apressou-se em consultar Rodrigues Alves⁹, em 9 de julho do mesmo ano. O resultado final foi que PRP e PRM declararam oposição incondicional a candidatura de Pinheiro Machado e comprometeram-se pelo lançamento de uma candidatura alternativa a ser escolhida em comum acordo pelos dois estados.

Com a candidatura de Pinheiro Machado já abortada pela oposição dos dois grandes partidos, a convenção dos coligados e perrecistas (o PRC - Partido Republicano Conservador - era o partido nacional criado por Pinheiro Machado para dar sustentação a Hermes da Fonseca e a ele próprio), sob a presidência de Sabino, apresentou a chapa Wenceslau Brás - Urbano Santos, a qual Pinheiro aceitou a contragosto, vendo, mais uma vez, Minas e São Paulo à frente da República. Ficava claro, assim, que a separação entre esses dois estados na eleição de Hermes da Fonseca fora coisa passageira. A união dos dois era inevitável frente à ascensão do Rio Grande do Sul através do nome de Pinheiro Machado, e frente ao perigo que isto representava aos

⁹ Rodrigues Alves havia recebido antes o seguinte recado de Cincinato Braga, em nome do PRP: "Uma circunstância nos determinou agirnos com presteza. É que desde esta manhã estamos informados, por pessoa amiga vinda do Rio, que a candidatura do senador riograndense vai ser lançada 'por fas ou por nefas', se é que já não o está. Essa notícia motivou e apressou para hoje mesmo conferência entre os chefes do PRP para resolver oficialmente a respeito da aludida candidatura. A opinião unanimemente adotada é pela impugnação franca e desde já à candidatura referida." Apud, Souza, 1968, p. 235.

interesses exportadores e aos interesses clientelistas de Minas.

A sucessão de Wenceslau Brás teria sido das mais tranqüilas não tivesse falecido o eleito Rodrigues Alves. Com isso, assumiu o Vice escolhido, Delfim Moreira. Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul puseram-se a conversar para a escolha de um novo sucessor. Como Minas e São Paulo não chegavam a um acordo, o Rio Grande do Sul indicou o paraibano Epitácio Pessoa, que foi enfim aceito pelos dois primeiros.

A sucessão de Epitácio Pessoa, no entanto, esteve bem longe de ser tranqüila. Foi, ao contrário, uma das eleições paradigmáticas no que se refere à oposição do Rio Grande do Sul ao predomínio dos interesses exportadores. Nesse período sucessório, o confronto entre interesses exportadores e interesses das economias produtoras para o mercado interno apareceu de forma límpida. É que, antes, o Rio Grande do Sul fora sempre oposição, mas, ciente que não teria chances fora do esquema da política dos governadores, apoiava o governo eleito. Porém, o estado gaúcho começou a perceber que a obediência não o levaria a lugar nenhum.

Minas e São Paulo já haviam decidido pela candidatura de Artur Bernardes para sucessor de Epitácio Pessoa. O Rio Grande do Sul, como centro mais articulado da oposição ao núcleo agro-exportador, denunciou violentamente a candidatura do mineiro. O estado do sul, através de Borges de Medeiros, formou e chefiou a "Reação Republicana",

apoiada pelo Rio, Bahia e Pernambuco, e denunciou o arranjo político como uma forma de garantir recursos para os esquemas valorizadores, quando o país precisava, segundo Borges de Medeiros, de finanças equilibradas. Como afirma Boris Fausto:

... do ponto de vista das classes dominantes regionais, o ponto central em disputa se definia em termos de opções de políticas econômico-financeiras. Quando Borges de Medeiros, em nome do Rio Grande do Sul, negou-se a apoiar a candidatura de Artur Bernardes, sua principal objeção era de que os paulistas e mineiros haviam imposto um nome destinado a favorecer as emissões e os esquemas de sustentação do café. A acusação foi amplamente desenvolvida durante a campanha presidencial de Nilo Peçanha. O candidato da "Reação Republicana" protestou contra o imperialismo econômico e político dos dois maiores Estados, declarando que a borracha, o cacau, o açúcar e outros produtos de exportação deveriam também ser protegidos. Os propagandistas gaúchos martelavam na tecla de que a alternância dos representantes de São Paulo e Minas na presidência tinha facilitado o progresso destas áreas e o abandono dos demais estados. Lindolfo Collor, por exemplo, citou como exemplo do regionalismo egoísta a defesa do café e a concentração das ferrovias nas duas unidades maiores (Fausto, 1985: 236).

E o Rio Grande do Sul não se enganara. Foi no governo Artur Bernardes que se deu a efetivação da defesa permanente do café. Entre tentar diversificar a produção agrícola do País e levar a especialização de nossa economia a níveis nunca vistos anteriormente, o Presidente optou pela segunda alternativa. O estado do Sul, representante maior dos interesses ligados ao mercado interno, não via com bons olhos os esquemas valorizadores, que poderiam trazer instabilidade financeira e inflação, onerando aqueles que

produziam para o mercado nacional¹⁰.

Ao contrário, a sucessão de Bernardes, que deu vitória a Washington Luís, foi, pode-se dizer, a mais tranqüila da Primeira República. Foi uma eleição que ocorreu perfeitamente dentro do previsto. Porém, a sucessão deste, que havia indicado o paulista Júlio Prestes, foi marcada, como todos sabem, pela esperada oposição do Rio Grande do Sul e, o que foi de suma importância, pela cisão entre Minas e São Paulo.

Com a cisão entre os dois maiores estados, o Rio Grande do Sul viu a oportunidade de romper definitivamente o domínio político agro-exportador e sair do ostracismo a que era relegado. A ação do estado gaúcho, o conflito entre Minas e São Paulo é o que veremos a seguir, em breve análise que faremos da formação da Aliança Liberal e da Revolução de 1930¹¹.

2.2- A ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930

Fato importantíssimo para a construção da Aliança Liberal e para o advento da Revolução de 1930 foi a

¹⁰ "Aos emissionistas contrapunha-se uma outra corrente, liderada no Congresso por Antonio Carlos de Andrada, integrada principalmente por políticos gaúchos, pernambucanos e baianos. Colocavam-se tanto contra a valorização, quanto contra a criação do banco central, argumentando que as emissões trariam inflação e deprimiriam o já baixo poder de compra dos salários, além de comprometerem as finanças públicas, abaladas por sucessivos déficits desde 1914; protestavam contra o 'imperialismo paulista', solicitando que a proteção em sendo concedida, se estendesse também a todos os demais produtos." Cf. Liana da Silva, 1976, p.72. A maior preocupação do Rio Grande do Sul, como não podia deixar de ser, era o mercado interno, freqüentemente atingido pela inflação e, por isso, tendo suas dimensões reduzidas.

¹¹ Para uma descrição bastante detalhada dos conflitos sucessórios ver Bello, 1940 (1983) e Martins Filho, 1981.

ocorrência da "cisão intra-oligárquica", como é comumente chamado o divórcio entre Minas e São Paulo.

Para o fato de Minas se separar de São Paulo podemos encontrar duas explicações: 1) a diversificação da economia mineira com a ascensão de um setor voltado para o mercado interno e 2) uma questão propriamente política, tendo como centro a permanência de um paulista na presidência, as intervenções de Washington Luís nos negócios mineiros e o medo de Minas ser alijada do poder federal. Sobre a primeira explicação Boris Fausto diz o seguinte:

A frente que derruba do poder Washington Luís compõem-se com a classe dominante de uma região cada vez menos vinculada aos interesses cafeeiros e de áreas dele inteiramente desvinculadas (apud Martins Filho, 1981: 57, nota 91).

Já dissemos anteriormente que, no que se refere ao café, Minas vinha se tornando cada vez mais um produtor marginal. São Paulo retinha invariavelmente a parte do leão dos lucros provenientes do mercado externo e dos benefícios destinados à economia agro-exportadora, como trabalho imigrante, empréstimos externos, investimento de capital, etc. A par disso, Minas começava cada vez mais a ocupar a posição de um estado fornecedor de matérias-primas para São Paulo e comprador de produtos industrializados. A pobreza crescente de Minas acentuava a sua dependência do governo federal e a necessidade de diversificar sua economia.

Quanto a esta última, Minas já a percebera desde o começo do século, quando o seu governador, Silviano Brandão, concordou em apoiar o drástico programa de estabilização do

Presidente Campos Sales e, em troca, solicitou a proteção tarifária e taxas novas e uniformes de frete para os cereais. Depois de dois anos, o milho, o feijão e o arroz de Minas começaram a desalojar as importações estrangeiras do mercado do Rio de Janeiro.

A luta pela proteção aos produtos voltados para o mercado interno continuou. Criadores de Minas, Mato Grosso e Goiás queriam aumentar a sua quota no mercado de gado de corte no Distrito Federal, idéia que se tornava cada vez mais atraente na década de 1890, graças à melhoria dos serviços ferroviários entre o Rio e os centros de engorda no sul de Minas. Em 1903, os dois estados pastoris, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, concordaram em cooperar. Em função disso, o monopólio dos matadouros do Rio, nocivos aos interesses dos dois estados, foi rescindido. Continuando a cooperação, as duas delegações estaduais lutaram pelo protecionismo a seus produtos, tentando aprovar medidas que estimulassem os produtores de arroz, banha, batata, charque, manteiga e carne bovina. As tarifas sobre esses artigos elevaram-se drasticamente entre 1903 e 1906, durante o auge do protecionismo.

Apontamos, assim, para o fato do café não ser hegemônico na economia mineira. Ao contrário, se este passava, durante o período, por um declínio relativo, parece ter havido uma ascensão da produção voltada para o mercado interno, inclusive capaz de desestabilizar a aliança entre

Minas e São Paulo¹².

Porém, é inegável que a razão principal, ou pelo menos mais imediata, da cisão entre São Paulo e Minas Gerais, que levou este último em direção a uma aliança com o Rio Grande do Sul, tinha um caráter fundamentalmente político. Dois desencontros foram os causadores desse rompimento. O primeiro deles foi a retaliação, por parte de São Paulo, a Minas quando este estado foi acusado de inflacionar a sua população com vistas a aumentar a sua representação no Congresso. A retaliação veio por parte de Washington Luís, já Presidente, retaliação esta que causou a Minas a perda de 14 cadeiras no Congresso para a oposição pró-paulista, ficando seu bloco reduzido a 23 congressistas. A perda dessas 14 cadeiras se deu através da "degola" de candidatos

¹² Sobre a ascensão da produção para o mercado interno, diz Francisco Iglésias: "São Paulo foi monocultor, enquanto a província e o Estado do Centro dava muita atenção às culturas de subsistência, como o arroz, o feijão, o milho, o fumo e algodão. Também estes foram exportados em comércio com vizinhos. Com os olhos no artigo básico, sacrificou-se o resto, e o estado teve de importar gêneros de subsistência de que fora grande fornecedor. Continuou a cultivar com êxito milho, algodão, e, em menor escala, todos os outros artigos, notadamente os de subsistência. A predominância do interesse do café era de molde a afetar a coesão do estado: seu amplo território apresentava zonas diversas e o café contava mesmo só no Sul e na Mata. Havia zonas que mal o conheciam; o que desequilibrava a política por atenções hipertrofiadas às áreas mais ricas, agravando a já séria pobreza de outras... Pela proeminência de um gênero, se era ele um dos fatores de relativa sustentação da economia, muito da legislação era feito em vista de sua peculiaridades, fundamentando medidas que afetavam o estado todo..., enquanto várias unidades nada tinham com a sua produção. Pelas oscilações do câmbio e por favorecimento ao café pagavam todas as unidades, quando alguns nada tinham a ver com ele" (1985, p. 256). Wenceslau Brás dizia o seguinte, em 1909: "Quer isto dizer que o desenvolvimento econômico do nosso estado se vai operando lenta mas seguramente. A pouco e pouco a monocultura a que se entregavam os agricultores com grave prejuízo para a fazenda pública e particular e hoje por todas, com razão, condenada, vai cedendo campo à policultura... É o café, sem dúvida, o nosso principal produto - grande riqueza do estado e da Nação; de ano para ano, porém, os outros ramos da produção crescem de volume e de valor, denotando que vamos conseguindo a policultura." Apud Iglésias, 1985, p. 259. É um fato, portanto, que a economia mineira se diversificou, inclusive aprofundando conflitos políticos no estado. É, então, possível pensar numa crescente desestabilização da aliança de Minas com São Paulo com base na ascensão da produção voltada para o mercado interno. Também com base nessa ascensão é possível pensar a aproximação de Minas com os interesses riograndenses.

do PRM e através do "reconhecimento" de elementos de um pequeno grupo que apoiava Washington Luís em Minas (concentração conservadora) na questão acerca da candidatura de Júlio Prestes. Essa era a redistribuição ao estilo paulista. A tensão se agravou com a perda de todas as presidências de Comissões e pela imposição de sanções econômicas federais, coisa que Minas nunca sofrera. Interferindo nas decisões do oficialismo mineiro e ferindo a autonomia da comissão executiva do seu grupo partidário, Washington Luís efetivava uma alteração inédita no equilíbrio federal. Começava a graçar em Minas a idéia de que, se São Paulo ousasse interferir na orientação mineira, legitimar-se-ia uma revolução. O fato foi que, tratado como um pequeno estado, Minas, embora relutante, optou pela guerra civil, ao lado do Rio Grande do Sul (Wirth, 1985: 89). A Revolução de 1930 foi, assim, em grande parte, fruto da inflexibilidade de Washington Luís, que não abriu mão, em hipótese alguma, do nome de Júlio Prestes para sucedê-lo. Minas receava a perpetuação da prepotência paulista.

O Rio Grande do Sul, mais uma vez, opunha-se ao Presidente e aos interesses ele representava. Os gaúchos revelavam mais uma vez que os seus interesses eram conflitantes com os do setor exportador e que o seu comportamento político se pautava, justamente, em função desses interesses¹³. O Rio Grande do Sul viu a cisão entre

¹³ Joseph Love diz que "a orientação para o mercado nacional foi mais importante do que a presença de firmas norte-americanas como fator condicionante do comportamento político gaúcho na revolução" (1982, p.122, nota 46).

os dois grandes estados como a grande oportunidade para sair do ostracismo político, para barrar a radicalização da defesa do setor exportador e para acabar com o abandono econômico em que se encontrava a produção para o mercado interno. No entanto, é certo que Minas desconfiava da mudança, desconfiava do que poderia vir com a ascensão política do Rio Grande. Continuaría Minas a viver dos favores federais? Mas é certo também que os mineiros já não confiavam mais em São Paulo, além de não ter, como este, interesses tão díspares com o estado do Sul.

O que queremos dizer é que acreditamos poder usar a ascensão da produção para o mercado interno em Minas, com os respectivos interesses que ela trouxe para o centro da política mineira, como parte da explicação da cisão entre Minas e São Paulo e como um fator importante para a viabilização da aliança entre aquele estado e o Rio Grande do Sul em 1930. Não é à toa que o programa da Aliança Liberal refletia os interesses das classes dominantes não associadas ao núcleo cafeeiro. Seu programa defendia a necessidade de incentivar a produção nacional em geral, e não apenas o café, além de combater os esquemas valorizadores em nome da ortodoxia, isto é, da estabilidade financeira e da política antiinflacionária (Fausto, 1972: 42).

2.3- O MOVIMENTO SALVACIONISTA EM SÃO PAULO

O período das "salvações", isto é, movimentos militares que intervieram nas unidades federativas sob o pretexto de desfazer os domínios oligárquicos, durante a presidência de Hermes da Fonseca (1910/1914), foi a primeira grande oportunidade que o Rio Grande do Sul teve, antes de 1930, para tentar desbancar o predomínio político-econômico de São Paulo e Minas. O avanço político do Rio Grande do Sul se deu graças à grande capacidade política de seu representante no Senado, Pinheiro Machado.

Como vimos, a eleição de Hermes da Fonseca só foi possível em razão do impasse ocorrido entre Minas e São Paulo acerca de um nome para suceder Afonso Pena, quando Pinheiro Machado conseguiu fazer com que Minas apoiasse a candidatura militar. A influência política de Pinheiro Machado nesse período era enorme, inclusive com forte ascensão pessoal sobre o próprio Presidente. Através do PRC, Partido Republicano Conservador, criado para eleger Hermes, Pinheiro dominou, por essa época, a política nacional.

Acontece que a presidência de Hermes da Fonseca, que fora também um candidato militar, tinha na sua *entourage* grupos antipinheiristas, isto é, militares que deploravam a influência do Senador sobre o Presidente. As "salvações" tiveram, em parte, o intuito de enfraquecer o poder do senador gaúcho.

Em Pernambuco, por exemplo, a intervenção do governo federal colocou no governo daquele estado um feroz inimigo de Pinheiro, o militar Dantas Barreto. Na Bahia foi colocado

J.J. Seabra, que seria um dos maiores articuladores contra a ascensão política do senador gaúcho. O próprio Rio Grande do Sul foi ameaçado de intervenção pelo Ministro da Guerra, general Mena Barreto, que foi transferido por pressão de Pinheiro.

Alarmado com o ataque aos seus "feudos" políticos - Pernambuco, Amazonas e outros Estados do norte - Pinheiro Machado tentou impedir as "salvações" nas oligarquias mais dedicadas a ele: os Lemos do Pará, os Acioli do Ceará e os Malta de Alagoas. No Ceará, por exemplo, os Acioli foram derrubados com o apoio de Dantas Barretos e substituídos por Franco Rabello. Porém, depois de uma reaproximação entre o Presidente e Pinheiro, eles voltaram ao domínio do estado.

Não iremos detalhar aqui todas as intervenções salvacionistas¹⁴. Interessa-nos somente a tentativa de intervenção em São Paulo, articulada por Pinheiro Machado e exemplarmente explicada por Costa Porto:

Em São Paulo também se ensaiou uma tentativa de intervenção e não exagerava quem, neste caso, enxergasse o dedo de Pinheiro. Nas outras intervenções, ele não tinha nenhum interesse, tudo, ao contrário, aconselhando criar obstáculos à ação dos salvadores, cujas conquistas lhe anulavam o prestígio, principalmente no norte. Mas em São Paulo a coisa mudava, e possivelmente Pinheiro, que fora infenso às salvações, vendo-as alastrar-se pelo País, imaginava retirar vantagem de ordem política. Havia, em verdade, velha diferença entre o gaúcho e a política paulista, colocando-se, de muito, em pontos de vista antagônicos e irreduzíveis... Generalizava-se a crença de seu "antipaulistismo", que parecia encontrar fundamento em repetidos desentendimentos, pois desde o governo provisório

¹⁴ Para um estudo mais detalhado das "salvações" ver Bello, 1940 (1983) e Costa Porto, 1985.

sempre caminharam desencontrados o gaúcho e os chefes bandeirantes... É fácil compreender quanto interessava ao chefe do PRC ter um ponto de apoio em São Paulo, cuja solidariedade pesava muito no jogo da sucessão presidencial... Temendo qualquer golpe de surpresa do PRC, o governo bandeirante não perdeu tempo, encarregando o chefe da missão francesa, coronel Balangny, de organizar amplo sistema de defesa das fronteiras e do porto de Santos e se preparou para reagir (Porto, 1985: 155-156, grifo nosso).

Costa Porto coloca o problema de forma bastante clara. Nas condições adversas criadas pelo movimento salvacionista, Pinheiro, e com ele o Rio Grande do Sul, tentou tirar vantagens políticas às custas dos paulistas. A maior delas seria, justamente, a intervenção em São Paulo que redundaria no enfraquecimento do estado onde concentravam-se os interesses e as classes que monopolizavam as atenções do governo federal, obrigando o Rio Grande a ocupar um lugar secundário na cena política do período. Nesse sentido, o Rio Grande do Sul revelou-se mais uma vez como o principal centro de oposição a São Paulo. Tal oposição revela, por sua vez, o conflito entre os interesses das classes dominantes ligadas à exportação e as classes dominantes vinculadas à produção para o mercado interno. Como já dissemos, a regionalização da economia agro-exportadora levou esse conflito a assumir uma forma regional, isto é, a uma luta entre São Paulo e Rio Grande do Sul.

Depois das "salvações" e com a sucessão de Hermes a força de Pinheiro Machado só fez decrescer. Primeiro por ter tido a sua candidatura à presidência barrada por Minas e São Paulo, alertados pelo período anterior, e depois por ter

sido o seu prestígio abalado durante a presidência de Wenceslau Brás, que cuidou, ademais, para diminuí-lo. O líder gaúcho desapareceu definitivamente quando morreu assassinado em 8 de setembro de 1915. O Rio Grande do Sul perdia, assim, a sua maior arma institucional¹⁵ contra o predomínio político e econômico das classes exportadoras.

Através das sucessões presidenciais, do movimento salvacionista em São Paulo, da formação da Aliança Liberal e da Revolução de 1930, vimos que o Rio Grande do Sul ocupou, de fato, lugar privilegiado na oposição ao predomínio dos interesses agro-exportadores na Primeira República¹⁶. Vimos também que, nesse embate, o Estado sulista colocava, freqüentemente, a necessidade de se proteger o setor da produção nacional voltado para o mercado interno.

A partir dessas evidências, parece-nos bastante plausível entender os "conflitos regionais" no período em questão como um conflito entre interesses diversos no interior da classe dominante e, portanto, um conflito que tem origem em interesses de classe e não de regiões. Foi,

¹⁵ Pinheiro Machado acumulou considerável poder devido ao controle que obteve do mecanismo verificador de poderes. A partir desse momento, passou a ter os candidatos dos diversos estados nas mãos, além de forte influência sobre o Presidente que necessitava de apoio parlamentar. Esse mecanismo foi a base do poder de Pinheiro. Controlando-o o senador passou a ser uma ameaça.

¹⁶ Não se conclua da importância de Pinheiro Machado e do Rio Grande do Sul que não havia oposição de outros estados. Entretanto, o Rio Grande, enquanto terceiro estado da Nação, ocupava posição de destaque na luta contra o monopólio político de Minas e São Paulo. Pernambuco, por exemplo, foi ativo opositor ao abandono do açúcar, solicitando, freqüentemente, a assistência federal; opôs-se também aos esquemas valorizadores que reafirmavam o favoritismo do café. Especialmente no primeiro esquema, Pernambuco fez a crítica da Caixa de Conversão que, ao depreciar o mil-réis, dificultava o acesso por parte dos usineiros aos meios de produção que lhes possibilitavam renovar o processo produtivo açucareiro, além de reduzir o poder de compra interno.

como dissemos, em função da regionalização da economia agro-exportadora em São Paulo que esse conflito assumiu a forma de uma luta regional entre este estado e o Rio Grande do Sul.

3- AS BASES DA LEGITIMIDADE DA HEGEMONIA AGRO-EXPORTADORA

Apesar de todos os conflitos apontados no item anterior, é preciso dizer que jamais houve uma crítica radical da economia agro-exportadora por parte daqueles setores vinculados ao mercado interno. Nem 1930 o foi. Esses setores da classe dominante brasileira reivindicaram apenas uma maior atenção às suas necessidades econômicas e, para isso, uma ampliação da participação política para além de Minas e São Paulo. Prova disso é que, logo após a Revolução de 1930, não houve uma reformulação radical da economia por parte das "oligarquias dissidentes", mas, isso sim, um pulular de institutos oficiais com vistas a proteger uma série de atividades, como, por exemplo, o Instituto da Borracha, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto do Mate, etc., que respondiam às exigências imediatas dos setores não vinculados à agro-exportação.

Além de não haver essa crítica radical é preciso lembrar que o domínio do setor exportador ocorreu durante quarenta anos sem que se esboçasse uma tentativa séria de superá-lo. Como foi possível à fração hegemônica desse

setor resistir aos ataques gaúchos sem sequer abrir espaço para sua participação política? Quais as bases da legitimidade desse domínio? É o que tentaremos explicar a seguir.

3.1- O CARÁTER AGRO-MERCANTIL DA ECONOMIA NACIONAL

Mesmo com um contato pouco aprofundado com a bibliografia sobre a atividade produtiva de outros estados do País, pudemos perceber que em todos eles vigorava a produção agrária. Mais ainda, em todos eles vigorava uma produção agrária subordinada a um capital mercantil. Essa relação de dominação entre o capital produtivo agrário e o capital comercial se deu em todo o País, em todas as regiões economicamente ativas, voltadas ou não para a exportação.

A produção de açúcar em Pernambuco não fugia a esse esquema. Também aí os monopólios mercantis detinham uma posição privilegiada com relação aos produtores. Na verdade, esses monopólios comerciais, que agiam na comercialização do açúcar, representavam um capital relativamente diversificado, a exemplo do grande capital cafeeiro, que mantinha uma relação predominantemente mercantil com o simples capital produtivo. De fato, segundo Carone (1970 (1972): 61 e segs.), na pirâmide da economia açucareira pernambucana pode-se dizer que o plano intermediário dessa figura era ocupado pelos fornecedores de cana, proprietários dos bangüês, que eram unidades produtoras bastante

atrasadas. No topo da pirâmide encontravam-se os usineiros, formado de elementos da antiga aristocracia banguenseira e de grupos urbanos que participavam da comercialização do açúcar. Essa nova aristocracia, como a do passado, viverá em função de benefícios e de proteção governamentais.

A transformação de alguns bangüês em usinas implicou numa crescente concentração da produção que teve profundas conseqüências de ordem econômica e social. A constante decadência da produção açucareira, devido à concorrência e ao protecionismo externos, fez com que o governo recorresse, em novembro de 1875, à criação dos engenhos centrais, destinados a modernizar a indústria do açúcar. Para estimular o estabelecimento desses engenhos, o governo concedeu a garantia de 6% ou 7% ao ano, até o limite máximo de 30 mil contos. A função dos engenhos centrais era auxiliar os bangüês em decadência, uma função puramente industrial, sendo a produção agrícola ainda realizada por estes últimos.

Paralelamente à instalação dos engenhos centrais iniciou-se a instalação de usinas sem o caráter semi-oficial daqueles. Eram completamente privadas, possuíam suas próprias lavouras e moíam cana de terceiros apenas se fosse conveniente.

O aparecimento dessas duas unidades produtivas foi pouco a pouco destruindo os antigos engenhos, baseados em técnicas coloniais que não podiam concorrer com as novas usinas. Assim, os proprietários dos bangüês foram, aos

poucos, transformando-se em meros fornecedores de produção agrícola para as usinas. Enquanto mero produtor e fornecedor de cana, esses proprietários encontravam-se duplamente dependentes das usinas: financeiramente, já que a ausência de crédito obrigava-os a recorrerem à ajuda financeira dos usineiros para não paralisarem a sua produção; e do ponto de vista da estrutura do comércio, pois os produtores encontravam-se submetidos aos usineiros, uma vez que estes eram os únicos a quem eles poderiam vender a sua cana. O usineiro encontrava-se, então, numa posição privilegiada para impor preço à cana, na medida em que controlava plenamente a atividade mercantil. Ele estabelecia com os produtores, portanto, uma relação de caráter mercantil, constituindo-se naquilo que Gnaccarini (1985, *passim*) chamou de usineiro-comerciante.

Segundo este mesmo autor, dois planos de defesa da produção, em 1905 e em 1911, que visavam colocar o controle do mercado nas mãos dos produtores, foram violentamente boicotados pelos usineiros-comerciantes, tanto em São Paulo como em Pernambuco, reiterando a posição subordinada da produção em relação ao comércio (Gnaccarini, 1985: 339-340).

Na economia açucareira, durante a Primeira República, a máquina estatal foi freqüentemente usada também para garantir a reiteração do domínio econômico e político dos comerciantes sobre os produtores. Como diz Gnaccarini:

A luta econômica desloca-se integralmente para o plano político assenhorando-se dos recursos do Estado. Mas como esta era antes de tudo uma guerra eminentemente comercial, a realização do valor da

mercadoria exigia alianças ao nível dos monopólios de distribuição. Estes, inclusive, tinham meios de manipular com maior desenvoltura a máquina estatal. A posição privilegiada dos monopólios comerciais estava em razão direta aos elementos não capitalistas da produção... Era de tal modo a importância dessa característica que a atividade comercial se transformou na principal fonte de lucro, resultando essencialmente da especulação com os estoques acumulados em mãos dos distribuidores. O controle da efetivação do lucro deslocou-se, assim, das mãos dos produtores para as dos monopolizadores do comércio e dos transportes (Gnaccarini, 1985: 335).

No que se refere à produção cacauêira, na Bahia, a subordinação do capital produtivo mercantil também se repete. A falta de crédito fazia com que os produtores de cacau vendessem a sua produção aos intermediários e exportadores ainda quando o cacau estava em floração. Nessa economia, eram as casas exportadoras, na sua grande maioria estrangeiras, que retinham as melhores condições para retirar as maiores vantagens. Eram elas que financiavam, na ausência crônica de crédito, os fazendeiros. Os empréstimos eram garantidos pelas safras que nem sempre eram suficiente para saldá-los, obrigando os fazendeiros a renovarem anualmente os termos do compromisso, ficando presos à engrenagem da dívida. Também aqui a ausência de crédito é um instrumento de subordinação do capital produtivo ao capital mercantil.

No caso da economia gomífera a dependência do produtor também se revela prejudicial a este último. Aqui se repete também a falta de crédito e o domínio do comércio sobre a produção. Se fizermos aqui também uma pirâmide, teremos na

base o seringueiro, trabalhador braçal que vivia em condições sub-humanas, no meio da figura o seringalista ou patrão e o aviador, intermediário entre o comprador e o patrão, e no topo da figura as casas exportadoras.

O que aqui nos interessa inicia-se na relação entre o aviador e o patrão ou seringalista e o comprador da borracha nas praças de Manaus e Belém. O aviador adiantava ao patrão vários objetos que este, por sua vez, revendia ao seringueiro. No entanto, cobrava sobre esse fornecimento de meios de produção e de subsistência juros tais que o patrão ficava, comumente, endividado. O aviador também sofria seus prejuízos, sendo que só o exportador tinha grande lucros.

Em Manaus e Belém operavam, na época, 20 casas exportadoras, na sua maioria estrangeiras. Esses 20 exportadores monopolizavam ostensivamente o comércio da borracha, aniquilando o aviador e o patrão. As casas operavam em regime de oligopsônios, determinando preços e pondo os produtores em grandes dificuldades. Encontramos num documento parlamentar a seguinte de claração:

Os que vivem em Manaus têm tido a oportunidade de ler declarações de jornais de Belém e Manaus, assim mais ou menos concebidas: declaramos ter resolvido dar na próxima semana os seguintes preços às seguintes qualidades de borracha, etc. (apud Carone, 1969 (1973): 151).

Declarações como estas apareciam sempre assinadas pela unanimidade dos comerciantes exportadores. Utilizando o mesmo documento podemos ver também como funcionava a atividade gomífera nas suas várias etapas: por exemplo, o

aviador precisava em junho de, digamos, 500 contos. O exportador fornecia-lhe o dinheiro a juros comerciais e o aviador assinava um contrato de penhor. Esse contrato obrigava a entregar no mês x, pelo preço do mercado, tantos mil quilos ao exportador. O preço, porém, já se encontrava previamente definido pelos únicos exportadores da praça e, a tal preço, o aviador não conseguia pagar a dívida. O exportador, no entanto, não liquidava a dívida judicialmente, mas exigia a assinatura de um novo contrato de penhor para a próxima safra. O novo penhor seria para pagar o novo adiantamento e o que restava da dívida anterior, o que, provavelmente, não era possível. Assim, a casa exportadora trazia o aviador sob sua rígida dependência e controle. Imagina-se o que acontecia então com o "produtor", na medida em que o aviador tentava repassar os prejuízos. Eram as casas exportadoras estrangeiras, assim, as mais beneficiadas e as que drenavam quase todo o excedente aqui produzido para fora do País. Para se ter uma idéia, uma casa comercial que movimentava naquela época 20 mil contos tinha um capital registrado na Junta Comercial do Amazonas de apenas 1500 contos.

O predomínio do capital comercial sobre a produção agrária se faz sentir também na economia algodoeira do Ceará. O setor comercial de Fortaleza, por concentrar a maior parte dos negócios efetuados no estado, exercia ali grande influência. Neste setor da economia, as relações entre comerciantes, importadores e exportadores de capital

com os produtores do interior pautava-se pela subordinação destes àqueles. As dívidas contraídas pelos latifundiários do interior com os comerciantes do litoral, durante o período de secas prolongadas, possibilitaram a consolidação do poder de muitos detentores de casas comerciais sobre os fazendeiros. Além da dependência com relação ao crédito, já que essas casas comerciais eram a única fonte de recursos, havia a dependência com relação às vias de acesso ao mercado consumidor, na medida em que cada firma atacadista de Fortaleza era "dona" exclusiva de determinada clientela no interior, constituída dos chamados "fregueses arregimentados" que se submetiam aos interesses de seus compradores e fornecedores. Esses comerciantes eram também peça fundamental no jogo político do estado (Cf. Porto, 1988).

Finalizando esse apanhado geral na tentativa de mostrar o domínio do capital comercial sobre o setor produtivo agrário, vejamos o Rio Grande do Sul, cuja situação não era diferente. Diz Sandra Pesavento:

Dentro da economia gaúcha, o estancieiro era o fornecedor de matéria-prima para a charqueada e, como tal, achava-se na dependência dos preços oferecidos pelos charqueadores. Estes, por sua vez, como aliás toda a economia gaúcha, achavam-se na dependência da central de exportações e das necessidades geradas pelo mercado interno. Os lucros ficavam, efetivamente, com as casas consignatárias da venda do charque, nos mercados do centro, as quais por sua vez redistribuíam as mercadorias para o norte e para o nordeste. O charqueador procurava ressarcir-se dessas exploração às custas do criador oferecendo o preço mais baixo possível (Pesavento, 1982: 69).

Ou ainda Demétrio Xavier, nos Anaes da Assembléia, em 1926:

Os fazendeiros nada disso (recebem do governo). Jogam aos asares da sorte capitais enormes, investem milhares de contos em outros tantos milhares de cabeças de gado, que ficam sujeitas a todas as intempéries, às secas, às epizootias, que dizimam rebanhos e rebanhos, e ainda, sobretudo isso, entregues à boa ou má vontade dos gananciosos compradores nas épocas de safra, porque estes não têm controles de qualquer natureza, e muito menos dos poderes oficiais (apud Fonseca, 1980: 128).

Além da concorrência exercida por outros produtores, nacionais e estrangeiros, do baixo nível técnico da produção e da fraca produtividade, os "produtores" gaúchos tinham de enfrentar a ação dos comerciantes que controlavam a compra e fixavam os preços. Os grande comerciantes, aliás, não dominavam apenas as ações econômicas em si, mas também os sindicatos que, a princípio, serviriam para proteger os proprietários. O sindicato dos arroteiros, do vinho, da banha, dos charqueadores, todos eles eram dominados pelos grandes comerciantes. O que mostra o domínio do capital comercial não apenas sobre o latifúndio pecuarista, mas também sobre a produção da pequena propriedade.

Na tentativa de escapar desse controle mercantil, os proprietários do Rio Grande do Sul promoveram um surto associativo, entre 1911 e 1912. O movimento iniciou-se com o apoio do governo, mas recuou e desorganizou-se já em 1913, quando os grandes comerciantes se opuseram à iniciativa, forçando a retirada do apoio governamental (Pesavento, 1982: 74-75).

Com base no que foi exposto acima, parece-nos correto supor que a generalização do caráter agro-mercantil da economia nacional, seja no setor exportador seja no setor voltado para o mercado interno, servia como ponto de apoio para o exercício da hegemonia por parte dos interesses agro-exportadores.

A reiteração desse caráter agro-mercantil da economia nacional figurava como um dos elementos que integravam o interesse de outras frações da classe dominante a nível nacional. Os interesses hegemônicos da economia agro-exportadora, que era também uma economia agro-mercantil, poderiam incorporar sem problemas a defesa desse caráter de nossa economia nacional como a defesa de um interesse particular e geral. Este era, sem dúvida, um interesse básico de algumas frações - notadamente daquelas ligadas à atividade mercantil - do bloco no poder na República Velha.

Em função disso, a ideologia da "vocação agrária" do País, que predominava no âmbito da economia agro-exportadora, estava em plena harmonia com a reiteração do caráter agro-mercantil da economia nacional. Como vimos, tal ideologia interessava não só ao setor produtivo agrário, mas também ao capital mercantil que via nela a justificação da sua posição privilegiada na economia nacional, exportadora ou não.

Indícios de que a fração hegemônica da economia agro-exportadora podia tomar a si o direito de representar esse interesse básico do bloco no poder é o fato de esta fração e

o modelo de acumulação que ela representava nunca terem sido alvo de uma crítica radical, revolucionária de fato, por nenhuma fração do bloco no poder. Essa crítica jamais existiu porque os interesses do setor agro-exportador jamais ameaçaram o caráter essencial dos outros setores. Este era uma das bases da legitimidade para a hegemonia do grande capital cafeeiro.

Na verdade, nem a Aliança Liberal, como já dissemos, constituiu-se numa ação radical contra o predomínio da economia agro-exportadora e do grande capital cafeeiro. O que havia era um descontentamento geral com relação ao abandono econômico de certos setores e ao estreitamento da participação política. Nesse sentido, Boris Fausto pergunta: "que viabilidade havia para seguir novos rumos, para além de tímidas referências à necessidade de diversificação da economia?" (1970 (1986): 96). Não havia nenhuma, pois as "oligarquias dissidentes" não tinham, de fato, um projeto alternativo de sociedade porque não era este seu interesse. Queriam apenas mais oportunidades econômicas e participação política ampliada.

Concluindo, pode-se afirmar que a ideologia da "vocação agrária" era amplamente funcional ao tipo de economia que predominava no País¹⁷, e se havia um interesse comum que pudesse ser facilmente representado pelo grande capital cafeeiro era o da reiteração da "vocação agrícola do

¹⁷ "Em torno deles [PRP e PRM] gravitavam os irmãos menores, os PRs dos demais Estados, seguindo as mesmas crenças essencialmente agrícolas, mantendo em seus domínios os mesmos tipos de exploração do trabalho e vivendo das migalhas do café" (Basbaum, 1976 (1981), p. 228).

país". Assim, no interior da fração agrária nacional, voltada ou não para o mercado externo, e no interior da fração mercantil, voltada ou não para a exportação, pode-se identificar um interesse comum básico: a reiteração do caráter agro-mercantil da economia nacional. Interesse este passível de ser representado pelo grande capital cafeeiro.

3.2- O CAFÉ COMO UM PROBLEMA NACIONAL

O café enquanto atividade econômica ultrapassava não só as plantações como também as próprias fronteiras do estado de São Paulo e da economia cafeeira. Era, como já dissemos reiteradas vezes, a nossa principal atividade econômica. Em 1929, mais de 70% dos lucros provenientes do total das exportações brasileiras eram gerados pelo café. Este produto constituía-se no alicerce da estrutura financeira, tanto do governo federal como do estado de São Paulo. Criava mercados que sustentavam a produção voltada para o mercado interno, era responsável pela estabilidade do nosso câmbio, pelo nível de nossas reservas, pelas nossas finanças e pela nossa capacidade de importar. Em suma, o café era a moeda nacional. Não tinha, portanto, um significado puramente regional.

No que se refere ao setor da economia voltado para o mercado interno, a falência da economia cafeeira representaria a falência do próprio país. Sempre que o café estivesse em crise seria necessário manter o nível da renda

gerada por essa atividade, não apenas devido aos interesses imediatamente envolvidos na economia cafeeira, mas porque a queda do ritmo dessa atividade, a queda da renda aí gerada não só paralisaria a principal atividade do País como teria efeitos perversos sobre a economia de mercado interno.

A paralização da atividade cafeeira, com a conseqüente desmobilização dos trabalhadores dos cafezais e do setor urbano, implicaria em grandes prejuízos à indústria, devido à perda de mercados e à queda da capacidade para importar. A agricultura voltada para o mercado interno, por sua vez, também sucumbiria frente ao desaparecimento de seu principal mercado¹⁸. Portanto, a crise da economia cafeeira era, em grande medida, a crise da própria economia nacional. Mesmo em 1930, com a Revolução e com a crise externa, o café não foi abandonado, pois ainda representava o centro mais importante da economia brasileira. Com a compra e a queima de café o governo provisório conseguiu manter a atividade do setor e evitar efeitos ainda mais perversos sobre o resto da economia (Furtado, 1971 (1972): 167).

A importância do café para a Nação não se resumia, contudo, à dinâmica da economia voltada para o mercado

¹⁸ "Pouca necessidade havia de se lembrar aos representantes dos Estados não cafeicultores o fato de que o café se tornara praticamente o único pilar da economia exportadora nacional, após o colapso da borracha em 1913. [Cincinnati] Braga, no entanto, insistia em deixar bem claro o que considerava serem fatos cruciais da realidade econômica do país, ou seja, que o valor do que São Paulo comprava aos demais Estados excedia o valor do que lhes vendia e que os trabalhadores migrantes nas plantações paulistas continuamente remetiam suas economias de volta aos Estados de origem" (Love, 1982, p. 266). Ou nas palavras de Steven Topik: "Dentro da burguesia, quase todos os setores eram subordinados aos interesses da economia exportadora, já que eles concordavam com a sua importância como motor da economia... Os grandes produtores rurais, não exportadores, vendiam principalmente para o centro-sul e sabiam muito bem que a prosperidade de seu mercado dependeria do setor de exportação" (1987, p.190).

interno. A atividade cafeeira estava intimamente ligada às finanças públicas. O café era, antes de tudo, o grande gerador de divisas. Com ele conseguíamos fundos para arcar com compromissos financeiros externos. Não só isso, com ele, isto é, com as divisas que nos proporcionava podíamos gozar de crédito nas praças bancárias do exterior. Mais ainda, na medida em que o café ditava o grau da nossa capacidade para importar, ele garantia também a sustentação da principal fonte de receita do governo federal, que era o imposto sobre os importados. Conseqüentemente, enquanto principal arrecadador de divisas o café era o responsável pela nossa estabilidade cambial e, por conseguinte, pela nossa estabilidade financeira. Como diz Joseph Love:

O Tesouro federal e a economia cafeeira paulista se achavam envolvidos numa relação simbiótica: o governo federal dependia muito dos direitos de importação para as suas operações normais, e as importações, por seu turno dependiam das exportações. De 1910 a 1930, as vendas de café passaram a representar de 50% a 70% dos lucros das exportações nacionais (Love, 1982: 69).

Era justamente em função dessa importância do café para as atividades da economia interna e para a saúde financeira do Estado brasileiro que a fração hegemônica da economia agro-exportadora e seus representantes políticos foram capazes de desenvolver um discurso que identificava os interesses particulares dessa classe com os interesses gerais do bloco no poder. A base real e concreta para essa transformação do particular em geral era, justamente, a importância nacional adquirida pelo café. Foi esse

significado para todo o País que permitiu a compatibilização entre um "interesse regional", isto é, o interesse do grande capital cafeeiro, com o "interesse nacional", isto é, os interesse de outras frações domiantes do bloco no poder nacional.

Foi sempre argumentando que o café era um ativo nacional e não regional, que dele dependia a economia de outros estados, a indústria, a nossa estabilidade cambial e financeira que os representantes políticos dos interesses agro-exportadores exigiram e justificaram o tratamento especial dado a São Paulo através dos vários esquemas de valorização do café. Foi com base nesse argumento que a própria Comissão de Finanças do Senado, em 1908, por ocasião do empréstimo de 15 milhões de libras ao primeiro esquema valorizador justificou-o, argumentando que ignorar a necessidade de proteger o café causaria danos desastrosos à economia nacional. No que se refere à necessidade da defesa do café, a citação de um discurso de Sezerdelo Corrêa, é bastante elucidativa para mostrar a natureza da argumentação. Ele diz o seguinte:

Pode a União recusar ao Estado de São Paulo o seu auxílio, já não se diz moral, mas real, de co-participação nos sacrifícios que a questão do café está a exigir? Quem, senhores, com o conhecimento do assunto será capaz de afirmá-lo? O café entra em mais da metade, em muitos anos em cerca de três quartos, do valor exportável com que todo o nosso vasto país adquire uma série de despesas que fazemos no exterior. Quer isso dizer que mais da metade da renda total de nossas alfândegas, quase três quartas partes dos recursos que temos para a vida interna e externa da União, temos por causa da exportação do café. Desvalorizar essa produção é dificultar a importação, é diminuir nos mercados

de consumo as condições da oferta do que consumimos, encarecendo a vida; é reduzir as rendas ou recursos com que custeamos todos os serviços, isto é, paralisar o nosso progresso, abrir o deficit em nossos orçamentos, agravar a situação da nossa moeda, deprimindo-lhe o poder aquisitivo. É, enfim, trazer de Norte a Sul, do Rio Grande ao Acre, uma atmosfera da amarguras, de opressões, de sofrimento que afetam o capital e o trabalho, o Estado e o município, o comércio e a indústria, o lar, a Pátria inteira (apud, Fausto, 1972: 11-12).

Esse tipo de apelo, que alertava para o perigo da derrocada nacional caso o café não fosse protegido, surtia efeito. Nesse sentido, é ilustrativo o fato de que o projeto que pregava a instauração do primeiro esquema valorizador tenha sido aprovado por grande maioria no Congresso. As bancadas de diversos estados, com exceção de representantes da política pernambucana e maranhense e de opositores individuais, firmaram posição favorável à intervenção estatal no mercado cafeeiro. Na Câmara dos Deputados a vitória foi por 106 votos a favor e 15 contrários e no Senado foi de 31 a 6 (Souza, 1968: 219, nota 41).

Ainda como exemplo dessa importância nacional da atividade cafeeira, encarada como sustentáculo financeiro do País, é o fato de ser o Ministério da Fazenda, do estado de São Paulo e da União, o responsável pelos esquemas de defesa do café e não o Ministério da Agricultura. Isso é fácil de entender quando sabemos ser o Ministério da Agricultura responsável apenas pela produção em si, enquanto o Ministério da Fazenda era responsável pela balança de pagamentos e pela taxa cambial, ambas fundamentais ao bom

funcionamento econômico do País e diretamente dependentes do desempenho do café no mercado externo.

Portanto, os esquemas de defesa do café e a atenção especial dada a esse produto durante a República Velha não deve ser vista como uma mera imposição dos interesses particulares da fração hegemônica da economia agro-exportadora ao resto da Nação. A real importância nacional que o café adquiriu durante o período permitiu a essa classe transformar, de forma convincente, os seus interesses particulares em interesses gerais do bloco no poder¹⁹.

Nesse sentido, os esquemas valorizadores, além de atender aos interesses estritamente cafeeiros, apareciam como um meio de se evitar a redução nas divisas de exportação com as consequências adversas decorrentes desse fato.

É claro que a capacidade de legitimação da predominância dos interesses agro-exportadores na economia nacional esbarrava em alguns limites. O principal deles foi a radicalização da defesa do café acompanhada do abandono cada vez maior dos outros interesses da economia nacional. Se, por um lado, era necessário defender o nosso principal

¹⁹ "... as ocasiões em que o governo federal efetivamente concedeu apoio direto à cafeicultura foram circunstâncias em que havia sinais evidentes de que adviria severo desequilíbrio externo caso os preços do café fossem deixados ao sabor das forças do mercado... Não se deve perder de vista que em uma economia primário-exportadora especializada como a brasileira, onde a instabilidade macro-econômica normalmente deriva de choques externos, a estabilização dos preços do produto básico de exportação é em geral, a política anticíclica mais eficiente a curto prazo... Evitando desequilíbrios externos substanciais que certamente teriam tido graves consequências para o desempenho da economia... Portanto, mesmo os casos em que o governo federal interveio diretamente nos mercados de café não podem ser usados, *prima facie*, como evidência da intenção de proteger os interesses setoriais da cafeicultura, uma vez que, nessas ocasiões, estes interesses confundiam-se com o interesse nacional" (Fritsch, 1985, p. 343).

produto, por outro lado tal defesa aprofundava o caráter monocultor da economia. Paralelamente, os outros setores clamavam por uma maior diversificação da economia nacional, através da defesa de outras atividades econômicas para superar os problemas decorrentes da estrita dependência do café. E se isso não ocorreu, foi, justamente, por causa do plano secundário que esses setores ocupavam a nível econômico e político. O resultado da persistência do abandono econômico e do ostracismo político foi, como vimos, o rompimento das chamadas "oligarquias dissidentes" com a hegemonia do grande capital cafeeiro, impondo, através da Revolução de 1930, a expansão da participação política para as outras frações do bloco no poder.

CONCLUSÃO

Procuramos neste capítulo fundamentalmente entender os conflitos regionais enquanto conflitos no interior da classe dominante. Para isso julgamos necessário fazer a crítica do termo "oligarquia regional" como um termo por demais generalizador, capaz de ocultar as diferenças de classe no interior de cada região. Entendendo os conflitos regionais como conflitos de classe tentamos, então, explicar o porque desses conflitos não ocorrerem entre todas as regiões, mas sim se polarizarem entre São Paulo e Minas Gerais, por um lado, e os outros estados, sob a chefia do Rio Grande do Sul, por outro. Essa polarização ocorreu, como esperamos ter

mostrado, em função da regionalização da economia agro-exportadora no estado de São Paulo, que deu aos conflitos entre as frações da classe dominante com interesses no mercado interno e aquelas com interesses exportadores uma dimensão regional. Tentamos, então, através da análise de algumas crises políticas no período em questão, mostrar que o que ocorria na verdade era a polarização acima mencionada e não um conflito regional generalizado.

Além disso, mostramo-nos preocupados com a explicação da durabilidade da hegemonia do grande capital cafeeiro. Se é verdade que os conflitos acima identificados existiam, não é menos verdade que a hegemonia dos interesses do grande capital cafeeiro predominou durante 40 anos. Buscamos a explicação dessa permanência na capacidade de legitimação da dominação que buscava sua eficácia em dois pontos: na representação, por parte da fração hegemônica da economia agro-exportadora, de um interesse básico do bloco no poder, que era a reiteração do caráter agro-mercantil de nossa economia, e na transformação de seus interesses particulares em interesses universais do bloco no poder, transformação que foi possível graças à importância nacional que, de fato, o café logrou alcançar no primeiro período republicano.

Enfim, se quisermos entender a hegemonia na Primeira República não podemos falar em hegemonia de uma região, mas sim em hegemonia de uma classe. Falar em hegemonia de uma região é estar preso às aparências com que a regionalização da economia agro-exportadora recobriu a luta de classes no

interior do bloco no poder na Primeira República.

CAPÍTULO IV

O CAPITAL ESTRANGEIRO COMO FRAÇÃO HEGEMÔNICA NO
INTERIOR DO BLOCO NO PODER NACIONAL

Como já dissemos no Capítulo I, quando se analisa o bloco no poder na Primeira República, em São Paulo ou no Brasil, é impossível desconsiderar a presença do capital estrangeiro na economia e na política nacionais. A relação do Brasil com o capital estrangeiro foi fator determinante para o funcionamento da nossa economia, assim como para as oscilações da nossa política econômica.

Não pretendemos aqui analisar a dinâmica de nenhum capital estrangeiro em particular - inglês, americano, francês, canadense, etc. -, mas sim a dinâmica do capital estrangeiro em geral e as suas conseqüências para o funcionamento da economia e para a política econômica do período.

O capital estrangeiro se fez presente em vários setores da economia nacional. Monopolizou a comercialização dos nossos principais produtos agrícolas, participou com peso no setor de serviços públicos, assumiu posições importantíssimas no financiamento de atividades comerciais e das atividades financeiras do setor público nacional. Tal ascensão econômica, sobretudo através do controle das finanças públicas, conferiu ao capital estrangeiro a capacidade de conquistar sólidas posições políticas que lhe deram o poder de intervir nas decisões do Estado brasileiro acerca das políticas econômicas. Os exemplos são abundantes, desde a política cafeeira, passando por políticas monetárias

e financeiras e indo até às decisões sobre a política cambial. O capital estrangeiro procurava impor, e não raro conseguia, os seus interesses nessas decisões.

Nesse sentido, o poder econômico e a força política, que conferem a este capital a condição de fator fundamental nas decisões do Estado brasileiro sobre política econômica, justificam o seu estudo como força integrante e ativa do bloco no poder nacional. Como diz Joseph Love:

One must give a prominent place to external economic constraints in looking at long-term economic policy making. Thus foreign dependency, rather than the "alternative economy" would be the key to explaining government action (Love, 1989: 131).

Devemos dizer ainda mais. O capital estrangeiro não tinha apenas capacidade de impor ao Estado brasileiro medidas que atendessem aos seus interesses. Além disso, e por causa disso, tinha a capacidade de impor medidas que desagradavam profundamente a setores da classe dominante nacional¹, como foi o caso do *Funding Loan*, em 1898, e dos

¹ Steven Topik chama a atenção para o fato de não se considerar o capital estrangeiro como mera força externa para também se compreender o descontentamento de certos setores da classe dominante nacional. Diz o autor: "A relativa independência do Estado diante dos fazendeiros, explica-se com a parte importante dos investidores estrangeiros na economia do Brasil, mais que com conflitos de interesses entre diversas classes dentro do país. Muitos estudos da autonomia do Estado focalizaram sua atenção sobre os Estados capitalistas desenvolvidos, vendo principalmente o poder das forças internas; os estrangeiros geralmente não passavam de presenças exógenas. No Brasil, porém, as ligações com o capital europeu ou norte-americano tinham efeitos ambivalentes sobre a autonomia do Estado. É verdade que, se por um lado os empréstimos permitiram aos banqueiros exercer amplo controle sobre as finanças do Brasil... e sobre seus produtos primários, como na primeira valorização do café, os capitais europeus também conseguiam limitar a atividade do Estado brasileiro mediante manipulação da taxa cambial do país. Os conflitos entre o Estado e os produtores geralmente aconteceram quando as autoridades estatais achavam que os créditos externos de longo prazo eram mais importante para a sustentação do crescimento do comércio externo do que as necessidades imediatas dos brasileiros" (Topik, 1987, p. 190-191).

esquemas de sustentação do preço do café, forçando, assim, uma certa autonomia do Estado em relação aos interesses dessas classes. Por essas razões, é fundamental estudar o capital estrangeiro se se pretende saber quais interesses norteiam de fato a política econômica no período em questão.

1- BREVE EXPOSIÇÃO DA PRESENÇA DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO BRASIL ENTRE 1889 E 1930

Neste item pretende-se mostrar, de forma bastante resumida, a presença do capital estrangeiro em vários setores da vida nacional. A presença desse capital na economia cafeeira e nas finanças do país e suas conseqüências serão vistas separadamente.

As ferrovias foram um importante setor onde o capital estrangeiro se fez presente, tanto em São Paulo como no Brasil como um todo. Em São Paulo, as chamadas ferrovias do café (Mogiana, Paulista e depois a Sorocabana) foram, a princípio, ferrovias dominadas por capital predominantemente nacional. A década de 1910 presenciou o início da mudança de tal situação. Esse período presenciou uma transformação que testemunhou a tendência do domínio do capital estrangeiro sobre as três principais ferrovias nacionais. Isso se deu através da conquista cada vez maior de espaço na lista de acionistas pelos grupos estrangeiros (Saes, 1981a: 171). A estrada de ferro Sorocabana, por

exemplo, foi comprada pela União e transferida a São Paulo em 1903 e arrendada, para sustentar a política de valorização, à Sorocabana Railway Co. Ltd. A Mogiana e a Paulista, como já se viu, sofreu o avanço do capital estrangeiro através da compra de ações pelo grupo Farquhar. Esse grupo, aliás, não se limitou a São Paulo e avançou sobre as ferrovias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em 1914, ele agregou à sua firma as ferrovias de Araraquara, São Paulo-Goiás e Dourados (Saes, 1986: 168-172). Através de arrendamento e compras de ações, o capital estrangeiro exerceu forte influência sobre as ferrovias nacionais.

A produção de energia elétrica e o transporte urbano foram outros setores onde o capital estrangeiro se fez presente. Entre 1906 e 1914 houve forte expansão do grupo Light, iniciando a superação dos limites da cidade de São Paulo. Enquanto isso, no âmbito dos municípios do interior continuavam a surgir empresas nacionais. É claro que, apesar dessa divisão, a grande oportunidade no setor de energia elétrica já fora absorvida pela Light quando conseguiu liquidar as empresas nacionais de transporte urbano e energia da capital do estado. O que restou para o capital nacional nesse setor foi, na verdade, muito pouco. A Light passou do domínio do transporte urbano com tração elétrica para o monopólio do fornecimento de energia elétrica residencial e industrial. Em 1915 passou a ser acionista da Cia. Telefônica do Estado de São Paulo,

deslocando vários acionistas nacionais (Saes, 1986: 174-180). O investimento estrangeiro em energia elétrica propiciou a mobilização necessária de capital por parte das empresas manufatureiras nacionais. Não fosse isso essas empresas certamente não disporiam do capital necessário para investir em energia elétrica. Por sua vez, a existência de um parque industrial relativamente avançado propiciou um mercado lucrativo para os investidores estrangeiros no setor em questão.

O capital estrangeiro investiu em energia em vários pontos do Brasil. Em São Paulo dominava a São Paulo Tramway, Light and Power, criada em 1899; no Rio a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power, em 1905; em Pernambuco a Tramway and Power Co. Ltd., em 1913; no sul a Southern Brazilian Electric Co. Ltd. e na Bahia a Tramway, Light and Power, em 1905, pertencente ao grupo Farquhar (Castro, 1976: 109-110).

Observou-se no período o avanço do capital estrangeiro também na área bancária, em especial no estado de São Paulo, em função de seu vigor econômico. Em 1911, as instituições estrangeiras tinham quase dois terços dos ativos totais dos bancos com sede na capital, permanecendo essa situação ainda em 1920 (Love, 1985a: 62). Ainda na capital encontrávamos, em 1906, dois bancos nacionais e seis estrangeiros e, em 1910, cinco nacionais e onze estrangeiros (Mello e Saes, 1985: 325). Segundo Flávio Saes (1986: 181-182), no estado de São Paulo, em 1906, num total de treze bancos, nove eram

nacionais - três da capital e seis do interior - com 65% dos depósitos e 68% dos empréstimos, e apenas quatro eram do exterior, com 35% dos depósitos e 32% dos empréstimos. Já em 1917, num total de dezessete bancos, sete eram nacionais - quatro de São Paulo e três do interior -, com 41% dos depósitos e 48% dos empréstimos, e dez eram do exterior, com 59% dos depósitos e 52% dos empréstimos.

Não há dúvida de que o financiamento da dívida pública e dos esquemas valorizadores permitiram aos bancos estrangeiros uma crescente participação no mercado de São Paulo. Por outro lado, como vimos, a inexistência de crédito à lavoura fez com que os bancos de custeio rural desaparecessem já na década de 20, além de ser encampado o Banco de Crédito Hipotecário, em 1926, por não ter atendido às suas finalidades.

No setor manufatureiro a presença do capital estrangeiro foi pouco expressiva. Na verdade, ele se fez mais presente onde o capital nacional não tinha condições de agir, como no setor produtor de bens de capital. O capital estrangeiro tinha inexpressivo investimento na indústria têxtil e de alimentos, mas estava presente na Cia. Brasileira de Cimento Portland, de 1924, com a participação de 70%; estava presente também na produção de aço, onde prevaleceu através da Belgo-Mineira. Na mineração agia através da Itabira Iron, de Farquhar, e da Anglo Brasileiro Iron and Steel, criada em 1921.

Na verdade, o capital estrangeiro jamais dominou

diretamente a atividade produtiva, restringindo-se aos serviços públicos, ao financiamento e à especulação comercial. Nesta última, o monopólio por esse capital da comercialização dos nossos principais produtos agrícolas foi fundamental para as ações especulativas.

Na economia cacaueteira, como já vimos com Edgar Carone, a produção estava submetida ao domínio mercantil das casas exportadoras estrangeiras que, monopolizando o comércio de cacau, impunham preços aos produtores. Além disso, na falta de crédito, financiavam os proprietários da terra com financiamento que deveriam ser pagos com a safra futura. Como o preço da safra era dado pelos oligopsônios estrangeiros, os produtores não conseguiam preços suficientes para pagar as dívidas contraídas. Viam-se obrigados a recorrer a novos financiamentos, afundando-se em dívidas e cada vez mais dependentes do capital estrangeiro.

Este participou também da comercialização do açúcar. Vimos que no decorrer de toda a Primeira República assistiu-se freqüente utilização da máquina estatal para defender manobras monopolistas de grupos comerciais com vistas a desencadear verdadeiras guerras de preços e violentas disputas tarifárias e de subsídios. O controle da efetivação dos lucros não estava nas mãos dos proprietários do capital produtivo agrário, mas nas mãos dos monopolizadores do comércio e dos transportes. Dentre esses monopólios, um dos mais importantes era a Sociéte de Sucreries Brésilienne, usineiros-comerciantes em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Esse monopólio teve papel importantíssimo na oposição aos planos de 1905 e 1911 que visavam colocar o comércio sob controle dos produtores de cana (Gnaccarini, 1985: 339-340).

No que se refere à economia gomífera, se dela não resultou um complexo econômico diversificado, dinâmico e duradouro, isso se deu, em grande parte, devido à remessa de lucros para o exterior, dada a enorme participação do capital estrangeiro no comércio da borracha.

No início do seu ciclo não havia capitais na Amazônia. Porém, tão logo ela se mostrou um empreendimento lucrativo, os capitais estrangeiros para lá se mobilizaram. Na cadeia de dependência entre patrão, aviador e casa exportadora estrangeira, o primeiro se submetia à segunda que, por sua vez, devido à falta de crédito e de capital, submetia-se à casa estrangeira que financiava as despesas necessárias para a instalação do seringal e sua manutenção posterior. As casas exportadoras, na sua maioria inglesas (os ingleses controlavam 60% do comércio da borracha), dominavam não apenas as operações de crédito, mas a própria comercialização, operando em regime de oligopsônio e, dessa forma, ditando os preços mais baixos possíveis para a safra de borracha, tornando impossível o pagamento dos empréstimos pelos aviadores.

O capital estrangeiro não se limitou à comercialização do produto e se expandiu em direção aos transportes na área. Assim, Farquhar criou, em 1906, a Companhia Port of Pará, que seria a cabeça do *holding* constituído na região,

recebendo do governo brasileiro garantia de 6% de juros sobre o capital invertido. Farquhar garantiu, desse modo, o controle da "garganta" pela qual passavam todas as exportações de borracha. Ou seja, controlava o acesso ao mercado consumidor mundial através do controle das vias de transporte. Farquhar investiu ainda na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, no transporte fluvial, comprando, em 1909, a Cia. De Navegação do Amazonas e, em 1911, a Amazon River Stean Navigation Company, monopolizando completamente o tráfego no rio Amazonas.

No Rio Grande do Sul, a presença do capital estrangeiro na produção e comercialização de carne congelada se iniciou no período da guerra com a criação dos frigoríficos Wilson and Company, Armour, Swift, Continental e Anglo, dominados pelo capital americano. Durante o período da guerra (1914/1918), as exportações de carne em conserva ou congelada passaram a determinar os preços para o boi gordo e, em certa medida, a produção dos charqueadores e dos matadouros. Isso porque quando existia a possibilidade de colocar grandes quantidades de carne no mercado, por intermédio dos frigoríficos, o preço do boi gordo era aumentado, dificultando, assim, a aquisição de animais pelas charqueadas que não podiam pagar preços mais elevados devido à forte concorrência que sofriam do charque platino no mercado nacional. Os matadouros, por sua vez, eram obrigados a trabalhar com baixas taxas de lucro para evitar a concorrência dos frigoríficos no mercado regional. Quando as

exportações de carne foram restringidas com o fim da guerra, os abates nos frigoríficos diminuíram, provocando aumento de oferta e diminuição dos preços do boi gordo. Nessas ocasiões era estimulada a produção de charque para os mercados nacionais e de carne verde para o consumo regional.

Como fim da guerra, a política do cartel internacional da carne foi no sentido de limitar a oferta no mercado europeu, evitando, assim, a queda dos preços finais e, no que se referia a sua relação com os produtores nacionais, comprar o gado gordo a preço baixo uma vez que estes abatiam menos para um rebanho do mesmo tamanho.

Também nas charqueadas era forte a presença do capital estrangeiro. A técnica primitiva usada pelos charqueadores nacionais não permitia o acesso a uma série de benefícios gozados pelos charqueadores estrangeiros. Em 1920, de 31 charqueadas existentes, dez eram de capital estrangeiro, sendo a principal delas a Dickson. Chega-se, assim, com relação à pecuária gaúcha a seguinte conclusão: "o excedente gerado era, em grande parte, desviado para o exterior devido à predominância do capital estrangeiro nessas atividades" (Presser, 1978: 34).

A produção algodoeira no Ceará encontrava-se na mesma situação. Novamente, a presença do capital estrangeiro exercia influência sobretudo ao nível da circulação de mercadorias, sem provocar nenhuma alteração no âmbito da produção. O grande comércio de Fortaleza era dominado pelas casas francesas das famílias Boris e Gradwall. Como vimos,

os grandes comerciantes de Fortaleza submetiam os produtores às suas exigências já que monopolizavam o comércio de algodão (Porto, 1988).

Portanto, como se vê, o capital estrangeiro ocupava importantes postos em toda a economia nacional, sempre na posição privilegiada de monopolizador da comercialização dos nossos produtos agrícolas e, por conseqüência, dominando o capital produtivo. Além disso, ocupava importantes posições nos serviços públicos, ferrovias, energia elétrica, etc.

Resta analisarmos a presença do capital estrangeiro no centro dinâmico da nossa economia, isto é, a economia cafeeira. Veremos a seguir como ele se fez presente aí e quais as principais atividades por ele exercidas.

2- O CAPITAL ESTRANGEIRO NA ECONOMIA CAFEIEIRA

Mesmo atuando em toda a economia nacional, a análise da presença do capital estrangeiro tem que necessariamente deter-se sobre a economia cafeeira. E isso pelo fato de ser ela a nossa principal atividade econômica, a mais dinâmica e, sobretudo, a mais lucrativa. Por essas razões é natural que esse capital tenha se dirigido para esse setor com mais interesse do que em outros setores da economia.

No interior da economia agro-exportadora cafeeira o capital estrangeiro estabeleceu-se principalmente em duas atividades: a comercialização do café e o financiamento dos esquemas valorizadores. O domínio desses dois setores

conferiu ao capital estrangeiro forte presença na economia cafeeira e força política com capacidade para controlar as finanças do Estado e a sua política cafeeira.

O monopólio da comercialização do café pelas casas exportadoras estrangeiras iniciou-se, como vimos no Capítulo I, com a superação dos comissários de café. A partir de meados da década de 90 o circuito fazendeiro-comissário-exportador começou a ser alterado. Ao invés de comprar o café dos comissários, a um preço mais alto, as casas exportadoras estrangeiras passaram a adquiri-lo diretamente nas fazendas, aumentando a sua margem de lucro e rompendo com a possibilidade das casas comissárias conterem a oferta do produto para realizar negócios na alta do preço. Pouco a pouco o abandono do comissário e a compra direta ao fazendeiro acabou se impondo.

Assim, a partir daí, as casas comissárias foram perdendo importância e o comércio de exportação foi sendo monopolizado pelos agentes exportadores estrangeiros. Já nos anos 90 esses agentes detinham o controle do comércio de exportação. Para se ter uma idéia, nesse período foram exportadas pelo porto de Santos um total de 86 391 503 sacas de café. As dez maiores casas exportadoras eram responsáveis por mais de 70% desse total. Dessas dez, nove eram estrangeiras. A sua crescente presença no comércio cafeeiro deu-se passo a passo com o avanço da economia cafeeira.

Também a criação dos armazéns gerais, por lei federal de 1903, favoreceu o controle do comércio cafeeiro pelas

casas exportadoras estrangeiras. Esses armazéns foram um golpe de misericórdia na função de intermediário exercida pelos comissários. Os fazendeiros deviam armazenar neles o seu café e negociá-lo diretamente com o exportador. No entanto, os armazéns gerais não estavam sob controle dos fazendeiros, pois para a sua construção e uso uma série de exigências eram feitas, as quais somente o capital estrangeiro e o grande capital cafeeiro estavam em condições de cumprir. Dessa forma o capital forâneo conquistou pontos estratégicos na comercialização do café (Fausto, 1985: 212). Ou seja, o controle sobre os armazéns gerais traduziu-se em controle dos estoques de café, em controle da oferta e, portanto, em controle do mercado cafeeiro. Era uma força estratégica na atividade especulativa que veremos mais adiante.

Em 1905/1906, a filial da companhia inglesa E. Johnston and Co., que negociava com o café brasileiro desde sua organização em 1842, implantou a Registradora de Santos e a Cia. Paulista de Armazéns Gerais. Uma lei estadual de 1906 garantiu à empresa 6% de lucro pela operação dessas instalações. Em 1909, as duas firmas foram reunidas sob controle da Brazilian Warrant Company, subsidiária da Johnston (Love, 1985a: 69).

Dessa forma, no final do século XIX, e mesmo antes, segundo alguns autores (Vilarão, 1986: 44), as casas exportadoras estrangeiras já dominavam plenamente o comércio internacional do café. Entre elas destacavam-se a Theodor

Wille e Cia., fundada em 1869 e que, em 1870, passou a comercializar café em grande escala, fazendo de Hamburgo o primeiro porto no mercado europeu de café; a Eduard Johnston and Co., a Brazilian Warrant Company, a Hard Rank and Co., a Naumann Gepp, a Nossack e a Prado Chaves que, apesar de brasileira, estava comprometida a entregar o seu café no Havre com as casas Lathan and Co. Yung e Himeley e Fernand Souquet (Vilardo, 1986: 44).

A consequência imediata desse monopólio, extremamente nocivo aos fazendeiros de café, foi a força adquirida por essas casas estrangeiras no mercado, o que lhes permitiu, operando em regime de oligopsônios comerciais, impor preços aos fazendeiros. Lembre-se que, como vimos no primeiro capítulo, essas casas agiam frente a fazendeiros sem crédito, sem armazéns e, por isso, em grandes dificuldades. O fato é que, sendo o único meio de se fazer chegar o café aos consumidores, essas casas exportadoras encontravam-se em posição privilegiada para determinar o preço do produto, ainda mais que controlavam o café estocado nos armazéns gerais.

Não bastasse isso, o monopólio do comércio cafeeiro e todas as suas consequências, as casas exportadoras estrangeiras conseguiam, através da especulação, jogar o preço do café para o nível mais baixo possível, suficiente apenas para que o fazendeiro compensasse os gastos com os elementos da produção. Como disse Albuquerque Lins, em 25 de Janeiro de 1908:

Fixado como está o valor da moeda nacional, basta que o café deixe de ser convencional instrumento de especulação e jogo, para valer comercialmente o que deve valer como um dos mais importantes artigos de comércio do mundo, o fruto do capital e do trabalho de um povo que, apesar de ter nele o monopólio incontestado e sua maior fonte de riqueza, se contenta em compensar-se dos seus gastos de produção (apud Casalecchi, 1978: 25).

Como funcionava esse mecanismo especulativo que Albuquerque Lins e tantos outros denunciavam? Como se sabe, a economia cafeeira no Brasil sempre sofreu a ameaça cíclica da superprodução. As casas exportadoras aprenderam a jogar largamente com essa situação. Em época de grandes colheitas, elas aproveitavam para formar estoques que passavam a pesar sobre os preços do café. Ou seja, na medida em que armazenavam estoques consideráveis elas podiam sempre pressionar para baixo o preço do produto - que já caía naturalmente em época de colheita -, com a ameaça de lançá-los no mercado. Depois, em período de colheitas menores ou entresafra, escoavam esses estoques em condições bem mais vantajosas. Vale notar que ao mecanismo especulativo que forçava o preço para baixo não correspondia uma queda do preço do café no varejo. Enquanto o fazendeiro brasileiro via o seu preço baixar, o consumidor estrangeiro pagava o

mesmo preço². Não era à toa que as casas exportadoras auferiam lucros fabulosos. Controlando os estoques, operando como oligopsônios na compra do produto no Brasil e como monopólio na venda para os mercados consumidores dos Estados Unidos e Europa, essas casas controlavam o comércio cafeeiro e podiam impor os preços de compra e de venda.

Como consequência, políticos, intelectuais e fazendeiros reclamavam do sério obstáculo que tal controle representava para a acumulação interna de capital. Controlando os estoques do produto, forçando a baixa do seu preço, grande parte do excedente aqui produzido ia para fora do País, nas mãos das casas exportadoras estrangeiras, sob a forma de lucro mercantil. Ao "produtor" restava, como notou Albuquerque Lins, capital suficiente apenas para repor os elementos da produção. O monopólio do comércio do nosso principal produto era, sem dúvida, uma das principais maneiras pela qual o capital estrangeiro retirava grande parte do excedente aqui produzido. Cincinato Braga nos dá uma idéia da situação ao dizer que:

A cotação do café cru, pelas manobras gananciosas da especulação, agindo à sombra da nossa indiferença governamental por estes assuntos foi baixando... baixando... até que em junho de 1920 caiu a 24 centavos o café cru, mantendo-se, porém,

² "A colheita do café se faz no Brasil num período relativamente curto de 4 meses (maio a agosto), quando então a produção aflui para os portos exportadores forçando a baixa dos preços. Segue-se depois um período de carência do produto, e então os preços sobem. Os intermediários do comércio serão compradores na primeira fase e vendedores na segunda. Acaparam, assim, em detrimento dos produtores, a maior parte dos lucros." Ou ainda: "O aumento da produção será aproveitado para forçar a baixa do preço do produto (que declinava daí por diante até 50% apenas do seu valor primitivo); mas com o controle do comércio e da exportação, impedir-se-á que os excessos cheguem até os mercados consumidores onde o preço se manterá sem modificação". Prado Júnior, 1945(1987), p. 222 e 230.

a 50 centavos por preço no varejo. Pois bem. De junho para cá a baixa continuou mais ousada: dos 29 centavos de agosto do ano passado, caiu o preço para 14 centavos por libra, atualmente. Ora, tendo a saca 132 libras, claro é que sofreu o Brasil um prejuízo de 19 dólares e 80 centavos por saca; e como a safra brasileira de 1920 é de 11 milhões de sacas, o prejuízo do Brasil na corrente campanha anual vai ser de \$217 800 mil dólares. Estando cada dólar a preço cambial de 5\$300, esse prejuízo apurado em papel é de 1 154 000:000\$000, que a ganância comercial estrangeira tira cuidadosamente do bolso indefeso da Pátria brasileira, que a todo esse lucro tem direito, porque ele é o fruto do seu trabalho. Serão 60 milhões de esterlinos que deixarão de entrar no nosso país (apud Sodré, 1967: 242).

No entanto, mais do que no comércio do café, o capital estrangeiro assumiu posições de extrema força através do financiamento dos esquemas valorizadores. Aqui a sua contribuição financeira se mostrou indispensável e a ela correspondeu a conquista de sólidas posições políticas e de controles sobre a política cafeeira. Aliás, a atividade financeira do capital estrangeiro, dentro ou fora da economia cafeeira, guardou sempre uma importância fundamental pela sua rentabilidade e pela força política que ela conferiu a esse capital.

O primeiro esquema valorizador, que se iniciou em 1906, teve grande participação do capital estrangeiro. Foi este que esquema permitiu, pela primeira vez, a entrada de capitais originários de outros países (França, Alemanha, Estados Unidos), graças à recusa inicial dos Rothschilds - até então a casa financeira que tinha o privilégio de basicamente monopolizar as negociações com o Brasil - em

financiar o plano³.

Esse esquema valorizador, muito diferente, como vimos, do Convênio de Taubaté, foi uma cooperação entre o estado de São Paulo e os negociantes estrangeiros de café. Ele baseou-se no respaldo financeiro dado por estes últimos e por banqueiros estrangeiros. Minas e Rio tiveram, na verdade, participação extremamente limitada.

O esquema realmente efetivado começou com a formação de um consórcio de valorização privado, formado por banqueiros e comerciantes e organizado por Herman Sielcken, poderoso negociante americano de café. Desse consórcio faziam parte Crossman, Sielcken, Arbuckle Bros. e Theodor Wille, junto com mais três companhias do Havre, quatro de Hamburgo, Wille and Co., dois bancos londrinos e um de Hamburgo. O esquema proposto funcionava da seguinte maneira. O consórcio deveria adiantar 80% do capital necessário à sua implementação; o governo de São Paulo participaria com os outros 20%. São Paulo deveria pagar 6% anuais de juro sobre o total e ficar como proprietário legal do café adquirido, ao mesmo tempo em que dava o mesmo como garantia dos empréstimos a serem feitos.

Em 14 de dezembro de 1906, foi concedido um empréstimo de 3 milhões de libras, dos quais um milhão foi para os bancos alemães e dois milhões foram destinados às compras da valorização. Nesse período foi criada a sobretaxa de 3

³ Contudo, é interessante observar que as diversas conexões existentes entre os vários bancos e companhias participantes do primeiro esquema valorizador não permitiram a São Paulo tirar proveito da diversidade de capitais participantes. A competição entre eles, em função das conexões acima mencionadas, era inexistente. Cf. Love, 1982, p. 343-344.

francos sobre cada saca exportada também para servir como garantia dos empréstimos feitos, imposta pelos bancos estrangeiros preocupados em ter apenas o café como garantia. Em fevereiro de 1907, o estado de São Paulo adquiriu 6 milhões de mil-réis do governo federal para a compra de café do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Mas foi em dezembro de 1908 que efetuou-se o empréstimo mais controverso, tanto pelo seu volume como pelas implicações que continha. O empréstimo era no valor de 15 milhões de libras, com vistas a pagar os outros empréstimos da valorização que ainda estavam correndo, incluindo os 80% iniciais adiantados pelo consórcio.

Pelo lado da administração do esquema, o comitê da valorização, formado por quatro membros da Schroeder e Cia., dois dos bancos franceses e um representante do Estado de São Paulo, como que para eliminar qualquer dúvida sobre quem mandava, designou o presidente do Bank of England como árbitro máximo em qualquer disputa entre São Paulo e os membros do comitê.

O acordo com os capitalistas estrangeiros implicou ainda numa consequência negativa no que se referia à política cafeeira. Segundo as cláusulas do acordo realizado em dezembro de 1908, São Paulo perdia o controle do café da valorização sem, no entanto, ficar isento dos compromissos financeiros decorrentes. Outra cláusula afirmava ainda que o governo de São Paulo não poderia decretar nenhuma lei concernente ao comércio cafeeiro sem antes ter uma permissão

expressa do comitê de valorização. Ou seja, pelo contrato de 1908 os destinos do comércio cafeeiro e do esquema valorizador estavam nas mãos do capital financeiro internacional. As empresas que participaram do esquema e que formaram o comitê monopolizaram os estoques da valorização, responsáveis por 90% dos estoques totais do Brasil e controlaram a sua liquidação. Tudo exatamente ao contrário do que pregava o Convênio de Taubaté. Como afirma Thomas Holloway:

Politicamente, o governo paulista perdeu poderes em relação aos capitalistas estrangeiros e aumentou seus poderes em relação aos outros estados e ao governo federal... A opção que se apresentava ao Estado era, ou submeter-se às condições impostas pelos banqueiros ou perder os estoques do café, dados como garantia em empréstimos precedentes (Holloway, 1978: 97)⁴.

Ou seja, o programa de valorização contribuiu de forma significativa para fortalecer o controle estrangeiro sobre as finanças do País e do estado de São Paulo. Por essa razão, em 1916, um especialista em finanças inglês perguntava: "o que vale mais: receber o pagamento (dos empréstimos da valorização) ou continuar a ter o controle sobre o imposto do café?" (apud Love, 1985a: 77). Já se sabia que participar do financiamento desse e de outros esquemas era mais vantajoso do que ver os compromissos totalmente saldados e os laços de dependência desfeitos.

No primeiro esquema valorizador coube aos fazendeiros de café, em particular, um preço mínimo que, como vimos,

⁴ Todas as informações acerca da participação do capital estrangeiro na primeira valorização expostas até aqui encontram-se em Holloway, 1978, Capítulo IV.

estava muito aquém das exigências contidas no Convênio de Taubaté. Ao estado de São Paulo coube, por sua vez, a posição de agente passivo e ao capital estrangeiro coube a maior parte dos lucros, o controle dos estoques e a última palavra sobre a política cafeeira.

Vejamos agora alguns exemplos concretos de como esse poder financeiro traduziu-se em força política, em capacidade de pressão e de barganha. Deteremo-nos num exemplo sobre as exigências do capital financeiro francês em relação ao primeiro esquema valorizador (Saes e Szmerecsanyi, 1985: 211-214).

Em 1908, o empréstimo para a consolidação do primeiro esquema valorizador seria negociado em Londres e na bolsa de Paris. Nesta última seriam colocados os títulos do empréstimo. Foi em torno dessa admissão, fundamental para o sucesso da valorização, que o capital financeiro francês impôs suas condições.

Como primeira exigência colocou-se a garantia federal aos empréstimos recebidos por São Paulo e a presença de elementos franceses na comissão de controle do esquema valorizador. Como parte da barganha entrava também a exigência de certa amenização dos rigores alfandegários com alguns produtos franceses. A imprensa daquele país colocava claramente que em troca da subscrição da França aos empréstimos concedidos ao Brasil seria exigido que fosse dado ao país tratamento favorecido análogo ao concedido aos Estados Unidos, além da redução dos direitos alfandegários

sobre a manteiga, maior tolerância quanto ao grau de elementos sulfurados no vinho e aceitação pela alfândega brasileira dos certificados de análise de mercadorias emitidos por instituições francesas. Essas exigências foram comunicadas ao Barão do Rio Branco que as aceitou como "compensação" pela admissão à Bolsa de Paris dos títulos do empréstimo feito pelo estado de São Paulo. É claro que a ameaça de recusa funcionava como razão fortíssima para que tais "compensações" fossem concedidas. Esse tipo de "negociação" perpetuou-se durante o período, pelo menos até 1914.

A pressão do capital financeiro francês se revela num caso exemplar onde o Ministério de Negócios Exteriores e o das Finanças daquele país mostraram-se de acordo em não admitir o lançamento, na Bolsa de Paris, de títulos de um empréstimo ao estado de São Paulo, junto a Casa Rotschild de Londres, enquanto não fosse concedida a uma sociedade francesa a construção do porto de Pernambuco. Por sua vez, o Ministro da República francesa, em troca da emissão de parte de um empréstimo ao governo brasileiro, tentava negociar vantagens para empresas francesas, em especial a concessão de um banco hipotecário em São Paulo.

Assim, a forma normal de negociar empréstimos era a imposição de condições altamente favoráveis aos capitais estrangeiros. Essas negociações envolviam o pagamento de dívidas atrasadas a empresas francesas, encomenda à indústria, concessões alfandegárias, participação no

controle de atividades econômicas, etc. Não temos razão nenhuma para achar que tais procedimentos fossem exclusivos do capital francês e não uma prática generalizada entre alemães, ingleses, americanos, etc. Ao Brasil, um País sem capital, não restava outra saída senão conceder sólidas posições políticas ao capital financeiro internacional.

A segunda valorização ocorreu em 1917 e, se é certo que houve pouca ou nenhuma participação do capital financeiro internacional, não se pode concluir daí que os esquemas valorizadores serviram para afastar do comércio cafeeiro o capital estrangeiro e devolver o controle aos fazendeiros do café, como fazem alguns autores⁵. O segundo esquema valorizador realizou-se num período anormal e, por isso, teve um funcionamento atípico. O conflito mundial, ao mesmo tempo em que fez cair as exportações e o preço do café, impingiu uma escassez de capital aos países dependentes da "ajuda" financeira européia. Nessas condições, isto é, com o preço do café em declínio e sem capital, não restou outra alternativa ao governo brasileiro senão realizar a defesa do produto através da emissão de moeda. Sem dúvida nenhuma, o capital financeiro internacional estava afastado desse esquema e, por isso, não deteve o controle que ele adquirira no anterior. Mas é bom frisar que esse novo esquema se deu num período anormal. De fato, após o fim da guerra, com a terceira valorização, tudo voltou a ser como antes. Aliás, a terceira valorização

⁵ Confira, por exemplo, Vilardo, 1986, p. 126.

revelou a capacidade de intervenção do capital financeiro internacional com relação a nossa política cafeeira. Como vimos, os fazendeiros de café aprovaram a experiência emissionista da segunda valorização, pois ela afastou o capital estrangeiro e com ele as sobretaxas de garantia a empréstimos externos. Porém, não conseguiram que o novo processo valorizador se realizasse nos moldes do segundo, isto é, com emissão de moedas, e isto, como veremos, por pressão do capital financeiro internacional.

Não vamos descrever o terceiro esquema valorizador em detalhe, visto que isso já foi feito no Capítulo I deste trabalho. Por ora basta lembrar que, em função da conjuntura internacional recessiva, os representantes dos fazendeiros sugeriram realizar o novo esquema novamente com base nas emissões, eliminando a dependência com relação ao capital financeiro internacional. Isto de fato ocorreu num primeiro momento. Porém, o projeto de se realizar a terceira valorização com base nas emissões foi arquivado em grande parte por causa da pressão do capital estrangeiro. A reprovação por parte desse capital ao uso da emissão para financiar a valorização tinha dois significados: o primeiro era pelo fato de as emissões imporem riscos à condição de bom-pagador do Brasil. Aqui o capital financeiro internacional mostrava-se preocupado com os efeitos nocivos das emissões sobre a taxa cambial e com a conseqüente dificuldade para se saldar os empréstimos internacionais. O primeiro motivo residia, pois, na tentativa de garantir o

pagamento de juros e serviços da dívida brasileira com os países credores; o segundo motivo encontrava-se no interesse desse capital em, financiando o esquema valorizador, exercer o controle sobre o seu funcionamento. Fosse este realizado por emissões essa possibilidade seria mais improvável.

O resultado final foi totalmente harmônico com os interesses do capital financeiro internacional. Este conseguiu reverter a situação, suprimiu as emissões, mesmo depois de aprovadas pelo decreto presidencial em novembro de 1920, e impôs ao governo brasileiro e aos fazendeiros de café os empréstimos para efetivar o esquema valorizador. Em maio de 1922, Epitácio Pessoa contraiu um empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas com os banqueiros ingleses Rotschild, Baring Bros. e J. Henry Schroeder, cujas cláusulas feriam gravemente os interesses dos fazendeiros de café.

Pelo contrato, o governo deveria ceder como garantia os 4,5 milhões de sacas que havia retirado desde o começo da terceira valorização. Formou-se um comitê com representantes dos banqueiros ingleses, um do Brazilian Warrant Co. e um do governo brasileiro. Mais uma vez este comitê passaria a ter o controle da liquidação dos estoques. O resultado da venda deste ficaria retido junto ao comitê até 1932, isto é, por dez anos, data de vencimento do contrato. E, também mais uma vez, o Estado brasileiro ficaria proibido de realizar nova intervenção no mercado cafeeiro sem autorização expressa da Brazilian Warrant ou do comitê (Vilardo, 1986: 137-147).

Portanto, bastou passar o período de anormalidade da guerra para que a burguesia financeira internacional voltasse a exercer a sua hegemonia no financiamento dos negócios cafeeiros, com o ônus político daí decorrente, tal qual na primeira valorização. Ficou claro que o capital financeiro internacional bloqueou as reivindicações da lavoura e impôs a sua política, isto é, o abandono das emissões e a realização do terceiro esquema valorizador com base em empréstimos externos. Assim, a terceira valorização mostrou a força política conquistada pelo capital financeiro internacional, força suficiente para fazer malograr um projeto de interesse de um setor da classe dominante nacional.

Mais uma vez, os fazendeiros se encontraram impotentes frente à força do capital estrangeiro, novamente o Estado se viu como mero garantidor dos empréstimos efetivados e, novamente, os grupos internacionais garantiram a sua preponderância econômica e política dando a última palavra sobre as decisões concernentes ao nosso principal produto.

A especulação comercial apareceu como pretexto para se iniciar a defesa permanente do café. Já vimos no Capítulo I as condições nas quais a lavoura vivenciou esse esquema. Quanto ao capital estrangeiro, mais uma vez ele conseguiu bloquear reivindicações da lavoura que exigiam as emissões para o financiamento da defesa permanente. Depois de revogadas as cláusulas impeditivas do empréstimo de 9

milhões de libras para a terceira valorização, graças a uma negociação em novembro de 1923, e com a defesa permanente já a cargo de São Paulo, o que ocorreu em 1924, o Instituto Paulista de Defesa do Café contraiu um empréstimo de 10 milhões de libras com o Lazard Brothers. Este banco passaria o dinheiro para o Banco de São Paulo que, por sua vez, repassaria-o aos bancos que dessem crédito à agricultura. Para garantia desse empréstimo foi criada uma taxa de mil-réis sobre cada saca exportada, a ser paga pelos cafeicultores.

Percebe-se, então, que o governo brasileiro cedeu à pressão dos credores não realizando uma política emissionista, fazendo empréstimos externos e onerando a lavoura. É difícil pensar que houvesse qualquer autonomia nesse processo em relação ao capital financeiro internacional. O Lazard Brothers, de Londres, era um dos maiores trusts financeiros que se estabeleceu no País no pós-guerra. Com certeza, através do domínio financeiro que exerceu sobre o esquema valorizador, sendo a única fonte de recursos da nova política de valorização, conquistou o controle da defesa permanente. Embora esta figure como uma tentativa de conquistar autonomia frente ao capital estrangeiro, parece não ter sido bem sucedida nessa

intenção⁶.

Como notou Flávio Saes (1986: 211), os esquemas valorizadores possibilitaram uma forte "internalização do capital estrangeiro" no Brasil. A ação constante desse capital através do financiamento externo para garantir os preços do café lhe conferiu uma forte presença econômica no País e no estado de São Paulo. Mas vale lembrar que a internalização do capital estrangeiro não deve ser entendida como um processo puramente econômico. A sua presença no financiamento da valorização do nosso principal produto implicou também no poder de interferir nas decisões do Estado acerca da política cafeeira e no controle dos esquemas valorizadores. A internalização econômica é, portanto, inseparável da internalização política. E isso é bastante compreensível na medida em que o financiamento do esquema valorizador significava a garantia da comercialização do excedente agrícola produzido na economia cafeeira.

Em função dos negócios cafeeiros e da importância dos empréstimos externos, São Paulo, já em 1906, era responsável por mais da metade do total do débito externo de todos os Estados da Federação. Em 1933 a proporção atingiu 60%. Em 1931, São Paulo devia doze vezes mais que Minas e quatorze

⁶ "Em 1906-1909, em 1921-1924, banqueiros e importadores haviam assumido o controle dos estoques e assegurado para si as maiores vantagens. Agora a defesa permanente se apresentava como um mecanismo de garantia da renda dos cafeicultores, sob proteção do Estado, tratando de vincular-se ao capital financeiro apenas para obter o financiamento... A insolência da burguesia do café era porém relativa. Todo o plano valorizador dependia do capital financeiro e o Estado de São Paulo assumiu compromissos de vulto" (Fausto, 1985, p. 242).

vezes mais que Pernambuco. Em relação à dívida externa federal, as obrigações de São Paulo no estrangeiro passaram de uma proporção de 4%, em 1904, para 14%, em 1906, chegando ao máximo de 33% em 1908, ano da consolidação da primeira valorização.

A dívida gerada pelas necessidades do setor cafeeiro distinguia-se das obrigações ordinárias assumidas pelo governo estadual. Iniciada como o primeiro programa valorizador, em 1906, atingiu o triplo do valor da dívida ordinária em 1908. Com a reorganização do esquema valorizador neste ano, os recursos externos passaram a ser a principal, quando não a única, fonte de financiamento até o início da década de 30 (Love, 1982: 343-345).

Mesmo que os esquemas de sustentação do preço do café tenham gerado lucro para o governo de São Paulo, e isto ocorreu em onze dos quinze anos de política de valorização, o fato mais importante aqui é que eles dependeram crescentemente dos empréstimos externos e essa dependência, como vimos, não se deu sem o devido ônus político: a política cafeeira sob controle estrangeiro.

Lembre-se, no entanto, que o governo de São Paulo se via amarrado às exigências do capital financeiro internacional não apenas em função do financiamento externo dos esquemas valorizadores. O fato é que a receita paulista estava estreitamente ligada ao desempenho do imposto de exportação sobre o café. E isto significava um problema na medida em que tornava a preparação do orçamento público uma

questão de adivinhação, devido às grandes flutuações que ocorriam no mercado externo (Love, 1982: 339). Mas o pior era que a receita governamental, embora razoável, não era suficiente para financiar os encargos públicos, justamente por ter a sua fonte baseada apenas no imposto sobre exportação. Ora, um sistema tributário tão fraco e instável era gerador de um *deficit* orçamentário freqüente que colocava o Tesouro Estadual em situação ainda mais difícil quando qualquer crise ou abalo atingia o volume da exportação. Como era de se esperar, tal situação levou à constante utilização do endividamento externo, promovendo, também através do financiamento do *deficit* orçamentário, a internalização econômica e política do capital estrangeiro. Por esta extrema dependência em relação ao capital financeiro internacional, seja para financiar os esquemas valorizadores, seja para financiar o *deficit* orçamentário, estar em dia com os credores internacionais, isto é, atender aos seus desígnios, era sempre uma questão de primeiro plano para o governo de São Paulo.

É preciso lembrar que esse poder do capital financeiro internacional ultrapassou os limites de São Paulo e atingiu também o governo federal. Os problemas tributários do estado repetiram-se a nível federal, permitindo uma forte ascendência do capital internacional sobre o governo da União. As suas causas e conseqüências é o que veremos a seguir.

3- A DEPENDÊNCIA FINANCEIRA ESTRUTURAL DO BRASIL E A FORÇA POLÍTICA DO CAPITAL ESTRANGEIRO

Veremos aqui que as finanças internacionais assumiram importância capital para as atividades econômicas brasileiras durante o primeiro período republicano. Neste período não tínhamos mais a ação de indivíduos com inversões esporádicas no país, mas poderosas instituições comerciais e financeiras com interesses profundamente arraigados no interior da nossa economia. Encontramos, pois, as filiais dos grandes bancos ingleses, alemães, franceses, norte-americanos e outros já instalados no País e com os negócios recebendo forte impulso.

Há muito tempo o Brasil deixara de ser mero receptor de mercadorias produzidas nos países centrais. Na Primeira República o País já se transformara em destino importante para as exportações de capital⁷. O excedente de capital gerado nesses países vinha para o Brasil visando aumentar os lucros, como vimos, através de investimentos nos setores de serviço público, empresas de navegação, etc.. Mas, com certeza, esses capitais não vinham ao País para transformar a natureza da nossa produção. Ao contrário, procuravam setores mais estáveis, em especial aqueles onde era dada a garantia oficial. Por essa razão, durante a Primeira República, o grosso dos investimentos estrangeiros no País

⁷ É claro que essa mudança do Brasil de receptor de mercadorias para receptor de capital é o corolário das mudanças ocorridas nos países centrais, em especial a Inglaterra, quando esses países viram na exportação de capital aos países atrasados um meio de aumentar seus lucros. Cf. Sodré, 1967, p. 149.

assumiu a forma de investimentos indiretos, isto é, veio sob forma de empréstimos contraídos pelo Estado.

A esse capital não interessava mudar o caráter fundamentalmente agro-exportador da economia brasileira, não lhe interessava contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, em suma, não lhe interessava dominar a produção, mas sim obter lucro da forma mais garantida e menos dispendiosa, e esta era, sem dúvida, o financiamento das atividades do Estado brasileiro.

No financiamento dos negócios públicos serão os ingleses praticamente os monopolizadores do atendimento às nossas necessidades financeiras. Os americanos terão algum significado nesse setor somente a partir de 1921. Em 1895, num total de 39 milhões de libras de estoque de capital estrangeiro nominal no portfólio público, 37,5 milhões eram britânicos. Em 1913, o total era de 151,7 milhões, dos quais a Inglaterra participava com 129,1 milhões. Finalmente, em 1930, o total era de 252,9 milhões dos quais 163 milhões eram de origem britânica (Abreu, 1985: 168).

Os vários dados numéricos conseguidos em vários textos sobre o período somente confirmam a brutal ascensão da nossa dependência financeira através do crescimento ininterrupto do número de empréstimos feitos e de nossa dívida externa. Para se ter uma idéia, por ocasião da proclamação da República a dívida externa brasileira era de 30 milhões de libras. Em 1910, ela já era de 90 milhões, atingindo, em 1930, a enorme quantia de 250 milhões de libras (Prado

Júnior, 1945 (1987): 211). Esse movimento crescente se revela no aumento violento dos empréstimos externos. Em 67 anos de Império, o Brasil havia feito dezessete empréstimos; em apenas 41 anos de República o Brasil fez 27 empréstimos. Vale lembrar que, entre 1889 e 1937, mais da metade dos empréstimos externos negociados pelo governo federal foi subscrita pelos Rotschild.

O modo pelo qual os empréstimos eram feitos oneravam profundamente o governo brasileiro. Nunca recebíamos o seu valor integral, pagando, porém, sempre mais do que o recebido. Os empréstimos eram definidos por diversos tipos. Num empréstimo de tipo 80, por exemplo, de 1000 libras emprestadas recebíamos apenas 800. Os outros 200 seriam distribuídos entre comissões, frete do ouro, juros, etc. (Carone, 1970 (1972): 135-138). Além disso, os juros eram sempre extorsivos. O total dos empréstimos imperiais, de 1824 a 1888, feito em dinheiro nacional, totalizou a quantia de 286 026:045\$; até 1888 pagamos 267 199:159\$ só de juros, 145 873:181\$ de amortizações e 9 397:096\$ de comissões. Devia-se ainda 22 951 600 libras esterlinas em títulos. No final pagou-se 148% do total dos empréstimos. Segundo Carone:

A República intensifica essa dependência... Os empréstimos tornam-se cada vez mais constantes, como no passado, em grande parte para amortização das dívidas a vencer, para supressão de deficits da balança, para emprego em obras públicas e, só uma pequena quantidade, para investimentos diretos e produtivos (Carone, 1970 (1972): 137).

É importante insistirmos nesse aspecto: o caráter da

dívida brasileira era essencialmente financeiro. O País afogou-se num mar de empréstimos que tinham apenas a função de saldar compromissos realizados anteriormente. Muito pouco ia para o setor produtivo. Na bibliografia sobre o período encontramos apenas um exemplo de empréstimo aplicado ao setor produtivo. Em seis anos vários empréstimos americanos foram feitos, totalizando 176 500 000 de dólares. Desse total apenas 25 milhões foram para o setor produtivo - eletrificação parcial da Central do Brasil. O restante foi usado para equilibrar *deficits*, pagamento de juros, dívida flutuante, etc.

Poderíamos nos alongar com vários exemplos sobre o crescimento da dívida externa brasileira e da quantidade de empréstimos feitos durante o período em questão⁸. Porém, por agora basta dizer que o crescimento da nossa dívida e os juros abusivos colocaram o Brasil na estranha posição de exportador de capital e não de receptor de capital. É claro que o País assumiu essa posição em condições extremamente desvantajosas, isto é, pagando e não emprestando. Paiva Abreu (1985: 178) nos informa que o Brasil absorveu recursos apenas nos períodos de 1886/1895, 1901/1910 e 1926/1930. Fora deles ocorreram períodos de exportação líquida de capital. Na prática, o que ocorria era que restituíamos aos países centrais os nossos lucros obtidos na venda de mercadorias no comércio exterior. Tal restituição era feita através do pagamento dos juros extorsivos sobre os

⁸ Para os empréstimos de 1893 a 1916, cf. Sodré, 1967, p. 221. Para os empréstimos de 1920 a 1927, ver p. 259.

empréstimos concedidos pelos países centrais.

Mas qual a razão desse crescente endividamento? Por que o Brasil precisava recorrer tão freqüentemente aos empréstimos estrangeiros? Em suma, qual a razão essencial para que fôssemos tão dependentes do capital estrangeiro?

O que existia de fato era uma dependência financeira estrutural em função do predomínio quase que absoluto da economia agro-exportadora, isto é, em função do lugar ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho como mero exportador de bens primários.

O baixo desenvolvimento de nossas forças produtivas determinavam o lugar ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho. Éramos um país exportador de bens primários. Enquanto tal, o ponto dinâmico de nossa economia residia todo ele na produção exportadora, deixando a atividade produtiva voltada para o mercado interno numa posição completamente secundária.

Como conseqüência da nossa posição na economia mundial e do predomínio do nosso setor agro-exportador tínhamos o café como praticamente o único alicerce da estrutura financeira tanto do governo de São Paulo como do governo federal.

Como já físemos anteriormente, a estrutura tributária do governo federal era apoiada no imposto sobre as importações. Este era responsável pela capacidade financeira do Estado brasileiro. Por sua vez, o volume das importações dependia diretamente da capacidade para importar gerada pelo

setor cafeeiro. Era o ouro proveniente do café que pagava as importações. Portanto, qualquer crise nesse setor abalava, necessariamente, as finanças do Estado.

Como agravante, havia o fato de que a receita proveniente desse imposto era estruturalmente inelástica. Não era possível aumentar o volume das importações demasiadamente, pois isto implicaria em maior evasão de divisas e ameaçaria os saldos da balança comercial. O próprio imposto não poderia ser aumentado em excesso, pois nesse caso encareceria os produtos importados, diminuiria o volume das importações e, por conseguinte, o volume da arrecadação.

Com as suas finanças estreitamente dependentes do comércio cafeeiro e resumidas ao imposto sobre as importações, o Brasil era um País sem recursos financeiros que lhe permitissem arcar com seus compromissos internos e externos, condição que se agravava ainda mais no período de crise cafeeira. Como saída, para financiar as suas atividades públicas o Estado brasileiro tinha que, necessariamente, recorrer a empréstimos externos. Se as divisas nacionais já saíam do País na forma de pagamento dos importados - dos quais se era extremamente dependente, já que não tínhamos um desenvolvimento interno consolidado - elas saíam ainda mais na forma de pagamento de juros dos empréstimos externos.

É verdade que quase que sistematicamente obtínhamos saldos na balança comercial. No entanto, também esses saldos

não eram suficientes para financiar as atividades do poder público, pois eram absorvidos no pagamento da dívida externa. No decênio de 1871/1880, empregávamos metade do saldo comercial para atendermos aos nossos compromissos financeiros externos; entre 1881/1890 chegamos a empregar 99% do nosso saldo comercial para esse fim e, entre 1891/1900, usamos 85% para o mesmo objetivo (Sodré, 1967: 169). Espantoso é o fato de, entre 1890 e 1933, ter sido utilizado em média 75% do nosso saldo comercial para pagar só os juros da dívida externa⁹, taxa absurdamente elevada que não implicava apenas na restituição aos países centrais dos lucros que auferíamos nas trocas de mercadorias, mas também na reiteração constante da nossa dependência financeira. Por essas razões, tão sistemático quanto os saldos na nossa balança comercial foram os *deficits* na balança de pagamentos.

Portanto, enquanto País exportador de bens primários, sem uma vigorosa atividade interna, extremamente dependente das importações e dos empréstimos externos - o que sangrava as divisas do país -, em suma, enquanto País completamente descapitalizado, o Brasil era estruturalmente dependente do financiamento externo de sua economia. E ao recorrer à "ajuda" externa ele reiterava a sua condição de dependência na medida em que os empréstimos se revelavam um forte

⁹ A deterioração da relação de troca das nossas mercadorias contribuiu, sem dúvida, para essa situação. Em 1824, o valor-ouro da tonelada exportada e importada equivaliam-se em 100. Em 1936, este era de 42 enquanto aquele era de apenas 26. Lembre-se ainda que, entre 1920-1989, o *quantum* das exportações aumentou, na América Latina, apenas 10%, enquanto o das importações aumentou em 100%.

instrumento de descapitalização do país, através da evasão de divisas via pagamento de juros. Como diz Francisco de Oliveira:

Na exacerbação desse processo, os requerimentos do financiamento externo acabaram por consumir todo o valor da economia agro-exportadora; em última análise, o valor gerado pela economia agro-exportadora acabou por destinar-se substancialmente a pagar os custos da intermediação comercial e financeira externa. Operando-se uma redistribuição da mais-valia entre lucros internos e lucros e juros externos, completamente desfavoráveis aos primeiros; em outros termos, uma parcela substancial do produto não podia ser reposta senão através dos mesmos mecanismos de financiamento externo (Oliveira, 1985: 408)¹⁰.

Para resolver esse problema existiam duas alternativas: uma delas seria emitir sem lastro-ouro para poder arcar com os compromissos referentes à dívida pública, cujas conseqüências seriam, certamente, a inflação e a desvalorização cambial, o que dificultaria ainda mais o pagamento da dívida externa, que era efetuado em ouro; ou poderia recorrer-se também - o que de fato foi feito - a empréstimos em ouro no exterior para emitir com lastro e arcar com os compromissos internos e externos. Porém, tal medida não era uma saída de fato, pois ela aprofundava a nossa dependência financeira com relação aos bancos internacionais, na medida em que ampliava a dívida

¹⁰ Também a remessa de lucros contribuiu para essa situação. Em 1850, a remessa de lucros foi no valor de 525 mil libras, equivalentes ao índice 100. Em 1900, esse valor subiu para 2901 milhões de libras, equivalente ao índice 460. Em 1926, em função da guerra, caiu para 337 mil libras, mas subiu para 10 692 milhões de libras em 1930, com índice de 2 037. Cf. Sodré, 1967, p. 260.

externa¹¹. Mais do que isso, ela aprofundava o caráter financeiro da dívida, já que tais empréstimos serviam apenas para pagar juros de débitos anteriores e não para investir no setor produtivo. Essa condição de penúria e dependência levou Alcindo Guanabara a dizer que:

Há de fato um mistério, o mistério de nossa progressiva miséria. Somos um povo que trabalha, um povo que produz, que tem por assim dizer o monopólio virtual de dois gêneros indispensáveis e não vemos o fruto do nosso trabalho, não gozamos o resultado de nossa produção, somos cada vez mais pobres! Em quinze anos só pelos portos do Rio de Janeiro e Santos, exportamos café no valor de 333 milhões de libras. Tão enorme soma fundiu-se e desapareceu, ninguém sabe para onde. Somos pobres e não capitalizamos (apud Luz, 1978: 76).

Não havia mistério. A comercialização dos nossos principais produtos estavam nas mãos dos estrangeiros. O próprio Estado, em função da ausência de rendas, dependia da finança internacional. Tudo o que era produzido no País, todas as divisas que aqui entravam, pagavam um alto tributo ao capital estrangeiro na forma de lucro mercantil e juros. Por isso o excedente produzido se esfumava, por isso éramos pobres, por isso não capitalizávamos. A posição ocupada pelo Brasil na economia mundial e a "intermediação comercial e financeira externa" eram dois fatores inseparáveis para explicar a nossa descapitalização e a nossa dependência com relação ao capital financeiro internacional.

A presença do capital estrangeiro no financiamento das

¹¹ Outro fator ajudou no aumento da nossa dívida externa: as constantes saídas de divisas do país e as constantes flutuações do mercado cafeeiro ameaçavam a estabilidade cambial. Para garanti-la, o governo recorreu, não raro, a empréstimos em ouro vindos do exterior.

atividades do Estado brasileiro, no financiamento de seu *deficit* orçamentário e do *deficit* da balança de pagamentos foi o meio mais poderoso de internacionalização desse capital na Primeira República. E, como dissemos, essa internacionalização conferia a esse capital uma enorme força política, isto é, conferia-lhe o controle sobre as finanças nacionais e sobre as decisões acerca das políticas econômicas. Em suma, a principal consequência da nossa dependência financeira foi, justamente, esta: conferir poder de interferência, veto e decisão ao capital financeiro internacional com relação às políticas econômicas do Estado brasileiro.

A dependência financeira deste último com relação ao capital internacional era responsável pela agonia dos governantes brasileiros, ao nível federal ou estadual, no que se referia a qualquer tipo de ameaça à estabilidade política. É claro que a instabilidade política ameaçava vários interesses, mas o perigo para o crédito brasileiro no exterior era um dos principais motivos para se criticar violentamente qualquer ação política desestabilizadora. Foi assim no momento imediatamente posterior à proclamação da República, conhecido como "República da Espada", onde a conjugação da instabilidade natural de um novo regime com a guerra civil no Sul e as tentativas de golpe abalaram a confiança do capital financeiro internacional na nossa capacidade de pagar os empréstimos recebidos. Foi assim também com Canudos, em 1897, no período do governo de Hermes

da Fonseca com as "salvações", com as revoltas tenentistas, etc. Em todos esses períodos, a desconfiança gerada na city de Londres e outros centros financeiros era uma das conseqüências mais indesejadas da desordem política e uma das razões mais fortes para superá-la¹².

Aliás, essa preocupação com a nossa credibilidade nos meios financeiros internacionais impediu a vitória da emenda Castilho na Constituinte de 1891 que pregava um federalismo radical, na medida em que reservava aos estados todo e qualquer imposto e proibia a criação de novas taxas pela União. Tal emenda foi derrotada com o apoio da bancada paulista. A oposição paulista mostrou, assim, como pesava em sua estratégia a preocupação com os abalos que a mudança do regime provocava na sólida imagem de estabilidade política e financeira projetada pelo Império. Os paulistas tinham conhecimento do ceticismo e desconfiança com que as casas financeiras européias encaravam a capacidade do novo regime em manter a própria unidade nacional. Assim, a extensão do nosso federalismo era dada também pela suas conseqüências nos centros financeiros internacionais (Kugelmas, 1986: 59). Era o que dizia Rui Barbosa ao perguntar:

Que praça do mundo emprestará mais um real ao governo de um país confessadamente destituído de

¹² Sobre o perigo das intervenções no período Hamnes da Fonseca, dizia Rodrigues Alves: "É preciso tranqüilizar os espíritos para assegurar as condições gerais do trabalho e impedir que a anarquia, sobre as mil formas de que costuma revestir-se, se implante entre nós. Essa tranqüilidade decorrerá do respeito às instituições e execução fiel das leis; só daí poderá surgir 'a paz' de que carecem as finanças públicas para o crédito nacional. Os que falam contra a autonomia dos Estados e pregam, sem refletir, a intervenção armada como meio de dirimir questões locais, não conhecem a nossa situação financeira, não sabem apreciar a influência que sobre o crédito público exercem, no exterior, a ameaça de desordem e perturbações internas". Apud Casalecchi, 1978, p.40.

fontes de renda para honrar suas dívidas e entregue a esse respeito à discricão locais...? Destarte, os estados seriam os fiadores da União, os árbitros de seus crédito (apud Kugelmas, 1986: 54).

Ainda com relação à questão do federalismo, pode-se detectar uma influência mais direta do capital financeiro internacional no caso da revisão constitucional de 1926, realizada sob o governo de Artur Bernardes. Segundo Love (1982: 273), em maio de 1924, logo após o final dos trabalhos que uma missão financeira inglesa realizara no Brasil, o Presidente submeteu ao Congresso uma proposta prevendo uma série de emendas à Constituição. O autor diz ser plausível supor que esse passo tenha sido dado em função das preocupações acerca das obrigações impostas pela dívida externa. Nessa proposta, o Presidente previa a ampliação do direito de intervenção federal nos estados. Um dos itens, por exemplo, estabelecia este direito no caso em que o governo estadual deixasse de cumprir as obrigações financeiras vinculadas ao serviço da dívida fundada por dois anos consecutivos. A proposta presidencial pretendia, ainda, que fosse dado ao Presidente da República o direito de veto parcial sobre a distribuição dos recursos públicos, medida que visava dificultar a expansão exagerada dos gastos extra-orçamentários, que reforçavam a tendência secular ao déficit da União.

Outros exemplos poderiam ser dados a propósito da capacidade de interferência do capital estrangeiro na política brasileira com vistas a resguardar os seus

interesses. A postura inflexível de Washington Luís na crise de 1929 pode ser também interpretada como a impossibilidade política de assumir uma atitude de confrontação em face dos banqueiros internacionais, cuja confiança era tida como indispensável para a manutenção da estabilidade cambial (Fritsch, 1985: 343). Outro exemplo pode ser encontrado no controle estrangeiro sobre os esquemas valorizadores. Porém, o exemplo mais gritante sobre a força política que o capital financeiro internacional adquiriu no Brasil é, sem dúvida, o *Funding-Loan*, ocorrido em 1898. Esse plano financeiro foi um marco na internalização econômica e política do capital estrangeiro no Brasil. A partir dele, as finanças brasileiras ficaram definitivamente nas mãos dos bancos estrangeiros.

Com tantos interesses no Brasil, o capital financeiro internacional não se intimidava em intervir declaradamente na política financeira brasileira. Ao contrário, fazia questão de limitar, segundo as suas exigências, a política econômica, monetária, financeira e cambial do governo. O *Funding-Loan*, é o exemplo clássico de ingerência da finança internacional nas decisões do governo brasileiro. Por ocasião do plano, dizia o jornal *Standard*, de Londres: "estamos intervindo nos negócios do Brasil porque estamos intervindo em nossa casa: temos lá 84 milhões de libras" (apud Basbaum, 1976 (1981): 135). O *Funding* foi justamente isso, ou seja, a tentativa de garantir ao Brasil os meios de continuar pagando a sua dívida externa.

No período anterior a esse plano financeiro, apesar da ampliação das exportações, a receita de divisas provenientes do café caiu seguidamente a partir de 1896, complicando ainda mais a situação da nossa balança de pagamentos. Nessa época, os serviços da dívida consumiam 85% do saldo da balança comercial, conjugando-se, de forma crônica, com a queda nas divisas geradas pelo comércio exterior, inflação ascendente devido às constantes emissões desde o Encilhamento e, conseqüentemente, forte desvalorização cambial. Tudo isso tornou impossível o pagamento da dívida externa. O Estado estava falido.

Frente ao perigo de ter o pagamento da dívida ou de seus serviços comprometidos pela situação de descalabro financeiro em que o País se encontrava, a casa Rotschild, de Londres, agente financeiro do Brasil de longa data, exigiu o restabelecimento da sanidade financeira e cambial caso o País quizesse continuar tendo crédito no mercado financeiro internacional.

O governo brasileiro, por sua vez, via-se diante da seguinte dificuldade: dar prioridade ao café cujo preço vinha caindo drasticamente desde 1895, ou sanar suas finanças duramente castigadas pelo declínio cambial. A primeira alternativa implicava em suspender o pagamento da dívida, atitude que Campos Sales considerava atentatória à soberania nacional, visto que o capital financeiro internacional se propunha a realizar intervenções mais drásticas no País caso isso acontecesse. Frente ao perigo de

bancarrota financeira do Estado e às pressões dos ingleses, que nos ameaçaram abandonar, o governo não hesitou em dar prioridade à questão financeira.

Em junho de 1898, o *Funding* foi formalmente acertado, para ser efetivado durante o governo Campos Sales. O acordo tinha como objetivo principal o restabelecimento do câmbio que não só normalizaria as finanças nacionais mas também - o que era de interesse dos Rotschild - garantiria a condição de pagador do Brasil frente aos bancos internacionais. Como afirma Boris Fausto (1985: 207-208), "a valorização cambial foi imposta pelo *Funding-Loan* visando assegurar as condições para o pagamento futuro da dívida."

Para tal fim, o acordo continha vários pontos. A medida chave foi a realização de um grande empréstimo para pagar aqueles que estavam pendentes, ao mesmo tempo em que era suspenso o pagamento da dívida, visando recompor as reservas cambiais em ouro. Para atingir este último objetivo, instituiu-se a taxa-ouro sobre os produtos importados, inicialmente em 10%, depois em 15% e 20%¹³, além de cobrar o arrendamento das ferrovias em ouro. Ainda visando recompor as reservas em ouro, as importações foram diminuídas, procurando maiores saldos na balança comercial. Para conseguir a diminuição da dívida pública interna, instituiu-se o imposto sobre o consumo e reduziu-se fortemente os gastos públicos. As emissões foram proibidas e

¹³ O fato da taxa-ouro encarecer os produtos importados revela que os grupos financeiros ingleses preferiam assegurar as condições de pagamento da dívida e remessa de juros, dividendos e lucros, em detrimento das exportações de seus países de origem. Cf. Sérgio Silva, 1976, p. 106.

o governo comprometeu-se em resgatar de circulação a quantidade de papel-moeda equivalente ao valor do empréstimo, no câmbio de 18 dinheiros por mil-réis e incinerá-lo.

O grande empréstimo feito para pagar os anteriores implicou em juros bastante elevados que oneravam ainda mais o País. Os juros deveriam ser pagos não em dinheiro, mas em novos títulos da dívida. Como garantia do empréstimo, o governo cedeu a receita do direito alfandegário do Rio de Janeiro, permanecendo os de outras alfândegas nacionais como subsidiários.

Como resultado dessas medidas, houve a recomposição das reservas de ouro, ausência de *deficits* orçamentários, pagamento pontual dos compromissos externos, saldo na balança comercial, contenção da grande evasão de ouro para o pagamento da dívida, tudo isso resultando numa constante deflação e numa alta do câmbio, iniciada já em 1899, mostrando forte tendência para a alta.

Porém, esses resultados não ocorreram sem sérios sacrifícios. Não apenas por parte dos trabalhadores - os mais sacrificados -, mas também por parte da classe dominante nacional. Já nos referimos no Capítulo I à lavoura cafeeira e à situação de desespero que ela vivenciou com o *Funding-Loan*. Essa classe se debateu pressionada, por um lado, pela queda constante dos preços externos do café, e, por outro, pela também constante valorização cambial. De nada adiantaram as reclamações dos lavradores. Os ditames

internacionais continuaram a ser cumpridos pelo governo Campos Sales e depois por Rodrigues Alves. O capital financeiro internacional impôs seus desígnios não só à lavoura cafeeira, mas também à burguesia bancária nacional, cujo poder vinha crescendo desde o Encilhamento.

O *Funding-Loan* foi também um golpe fatal no sistema bancário que se organizara no início da República. Foi um golpe numa fração da classe dominante que desde o Encilhamento vinha se opondo, com sucesso, às tentativas do governo em diminuir o seu poder. Proibindo as emissões e obrigando o recolhimento de grande parte do papel moeda em circulação, o *Funding* fez com que os quatro principais bancos nacionais sediados no Rio de Janeiro, entre eles o Banco da República do Brasil, suspendessem, no final de 1900, as suas atividades.

O principal beneficiário era mesmo o capital financeiro internacional que aprofundava a nossa dependência financeira e assumia o controle da economia do país, ditando as suas diretrizes financeiras e garantindo a sua condição de credor. Para realizar os seus interesses, impunha um plano que desagradava a muitos. Como diz Thomas Holloway:

O programa de Murinho, de um modo geral, era uma revelação da pressão que os bancos europeus eram capazes de levar a efeito na política financeira do governo brasileiro. Essa política, por sua vez, afetava os produtores de café e, através deles, grande parte da população economicamente ativa (Holloway, 1978: 45).

Ou ainda Caio Prado Júnior:

O grande beneficiário das reformas de 1890 foi,

sem dúvida, a finança internacional. Representada neste caso pelo London and River Plate Bank, intermediário dos acordos com os credores, ganhará novas posições no Brasil e junto a seu governo. Os seus representantes assumirão o direito de velarem diretamente pelo cumprimento do acordo feito, e fiscalizarão oficialmente a execução das medidas destinadas a restaurar as finanças do país. Entrelaçaram-se, assim, intimamente seus interesses e suas atividades com a vida econômica e administrativa brasileira. E ela não lhes poderá tão cedo fugir (Prado Júnior, (1945) 1987: 223).

As condições que deram origem ao *Funding*, em 1898, repetiram-se em 1914, quando foi realizado um segundo plano financeiro com as mesmas características do primeiro. Nesse segundo acordo repetiram-se as cláusulas onerosas para o País e os resultados econômica e politicamente vantajosos para a burguesia financeira internacional. Ela continuou ditando normas financeiras e fiscalizando a sua execução, tudo para garantir a segurança dos investimentos estrangeiros feitos no aqui.

Não só durante os *Funding* o capital estrangeiro preocupou-se com a nossa estabilidade cambial. Esta preocupação existiu durante toda a Primeira República, pois ao capital estrangeiro interessava garantir as remessas de juros e lucros para o seu país de origem. A um câmbio relativamente alto era enviado mais ouro do que com o câmbio em queda. Nesse sentido, interessava ao capital estrangeiro uma política cambial que garantisse a condição de bom pagador do Brasil, ou por outra, que garantisse os lucros e juros internacionais. E pelo o que vimos no Capítulo I, esse interesse do capital estrangeiro prevaleceu, já que durante

um longo período a política seguida pelo governo brasileiro foi a da deflação e a busca da valorização cambial. A desvalorização, quando ocorreu, se deu em função de crises no mercado externo ou crises financeiras, como no início da República, às quais, é bom lembrar, seguia imediatamente uma política de recuperação das finanças e do câmbio, sob os ditames do capital financeiro internacional e contra os interesses imediatos de setores da classe dominante nacional¹⁴.

Por essas razões, pela dependência do Brasil em relação ao capital financeiro internacional, pela capacidade desse capital interferir e determinar, a contragosto de setores da classe dominante nacional, a nossa política financeira e cambial, ou por outra, por conseguir fazer com que seus interesses fossem atendidos de modo prioritário pela política econômica do estado brasileiro, é indispensável que se analise o capital estrangeiro não como mera variável externa, mas como força interna, econômica e politicamente, bastante ativa no interior do bloco no poder. O estudo da hegemonia, entendida como capacidade privilegiada de intervir na política econômica, não pode,

¹⁴ Foi assim no período inicial da República (1889/1897) ao qual se seguiu o Funding de 1898, que durou até 1906; foi assim em 1914 com a crise mundial, a qual seguiu o segundo Funding; foi assim na crise de 1923, "o pior ano cambial de nossa história", a qual seguiu um política contracionista para se ter novamente acesso aos empréstimos externos. Como diz Eduardo Kugelmas: "Qualquer exame mais cuidadoso da história da política econômica neste período, demonstra que a política econômica efetivamente seguida pelo governo federal foi na realidade influenciada por um conjunto de fatores e em muitos momentos não atendeu de imediato aos reclames dos setores do café. Além disso, buscou uma orientação nitidamente deflacionista, que se opunha de forma direta aos interesses mais imediatos do setor cafeeiro". Kugelmas, 1986, p. 6. Ainda sobre a política cambial, cf. Villela e Suzigan, 1973, p.55 e o Capítulo 1 deste trabalho, sub-item 3.1.

portanto, negligenciar a ação do capital estrangeiro.

4- A RELAÇÃO ENTRE O CAPITAL ESTRANGEIRO E AS CLASSES DOMINANTES DA ECONOMIA AGRO-EXPORTADORA

Este item não pretende estudar os casos concretos e específicos nos quais o capital estrangeiro entrou em conflito com setores da classe dominante nacional, isto é, conflitos em torno do avanço do capital estrangeiro sobre determinadas atividades econômicas, competindo ou desalojando o capital nacional¹⁵. Pretendemos ver, de forma geral, a relação entre o capital estrangeiro e as classes dominantes de economia agro-exportadora - lavoura, grande capital cafeeiro e burguesia industrial -, a natureza dessa relação, se ela se pautava pelo conflito ou pela harmonia,

¹⁵ Esses conflitos tinham como base o avanço do capital estrangeiro sobre atividades onde a burguesia nacional agia, avanço que se apresentava como ameaça à acumulação de capital realizada por setores da burguesia interna. Dois atritos entre o capital estrangeiro e os capitalistas brasileiros são bastante conhecidos no período. Primeiro, a incorporação das empresas de serviço de iluminação e bondes elétricos do Rio de Janeiro pelo capital estrangeiro, em 1905. A incorporação da Rio Light se deu em meio a acirradas disputas, uma vez que Cândido Gaffre e Eduardo Guinle, capitalistas nacionais, eram também aspirantes à concessão. Farquhar, capitalista americano, que estava à frente da operação, valeu-se de suas influências junto ao Departamento de Estado e de intervenções diplomáticas norte-americanas junto a Lauro Müller, então ministro da Indústria, Transporte e Obras Públicas, e junto ao Barão de do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, consumando o fato a seu favor. O Segundo ponto de atrito residia no avanço do próprio Farquhar sobre a economia brasileira. O capitalista americano investiu no setor de transporte, ferrovias e sistemas fluviais, companhias de colonização, jazidas de ferro, etc., monopolizando-os. A sua ascensão foi constantemente criticada tanto por políticos nacionalistas como por capitalistas nacionais. Com respeito a Farquhar, reclamava Jorge Street: "Encontrassem os brasileiros todo o devido apoio, e o País não teria a reccar lastimável desnacionalização de grande parte de sua atividade material" (apud Luz, 1978, p. 148). E o mesmo Jorge Street, denunciando a subserviência do governo brasileiro, dizia: "A ação pública, no meio pátrio, geralmente favorece e favorecia, muito mais do que os capitais brasileiros, os que por sua origem, por sua gestão, por seus possuidores predominantes, pela exportação da maioria dos lucros aqui obtidos, foram e se conservam estrangeiros" (apud Sodré, 1967, p. 231-232). Tais exemplos confirmam que a internalização do capital estrangeiro não se fez sem conflitos com setores da burguesia nacional.

em suma, se essas classes se definem enquanto burguesia nacional, interior ou compradora¹⁶.

Pelo que foi exposto durante este capítulo, em função da força que a nossa dependência financeira conferia ao capital estrangeiro, é fácil perceber que o interesse fundamental desse capital era, em última análise, reiterar a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, o que significava perpetuar a intermediação comercial e financeira externa¹⁷. A reiteração dessa posição implicava num veto a qualquer política industrializante que apontasse para a sua possível superação. Nesse sentido, a relação da burguesia industrial com o capital estrangeiro era, sem

¹⁶ Como já vimos na Introdução deste trabalho, "burguesia nacional" é a fração autóctone da classe dominante que tem uma base própria de acumulação, independente do capital estrangeiro, podendo, por isso, estabelecer relações de oposição frente ao mesmo. A "burguesia compradora" encontra-se numa situação justamente contrária a da burguesia nacional. Ela é um mero agente intermediário do capital estrangeiro, podendo ser, inclusive, o seu representante no interior do bloco no poder nacional. "Burguesia interior", por sua vez, refere-se àquela fração da classe dominante que não é totalmente dependente nem totalmente independente em relação a esse capital. Mantém com ele algumas divergências, mas não lhe faz nenhuma crítica radical justamente em função da relação de dependência que estabelece com ele.

¹⁷ "Como a aristocracia agrária e o alto comércio, as nações hegemônicas estavam muito empenhadas em manter a economia brasileira como uma economia articulada, não só no plano mundial, mas também e principalmente ao nível nacional... Qualquer modificação profunda nessa esfera era nociva aos interesses imediatos e futuros, pois ela redundaria em modificações imprevisíveis do volume do excedente econômico que poderia ser drenado, direta ou indiretamente... para fora. Para estas (economias centrais), portanto, suprimir a articulação inerente à superposição da economia urbano-comercial e da economia agrária seria o mesmo que matar a galinha dos ovos de ouro. Elas perderiam, ao mesmo tempo: os controles econômicos estabelecidos sobre a organização da economia urbano-comercial e do comércio de exportação; e a posição de agente privilegiado no loteio do excedente econômico, que sofria, graças ao padrão induzido de desenvolvimento capitalista, uma expropriação principal ao nível da 'repartição internacional'" (Fernandes, 1975[1987], p. 237).

dúvida, conflituosa¹⁸. Melhor dizendo, a relação entre indústria e capital estrangeiro pautava-se pela dependência da primeira em relação ao segundo e pelo conflito entre ambos, permitindo-nos caracterizar a burguesia industrial como uma burguesia interior.

A dependência residia no fato de que, sem dúvida, os capitais estrangeiros transferidos para o Brasil contribuíram para a mobilização e o desenvolvimento de nossas forças produtivas. As indústrias beneficiaram-se, com certeza, dos investimentos estrangeiros em ferrovias, em energia elétrica, na importação de bens de capital, etc. Porém, o capital estrangeiro representava também um obstáculo - e aqui reside a causa do conflito - ao pleno desenvolvimento da indústria, na medida em que investia na reiteração da especialização da economia brasileira na produção e exportação de bens primários. Essa especialização da economia nacional, como vimos, vinculava-a cada vez mais às necessidades e aos interesses dominantes do comércio internacional e do mercado mundial de capitais.

Para o capital estrangeiro, uma política sistemática de industrialização significaria o início da ruptura da dependência do País, tal qual ela se dava no primeiro

¹⁸ O interesse do capital estrangeiro em reiterar a posição do Brasil na economia mundial enquanto país fornecedor de gêneros primários ao comércio internacional não era realizado apenas através das pressões e vetos à políticas industrializantes, mas também através de ações internas que impunham obstáculos concretos à industrialização do país: "... o exemplo da escamoteação das jazidas de ferro brasileiras, deixadas em abandono para servirem de reservas potenciais para quando e como os trusts siderúrgicos internacionais julgassem conveniente aproveitá-las, é bastante claro. Poder-se-ia acrescentar as manobras políticas do imperialismo que, graças à profunda penetração de seu capital, tornaram-se fatores de primeiro plano na vida pública do país, e agem naturalmente em função de interesses completamente estranhos a ele". (Prado Júnior, 1945(1987), p. 280-281).

período republicano. Num processo de industrialização aprofundado, poderíamos deixar de ser uma Nação carente de capitais na medida em que obtivéssemos uma alta produtividade interna, fazendo com que o imposto sobre importações assumisse posição primordial na arrecadação interna. Seríamos bem menos dependentes das importações, tanto para prover o mercado interno como para prover as finanças públicas. Seríamos também menos dependentes do mercado externo e daqueles que o dominavam. Teríamos uma economia mais dinâmica, mais vigorosa, mais firme e relativamente independente das oscilações externas. Daríamos, assim, um forte golpe na nossa dependência financeira e na posição privilegiada que ela conferia ao capital financeiro internacional. Nas palavras de J.F. Normano:

A descoberta da existência de considerável capital nacional, a organização desse capital e a sua aplicação no desenvolvimento da economia interna é o maior objetivo a ser atingido pelo país. Disso depende a formação de um imenso mercado interno..., a possibilidade de satisfazer os credores estrangeiros e o tornar-se, no futuro, mais ou menos independente dos mercados estrangeiros de dinheiro (apud Sodré, 1967: 233).

Em suma, o aprofundamento da industrialização atingiria os três setores em que o capital estrangeiro operava de forma soberana e nociva ao país: o comércio importador, o comércio exportador e os empréstimos financeiros. A industrialização permitiria diminuir o significado desses setores para a economia nacional, rompendo com a nossa brutal dependência em relação ao

capital estrangeiro, estancando a enorme evasão de divisas - via lucros mercantis e juros financeiros - que tal dependência causava, para desespero de nacionalistas como Sezerdelo Corrêa e Alcindo Guanabara. Eis porque o capital estrangeiro identificava-se plenamente com o predomínio da economia agro-exportadora.

Assim, a relação da indústria com o capital estrangeiro era, por extensão, a mesma que ela mantinha com a economia agro-exportadora: uma relação de unidade, pois dependia do estímulo dado ao desenvolvimento das forças produtivas pela presença do capital estrangeiro na economia nacional; e também de conflito, pois a realização dos interesses do capital estrangeiro impedia o pleno desenvolvimento da indústria e exigia a reiteração da condição de exportador de bens primários que o Brasil ocupava na economia mundial. Por essa razão, a burguesia industrial brasileira não era uma força em franca oposição ao capital estrangeiro, capaz de organizar a luta pelo rompimento de nossa dependência, mas não era tampouco uma classe em estreita harmonia e subserviência a esse mesmo capital.

Relações baseadas na harmonia e no conflito repetiam-se no caso dos produtores de café. Porém, existe aqui a dificuldade de definir esta última como "burguesia interior" não em função da relação que ela mantém com o capital estrangeiro, mas em razão das dificuldades de definir a classe ligada à produção agrária cafeeira como burguesia. As

relações sociais dominantes no campo brasileiro, no caso da produção de café em São Paulo, no mínimo nos permitem problematizar tal questão, o que não é de nosso interesse aqui¹⁹.

Se a lavoura pregava a ideologia da vocação agrária, em consonância com os interesses do capital estrangeiro, se ela tinha, junto com esse mesmo capital, profundas reservas com relação ao protecionismo industrial, ao mesmo tempo a lavoura mantinha importantes pontos de conflito com o capital forâneo.

Os conflitos entre a lavoura e o capital estrangeiro residiam em duas questões. A primeira delas referia-se ao comércio cafeeiro. A lavoura criticava severamente o monopólio da comercialização do café pelo capital estrangeiro e a especulação realizada por ele. Criticava também a sua participação hegemônica nos esquemas valorizadores, com todas as conseqüências nocivas já vistas neste trabalho. Ela tentou várias vezes romper esse monopólio, tentou tirar os esquemas valorizadores do controle da burguesia financeira internacional, mas não teve sucesso. O outro ponto de conflito residia na política cambial. Vimos que esta estava muito longe de atender aos interesses da lavoura exportadora. Ao contrário, seguindo os ditames da burguesia financeira internacional, a política cambial prejudicou freqüentemente os interesses daquela classe. Vimos também que o eixo dessa política consistia em

¹⁹ Para ver essa questão mais de perto, cf. Martins, 1979 (1986) e Kirschner, 1985.

buscar a valorização e a estabilidade cambial. O exemplo clássico dessa oposição de interesses se deu no período de 1898 a 1906, no qual a valorização cambial seguiu firme apesar das reclamações da lavoura que vinha sendo diretamente castigada pela conjugação dessa política com a queda constante dos preços internacionais do café. Como vimos, o *Funding* foi uma imposição do capital estrangeiro, assim como a valorização do câmbio.

Desse modo, a lavoura exportadora, como a indústria, não tinha uma relação nem de completa subserviência nem de completa harmonia com o capital estrangeiro. A internalização deste último implicou no abandono, em seu proveito, de alguns interesses fundamentais dessas duas frações da classe dominante nacional.

Relações profundamente harmoniosas se estabeleceram somente entre o grande capital cafeeiro e o capital estrangeiro. A perpetuação da intermediação externa assegurava, não só ao capital estrangeiro, mas também ao grande capital cafeeiro, posições privilegiadas na economia agro-exportadora. Este capital parece agir como intermediário, como elemento associado ao capital estrangeiro na comercialização do café. O predomínio da economia agro-exportadora fazia com que a reiteração da posição do Brasil na economia mundial fosse um interesse essencial tanto do capital estrangeiro como do grande capital. Mais do que isso, a presença do capital estrangeiro na economia cafeeira proporcionava ao grande capital

possibilidades de associação e de lucros enormes. Essa associação permitia uma concordância não só em relação à nossa "vocaçào agrícola" e ao antiindustrialismo, mas também em relação às formas de comercialização do café e à política cambial. A presença do capital estrangeiro tinha, então, de ser garantida, pois ela significava uma lucrativa associação. Lembre-se ainda que o grande capital, embora produzisse café, era também e principalmente comerciante do produto. Podemos fornecer alguns exemplos da associação acima indicada.

O primeiro deles, e o mais óbvio, refere-se à casa Prado Chaves, maior representante do grande capital cafeeiro, e à sua posição intermediária nos esquemas valorizadores. Foi ela que realizou as ligações de São Paulo com as grandes casas exportadoras e bancos internacionais, além de entrar em contato com os compradores e vendedores no estrangeiro, encaminhando seus investimentos. A Prado Chaves, como já dissemos, além de ajudar nos esquemas valorizadores, entregava o café no Havre às casas Lathan and Co., Yung and Himeley e Fernand Souquet.

Não só nas valorizações do café essas forças se associavam, mas também no comércio importador. Como já dissemos, a importância adquirida por esse comércio na Primeira República era a contrapartida do predomínio absoluto do comércio exterior na economia brasileira. Com uma atividade interna pouco desenvolvida, a importação era fundamental para fornecer ao mercado interno as mercadorias

que ele necessitava. Portanto, o grande capital associado ao capital estrangeiro não perdeu tempo, preocupando-se logo em ocupar esse setor. A associação se deu através de companhias como a McHardy, onde o grande capital aparece nas pessoas do Barão Ataliba de Nogueira e Gabriel Dias Silva; da companhia Lupton, onde se colocam ao lado de Percy Lupton, Antonio Rodovalho, Ismael Dias da Silva e Barão Geraldo de Resende; da Companhia Importadora Paulista, na qual J. B. Melo de Oliveira se associava a H. Robertson e Joseph W. Mee (Saes, 1986: 108). Também nos armazéns gerais, a partir de 1903, o grande capital associou-se às firmas estrangeiras, às vezes nas mesmas empresas, para controlar a venda do café armazenado.

Como exemplo específico de associação entre membros do grande capital cafeeiro com o capital estrangeiro podemos citar, segundo Love (1982: 283-284), os nomes de Artur Diedrichsen e o de Antonio Prado.

Diedrichsen tinha negócios imobiliários e plantações. Construiu a primeira estrada moderna entre São Paulo e Mato Grosso, desenvolveu a criação de gado em larga escala e organizou o serviço de navegação a vapor no rio Paraná. Nas atividades que desenvolvia estabeleceu conexões entre a política doméstica e o investimento externo, entre o capital europeu e o desenvolvimento da fronteira econômica. Através dele, a companhia Wille associou-se à Central Elétrica de Rio Claro, ao lado de cinco dos mais importantes membros da economia e da política paulistas: Olavo Egídio de Souza

Aranha, Elói Chaves, José Martiniano Rodrigues Alves, Virgílio Alves e Cardoso Melo Neto. O principal representante da Wille era o próprio Diedrichsen, que nascera no Brasil e era filho do diretor da filial da empresa em Santos, no final do século XIX.

Antonio Prado, como membro da diretoria da Brazilian Warrant Company, era também sócio da Eduard Greene. Durante a Primeira Guerra Mundial, Antonio Prado usou de sua influência para favorecer os interesses ingleses, em troca da não inclusão de seus negócios na lista negra do bloqueio inglês.

Love afirma ter encontrado pelo menos 23 membros da "elite" que foram diretores ou assessores jurídicos de empresas estrangeiras. Alguns deles são sabidamente membros do grande capital cafeeiro, como Elói Chaves, Cardoso de Melo Neto, Paulo Prado e Antonio Prado²⁰. Lembre-se que eles eram também indivíduos que ocupavam altos cargos políticos, o que, sem dúvida, facilitava o poder de penetração do capital estrangeiro nas decisões do Estado.

Sobre a política cambial, dissemos que, por pressões externas, ela pautou-se pela busca da estabilidade e da valorização cambial. Nesse sentido, cabe perguntar: essa

²⁰ "A elite política e provavelmente também a elite econômica mais ampla constituíam grupos homogêneos, estreitamente ligados por intrincadas laços de parentescos e relações de negócios. Representavam, além do mais, o elemento de ligação com outro segmento crucial na evolução paulista, ou seja, os investimentos estrangeiros. A proporção de ligações entre membros da elite paulista e firmas sediadas no exterior representava mais do que o triplo do dado relativo à Minas e Pernambuco. Em números absolutos, o número de paulistas com tais associações era o quádruplo do que se constatou nos dois outros Estados" (Love, 1982, p. 373).

política não era contrária aos interesses do grande capital cafeeiro exportador? Numa primeira apreciação, de caráter negativo, é preciso lembrar que o grande capital, embora agisse predominantemente no comércio exportador, tinha uma atividade bastante diversificada. Se a valorização do câmbio prejudicava os lucros das exportações, esses eram, em parte, compensados pelas atividades no sistema ferroviário e no comércio importador, ambas beneficiadas, por razões já vistas, pela valorização cambial. Numa segunda apreciação, esta de caráter positivo, a valorização cambial beneficiava a burguesia mercantil na medida em que dava melhores condições para a entrada de capital estrangeiro no País. Joaquim Murtinho insistiu no fato de que este capital só viria para o Brasil com a valorização e fixidez de nossa moeda. À burguesia mercantil interessava muito mais a associação com o capital estrangeiro, a partir da qual ela poderia participar de negócios fabulosamente lucrativos, como foram os esquemas de valorização do café, do que as desvalorizações cambiais que afugentavam esse capital na medida em que dificultavam o pagamento de empréstimos e remessas de lucros, além de representarem um mero meio de evitar compressão dos lucros e não de ampliá-los. Nesse sentido, a política de valorização cambial que perpassou toda a Primeira República, com dificuldades é verdade, contribuiu para o aprofundamento da associação entre grande capital cafeeiro e capital estrangeiro.

Isto posto, façamos uma ressalva. É certo que o

grande capital cafeeiro tinha interesses em comum com o capital estrangeiro, é certo que aquele se associava a este, mas o grande capital não pode ser visto apenas como um intermediário doméstico de empreendimentos estrangeiros. Embora houvesse essa associação, o grande capital tinha interesses autônomos, tinha atividades próprias, como ferrovias, indústrias, bancos, etc., isto é, tinha uma base interna própria de acumulação. Do ponto de vista ideológico pensamos haver plena harmonia entre essas duas forças, embora no plano econômico uma não esteja completamente reduzida à ação da outra. É que, como vimos, as atividades do grande capital cafeeiro e do capital estrangeiro estavam intimamente ligadas à economia agro-exportadora, e a reprodução desta era de interesse de ambos.

CONCLUSÃO

Pensamos ter mostrado a pertinência da preocupação que originou este capítulo, qual seja, a de considerar o capital estrangeiro como uma força política interna. Tentamos mostrar que não é possível compreender os caminhos da política econômica, seja no âmbito da economia cafeeira ou a nível do governo federal, sem levarmos em conta a pressão exercida pelo capital estrangeiro.

Este capital não deve, pois, ser considerado uma força meramente externa, sobretudo devido à internalização econômica por ele realizada durante o primeiro período

republicano. A sua força política acima mencionada não veio do nada, mas, justamente, em função das sólidas posições econômicas que esse capital conquistou na economia nacional, durante o período em questão. Não se tratou, na verdade, do domínio direto da produção - que só ocorreu em pequena escala -, mas sobretudo de uma ligação financeira, cuja base residia no financiamento da economia cafeeira e das atividades do Estado brasileiro, que, além do excedente que extraía por meio de juros extorsivos, colocava o capital estrangeiro bem próximo dos centros de decisão política (Saes, 1986: 165). Em suma, o que pretendemos estabelecer neste capítulo é que a internalização do capital estrangeiro no Brasil tem a sua dimensão econômica e política inseparáveis. Uma aprofundando a outra. Nesse sentido, esse capital tem de ser analisado enquanto parte integrante do bloco no poder, enquanto força capaz de agir e determinar os rumos da nossa política econômica, em detrimento dos interesses de setores da classe dominante interna. A hegemonia, tanto a nível nacional como no interior da economia agro-exportadora, tem de ser analisada levando esse aspecto em consideração. A conclusão a que se chega com o que foi exposto neste capítulo é que a hegemonia no interior do bloco no poder da economia agro-exportadora era exercida em conjunto pelo grande capital cafeeiro e pelo capital estrangeiro.

CONCLUSÃO FINAL

CONCLUSÃO FINAL

O presente trabalho teve como preocupação essencial entender a relação entre as frações da classe dominante na economia agro-exportadora, buscando saber qual delas era hegemônica, isto é, qual delas conseguia fazer com que seus interesses fossem atendidos de modo prioritário pela política econômica. Não nos preocupamos, portanto, em decifrar o processo de constituição da hegemonia - a luta no interior do aparelho de Estado, a pressão das organizações de classe sobre este mesmo aparelho, etc. -, pelas razões apontadas na Introdução desta dissertação, mas tão somente constatar, pelo critério acima definido, a fração hegemônica. Com esse objetivo, acreditamos ter mostrado que a condição de força hegemônica, no âmbito da economia agro-exportadora, era ocupada pelo grande capital cafeeiro e pelo capital estrangeiro.

No que se refere ao governo federal, o capital estrangeiro, mais claramente que o grande capital cafeeiro, é, sem dúvida, um elemento central nas decisões acerca da política econômica, como vimos através da análise do *Funding-Loan*, da política cambial, etc. A sua condição de força hegemônica não se limita, portanto, à economia agro-exportadora, mas se estende ao bloco no poder nacional.

Embora essa fosse a nossa preocupação essencial, não significa que tenha sido a única. No que se refere ao

Capítulo I, buscamos mostrar, além da condição hegemônica do grande capital, a posição subordinada da "lavoura", isto é, dos fazendeiros de café, tanto a nível das relações econômicas como ao nível político. A análise das políticas econômicas, dos esquemas valorizadores, da política cambial e do PRP comprovaram exaustivamente essa assertiva. Nesse sentido, fomos de encontro às teses tradicionais (Sodré, 1967; Carone, 1970 (1972), entre outros) que atribuem aos "produtores de café" a condição de fração hegemônica.

Um outro interesse nosso era a crítica do uso genérico, pouco rigoroso, de termos como "fazendeiros de café". Quando se fala em fazendeiros de café de quem se está falando? Daqueles que estavam exclusivamente ligados à fazenda ou daqueles que, além dela, investiam no comércio exportador-importador, nas ferrovias, etc.? Pelo fato das classes dominantes ligadas diretamente à economia agro-exportadora não formarem um bloco homogêneo era preciso fazer claramente essa diferenciação, o que acreditamos ter sido realizado neste trabalho.

Mais do que isso, tentamos mostrar a condição de fração autônoma dessas diferentes classes. Ou seja, mostrar que essas frações da classe dominante não tinham apenas uma existência econômica, mas também uma existência política e ideológica próprias, agindo e entrando em conflito nesses diferentes níveis da atividade social. A existência dessas frações de classe como frações autônomas e os conflitos entre elas demonstram que as classes dominantes ligadas à

economia agro-exportadora não formavam um bloco monolítico, mas conflituoso, não homogêneo, mas diferenciado.

O estudo da indústria e da burguesia industrial empreendido no capítulo II deste trabalho teve como propósito negar, ao mesmo tempo, a homogeneidade das classes dominantes ligadas à economia agro-exportadora e a condição da indústria como mero investimento alternativo para os lucros excedentes vindos da economia cafeeira. Ao contrário, tentamos mostrar que ela foi um complicador nas relações internas ao bloco no poder desse setor da economia nacional. Mostramos que a burguesia industrial viveu, no período de 1889 a 1930, uma situação ambígua: por um lado, desenvolveu-se graças aos pré-requisitos gerados pela economia agro-exportadora, por outro, o seu crescimento e a sua organização lhe conferiram a consciência de que essa mesma economia era um obstáculo ao seu pleno desenvolvimento. Dependência e conflito, subordinação e oposição definem a posição da burguesia industrial no interior da economia agro-exportadora no período em questão. A não organização de um partido político próprio, a ausência de formulação de um projeto hegemônico alternativo, por um lado, a sua crescente organização em associações de classe, a formulação de ideologias que correspondiam aos seus interesses, a formulação de uma visão própria da economia nacional, por outro lado, comprovam essa situação vivida pela burguesia industrial no primeiro período republicano.

Se os primeiro e segundo capítulos, e, em parte,

também o quarto, referem-se às classes dominantes da economia agro-exportadora, o terceiro procura compreender a relação dessa economia, isto é, dos interesses de classe dessa economia, com os interesses de classe de outro setor da economia nacional. Nele procuramos fazer uma análise a partir de idéias elaboradas por Nelson Werneck Sodré (1967) e Boris Fausto (1972). O nosso interesse foi pensar os conflitos regionais a partir de dois fatos: a regionalização da economia agro-exportadora, isto é, a sua concentração em São Paulo, e a marginalização econômica e política dos setores da classe dominante nacional voltados para o mercado interno. A evidência inicial, que tornava tal hipótese pertinente, era o fato de os chamados "conflitos regionais" serem, na verdade, conflitos entre São Paulo e Minas, por um lado, e os outros estados, chefiados pelo Rio Grande do Sul, por outro lado. Não havia, portanto, um conflito generalizado, de todos os estados entre si. Os conflitos regionais foram, portanto, entendidos como conflitos entre os setores da classe dominante voltados para o mercado interno e os setores voltados para o mercado externo, que, justamente devido à regionalização da economia agro-exportadora, tomaram a forma de uma luta entre regiões, de uma luta entre unidades da Federação. Assim, essencialmente procuramos entender tais conflitos como conflitos de classe e não como conflitos entre "oligarquias regionais". Aliás, este termo mostrou-se, através do primeiro, segundo e quarto capítulos, impróprio por ser demasiado generalizador, por

ocultar as diferenças e semelhanças entre as classes existentes no interior das "regiões".

A diferença básica entre setor exportador e setor voltado para o mercado interno, porém, não impediu o predomínio dos interesses da economia agro-exportadora durante toda a República Velha. O fator de legitimidade, como vimos, residia no caráter agro-mercantil da economia nacional, voltada ou não para a exportação, caráter que o grande capital cafeeiro podia tranqüilamente defender, e no café como problema nacional, como pilar da dinâmica da economia brasileira. A partir daí, os representantes da economia agro-exportadora podiam transformar os seus interesses particulares em interesse geral do bloco no poder. Porém, os limites dessa transmutação residiam, justamente, no crescente abandono econômico e no ostracismo político dos setores voltados para o mercado interno.

Assim este trabalho nos permite chegar, ao nosso ver, a três conclusões fundamentais: 1) a existência da lavoura, do grande capital cafeeiro, do capital estrangeiro (nas suas diversas formas) e da burguesia industrial, enquanto forças sociais ativas, não nos permite entender a economia agro-exportadora através de termos unificadores como "interesses cafeeiros", "burguesia cafeeira" ou "oligarquia regional"; 2) a hegemonia na economia agro-exportadora em São Paulo, durante a Primeira República, entendida como capacidade de impor interesses na formulação da política econômica, não era exercida apenas por uma classe interna -

o grande capital cafeeiro -, mas em conjunto com o capital estrangeiro, o qual tinha participação fundamental nesse processo; 3) no que se refere à relação das classes dominantes da economia agro-exportadora com os outros interesses da economia nacional, podemos chegar à conclusão de que, na Primeira República, os conflitos regionais eram, fundamentalmente, conflitos no interior da classe dominante.

ANEXOS

Durante este trabalho nos referimos freqüentemente às variações do câmbio e do preço da saca de café. Por isso, achamos interessante colocar um anexo que concentre essas informações. A primeira tabela fornece os preços do café, em libra e em mil-réis, durante todo o primeiro período republicano. A segunda tabela informa-nos a respeito das variações cambiais durante o mesmo período, mostrando as relações entre o mil-réis e o pence e entre aquele e a libra.

Além das tabelas, este anexo contém a lista dos indivíduos que fizeram parte da Comissão Executiva do Partido Republicano Paulista (PRP) de 1889 a 1930, cujos nomes foram fartamente citados neste trabalho. Tanto as tabelas como a lista têm, como dissemos, a vantagem de concentrar informações que se encontram dispersas pela tese. A consulta a esses dados torna-se, assim, mais fácil.

TABELA 1 - Preços da Saca de Café (60 Kg) - 1889/1930

ANO	PREÇOS EM LIBRA-OURO	PREÇOS EM MIL-RÉIS
1889	3,49	30,9
1890	3,26	37,2
1891	2,91	52,9
1892	3,09	62,1
1893	4,09	85,2
1894	3,74	89,5
1895	3,33	80,9
1896	2,56	77,7
1897	1,74	55,6
1898	1,49	50,3
1899	3,07	48,2
1900	2,06	52,9
1901	1,62	34,5
1902	1,54	31,2
1903	1,47	29,7
1904	1,99	39,1
1905	1,98	30,0
1906	1,97	29,9
1907	1,82	28,9
1908	1,82	29,1
1909	1,98	31,6
1910	2,74	39,6
1911	3,58	53,9
1912	3,85	57,8
1913	3,07	46,1
1914	2,39	39,0
1915	1,88	36,4
1916	2,24	45,2
1917	2,17	41,5
1918	2,55	47,4
1919	5,10	94,6
1920	3,51	74,7
1921	2,19	82,4
1922	3,12	118,7
1923	3,05	146,9
1924	4,62	205,9
1925	5,50	215,1
1926	5,05	170,7
1927	4,15	170,4
1928	5,00	204,6
1929	4,71	191,9
1930	2,69	119,5

FONTE: Visconde de Taunay. *Pequena história do café no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945, p. 527-528, citado por Kugelmas, 1986 : 165.

TABELA 2 - Taxas Médias Anuais do Câmbio - 1889/1930

ANO	PENCE POR MIL-RÉIS	MIL-RÉIS POR LIBRA
1889	26,4	9,1
1890	22,6	10,6
1891	14,4	16,1
1892	12,0	16,9
1893	11,3	20,7
1894	10,1	23,8
1895	9,9	24,2
1896	9,0	26,5
1897	7,7	31,1
1898	7,2	33,4
1899	7,4	32,3
1900	9,5	25,3
1901	11,4	21,1
1902	12,0	20,1
1903	12,0	20,0
1904	12,2	19,0
1905	15,9	15,1
1906	16,2	14,8
1907	15,2	15,8
1908	15,2	15,8
1909	15,2	15,8
1910	16,2	14,8
1911	16,1	14,9
1912	16,1	14,9
1913	16,1	14,9
1914	14,8	16,2
1915	12,6	19,1
1916	12,1	19,9
1917	12,8	18,7
1918	13,0	18,5
1919	14,5	16,5
1920	14,6	16,5
1921	8,4	28,7
1922	7,2	33,2
1923	5,4	44,3
1924	6,0	40,0
1925	6,1	38,9
1926	7,2	33,3
1927	5,9	40,6
1928	5,9	40,3
1929	6,0	40,6
1930	4,9	49,4

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940, citado por Kugelmas, 1986: 166.

Comissão Executiva. Partido Republicano Paulista, 1889/1930

Manuel Ferraz de Campos Sales	1889; 1893/95
Adolfo da Silva Gordo*	1889/90; 1907/1; 1913/1915
Manuel Lopes de Oliveira*	1889; 1892/97; 1904/9; 1912/16
Francisco Glicério Cerqueira Leite	1889/90
Domingos Correia de Moraes*	1889/90; 1899
Vitorino Gonçalves Carmilo*	1890/92
Luís Pereira Barreto*	1891
Antônio Ulhoa Cintra, Barão de Jaguará*	1891
José da Costa Machado e Souza*	1891
Joaquim Lopes Chaves*	1891
Rodrigo Lobato Marcondes Machado*	1891
José Celidônio Gomes dos Reis*	1891
Martinho (da Silva) Prado Júnior*	1891
Brasílio Rodrigues dos Santos*	1891
Francisco Antônio de Souza Queiróz*	1891
Elias Antônio Pacheco Chaves*	1891
Antônio Carlos Arruda Botelho, Conde do Pinhal*	1891
José Carlos Leite Penteado*	1891
Prudente de Moraes Barros	1892/93
Bernardino de Campos	1892; 1896; 1899/1900; 1907/14
Cesário Mota	1892
Júlio de Mesquita	1892/94; 1896
Francisco de Paula Rodrigues Alves	1892/94; 1899; 1917
José Alves Guimarães Júnior	1893/94/ 1901
Alfredo Ellis	1893/94
João Alvares Rubião Júnior	1896/97; 1899/1900 1902/15
João Batista de Melo Oliveira	1896/97; 1899/1900 1903
Manuel Pessoa de Siqueira Campos	1897; 1904/10
José Paulino Nogueira	1897
Luís de Toledo Piza e Almeida	1898
Antônio Carlos Ferraz de Sales	1898/1901
Ricardo Soares Batista	1898
Carlos Pereira Guimarães	1898
Alfredo Guedes	1898/1901
Frederico de Abranches	1901/1903
Antônio de Pádua Sales	1901/02; 1907/9; 1916/18; 1923/30
Antônio de Lacerda Franco	1901/6; 1914/27
Francisco de Assis Peixoto Gomide	1903
Fernando Prestes de Albuquerque	1903/6; 1914/22
Cesário da Silva Bastos	1907/15

Comissão Executiva. Partido Republicano Paulista, 1889/1930

(cont.)

Jorge Tibiriçá	1908/24
(Antônio) Dino da Costa Bueno	1908/9; 1919/30
Manoel Joaquim Albuquerque Lins	1914/25
Virgílio Rodrigues Alves	1916/19
Carlos de Campos	1916/24
Rodolfo Miranda	1917/30
Olavo Egídio de Sousa Aranha	1917/23; 1925
Altino Arantes Marques	1920/23; 1925; 1927/30
Arnolfo Azevedo	1925/30
Ataliba Leonel	1925/30
(Uladislau) Herculano de Freitas	1925
Washington Luís Pereira de Sousa	1925
Sílvio de Campos	1928/30
Manuel Pedro Vilaboin	1928/30
Artur de Aguiar Whitaker	1928/30

* Foi atingido pelo expurgo de 1891 ou pelo contra-expurgo de 1892.

FONTE: Joseph Love, 1982: 406-407.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Marcelo de Paiva.
1985 "A dívida externa do Brasil, 1824-1931". *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, 15(2) : 167-189, maio/ago.
- BASBAUM, Lêoncio.
1976 *História sincera da República (1889-1930)*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega (4ª ed., 1981).
- BELLO, José Maria.
1940 *História da República (1889-1954)*. São Paulo, Editora Nacional (8ª ed., 1983).
- CANO, Wilson.
1977 *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, Editora T. A. Queiróz (2ª ed., 1983).
- 1985 "Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)". *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, 15(2) : 291-306, maio\ago.
- CARDOSO, Fernando H.
1973 "Althusserianismo ou marxismo? A propósito do conceito de classe em Poulantzas". in: *O Modelo Político Brasileiro*. 2ª ed. . São Paulo, Difusão Européia do Livro, pp. 104-122.
- 1985 "Dos governos militares a Prudente-Campos Sales". in: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. III, T. I. 4ª ed.; São Paulo, Editora Difel, pp. 15-50.
- CARONE, Edgard.
1969 *A Primeira República*. São Paulo, Difusão Européia do Livro (2ª ed., 1973).
- 1970 *A República Velha (Instituições e classes sociais)*. São Paulo, Difusão Européia de Livro (2ª ed., 1972).
- CASALECCHI, José E. (org.).
1978 "As plataformas políticas dos candidatos à presidência do estado de São Paulo na Primeira República". *Boletim de Economia e História do Departamento de Economia do ILCSE-UNESP*. Araraquara, 1, março.

- 1987 *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- CASTRO, Ana C.
1976 *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Tese de mestrado. Campinas, IFCH - UNICAMP.
- COSTA, Emília V. da.
1977 *Da Monarquia à República*. São Paulo, Editora Grijalbo.
- CRUZ, Sebastião V.
1979 *Elementos teóricos para a análise da burguesia*. Versão preliminar. Rio de Janeiro, Convênio FINEP/IUPERJ.
- DEAN, Warren.
1971 *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- FAORO, Raimundo.
1958 *Os donos do poder*. Vol. II. Rio de Janeiro, Editora Globo (7ª ed., 1987).
- FAUSTO, Boris.
1970 *A Revolução de 30*. São Paulo, Editora Brasiliense (10ª ed., 1986).
- 1972 "Pequenos ensaios de história da República:1889-1945". *Cadernos Cebrap*. São Paulo, 10.
- 1985 "Expansão do café e política cafeeira". in: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. Vol. III, Tomo I. São Paulo, Editora Difel, pp. 193-248.
- 1988 "Estados, trabalhadores e burguesia(1920-1945)". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 20 : 06-37, março.
- FERNANDES, Florestan.
1975 *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara (3ª ed., 1987).
- FONSECA, Pedro C. Dutra.
1980 *A reorientação da economia gaúcha na República Velha*. Tese de mestrado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FONT, Maurício A.
1987 "Coffee Planters, Politics, and Development in Brazil". *Latin American Research Review*, Albuquerque, 22(3), pp. 69-90.

FRITSCH, Winston.

1985 "Sobre as interpretações tradicionais da lógica política da política econômica na Primeira República". *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, 15(2) : 339-346, maio/ago.

FURTADO, Celso.

1971 *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional (11ª ed., 1972).

GNACCARINI, José.

1985 "A economia do açúcar: processo de trabalho e de acumulação". in: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. Vol. III, T. I. São Paulo, Editora Difel, pp. 309-344.

HOLLOWAY, Thomas.

1978 *Vida e morte do Convênio de Taubaté*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

IGLÉSIAS, Francisco.

1985 "Agricultura em Minas na República Velha". *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, 15(2) : 241-261, maio/agosto.

KIRSCHNER, Tereza C.

1985 *Le colonato à São Paulo dans les années 1870*. Thèse de Doctorat. Paris, Université de Paris III - Sorbone.

KUGELMAS, Eduardo.

1986 *A difícil hegemonia*. Tese de doutoramento. São Paulo, FFLCH - USP.

LAPA, José Roberto do A.

1983 *A economia cafeeira*. São Paulo, Editora Brasiliense (4ª ed., 1987).

LEAL, Victor Nunes.

1949 *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Editora Alfa-Omega (4ª ed., 1978).

LEME, Marisa Saenz.

1978 *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis, Editora Vozes.

LEVI, Darrell E.

1974 *A família Prado*. São Paulo, Cultura 70 - Livraria Editora S/A.

LOVE, Joseph.

1982 *São Paulo na federação brasileira, 1889-1937: A Locomotiva*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

- 1985a "Autonomia e interdependência: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937". in: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. Vol. III, T. I. São Paulo, Editora Difel, pp. 53-76.
- 1985b "O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha". in: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. Vol. III, T. I, São Paulo, Editora Difel, pp. 99-122.
- 1989 "Commentary and Debate of Planters, Politics, and Development". *Latin American Research Review*. Albuquerque, 26(3) : 127-135.
- LUZ, Nícia Vilela.**
1978 *A luta pela industrialização no Brasil, 1808-1930*. 2ª ed. São Paulo, Editora Alfa-Ômega.
- MARTINS, José de Souza,**
1967 *Conde de Matarazzo: o empresário e a empresa*. São Paulo, Editora HUCITEC (2ª ed., 1976).
1979 *O cativo da terra*. São Paulo, Editora HUCITEC (3ª ed., 1986).
- MARTINS FILHO, Amilcar Vianna.**
1981 *A economia política do Café com Leite (1900-1930)*. Belo Horizonte, UFMG/PROED.
- MELLO, João Manoel C. de.**
1982 *O capitalismo tardio*. São Paulo, Editora Brasiliense (4ª ed., 1986).
- MELLO, Zélia Maria C. de.**
1985 *Metamorfoses da riqueza. São Paulo, 1845-1895*. São Paulo, Editora HUCITEC/Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.
- MELLO, Zélia Maria C. de e SAES, Flávio A. M. de.**
1985 "Características dos núcleos urbanos em São Paulo". *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, 15(2) : 307-337, maio\ago.
- MOMBEIG, Pierre.**
1984 *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, HUCITEC/Polis.
- OLIVEIRA, Francisco.**
1985 "A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha". in: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. Vol. III, T. I. São Paulo, Editora Difel, pp. 391-414.

- PESAVENTO, Sandra J.
1982 *História do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto.
- PORTO, Antonio Eydmard C.
1988 *Uma cidade contra os seus coronéis*. Tese de Mestrado. Campinas, IFCH - UNICAMP.
- PORTO, José da Costa.
1985 *Pinheiro Machado e seu tempo*. 2ª ed. Porto Alegre, Editora LPM/Pró-Memória.
- POULANTZAS, Nicos.
1968 *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, Maspero. Trad. bras. *Poder político e classes sociais*. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1986.
- 1974 *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris, Maspero. Trad. bras. *As classes sociais no capitalismo hoje*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1978.
- 1982 "O problema do Estado capitalista". in: BLACKBURN, Robin (org.). *Ideologia na ciência social*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 219-233.
- PRADO, Maria Lígia C.
1986 *A democracia ilustrada*. São Paulo, Editora Ática.
- PRADO JUNIOR, Caio.
1945 *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense (35ª ed., 1987).
- PRESSER, Mário Fonseca.
1978 *O desenvolvimento do capitalismo na agricultura do Rio Grande do Sul, 1920-1975*. Tese de mestrado. Campinas, (IFCH-UNICAMP).
- SAES, Décio A. M. de.
s/d "Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação". *Nova Escrita Ensaio*. São Paulo, A. IV, 9.
- 1989 "Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70-80". *Primeira Versão*, 2, Campinas, IFCH-UNICAMP.
- SAES, Flávio A.M. de.
1981a *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo, Editora HUCITEC/INL-MEC.

- 1981b "Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1896-1906)". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2 : 243-258.
- 1986 *A grande empresa de serviço público na economia cafeeira*. São Paulo, Editora HUCITEC.
- SAES, Flávio A.M. de e SMERECZSÁNYI, Tamas.
1985 "O capital estrangeiro no Brasil, 1830-1930". *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, 15(2) : 191-219, maio/ago.
- SILVA, Liana Maria L.A. da.
1976 *No limiar da industrialização. Estado e acumulação de capital, 1919-1937*. Tese de doutoramento. Campinas, IFCH-UNICAMP.
- SILVA, Sérgio.
1976 *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega.
- SINGER, Paul.
1985 "O Brasil no contexto do capitalismo mundial, 1889-1930". in: Fausto, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. Vol. III, T.I, São Paulo, Editora Difel, pp. 347-390.
- SODRÉ, Nelson W.,
1967 *A história da burguesia brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- SOUZA, Maria do Carmo C. de.
1968 "O processo político-partidário na Primeira República". in: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Editora Difusão Européia do Livro.
- STOLCKE, Verena.
1989 "Coffee Panters, Politics, and Development in Brazil: A Comment on Maurício Font's Analysis". *Latin American Resarch Review*. Albuquerque, 3 : 136-142.
- TELAROLLI, Rodolfo.
1982 *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- TOPIK, Steven.
1987 *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro, Editora Record.

VILARDO, Francéschina.

1986 *A burguesia cafeeira paulista e a política econômica na Primeira República*. Tese de mestrado. Campinas, IFCH-UNICAMP.

VILLELA, Annibal V. e SUZIGAN, Wilson.

1973 *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

WIRTH, John.

1985 "Minas e a Nação. Um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937". in: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. Vol. III, T. I. São Paulo, Editora Difel, pp. 76-99.